

REGISTO BIBLIOGRÁFICO

‘Comunidades Piscatórias e Bio-recursos Marinhos:
Estratégias para Políticas de Desenvolvimento e de Gestão Sustentáveis’

Maria do Céu Moreira Viegas

nº de arquivo:

“copyright”:

MARIA DO CÉU MOREIRA VIEGAS

COMUNIDADES PISCATÓRIAS E BIO-RECURSOS MARINHOS
ESTRATÉGIAS PARA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E DE GESTÃO SUSTENTÁVEIS

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Ambiente,
pela Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientação: Prof. Dr. António Brandão Moniz
Co-orientação: Prof. Dr. Paulo Talhadas dos Santos

Lisboa 2010

DEDICATÓRIA

*Vai, vai, pescador, filho do vento, irmão da aurora
És tão belo que nem sei se existes, pescador!
Teu rosto tem rugas para o mar onde desagua
O pranto com que matas a sede de amor do mar!*
Vinicius de Moraes,
("O encontro do cotidiano". Rio de Janeiro.1998)

*A Pesca Artesanal
que se chamava local
e que depois já se chamou a Pequena Pesca,
essa envolvia tantos problemas,
tantos, tantos, tantos,
daí a tal razão do meu interesse,
em função da mulher de causas perdidas que me assumi.*

Um iceberg da grande última viagem.

À minha dilecta *Comunidade da Fidelidade*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor António Brandão Moniz, agradeço a orientação desta dissertação, todas as sugestões e discussões que muito contribuíram para a sua elaboração. Deixo aqui a expressão do meu profundo reconhecimento.

Ao Professor Doutor Paulo Talhadas dos Santos, o meu agradecimento sincero pela co-orientação, apoio e incentivo à realização desta dissertação e pela disponibilidade que sempre manifestou.

A todos que me dirigiram indicações especializadas e pertinentes que enriqueceram a perspectiva que possuía sobre estes temas e possibilitaram as reflexões feitas em diferentes áreas do conhecimento, sobre as estratégias para políticas de desenvolvimento humano das Comunidades Piscatórias e a articulação com as novas exigências decorrentes da globalização dos mercados, a par da atenção crescente e primordial da relação do Homem com o ambiente de que depende, para viver e ser feliz.

Agradeço ainda os incentivos recebidos para esta contribuição para a *Estratégia de Apoio à Decisão Política - Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias*, relacionada com as paisagens marítimas, para que os decisores, depois de as contemplar, disporem de ferramentas para agir, sempre com conhecimento, aplicando políticas sustentáveis, tanto na área do desenvolvimento humano integrado das Comunidades Piscatórias, como na gestão dos recursos haliêuticos que elas exploram, usando, a par da informação científica, o conhecimento ecológico local dos pescadores e as potencialidades que a Pequena Pesca faculta, assim como as capacidades do diálogo interdisciplinar como forma de aprendizagem, saber escutar e ser escutado sem reservas e com respeito pelo outro, numa atitude de permanente interrogação e recomeço.

A todos que apoiaram e possibilitaram esta aprendizagem, expresso o meu profundo reconhecimento.

SUMÁRIO

A situação de crise que se regista, de forma generalizada, nas pequenas Comunidades Piscatórias do litoral português despertou o interesse em identificar as razões da crónica marginalidade a que estão expostas e pesquisar um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável. A complexidade dos fenómenos que estão na génese da situação precária que vivenciam exigiu uma abordagem de cariz multidisciplinar para uma compreensão abrangente, essencialmente qualitativa quando relacionada com as Comunidades Piscatórias, e quantitativa quando dirigida aos bio-recursos explorados pela Pequena Pesca, nas Comunidades Piscatórias. Pretendeu-se identificar as componentes envolvidas e estudá-las na perspectiva da construção de uma *Estratégia de Apoio à Decisão Política para a Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias*, através do método da estratégia de actores, criando canais dialogais entre todos os intervenientes do processo.

Em Comunidades Piscatórias seleccionadas de várias NUTS II de Portugal continental e na região autónoma dos Açores, inseridas em diferentes contextos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a informantes privilegiados, bem como a outros actores de áreas profissionais relacionadas com a Pequena Pesca e com as Comunidades Piscatórias. A informação obtida permitiu o tratamento analítico diversificado, com destaque para a análise prospectiva *SWOT* efectuada às categorias decorrentes da análise de conteúdo qualitativa das entrevistas do painel. Reconheceram-se os Constrangimentos e Ameaças sentidos, e identificaram-se as Forças e as Oportunidades intrínsecas. A confirmar a pertinência da questão de investigação do estudo - Pequenas Comunidades Piscatórias - Que futuro? - obtiveram-se informações preocupantes relativamente à Pequena Pesca devido à supremacia das *Ameaças* que é urgente enfrentar com determinação suficiente para as transformar em *Oportunidades*. Só desta forma o cenário prospectivo poderá ser mais animador. Decorrente desta, a situação das Comunidades Piscatórias, embora menos grave, revela também um nível de ameaça elevado, a exigir uma intervenção eficaz que garanta a sustentabilidade do seu desenvolvimento, na perspectiva de continuarem a exercer o importante papel que desempenham na gestão sustentável dos bio-recursos

explorados, na preservação de valores históricos, culturais e ambientais e na própria definição de estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável.

A caracterização ecológica dos bio-recursos acessíveis à Pequena Pesca que é praticada nas Comunidades Piscatórias permitiu avaliar o impacto que as novas medidas gestionárias, integrando princípios de sustentabilidade, terão inevitavelmente nos hábitos de pesca e de consumo. Nesse sentido analisou-se estatisticamente uma série histórica de 11 anos de desembarques efectuados pela frota da Pequena Pesca, em todos os portos e pequenos portos do continente, que permitiu a caracterização ecológica dos desembarques, evidenciando a elevada biodiversidade encontrada e o património que representa. Para enfrentar os desafios da actualidade globalizada e reduzir os impactos ambientais, a Pequena Pesca está obrigada a pensar em formas de organização inovadoras e mais competitivas, à luz de novos conceitos.

Nesta dissertação é abordada a relação da Comunidade Científica com a Decisão Política e são apresentadas: i) Recomendações Estratégicas para a Gestão Sustentável dos Bio-recursos Marinhos acessíveis à Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias, ii) Recomendações Estratégicas para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Comunidades Piscatórias iii) Estratégia de Apoio à Decisão Política - Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias.

Palavras-chave: Pequena Pesca; Comunidade Piscatória; Estratégia para Políticas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável; Exploração de Bio-recursos Marinhos; Relação Ciência/Política.

ABSTRACT

The generalized crises situation among small-scale fishing communities has been arousing interest to understand their chronic marginality and to survey for a model of sustainable and integrated development. Due to the complexity of the phenomena originated from their precarious situation, a multidisciplinary approach was required for a thorough understanding, which was essentially qualitative in relation to the fishing communities and essentially quantitative when related to bio-resources explored by small-scale fishing within fishing communities. The aim was to identify the components involved and to study them in order to elaborate a Politics Decision Support Strategy for Small-scale Fishing and Fishing Communities, by the method of actor's strategy creating channels of dialogue among all the actors.

In Fishing Communities selected in several regions within mainland Portugal and Autonomous Region of Azores, and belonging to different contexts, there were realized semi-structured interviews to privilege informers, as well to other players related to Small Fishing and Fishing Communities. The data gathered allowed to diversify analytical treatment, mainly the SWOT prospective analysis made to the categories from qualitative content analysis of the panel interviews. Weaknesses and Threats were recognized as well as Strengths and Opportunities were identified. Confirming the pertinence of the opening investigation question- Small Fishing Communities- Which Future?- worrying scientific information about Small-scale Fishing were obtained due to predominance of the Threats which urge to be faced with determination so they can be changed into Opportunities. Only this way the prospective scenario would be encouraging. Therefore, the situation of the Fishing Communities also shows high level of threat, which demands effective actions that guarantee the sustainability in their own development, so they continue their important role of managing with sustainability the exploration of bio-resources, maintaining historical, cultural and environmental values and also defining strategies about integrated and sustainable development.

An ecological characterization of accessible bio-resources to Small Fishing occurred in Fishing Communities allowed to evaluate the impact that new management measures, supported by sustainability principles, will have in fishing and consumption habits. In this sense, a statistical analysis was made to historical series of 11 years of landings by the small-scale fleet from all mainland's fishing ports, which led to an ecologic characterization of landing, evidencing the high biodiversity and the patrimony they represent. To approach the challenges of the globalization and to reduce environmental impact, Small Fishing activity must change to an innovative and more competitive organization, in the light of new concepts.

This dissertation deals with the Scientific Community's relationship with the Political Decision and are presented: i) Strategic Recommendations for the Sustainable Management of Marine Bio-resources in Small-scale Fishing Communities; ii) Strategic Recommendations for the Sustainable and Integrated Development of Fishing Communities; iii) Decision Support Strategy-Policy - Small-scale Fishing and Fishing Communities.

Key-words: Small-scale Fisheries; Fishing Community; Strategy for Integrated and sustainable development policies; Exploitation of Bio-Marine resources; Relationship Science/Policy.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

Dedicatória	i
Agradecimentos	iii
Sumário/ <i>Abstract</i>	v
Índice de Matérias	ix
Índice Legendado de Figuras	xiii
Índice de Quadros	xvii
Clarificação Prévia do Quadro Conceptual	xix
INTRODUÇÃO	1
1 - A Importância do Mar para os Portugueses	3
2 - Exploração Responsável de Recursos Marinhos e Ambiente	5
3 - Pescadores da Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias	9
4 - Contribuição da Comunidade Científica para Políticas Sectoriais	10
5 - Estratégia para Políticas de Gestão e de Desenvolvimento Sustentáveis	12
6 – Motivação para o Tema do Estudo e sua Relevância	15
7 – Planeamento do Estudo	17
8 – Objectivos Expectáveis do Estudo	18
Capítulo I – Bio-Recursos Marinhos, Ambiente e Comunidades Piscatórias	21
1 - Gestão sustentável de bio-recursos marinhos	22
1.1 – Exploração de Recursos Marinhos em Comunidades Piscatórias	24
1.2 – Pequena Pesca em Comunidades Piscatórias	29

1.3 - Análise Ecológica da Pequena Pesca	41
1.4 - Responsabilidade na Preservação dos Bio-recursos Marinhos	51
2 - Comunidades Piscatórias: reflexões sobre o tradicional	59
2.1 - Comunidades Piscatórias	62
2.2 – Pescadores: <i>A nossa universidade da vida é o mar</i>	69
2.3 – Mulheres na Pesca: <i>As mulheres são mais produtivas que os homens</i>	73
3 – Recomendações intercalares	76
Capítulo II – METODOLOGIAS	79
1 – Planeamento do Trabalho	80
2 – Recolha de Dados e Execução do Trabalho	81
3 – Análise de Dados	84
4 – Resultados Preliminares do Estudo e Divulgação de Resultados	85
5 - Apresentação de Resultados e Considerações Finais	86
Capítulo III Comunidades Piscatórias e Estratégias Políticas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável	87
1 – Reflexões sobre a Modernidade nas Comunidades Piscatórias	89
1.1 – Comunidade Piscatória da Praia de Angeiras	90
1.2 – Comunidade Piscatória da Praia da Aguda	100
1.3 – Comunidades Piscatórias das Praias de Angeiras e Aguda: Analogias e Diferenças	112
1.4 – Comunidade Piscatória de Vila Praia de Âncora	119
1.5 - Comunidade Piscatória de Valbom (Rio Douro)	122
1.6 – Comunidade Piscatória de Peniche	125

1.7 - Comunidades Piscatórias da Região Autónoma dos Açores	132
2 – Sustentabilidade nas Estratégias para as Comunidades Piscatórias	146
3 – Análise Estratégica <i>SWOT</i> aplicada ao Estudo das Comunidades Piscatórias	148
4– Novas Estratégias sugeridas por Antigos Conceitos	167
5 -Recomendações Intercalares	171
Capítulo IV - Comunidades Piscatórias e Bio-Recursos Marinhos. Estratégias para Políticas de Desenvolvimento e de Gestão Sustentáveis	173
1- Desenvolvimento Sustentável	174
2 – Análise SWOT	176
3 – Recomendações Estratégicas e Estratégia de Apoio à Decisão Política	178
4 – Comunidade Científica e Decisão Política	182
3 - Considerações Finais	184
4 – Trabalhos futuros	188
BIBLIOGRAFIA	189
ANEXO 1 – Lista dos trabalhos publicados relacionados com o estudo	209
ANEXO 2 – Levantamento Fotográfico de Comunidades Piscatórias da Região Norte de Portugal	211
ANEXO 3 – Quadros 1.1 e 1.2	223
ANEXO 4 – Análise estatística comparada Comunidade Piscatória de Angeiras/ Comunidade Piscatória da Aguda (aplicação SPSS)	227

ÍNDICE LEGENDADO DE FIGURAS

1.1 - Composição da frota de pesca por segmento de pesca, em 31.12.2007, no continente. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	24
1.2 - Pescadores inscritos a nível nacional (milhares), em 31 de Dezembro, entre 1997-2007. Fonte dos dados: INE (2010a); INE (Biblioteca Digital)	42
1.3 - Evolução das capturas totais nacionais de pescado e do número de pescadores inscritos durante o período 1986-1996. Fonte dos dados: Pinho (1998: p37 e 41)	42
1.4 – Evolução da quantidade (ton) de pescado desembarcado pelos segmentos da Pequena Pesca, nos portos do continente, no período 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	43
1.5 - Evolução dos desembarques da frota de pesca do continente, separada em Pequena Pesca (<12m) e restante frota (>12m), em quantidade (ton) e valor (mil€), entre 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	44
1.6 – Evolução do número mínimo, médio e máximo de espécies desembarcadas pela Pequena Pesca nos portos do continente, agrupados por NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), durante o período 1997 a 2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	45
1.7 - Evolução do número médio de espécies desembarcadas pela Pequena Pesca, nos portos do continente, agrupados por série temporal 1997-2007 e por NUTS II continente. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	47
1.8 - Evolução do número máximo de espécies desembarcadas pela Pequena Pesca, nos portos do continente, agrupados por série temporal 1997-2007 e por NUTS II. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	47
1.9 - Frequência das cinco principais espécies representadas nos desembarques da Pequena Pesca, reunidas por grande grupo taxonómico e por NUTS II, por porto e por ano, entre 1999-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	48
1.10 - Frequência nos desembarques da Pequena Pesca das espécies mais representadas por porto e por NUTS II, entre 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	49

1.11 - Evolução do valor (milhões €) dos desembarques anuais por segmento da Pequena Pesca, no continente, durante o período 1999-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	50
1.12 - Evolução do valor médio (€/kg) do pescado proveniente da Pequena Pesca (<12metros) comparado com restante frota (>12metros), desembarcado no continente, durante o período 1999-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	50
1.13 – Fotografias não datadas, antigas, de embarcações de pesca e de pescadores da Comunidade Piscatória da Aguda	66
1.14 - Portos de pesca (continente): elaboração própria a partir dos resultados obtidos por Silva (1891) e por Franca <i>et al.</i> (1998)	67
1.15 - Açores: trabalhadora da pesca ou simplesmente ‘doméstica’?	73
3.1 - Evolução das capturas (ton/ano) e valores médios registados nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda, entre 1999-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)	113
3.2 – Idade dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei <i>et al.</i> (2004)	115
3.3 – Idade de início de actividade piscatória nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei <i>et al.</i> (2004)	115
3.4 – Escolaridade dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei <i>et al.</i> (2004)	116
3.5– Estado civil dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei <i>et al.</i> (2004)	116
3.6 – Profissão da mulher dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei <i>et al.</i> (2004)	117
3.7– Número de filhos dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei <i>et al.</i> (2004)	117
3.8 - Representação gráfica (%) de síntese da análise SWOT às categorias decorrentes da análise de conteúdo. Fonte dos dados: entrevistas do painel	150

3.9 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Comunidade Piscatória'.	
Fonte dos dados: entrevistas do painel _____	152
3.10 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Pescador Pequena Pesca'.	
Fonte dos dados: entrevistas do painel _____	155
3.11 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Pequena Pesca'. Fonte dos dados: entrevistas do painel _____	158
3.12 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Associativismo'. Fonte dos dados: entrevistas do painel _____	160
3.13 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Tecnologia'. Fonte dos dados: entrevistas do painel _____	161
3.14 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Açores'. Fonte dos dados: entrevistas do painel _____	162
A2.1 a A2.75 - Levantamento Fotográfico de Comunidades Piscatórias da região Norte de Portugal _____	Anexo 2

ÍNDICE LEGENDADO DE QUADROS

1.1 – Evolução da Quantidade (ton) de Pescado Desembarcado pelos Segmentos da Pequena Pesca, nos Portos do Continente, no Período 1997-2007. Fonte: DGPA (2008a)	Anexo 1
1.2 – Evolução do Número Mínimo, Médio e Máximo de Espécies Desembarcadas pela PP nos Portos do Continente, Agrupados por NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), durante o Período 1997 - 2007. Fonte: DGPA (2008a)	Anexo 1
1.3 - Lista Faunística (n.v.) por Peso Decrescente dos Desembarques no Porto da Nazaré (2005) Fonte dos dados: <i>DGPA (2008a)</i>	46
2.1 - Actividade Profissional e Formação Académica dos Entrevistados do Painei (n casos)	83
3.1 - Análise SWOT da Categoria ‘Comunidade Piscatória’	151
3.2 - Análise SWOT da Categoria ‘Pescador da Pequena Pesca’	153
3.3 - Análise SWOT da Categoria ‘Pequena Pesca’	155
3.4 - Análise SWOT da Categoria ‘Associativismo’	159
3.5 - Análise SWOT da Categoria ‘Tecnologia’	160
3.6 - Análise SWOT da Categoria ‘Açores’	161
3.7 - Análise SWOT adaptada à Gestão da Pequena Pesca e das Comunidades Piscatórias	163
3.8 - Estratégias de Âmbito Geral para a Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias	165
3.9 – Recomendações de Carácter Geral, retiradas da Análise SWOT	166
4.1- Recomendações Estratégicas para a Gestão Sustentável dos Bio-recursos Marinhos acessíveis à Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias	180

4.2 – Recomendações Estratégicas para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Comunidades Piscatórias	180
4.3 – Estratégia de Apoio à Decisão Política - Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias	181

Clarificação Prévia do Quadro Conceptual

A natureza multidisciplinar deste estudo justifica a prévia clarificação dos conceitos inerentes a cada área do conhecimento que orientaram a realização desta pesquisa.

- *Ação Social* - é a acção em que o sentido que lhe é associado pelo sujeito ou sujeitos se refere ao comportamento de outros, por ele se orientando no seu desenrolar (Weber, 1922:5 in Pires, 2007:17) ou seja, é todo o comportamento humano dotado de sentido relacionalmente orientado (Pires, 2007:17).
- *Actor* - grupo de indivíduos organizados, seja um grupo de organizações, com um certo número de projectos comuns e dispondo de capacidades de reacção comuns. Os seus objectivos estão ligados a projectos cuja articulação visam concretizar” (Hatem, 1993: 272 in Perestrelo, 2000:6).
- *Análise de Conteúdo* – técnica documental de tratamento da informação, processo privilegiado para estudar o conteúdo das comunicações de massa e da propaganda assim como os dados obtidos por entrevista (Pité, 1997:13).
- *Análise de Conteúdo Qualitativa* - técnica que permite efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas (Vala, in Silva&Pinto, 2007:104).
- *Área Marinha Protegida (AMP)* – qualquer área situada na zona intertidal ou subtidal (abaixo do nível do mar) e que em conjunto com a flora, fauna e características históricas e culturais, foi designada pela lei ou outro meio eficaz para proteger parte ou a totalidade do meio ambiente (IUCN, Kelleher & Kenchington, 1991)¹
- *Arte de Pesca* – qualquer aparelho, dispositivo ou instrumento empregado na pesca (Franca, 1998:233).
- *Comunidade* – no sentido ecológico (ou comunidade biótica) inclui todas as populações que ocupam uma dada área (Odum, 1973:14), actualmente designada por biocenose. No sentido sociológico é um conjunto de pessoas organizadas sob o mesmo conjunto de normas, geralmente vivem no mesmo local, sob o mesmo governo ou compartilham do mesmo legado cultural e histórico. Ou segundo Fichter (1967) comunidade é um grupo

¹ Tradução livre do inglês.

territorial de indivíduos com relações recíprocas, que servem de meios comuns para lograr fins comuns. A palavra comunidade evoca, segundo Peruzzo (2009:3) sensações de solidariedade, vida em comum, independentemente de época ou de região. Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a acção de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo (Weber, 1973:142 in Peruzzo, 2009:3).

- *Comunidade Piscatória* – onde [localidades do paiz, banhadas pelas aguas maritimas e fluviaes que podem considerar-se portos de pesca] por uso e costume se reune um certo numero de pessoas munidas de aparelhos apropriados, para com o auxilio de embarcações e jangadas, ou apenas com esses instrumentos, se dedicarem à pesca como modo de vida, com o fim de valerem à sua manutenção e auferirem lucro vendendo nos mercados o producto do seu trabalho (Silva, 1891:73).
- *Criatividade* – ver o que toda a gente já viu, mas pensar no que ninguém pensou (Fernandes, 2007:9).
- *Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável* - uso do ambiente que visa satisfazer as necessidades actuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras terem o mesmo privilégio; desenvolvimento baseado no uso sustentável simultaneamente de espécies e de ecossistemas, a manutenção dos processos ecológicos essenciais, e a preservação da diversidade biológica (King, 1995:335).
- *Desenvolvimento Sustentável* – a aplicação do conceito de sustentabilidade na área do desenvolvimento resultou da necessidade de aplicar à exploração dos recursos naturais, renováveis e acessíveis, novas teorias económicas que articulassem o desenvolvimento económico com a conservação ambiental. Surgiu pela primeira vez em 1987 no *Relatório Brundtand* e foi generalizado em 1992 no seio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, no Rio de Janeiro. Atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (Gro Brundtland² - Relatório Nosso Futuro Comum, 1987). É um conceito multidimensional, onde as considerações biológicas-

² Presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, em 1992.

ecológicas, sociais, económicas e tecnológicas têm o mesmo peso. Resumidamente, o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

- *Ecologia* – estudo da relação dos organismos ou grupos de organismos com os seus meios ambientes, ou a ciência das inter-relações entre organismos vivos e o seu ambiente (Odum, 1973:12)
- *Entrevista* – método interferente em que o investigador pode ser considerado o principal instrumento da pesquisa de campo (Costa, 2001:132).
- *Estratégia* – definição das linhas de acção a estabelecer nos programas governamentais, ou seja, os meios que permitem atingir os fins políticos em vista.
- *Estratégia de actores* - recolha de informação e sua sistematização, análise das relações entre actores e posicionamento dos actores relativamente aos objectivos. Possibilita a formalização de recomendações estratégicas que de alguma forma são coerentes com as preocupações, interesses e objectivos dos actores (Perestrelo, 2000).
- *Informante Privilegiado* - interlocutores preferenciais com quem o investigador contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspectos a que não pode ter acesso directo (Costa, 2001:132).
- *Inovação* – Exploração com sucesso de novas ideias (Fernandes, 2007:9).
- *Observação participante* - técnica que permite uma análise indutiva e compreensiva realizada pelo investigador em contacto directo e frequente com os actores sociais nos seus habitats e contextos laborais e culturais, em que o investigador se constitui em instrumento de pesquisa.
- *Pagamento por Serviços de Ecossistema* - pagamentos compensatórios por parte dos ‘muitos’ beneficiados aos ‘poucos’ que suportam os custos concentrados de uma qualquer forma de regulação com fins conservacionistas, contribuindo para o fornecimento de serviços dos ecossistemas.
- *Pequena Pesca* – atendendo às artes de pesca utilizadas foi também designada por Pesca Artesanal, é exercida pela frota constituída por pequenas embarcações de reduzida autonomia de operação e comprimento de fora-a-fora menor que 12 metros

(Afonso-Dias *et al.*, 2007). É exercida por embarcações que não excedam 9 metros de comprimento fora a fora, caso operem em águas oceânicas, ou 7 metros, em águas interiores do continente.

- *Pesca Local* - pesca realizada pelas embarcações de pesca local, nos rios, estuário dos rios, lagunas, praias e orlas marítimas junto à terra e sempre próximo do local onde vara, fundeia, ou atraca a embarcação (INE, 2009).
- *População* – grupo de indivíduos pertencente a um qualquer tipo de organismos (Odum, 1973:14).
- *Serviços de Ecossistema* - são os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas.
- *Sistema Ecológico (ou Ecossistema)* – funcionamento conjunto da comunidade, no sentido ecológico (ou comunidade biológica) e o meio ambiente não-vivo (Odum, 1973:14).
- *Sistema Sócio-ambiental* – integração voluntária de preocupações sociais e ambientais na organização e na sua interacção com todas as partes interessadas.
- *Sustentabilidade* – conceito multidimensional, um termo muito abrangente, onde as considerações biológicas-ecológicas, sociais, económicas e tecnológicas têm o mesmo peso, embora, como refere Castello (2007:51), sem sustentabilidade biológica as outras dimensões carecem de sentido.

INTRODUÇÃO

- 1 - A Importância do Mar para os Portugueses
- 2 - Exploração Responsável de Recursos Marinhos e Ambiente
- 3 - Pescadores da Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias
- 4 - Contribuição da Comunidade Científica para Políticas Sectoriais
- 5 - Estratégia para Políticas de Gestão e de Desenvolvimento Sustentáveis
- 6 - Motivação para o Tema do Estudo e sua Relevância
- 7 – Planeamento do Estudo
- 8 - Objectivos Expectáveis do Estudo

O interesse pelo oceano é histórico e universal. A humanidade sempre se sentiu atraída a viver na proximidade do mar, conferindo-lhe uma importância estratégica fundamental, assumida em múltiplos domínios, desde ambientais a económicos, sociais, culturais, militares e recreativos. Recuando à Antiguidade clássica, Tales de Mileto (séc. VII-VI a.C.), visto por alguns como o Pai da Filosofia ocidental e do pensamento teórico, considerava a água a origem de todas as coisas e que o mundo tinha evoluído da água por processos naturais.

O mar apresenta um conjunto alargado de potencialidades, quer na área das comunicações e transporte, quer como fonte de energia e de recursos geológicos e genéticos. A sua intervenção é primordial na regulação do clima; na retenção de dióxido de carbono e produção de oxigénio; na reciclagem e armazenamento de poluentes mas sobretudo na oferta de inesquecíveis momentos de lazer, ou na talassoterapia¹ ou ainda em bens sem mercado como a riqueza cénica - única, irrepetível e apaixonante – que o mar proporciona às populações ribeirinhas. Enfim, um sempiterno prestador de serviços, merecedor do respeito e atenção da humanidade.

Todavia a exploração desenfreada destas riquezas colocou o mar e os oceanos em risco de degradação irreversível, tornando-se consensual a necessidade de mudança de paradigma para haver sustentabilidade no usufruto dessas valias. Impõe-se a gestão equilibrada, integradora dos vários saberes existentes, e duradoura, a pensar nas gerações vindouras, que deverão ser legítimas herdeiras de um ambiente marinho preservado. A crescente globalização da economia e a dependência do transporte marítimo tinham já aumentado o comprometimento dos Estados ribeirinhos na manutenção da ordem pública nos oceanos, exigindo a conjugação de esforços na senda dos pressupostos conceptuais de assinatura, em 1992, da ‘Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar’ (CNUDM). A preservação do meio marinho transformou-se, consequentemente, na grande prioridade para as políticas do mar do século XXI.

¹ Tratamento terapêutico pelos banhos de mar e pela acção dos climas marítimos.

1 - A Importância do Mar para os Portugueses

Os portugueses descendem dos pioneiros da expansão ultramarina do séc. XVI que, conforme Maria Paula Águas refere,

estavam presentes em todas as economias e em todas as civilizações, deram uma das contribuições mais válidas para a construção de uma humanidade consciente de si própria. São eles que descobrem grande parte do mundo e revelam a sua organização social, a mentalidade dos povos e as formas políticas, dentro de um sentido moderno e de um desejo de descoberta daquele que é diferente de nós, o Outro. Novas concepções, novas práticas socioeconómicas – um novo mundo (Azevedo & Águas, 2000:30).

Na actualidade, foram de novo os portugueses que em 1998 tiveram a iniciativa de propor, no âmbito do 'Ano Internacional dos Oceanos', a organização de uma 'Conferência Internacional sobre os Oceanos', que decorreu em Lisboa, durante a exposição mundial 'Expo'98' subordinada ao tema 'Os Oceanos: Um Património para o Futuro'. O 'Relatório da Comissão Mundial Independente para os Oceanos' (CMIO) - então criada e presidida por Mário Soares - lançou um veemente alerta para a preocupante situação em que se encontram os oceanos e os seus recursos vivos, apelando aos governos e gerações actuais para tomarem consciência da responsabilidade que lhes cabe quanto às gerações futuras.

Outra manifestação do interesse português pelos assuntos do mar ao mais alto nível de governação está patente na criação da 'Comissão Estratégica dos Oceanos' (CEO), através da Resolução do Conselho de Ministros de 17.06.2003, com o propósito de apresentar os elementos de uma futura 'Estratégia Nacional para o Oceano', reforçando a associação de Portugal ao mar, assente no desenvolvimento e uso sustentáveis do Oceano e seus recursos, e potenciando a gestão e a exploração das áreas marítimas sob jurisdição nacional. O 'Relatório da CEO: Um Desígnio Nacional para o Século XXI', apresentado em Março de 2004, apresenta recomendações e propostas abrangentes, constituindo um excelente esboço dessa estratégia, e tendo servido de modelo a um documento similar produzido em França e despertado interesse tanto na Alemanha como na Finlândia (Matias, 2005:3-35).

De então para cá, um conjunto de documentos importantes foi surgindo, indiciando que o tema continua a estar na prioridade da agenda política. Destaca-se a aprovação da

‘Estratégia Nacional para o Mar’ (2006-2016)² que constitui um compromisso com as gerações futuras e simultaneamente, um desafio às capacidades políticas de implementação, fazendo a integração das diferentes estratégias e programas relacionados com o mar.

Em Fevereiro de 2009, o Relatório ‘O Hypercluster da Economia do Mar. Um Domínio de Potencial Estratégico para o Desenvolvimento da Economia Portuguesa’ considera:

o sector da Pesca e de Indústria de Pescado necessita ser reconfigurado de forma a ser aproveitado o potencial da dimensão e qualidade dos recursos do mar português, usando as novas tecnologias e processos de exploração, e estruturando as cadeias de valor do pescado, de forma a potenciar um dos maiores recursos estratégicos do país (Lopes, 2009:349).

Apela ainda à integração de outras iniciativas, nomeadamente o ‘Fórum Permanente para os Assuntos do Mar’, no quadro da ‘Estratégia Nacional para o Mar e da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar’, assim como os ‘Clusters Regionais do Mar da Região Norte e da Região Centro’, integrados no ‘Quadro de Referência Estratégica Nacional’ (QREN). O primeiro está a ser dinamizado por várias entidades, entre as quais o ‘Instituto para o Desenvolvimento do Conhecimento e da Economia do Mar’ (IDCEM) e o segundo dinamizado pela ‘Associação Fórum Mar Centro’.

Portugal deve apostar decididamente na sua maritimidade, começando pela introdução da palavra ‘Mar’ no texto da ‘Constituição da República Portuguesa’³ que curiosamente não é referida, e assentar as suas políticas no contexto da política global de desenvolvimento sustentável, baseada na gestão integrada do mar, na sequência dos compromissos assumidos a partir de 1992, decorrentes tanto da ‘Conferência do Rio’⁴ como das que se realizaram posteriormente.

Em particular as zonas costeiras assumem uma importância estratégica fundamental por ser na linha de costa que se encontra a maioria das grandes cidades, onde se concentra cerca de dois terços da população e se gera aproximadamente 85% do PIB nacional. As políticas

² Resolução do Conselho de Ministros n.º163/12.12.2006

³ Lei Constitucional n.º.1/2005: VII Revisão Constitucional. Diário da República, Série 1-A, n.º. 155, de 12 de Agosto de 2005. P:4642-4686. http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Portugal_Documentos/CRP_Revisao2005.pdf (última visita em 8.12.2010)

⁴ Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992, onde foi assinada a *Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* por quase todos os países do mundo.

que têm vigorado evidenciaram grande dificuldade em articular as rápidas mudanças de paradigma com uma gestão integrada e eficaz da orla costeira e das actividades que dela dependem, historicamente muito diversificadas e frequentemente geradoras de conflitos de uso, porque por natureza, 'somos seres de conflito' (Kristeva, 2009: 207).

2 - Exploração Responsável de Recursos Marinhos e Ambiente

Do ponto de vista do conhecimento científico, os complexos fenómenos oceânicos só recentemente começaram a ser estudados de forma holística, encerrando os oceanos ainda muitos segredos, em especial no domínio profundo marinho, o maior biótopo do planeta Terra.

Entre os diversos programas em curso na pesquisa a grandes profundidades marinhas destacam-se os relacionados com a exploração de hidratos de metano, eventual alternativa ao uso de hidrocarbonetos⁵ porque se estima que correspondam a mais de 50% de todo o carbono existente no planeta, mais do que todas as reservas de materiais fósseis, de todos os seres vivos e de todas as minas de carvão somadas (Correia, 2010:90).

Na sequência do projecto de extensão da plataforma continental, que Portugal submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM, 1992), Portugal passou a dispôr de um veículo de operação remota (ROV), não tripulado, com capacidade para atingir 6 mil metros de profundidade oceânica. Estarão por esta via acessíveis aos cientistas portugueses para estudo e prospecção, os vastos e diversificados recursos existentes na ZEE nacional. Conforme estabelece a CNUDM estarão disponíveis tanto os fundos do mar como o leito e subsolo oceânicos de toda a ZEE nacional, que corresponde actualmente a 1 milhão e 700 mil km², cerca de 18 vezes a área terrestre, mas que poderá atingir cerca de 4 milhões km², se a extensão da plataforma continental se concretizar.

As novas descobertas nos mares profundos não param de nos surpreender e constituem uma área em franca expansão em diferentes domínios do conhecimento. Salienta-se a descoberta de três espécies de metazoários *Loricifera* que medem menos de um milímetro e

⁵ IV Edição do Café Ciência. 18 de Março de 2009. Acedido em 18.3.2010 no endereço:
<http://www.parlamento.pt/sites/COM/Paginas/DetalheNoticia.aspx?BID=2027>

que desafiam tudo o que se supunha saber sobre o limite da vida. Foram recolhidas em sedimentos anóxicos da bacia de Atalante, a 3 km de profundidade, no Mar Mediterrâneo, um lugar tão pouco explorado que o autor da descoberta, Roberto Danovaro, compara a ir à Lua e reunir rochas⁶. Vem corroborar o que foi referido por Luiz Saldanha quando em 1991 considerava que penetrar e estudar os abismos é um campo de acção paralelo ao da conquista do espaço (Saldanha, 1991:26). Todavia a humanidade já dispõe do levantamento de toda a superfície lunar enquanto os fundos oceânicos permanecem ainda pouco estudados.

Na área da saúde, sobressai um projecto internacional de biotecnologia marinha bastante promissor relativo à identificação e estudo de moléculas com actividades biológicas específicas, provenientes da flora e da fauna dos oceanos de todo o mundo, cujo potencial farmacológico anti-tumoral está a permitir desenvolver tratamentos inovadores. Recorre à criação de análogos químicos sintéticos das moléculas originalmente isoladas de origem marinha, contribuindo com estas boas práticas ambientais para a preservação e uso sustentável dos valiosos ecossistemas marinhos locais⁷.

Para além destas riquezas e dos bens sem mercado - os valores recreativos e cénicos ou a assimilação de resíduos - a pesca e as actividades com ela relacionadas são um valor crucial que o oceano nos faculta. O mar acolhe uma ampla variedade de seres vivos que podem ser capturados pelos pescadores ou apanhados pelos mariscadores e que após variados processos de comercialização e transformação, chegam ao consumidor. Este, por sua vez, actua fortemente sobre os recursos pesqueiros, acabando por ser um elo fundamental na cadeia trófica, sobretudo em Portugal uma vez que é o maior consumidor de pescado *per capita* da Europa - consome o triplo da média europeia - e o terceiro maior consumidor de pescado do mundo. Justifica-se deste modo que o sector da pesca em Portugal seja considerado estratégico e que seja objecto da maior atenção por parte de estudiosos e políticos, tendo em vista a gestão racional e sustentável dos recursos pesqueiros.

Os problemas de gestão dos bio-recursos marinhos em Portugal não são recentes, são complexos e estão longe de estar resolvidos. Francisco Ribeiro da Silva refere:

⁶ Encontradas três espécies que vivem sem oxigénio. Acedido em 9.4.2010 no endereço: <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=41441&op=all>

⁷ PharmaMar, leaders in the development of a new generation of marine-derived drugs. Acedido em 5.12.2010 no endereço: <http://www.pharmamar.com/company.aspx>

já no longínquo século XVI, o Poder tinha consciência de que, por um lado, os recursos da pesca não eram inesgotáveis e de que, por outro, era preciso disciplinar e controlar a natural cobiça e a conhecida propensão da índole humana para abusos egoístas (Silva, 2001:9).

Inês Amorim confirma que as preocupações com a preservação das espécies piscícolas remontam ao séc. XVI ou mesmo antes e salienta que os 25 pontos das conclusões do *Congresso Marítimo*, realizado em 1912 e promovido pela Liga Naval, criada pelo Rei D. Carlos em 1901, poderiam hoje servir para um programa de acção a desenvolver por pescadores, governo e comunidade em geral, dada a sua actualidade (Amorim, 2005:120).

A exploração dos recursos pesqueiros continua a estar sujeita a pressões ainda mal controladas por serem recursos de acesso comum sem atribuição de direitos de propriedade bem definidos ou muito controversos. Michailidis (2005:29) recorda:

o crescimento da população humana requer cada vez mais uma gestão eficiente dos recursos alimentares (...) o problema é o nosso fracasso na gestão destes recursos de uso comum, outro exemplo claro da *Tragédia dos Comuns*⁸, de Hardin.

Às questões crónicas na partilha de bens comuns acresce a dificuldade de ajustar as políticas de gestão à realidade dos ecossistemas, que levou a uma progressiva escassez de bio-recursos marinhos disponíveis, essencialmente imputável ao desrespeito pelos estreitos limites biológicos das espécies. Por se tratar de seres vivos e sendo a vida um assunto muito sério e delicado, impõe-se que o consumidor actue com conhecimento e responsabilidade, os pilares do conceito de 'Consumo Responsável'. A Comissão Europeia considera o consumidor como um agente económico que tem responsabilidades ao nível do seu mercado interno, considerando a educação do consumidor um direito que lhe assiste, para cada vez mais estar ciente que as suas escolhas afectam a si e a todos que o rodeiam (Oliveira *et al.*, 2006:21). No que concerne aos produtos da pesca, dispor de informação detalhada sobre o estado dos mananciais é fundamental para que a pressão exercida pelos consumidores possa, inclusivamente, salvar a pesca⁹.

⁸ "Tragédia dos Comuns" é conhecida na gíria dos economistas para identificar bens e serviços que são rivais no uso mas que não têm direitos de propriedade bem definidos (Dentinho, 2008). Acedido em 10.8.2010 no endereço: <http://www.auniao.com/noticias/ver.php?id=12282>

⁹ Can Consumer Pressure Help Save Our Fisheries? Acedido em 26.7.2010 no endereço: http://www.alternet.org/food/146262/can_consumer_pressure_help_save_our_fisheries

A gestão ambiental, sendo um tema que deve preocupar a sociedade civil e todos os sectores da actividade humana, interessa particularmente ao sector pesqueiro. A par dos excessos cometidos na exploração dos recursos, sobretudo devidos à pesca INN (Illegal, Não declarada e Não regulamentada) - que só no Mar de Barents se estima atingir 30% (100 mil toneladas) das capturas¹⁰ - as alterações ambientais, decorrentes muitas vezes da excessiva litoralização na ocupação do território, contribuíram sobremaneira para o depauperamento dos recursos pesqueiros a nível mundial. A importância da indústria pesqueira não se pode medir apenas pelo seu desempenho em termos de competitividade no mercado, mas também pelo modo como assume as suas responsabilidades no seio da sociedade. A capacidade de inovar, de gerar emprego, de melhorar as condições de trabalho e de promover a defesa da saúde pública, através da aplicação rigorosa das normas de segurança alimentar, devem acompanhar uma crescente responsabilização através de boas práticas ambientais.

A situação ambiental a nível global é inquietante: o dia 25 de Setembro de 2009 foi declarado pela 'Global Footprint Network', instituição que desenvolve e aplica a ferramenta Pegada Ecológica, como Dia da Ultrapassagem do Limite da Terra (*Earth Overshoot Day*), ou seja, a humanidade entrou no 'Cheque Especial da Natureza', os seres humanos passaram a consumir mais recursos naturais e serviços ecológicos do que o planeta poderia oferecer nesse ano (Cardoso, 2010).

Entretanto o recurso a novas tecnologias e a surpreendente criatividade humana permitem a constante inovação e realização de projectos cada vez mais arrojados. Um exemplo curioso é a 'Ilha Reciclável', integralmente composta por plástico reciclado, flutuante, a ser construída ao redor do Havai¹¹. Com capacidade para alojar cerca de meio milhão de habitantes, transformará as actuais concentrações de lixo do Pacífico - uma ameaça ambiental crescente - em espaços habitáveis e sustentáveis, nunca antes experimentados.

¹⁰ Sustentabilidade nas pescas é o lema da Noruega. Acedido em 13.7.2010 no endereço:

<http://www.mardanoruega.com/Not%C3%ADcias/Show+Article?key=27216>

¹¹ Arquitetos criam projeto de uma ilha de plástico, que seria construída perto do Havai.

Acedido em 05.05.2010 no endereço: <http://oglobo.globo.com/economia/morarbem/mat/2010/04/30/arquitetos-criam-projeto-de-uma-ilha-de-plastico-que-seria-construida-perto-do-havai-916473571.asp>

3 - Pescadores da Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias

Os pescadores da Pequena Pesca, denominada também Artesanal, utilizam pequenas embarcações de reduzida autonomia de operação e comprimento de fora-a-fora menor que 12 metros (Afonso-Dias *et al.*, 2007:1) e usam modelos singulares e diversificados de exploração sustentável dos bio-recursos marinhos litorais.

Apesar das persistentes dificuldades com que este sector se defronta, a frota de pesca da UE é maioritariamente constituída por embarcações da Pequena Pesca (cerca de 77%), sem arrasto, a que corresponde 65% dos empregos e 30% das capturas em valor¹². A ‘Declaração de La Coruña’, assinada por mais de 70 organizações relacionadas com a pesca e ambiente, faz a apologia da pesca costeira artesanal e pretende que ela esteja no coração da reforma da Política Comum de Pesca que está em curso. Salaria que pesca de forma não-intensiva, usa métodos de pesca sazonais e diversificados numa gama de espécies e tem um impacto relativamente baixo no ecossistema.

Recuando ao século XVI e à rede dos forais manuelinos, Francisco Ribeiro da Silva menciona:

muitos portugueses dedicavam-se à pesca como actividade principal e única, sobretudo junto às embocaduras dos grandes rios. Os forais chamam-lhes *pescadores cadimos*. A experiência e o saber transmitido ensinaram-nos a construir barcos adequados, a inventar, a adaptar e a aperfeiçoar instrumentos e artes de pesca, a aproveitar de modo excelente as potencialidades dos rios e mares que se lhes ofereciam, diferentes por vezes de lugar para lugar (Silva, 2001:9).

Estes pescadores vinham estabelecendo os alicerces das actuais Comunidades Piscatórias por toda a costa - antes mesmo da fundação da nacionalidade portuguesa - expostas aos assaltos dos corsários que as roubavam, mas que nem assim as impediam de se multiplicar, organizando-se em núcleos urbanos cada vez mais complexos. Partiam em busca de novas aventuras, fundando novas colónias piscatórias, em que ressurgiam formas de solidariedade e de organização colectiva trazidas das origens.

Se formos a ver são os cruzamentos dos astrólogos e dos astrónomos, com a actividade piscatória da época, é nesse embrião de conhecimentos e de experiências, perante uma

¹² Dados fornecidos pela DG Mare no *Seminar on Small Scale Coastal Fisheries*, 25FEV2010, Bruxelas e pelo *Annual Economic Report*, dados fornecidos pelos Estados Membros.

grande crise feudal, neste finisterra do mundo feudal, que este país, este povo arcaico, se vai lançar no mundo dos descobrimentos e essa têmpera para encarar desafios de morte, essa coragem, eu testemunhei antropológicamente nas Comunidades Piscatórias¹³.

Ao percorrer a generalidade das pequenas Comunidades Piscatórias que animam e enriquecem o extenso litoral, tanto no continente como nos arquipélagos, sente-se que elas permanecem isoladas da restante urbe, mau grado viver-se na era da comunicação - ou mesmo de excesso de comunicação, como refere Lévi-Strauss (2009:228).

As Comunidades Piscatórias atravessam um período difícil de integração na modernidade, evidenciado pela falta de profissionais no sector da Pequena Pesca que permanece desactualizado em vários aspectos, agravado pela escassez de pescado e pelas profundas mutações ocorridas na economia – o crescimento do poder da informação e dos serviços, em detrimento da agricultura, das pescas, da indústria pesada e dos produtos manufacturados.

As zonas costeiras onde as Comunidades Piscatórias se localizam são áreas muito produtivas sob o ponto de vista dos recursos biológicos mas simultaneamente muito vulneráveis às alterações da qualidade ambiental e a diversos tipos de ocupação. Esta conjuntura deixa dúvidas quanto à capacidade de resiliência destes núcleos que mantêm uma ocupação territorial secular, repleta de tradição e imaterial (saberes).

4 - Contribuição da Comunidade Científica para Políticas Sectoriais

A investigação científica é o resultado de uma acção humana. Por conseguinte, se essa acção for tomada na sua intrínseca complexidade, é ao mesmo tempo económica, política e simbólica, que são dimensões inerentes a toda a acção social, estão profundamente interligadas (Silva & Pinto, 2007:17). A procura de conhecimento através de abordagens pluridisciplinares e multisectoriais potencia o cruzamento de saberes.

A complexidade do mundo da vida faz com que o que, de modo relevante, se sabe dele seja sempre uma constelação de saberes. Todo o conhecimento é inter-conhecimento, ecologia de saberes (Santos, *in* Tavares, 2007).

¹³ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 8.

A comunidade científica defronta-se com a responsabilidade de intervir neste *puzzle* de saberes técnicos, sociais e políticos, e quer contribuir para a governação sustentável do planeta¹⁴. Considera-se que a definição de estratégias políticas em trabalhos de cariz científico deve ser uma mais-valia para a tomada de decisão política. A construção de ‘Sistemas de Apoio à Decisão Política’ bem fundamentados e actualizáveis, pode gerar eficácia nas políticas, sobretudo se houver diálogo transparente e constructivo entre investigadores, ‘práticos’ e gestores políticos.

Nunca como hoje conhecimento e acção se interpelam tanto nos grandes problemas com que se depara a sociedade moderna, seja o da exclusão, da preservação ambiental, da utilização da biogenética, etc (Guerra, 2002:50).

De salientar que no caso da Pequena Pesca estão envolvidas categorias de valores intangíveis, como sejam os valores cénicos únicos proporcionados pelas suas actividades diferenciadas; os diversos saberes (saber-saber, saber-ser, saber-estar e saber-fazer); e a biodiversidade, considerada o garante das condições de permanência da vida no planeta. Para salvaguardar estes valores intrínsecos, os modelos de desenvolvimento aplicados à Pequena Pesca não se podem restringir à componente económica, uma vez que estes valores são incomensuráveis.

Por esse motivo causam bastante apreensão as perspectivas apontadas para as Comunidades Piscatórias nos Relatórios CEO (2004) e Lopes (2009), de cariz estratégico para os assuntos do mar a nível nacional, que apesar de reconhecerem as manifestas capacidades das Comunidades Piscatórias para gerar mais-valias económicas, não são claros quanto ao destinatário final desses dividendos, se será a própria Comunidade Piscatória ou agentes externos que operam na óptica estritamente economicista e que podem pôr em risco a sustentabilidade das Comunidades Piscatórias, especialmente se não houver uma intervenção cautelar por parte da Administração das Pescas.

Torna-se inadiável o desenvolvimento de novos conceitos ou a renovação de alguns já existentes, nomeadamente modelos bio-económicos que integrem a ‘Gestão eficiente de recursos biológicos’, sob a égide do ‘Princípio da Precaução’, e novas perspectivas de desenvolvimento humano para as Comunidades Piscatórias (Viegas, 2008b).

¹⁴ Contestar Ribeiro Teles que acusou os técnicos portugueses de se centrarem apenas nas suas áreas, onde cada sector universitário acha que é mais importante do que o outro (*in* Feio & Marques, 2010).

A estratégia para políticas de gestão sustentável definida para os bio-recursos marinhos deve estar integrada na estratégia para o desenvolvimento dos recursos humanos directamente envolvidos na sua exploração, contando com a participação das respectivas Comunidades Piscatórias. Devem ainda obedecer aos princípios da 'Educação para a Sustentabilidade da Zona Costeira', definidos pela ONU¹⁵. Esta constatação resultante do conhecimento de proximidade determinou a estrutura do presente trabalho e a natureza das fontes de dados utilizadas.

5 – Estratégia para Políticas de Gestão e de Desenvolvimento Sustentáveis

Os novos cenários institucionais, legais e económicos, a nível nacional e internacional, têm repercussões também na vida nas Comunidades Piscatórias. A progressiva perda de competitividade resultou de uma conjuntura complexa, com destaque para o envelhecimento da classe piscatória, a inadequação da frota, a reduzida capacidade empresarial, a gestão sem inovação e a dificuldade de captação de apoios financeiros, decorrentes sobretudo dos baixos níveis de escolaridade dos pescadores. São padrões pouco compatíveis com o grau de exigência estabelecido pelo mercado globalizado do século XXI e que se afastam também dos 'Objectivos do Milénio' para o Desenvolvimento Humano, definidos em 2000 pelas Nações Unidas, que a par da Erradicação da Pobreza Extrema e da Fome, estabelecem como fundamental a Sustentabilidade Ambiental ¹⁶.

Falharam as estruturas governativas nacionais que não dotaram os sectores tradicionais, neste caso os ligados à actividade pesqueira, de mecanismos adequados ao seu desenvolvimento, em parte devido a um certo autismo histórico que menospreza a litoralidade, a par da incompetência política para dignificar a profissão Pescador. A concepção e implementação de medidas estruturais pontuais e inconsequentes, sem uma avaliação sistemática e integradora das políticas de desenvolvimento, deixaram as Comunidades Piscatórias pouco capazes de reagir ou de criar alternativas, sobretudo a nível económico.

A inversão do actual modo de estar implica um esforço colectivo, pela tomada de consciência de que somos apenas um elo da cadeia universal, que nos obriga a explorar a

¹⁵ DNUEDS - Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014

¹⁶ Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DNUEDS) 2005-2014.

capacidade dos ecossistemas de forma sustentável e integrada, antes que essa possibilidade se esgote no tempo. Reinventar a participação pública através de novos métodos e instrumentos de comunicação, adaptando conceitos aos novos problemas sociais, culturais e ambientais. Mas o Estado continua a ter um papel crucial e não deve permanecer indiferente às grandes assimetrias de desenvolvimento humano que se verificam entre as diversas zonas que compõem o território nacional. Deve agir intervindo numa nova missão reguladora que promova a equidade e o pilar do novo modelo económico, a sustentabilidade.

O conceito de 'desenvolvimento sustentável' emergiu assim da necessidade de aplicar à exploração dos recursos naturais, renováveis e acessíveis, novas teorias económicas que articulassem o desenvolvimento económico com a conservação ambiental. Surgiu pela primeira vez em 1987 no 'Relatório Brundtand - Nosso Futuro Comum' e foi generalizado no seio da 'Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento', das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, em 1992 e na 'Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento' subsequente. Quando é aplicado a sistemas dinâmicos como são as Comunidades Piscatórias e os recursos pesqueiros que exploram, pode ser considerado um conceito controverso. Contudo reflecte ainda os pressupostos inicialmente definidos, significando em síntese, o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

O termo 'sustentabilidade' não é consensual, uma vez que para alguns autores a expressão é demasiado vaga, podendo significar tudo ou então nada de muito preciso. Talvez por ser demasiado intuitivo o termo se tenha vindo a generalizar, sendo usado em áreas muito diversas. A respeito da indústria automóvel e de mobilidade, Brandão Moniz refere que sustentabilidade é um conceito cada vez mais importante que apenas recentemente tem sido tomado em consideração, quer pelos agentes políticos, quer pelos investigadores, e que será estudado também por cientistas sociais (Moniz, 2004: 4). Mas quando aplicado a ecossistemas marinhos tem levantado alguma controvérsia por aí as repercussões dos fenómenos serem menos previsíveis e derivarem de ações em cadeia por vezes sentidas em pontos afastados da sua origem.

Algumas organizações, maioritariamente de carácter não-governamental, iniciaram a denúncia de situações de agressão ambiental, sobretudo a partir do acidente de

contaminação da baía de Minamata, no Japão, nos anos 1960, em que centenas de pessoas foram envenenadas por mercúrio através do consumo de peixe.

As bases sociais estiveram na origem de uma abordagem mais ambientalista, desenvolvendo-se a partir da década de 90 uma orientação ecologista, mais abrangente. Colocando-se na vanguarda de acções sociais colectivas, estes movimentos foram gradualmente obtendo resultados ajustados aos princípios da sustentabilidade, que viram reflectidos na abordagem política dos problemas ambientais, de forma peculiar na UE. As estruturas e as formas de acção colectiva (mais ou menos formalizadas/institucionalizadas) são “artefactos humanos”, segundo Guerra (2002:50), estruturação de um “mínimo de organização dos campos de acção social”.

As organizações de defesa do ambiente conseguiram a disseminação do conceito de sustentabilidade e graças sobretudo às novas tecnologias de informação e comunicação, é cada vez mais ampla a mobilização de vários sectores da sociedade civil para acções colectivas de defesa do ambiente. Têm ainda o mérito de incutir a noção da responsabilidade, de que é preciso alterar o paradigma e inovar nas soluções, salientando que cada um é parte do problema mas que simultaneamente, deve fazer parte da solução, agindo como actores que ‘têm nas suas mãos o fermento da mudança’ (Guerra, 2002:49).

Para a concretização dos objectivos desta pesquisa relacionados com estratégia, o conceito implicou a definição das linhas de acção a estabelecer nos programas governamentais, ou seja, os meios que permitem atingir os fins políticos em vista. A via utilizada, o método da ‘Estratégia de Actores’ (Perestrelo, 2000:8) proporcionou informação abundante, que se revelou imprescindível à concretização do trabalho. Junto dos principais actores envolvidos, tanto na gestão dos bio-recursos marinhos explorados pela Pequena Pesca como nas questões relacionadas com o desenvolvimento integrado das pequenas Comunidades Piscatórias, procurou-se o envolvimento e a responsabilidade dos actores, fomentando a criatividade e a inovação quando estavam em causa temas de carácter prospectivo.

De posse deste vasto manancial de informação, obtido essencialmente por entrevista gravada, e da sua sistematização através de diversos métodos analíticos, tornou-se possível formalizar linhas de acção, recomendações estratégicas de sustentabilidade, para as políticas sectoriais a implementar nessas áreas. As recomendações assim conseguidas traduzem as preocupações de âmbito sócio-ambiental, interesses e objectivos dos actores,

até porque a tomada de decisão interessa todos os que vão sofrer as consequências dessas decisões. Segundo Guerra (2000:4) esta metodologia da estratégia de actores, atribuída a M. Godet, obriga a uma maior sistematização de pensamento.

Para a formulação das estratégias recorreu-se ainda a uma ferramenta do planeamento estratégico - Análise *SWOT* – inicialmente usada na estratégia militar e posteriormente aplicada à área empresarial, que aqui se tentou adaptar aos fins propostos. Como resultado surgiu a 'Estratégia de Apoio à Decisão Política - Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias' que culmina esta pesquisa mas que deverá ser permanentemente actualizada com os contributos dos actores.

6 – Motivação para o Tema do Estudo e sua Relevância

A questão de investigação central desta pesquisa emergiu quando se iniciou o estudo de algumas artes de pesca tradicionais não regulamentadas mas usadas regularmente nas pequenas Comunidades Piscatórias da região Norte de Portugal, através de métodos da Pequena Pesca¹⁷. O contacto então estabelecido com as realidades vivenciais dessas Comunidades Piscatórias despertou várias interrogações i) quanto à sustentabilidade na exploração dos bio-recursos marinhos, ii) quanto à sustentabilidade da ancestral resiliência demonstrada pelas Comunidades Piscatórias, iii) quanto à viabilidade de um modelo universal de desenvolvimento integrado e sustentável das pequenas Comunidades Piscatórias. Em síntese: - *Pequenas Comunidades Piscatórias - Que futuro?*

Numa abordagem exploratória constatou-se que para algumas Comunidades Piscatórias os cenários que se desenham são tendencialmente negativos, em casos específicos quase no limiar da catástrofe, o que suscitou o interesse em estudar estratégias para políticas de desenvolvimento integrado e sustentável desses característicos núcleos populacionais. Importava uma pesquisa prospectiva, decorrente de informação privilegiada oriunda das próprias Comunidades Piscatórias e de sectores que com elas estão relacionados. Procurou-se averiguar antecedentes explicativos da situação actual, identificar os problemas e estabelecer estratégias inovadoras aplicáveis à acção política, orientando-a para cenários de desenvolvimento integrado e sustentável.

¹⁷ Deste estudo resultou a informação publicada em Viegas (1998), Henriques *et al.* (2001a), Henriques *et al.* (2001b), Felício *et al.* (2001a), Felício *et al.* (2001b) e Ceia *et al.* (2004).

Simultaneamente pretendia-se averiguar a sustentabilidade da exploração dos bio-recursos marinhos explorados pelas pequenas Comunidades Piscatórias com o uso de métodos da Pequena Pesca. Utilizaram-se séries históricas de desembarques em lota incidindo na análise de aspectos relacionados com a caracterização ecológica.

A abordagem ao tema da investigação resultou, por conseguinte, marcadamente interdisciplinar, contando com a colaboração de actores provenientes de diferentes sectores de actividade. Deste desafio resultaram vários contributos, de que destacamos a 'Estratégia de Apoio à Decisão Política - Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias'. Estas propostas estratégicas devem ser articuladas com a Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) uma vez que a localização geográfica das Comunidades Piscatórias assim o aconselha.

A importância deste tipo de pesquisa para as pequenas Comunidades Piscatórias é indiscutível porque tem a ver com a construção de 'futuros' que se pretende afastados das previsões de cenários negativos. A progressão do trabalho foi confirmando a oportunidade e o interesse da pesquisa, decorrentes da feição marcadamente multidisciplinar ter resultado numa multiplicidade de visões sobre as questões de investigação. Possibilitou ainda explorar mecanismos de gestão inovadores que permitam a preservação desses núcleos piscatórios em harmonia tanto com as condições ambientais e os bio-recursos explorados, como também com a inevitável expansão dos espaços urbanos circunvizinhos.

Encontram-se ainda outros argumentos que reforçam a escolha do tema e realçam a sua utilidade se atendermos aos princípios proclamados na 'Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento', que constituem estratégias verdadeiramente essenciais para o futuro da humanidade e, por conseguinte, devem ser estruturantes de qualquer estratégia relacionada com desenvolvimento sustentável, como é o caso deste estudo. Por essa razão são aqui transcritos os princípios mais relacionados com o tema do trabalho e que estão subjacentes às propostas apresentadas.

Princípio 1 - os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável; têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

Princípio 4 - para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste.

Princípio 20 - as mulheres desempenham papel fundamental na gestão do meio-ambiente e no desenvolvimento, sendo a sua participação plena essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável (Conferência das Nações Unidas, Rio 92).

A pesquisa bibliográfica exploratória não permitiu encontrar estudos similares ao que se pretendia encetar no início do trabalho, foi já numa fase avançada que se deparou com duas equipas nacionais, uma da Universidade Nova de Lisboa/IMAR, com o Projecto MarGov e outra da Universidade dos Açores/Gabinete de Gestão e Conservação da Natureza, com o Projecto MODISFISC - Gestão do Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Piscatórias. Apesar de seguirem metodologias diferentes revelam um objectivo convergente com o que é proposto nesta pesquisa: potenciar o desenvolvimento integrado e sustentável de Comunidades Piscatórias.

Outro facto que leva a considerar a oportunidade deste trabalho é a circunstância de se registar interesse crescente, um pouco por todo o mundo, pelas Comunidades Piscatórias e pelos métodos da Pequena Pesca que utilizam no seu quotidiano.

7 – Planeamento do Estudo

Como já referido, as questões de investigação desta pesquisa foram surgindo no decurso das visitas de estudo efectuadas às Comunidades Piscatórias litorais que no seu quotidiano exploram os bio-recursos marinhos, socorrendo-se de métodos associados à Pequena Pesca, que constituem o tema central do trabalho.

A impossibilidade logística de fazer uma abordagem directa ao universo das pequenas Comunidades Piscatórias do território nacional, originou o estabelecimento de um plano de amostragem para a recolha de dados que contemplou apenas algumas Comunidades Piscatórias do continente e da Região Autónoma dos Açores.

Ajustando-se à extensão e à interdisciplinaridade da conjuntura em estudo, o plano de trabalho teria que prever a obtenção de informação multifacetada que visasse, entre outros, dois objectivos específicos: i) a caracterização de pequenas Comunidades Piscatórias, enquadrada numa investigação qualitativa e interpretativa; ii) a caracterização ecológica dos bio-recursos marinhos explorados nessas Comunidades Piscatórias, de natureza essencialmente estatística, a ser obtida a partir de dados oficiais das pescas. A diversidade

das fontes de informação implicou, por sua vez, o uso de diferentes métodos de colheita de dados: i) entrevistas semiestruturadas; ii) estatísticas oficiais das pescas; iii) observação não-participante; iv) dados documentais.

O plano de trabalho previu ainda a selecção de duas pequenas Comunidades Piscatórias para testar o nível de semelhança entre ambas, que nalguns aspectos parecia elevado, e deste modo averiguar a possibilidade do estabelecimento de um arquétipo de plano de desenvolvimento integrado e sustentável que fosse aplicável à generalidade das Comunidades Piscatórias de pequena escala, salvaguardando adaptações às especificidades locais. A escolha recaiu na Praia de Angeiras, uma Comunidade Piscatória que dista cerca de 10 km a Norte de Matosinhos, um porto de pesca de maior dimensão, e na Praia da Aguda, outra Comunidade Piscatória existente a cerca de 15 km a Sul de Matosinhos, que seriam alvo de uma análise estatística comparada, através da aplicação SPSS- *Statistical Package for the Social Sciences*.

Posteriormente toda a informação colectada seria processada e sujeita a métodos analíticos escolhidos de acordo com a natureza dos dados. Algumas dificuldades de ordem metodológica seriam superadas através de ligeiras adaptações tendo em vista as estratégias ambicionadas. Também não foi previsto pré-estabelecer as categorias resultantes da análise de conteúdo qualitativa específica das entrevistas do painel de informantes privilegiados uma vez que a metodologia adoptada seria simultaneamente indutiva e dedutiva, para permitir uma maior capacidade analítica dos dados.

Por fim, após a realização das análises planeadas, seria elaborado um relatório científico com os resultados, a discussão e as conclusões do estudo, sob a forma de dissertação académica.

8 - Objectivos Expectáveis do Estudo

Esta pesquisa teve como objectivo principal o estudo de pequenas Comunidades Piscatórias visando o seu desenvolvimento integrado e sustentável e a gestão sustentável dos bio-recursos explorados pela Pequena Pesca, nessas Comunidades Piscatórias. Entendeu-se ser necessário criar mecanismos para uma intervenção pluri-institucional que garanta um futuro digno e sustentável para estes frágeis núcleos dependentes da Pequena Pesca,

ancorados, pela sua localização, à complexa Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) que é urgente implementar.

Pretendeu-se como objectivos principais a elaboração de recomendações estratégicas e estratégias de apoio à decisão política, nomeadamente:

- i) *Recomendação Estratégica para a Gestão Sustentável dos Bio-recursos marinhos acessíveis à Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias;*
- ii) *Recomendação Estratégia para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Comunidades Piscatórias;*
- iii) *Estratégia de Apoio à Decisão Política- Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias.*

A elaboração dos objectivos precedentes fundamentou-se em dois objectivos preliminares:

- iv) *Caracterização Ecológica dos Bio-recursos explorados pela Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias;*
- v) *Reflexões sobre o Tradicional na Modernidade nas Comunidades Piscatórias.*

Estes propósitos enquadram-se nos 'Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas' (ONU, 2000)¹⁸ que sugerem a integração de princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais (objectivo 7) e a criação de uma parceria global para o desenvolvimento que inclua um compromisso em relação a uma boa governação, permitindo o desenvolvimento e a redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional (objectivo 8).

¹⁸ Declaração adoptada pelos 189 membros da Assembleia Geral que prevê atingir a concretização de oito objectivos de desenvolvimento até 2015.

Capítulo I

BIO-RECURSOS MARINHOS, AMBIENTE E COMUNIDADES PISCATÓRIAS

- 1 - Gestão Sustentável de Bio-recursos Marinhos
 - 1.1 – Exploração de Recursos Marinhos em Comunidades Piscatórias
 - 1.2 – Pequena Pesca em Comunidades Piscatórias
 - 1.3 - Análise Ecológica da Pequena Pesca
 - 1.4 - Responsabilidade na Preservação dos Bio-recursos Marinhos
 - 2 - Comunidades Piscatórias: reflexões sobre o tradicional
 - 2.1 - Comunidades Piscatórias
 - 2.2 – Pescadores: *A nossa universidade da vida é o mar*
 - 2.3 – Mulheres na Pesca: *As mulheres são mais produtivas que os homens*
 - 3 – Recomendações intercalares
-

*Um barco parece ser um objecto cujo fim é navegar;
mas o seu fim não é navegar, senão chegar a um porto.*

Bernardo Soares (*Soares, 2007:7*)

1 - Gestão Sustentável de Bio-recursos Marinhos

O pescador da Pequena Pesca que se aventura mar adentro na procura do sustento para a sua família, quer mesmo é regressar com o seu pescado ao porto ou simplesmente à praia, porquanto a grande maioria nem porto tem para desembarcar.

Também quem dirige o 'barco' do conhecimento científico aplicado aos recursos pesqueiros, ambiciona levá-lo até próximo da realidade que o mar teima esconder nas suas misteriosas águas, para 'desembarcar' as bases científicas de Sistemas de Apoio à Decisão¹, sistemas de informação que combinam modelos e dados e que visam resolver problemas pouco ou nada estruturados, como é o caso da pesca e da sua gestão.

Pescadores e investigadores nem sempre se cruzam nestas jornadas, não é frequente haver essa *cultura dialógica*, e todos os saberes ficam mais pobres e por inerência, também os resultados podem advir comprometidos.

O conflito existe essencialmente porque há perspectivas diferentes: a) uma perspectiva de curto prazo, 'enquanto houver é para explorar porque os nossos filhos já não vão para a pesca'; b) uma perspectiva científica de que as coisas estão em crise e poderá haver, a médio prazo, ausência de recursos para a pesca. É preciso transmitir a ideia de alargar os horizontes e isso só se consegue se as Comunidades Piscatórias começarem a pensar que os filhos vão continuar a actividade, porque se elas estão a pensar que os filhos não vão dar continuidade à actividade piscatória, é evidente que se desinteressam pela preservação dos recursos.

Atingiu-se um exagero na vontade de regulamentar, na proliferação da legislação, quando depois da revolução de Abril se quis dar outros caminhos. Por exemplo, o 'Tapa-esteiros' que existia no Algarve e no Barreiro, foi uma arte legislada e deslegislada. Fazia-se uma legislação, ainda não se sabia o resultado e já estava outra a alterar. Acontecia também com

¹ JSF, s.d., Sistemas de Apoio à Decisão. Acedido em 9.12.2009 no endereço: http://www2.egi.ua.pt/cursos/files/SAD/7.%20SAD's_Introd.pdf

a Mugiganga, não saiu lei; com os covos dentro e fora das rias; a colocação das redes de emalhar e a distância à costa que também mudava. Levávamos muito tempo a ensaiar e parece que os resultados não foram brilhantes, não por causa dos pescadores. Eles contestavam, sentiam-se muito oprimidos e explorados. Caiu-se numa exigência exagerada. Percorri o país de Norte a Sul, incluindo os acidentes naturais que estavam sob jurisdição marítima. Em inícios dos anos 90 andámos em Crestuma a fazer uma experiência de pesca, praticamente levávamos as lampreias ao colo e passávamos para o outro lado da barragem. Perguntava a EDP: - 'Quer parar a barragem por causa de uns peixinhos?' O nosso trabalho só foi frutuoso para os pescadores que lá iam no dia seguinte, sem trabalho nenhum, pescá-las. A situação da Pequena Pesca daí para cá piorou e de que maneira².

Espera-se da investigação pesqueira propostas actualizadas de estratégias de gestão racional, que constituam um suporte estruturante das decisões políticas, cuja finalidade deverá ser a exploração máxima e sustentada dos recursos naturais e do meio ambiente. Para isso deverá dispor de um programa de avaliação das pescas que estabeleça o estado do recurso e que determine o nível até ao qual ele pode ser explorado sustentavelmente, numa abordagem ecossistémica. As estimativas dos mananciais, a par das considerações ambientais, económicas, sociais e políticas, são usadas para propor estratégias de gestão para a pesca (King, 1995:236)³.

Mas a investigação pesqueira defronta-se com muitas dificuldades, a começar pelas características naturais dos recursos marinhos - renováveis, interactivos mas também de propriedade comum e de acesso livre - e prosseguem na informação fundamental, proveniente dos programas de monitorização dos mananciais pesqueiros em larga escala, que nem sempre se timbra pela regularidade e pelo rigor. Debate-se ainda com a crónica falta de 'estatísticas de confiança', referida por Russel (1943:42) e confirmada por Fernando Santos:

a dificuldade que oferece a estatística portuguesa para o estudo da pesca dado, por um lado, a existência de deficiências no tocante às variáveis tratadas (quebras nas séries estatísticas) e, por outro, a ocorrência de erros significativos (desembarques infraestimados) (Santos, 1999-2000:49).

² Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 13 e 28A.

³ Tradução livre do inglês.

Acrescentaríamos que não há uniformidade nos critérios entre os diferentes organismos envolvidos na recolha e tratamento da informação estatística, a começar pelas definições dos conceitos mais elementares, por exemplo, Pequena Pesca, que não se encontra definido nos documentos do INE, apenas é feita referência à Pesca Local assim definida: pesca realizada pelas embarcações de pesca local, nos rios, estuário dos rios, lagunas, praias e orlas marítimas junto à terra e sempre próximo do local onde vara, fundeia, ou atraca a embarcação (INE, 2009:7).

O somatório destas dificuldades dá por vezes resultados menos desejados, com modelos que não desempenham bem o papel de sustentáculo de políticas assertivas para o sector. Porque um Sistema de Apoio à Decisão compõe-se de vários subsistemas: Gestão de Dados, Gestão de Modelos, Gestão de Conhecimento e Interface com o Utilizador. Se qualquer destes subsistemas, que funcionam em rede, estiver mal dimensionado ou irregular, a tomada de decisão dificilmente poderá ser a mais desejada. É também relevante o efeito da multiplicidade de factores que influenciam a mortalidade dos peixes para além da proveniente da pesca, e que são difíceis de contabilizar e incorporar nos modelos, como sejam a poluição e as alterações climáticas, e que podem estar na origem de muitos casos de deficiente gestão ‘científica’ das pescas, por omissão.

1.1 – Exploração de Recursos Marinhos em Comunidades Piscatórias⁴

A actividade pesqueira nas pequenas Comunidades Piscatórias está alicerçada na *Pequena Pesca*, também designada por *Pesca Artesanal*, que em 2007 abrangia, no continente, cerca de 91% da frota de pesca (Figura 1.1).

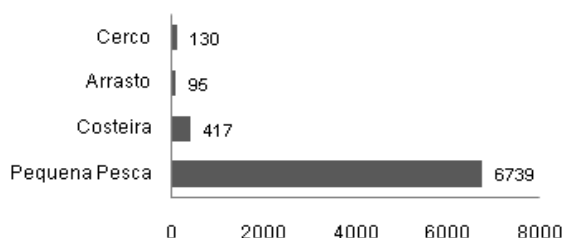


Figura 1.1 - Composição da frota de pesca por segmento de pesca, em 31.12.2007, no continente.
Fonte dos dados: DGPA (2008b).

⁴ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 21, 24, 28A e 30.

O universo da Pequena Pesca inclui a *Pequena Pesca Costeira*, com embarcações com menos de 12 metros de comprimento fora a fora e a *Pesca Local*, exercida por embarcações que não excedam 9 metros de comprimento fora a fora, caso operem em águas oceânicas, ou 7 metros, em águas interiores do continente. Os requisitos específicos das embarcações de pesca estão definidos no Decreto Regulamentar nº 7/2000, de 30 Maio.

A Pesca Artesanal é toda direccionada ao consumo humano, enquanto muito da Pesca Industrial não é ou é como subproduto ou produtos transformados. A ocupação que é dada nas nossas águas à Pequena Pesca corresponde a 90% da actividade da pesca em Portugal. Isso foi esquecido durante os anos 80, durante muito tempo em que as autoridades davam importância à dita Pesca Industrial, aos grandes armadores: a frota do bacalhau e as frotas da Namíbia e da África do Sul. A Pequena Pesca era totalmente ignorada, vista como 'a filha menor da fileira das pescas'. Um erro absoluto porque é aí que culturalmente as coisas se geram. A Pequena Pesca, além de uma riqueza de utilização em termos de diversidade de espécies que são objecto da sua captura, cruza-se com outros segmentos, com a Pesca Desportiva, e com uma coisa que Portugal, teimosamente, continua a querer ignorar: a Pesca-turismo. Há quem defenda que à medida que a pesca se torna mais desenvolvida, deixa de ser Artesanal e passa a ser Costeira. Não é essa a ideia em Portugal, devíamos reforçar a Pequena Pesca e não apostar na Pesca Costeira porque Portugal tem recursos que são mais diversificados.

A Pesca Artesanal Local é o sector da pesca que inclui o maior número de pescadores e envolve artes cujas características são exclusivas desta Pequena Pesca. Pelo facto de operar em zonas muito sensíveis - pequenos fundos e acidentes naturais - e por operar com artes das quais não se conhecia a 'lesividade' mas se atribuía que existia, era realmente um mundo fascinante. Fica este meu desespero de, 20 anos passados, achar que é mais difícil ainda, embora continue convencida que é um potencial a explorar. Desvalorizamos o que temos de bom e a pesca, toda a vida fomos bons na pesca!

Em termos de recursos e de costa marítima, alguns mais cépticos consideram que Portugal não tem capacidade para sustentar centenas de embarcações com tecnologia extremamente evoluída como a que já existe hoje e que o grosso desse armamento tem que ir para a miséria ou para a pesca ilegal

O Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009, veio confirmar a 'competência exclusiva' da UE sobre a 'conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da Política Comum de Pesca'. Produziu como um dos efeitos imediatos, segundo Marta Chantal Ribeiro, a regra da reserva de acesso aos pescadores nacionais tornar-se em excepção (Ribeiro, 2010: 67). Apesar da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM) prever a gestão dos recursos haliêuticos pelos Estados ribeirinhos, Portugal ao ratificá-la teve que salvaguardar que 'transferiu competências para a Comunidade Europeia em algumas das matérias reguladas na presente Convenção' (*ibidem*, 68).

A actividade pesqueira a nível da UE e por conseguinte, em Portugal, está regulamentada pela 'Política Comum de Pesca' (PCP), que se encontra em processo de reforma, e que é coordenada pela 'Política Marítima Integrada', estabelecida em 2007 para o período 2011-2013. Os objectivos principais são: i) Maximizar a exploração sustentável dos mares e oceanos, sem pôr em causa o crescimento da economia marítima e das regiões costeiras; ii) Organizar uma base de conhecimentos e de inovação para a política marítima; iii) Oferecer uma melhor qualidade de vida nas regiões costeiras e ultraperiféricas, em conciliação com o desenvolvimento económico e com o respeito pelo ambiente. A 'Directiva-Quadro 'Estratégia Marinha' ⁵ adoptada em 2008, é assim um elemento fundamental da Política Marítima Integrada da UE. Propõe a definição de 'Descritores qualitativos para a definição do bom estado ambiental' que os Estados-Membros devem ter em conta para definir as características do estado ambiental de uma região ou sub-região marinha, entre eles a 'biodiversidade' e o 'estado dos mananciais dos recursos explorados comercialmente'.

Refere:

as estratégias marinhas aplicam uma abordagem ecossistémica à gestão das actividades humanas, assegurando que a pressão colectiva de tais actividades seja mantida a níveis compatíveis com a consecução de um bom estado ambiental e que a capacidade de resposta dos ecossistemas marinhos às modificações de origem antropogénica não seja comprometida, permitindo simultaneamente a utilização sustentável dos bens e serviços marinhos pelas gerações presente e futura.

A gestão das pescas com base nos ecossistemas significa uma atenção permanente ao impacto ambiental por ela exercido, nomeadamente através da eliminação das práticas de

⁵ Directiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

pesca lesivas dos habitats e dos mananciais dos bio-recursos explorados. Estas preocupações, aliadas ao princípio da precaução e às ferramentas complementares baseadas na área - zonas de veda, áreas marinhas protegidas e reservas - são instrumentos importantes que visam critérios de sustentabilidade.

A nível da Pequena Pesca, a sustentabilidade só ficará assegurada se não for esquecida uma componente basilar na prossecução desses propósitos: os pescadores artesanais e de subsistência, inseridos nas suas Comunidades Piscatórias. Estudos efectuados em vários pontos do globo demonstraram que os regimes de uso e gestão dos mananciais disponíveis, para atingirem os níveis de eficácia desejados, devem ter *carácter consultivo e participativo*, para envolver todas as partes com legítimos interesses na gestão e preservação das pescas.

No processo consultivo em curso na ONU sobre os 'Oceanos e a Lei do Mar', os pescadores da Pequena Pesca declararam que o desenvolvimento da pesca responsável e sustentável só é possível se os seus direitos políticos, civis, sociais, económicos e culturais forem dirigidos de forma integrada (Mathew, 2009). E apesar de não ser um assunto novo, nem sequer consensual no seio da UE, a questão '*Quem deve ter o direito de pescar*' continua na agenda política⁶ e em acesa discussão os modelos de gestão a ser adoptados na futura Política Comum de Pesca. Referimos modelos porque a natural variedade de mananciais e de relações interespecíficas nos ecossistemas, assim como o conhecimento do estado de conservação desses mananciais, não se coadunam com a existência de um modelo de gestão universal para todas as frotas de pesca e para a imensa variedade de condições biogeográficas existentes na UE e consequente biodiversidade.

A terra pertence sempre a alguém, mas o mar não é de ninguém. O mar é de todos...o mar é de Deus (Alvina, *in* Cole, 1994:71). Os pescadores e as pescadeiras dizem que pescavam onde queriam e que os locais onde pescavam variavam diariamente, semanalmente e sazonalmente. Respeitavam os direitos de acesso numa base de 'quem chega primeiro, primeiro se avia'. Contudo, as suas licenças de pesca autorizavam-nos apenas a pescar em zonas locais até 12 milhas da costa, entre os portos de Póvoa de Varzim e Matosinhos (Cole, 1994:71-72).

A pesca fora das nossas águas territoriais sofre uma enorme pressão por parte de barcos de diferentes países, o que leva a colocar o problema das nossas pescarias dentro de uma

⁶ Acedido em 11.8.2010 no endereço: <http://www.cfp-reformwatch.eu/2010/09/greensefa-hearing-who-should-have-the-right-to-fish-2-september/>

globalidade que nos obriga a falar aqui do que na bibliografia anglo-saxónica (e entre nós por mimetismo) vem sendo tratado como *The Tragedy of the Commons*. Dito de uma forma breve: todos querem conseguir a maior quantidade de peixe numa zona determinada, e isto leva a uma tremenda sobre-exploração, pois o que é de todos não é de ninguém (Soeiro *et al.*, 1999:72-73).

O conceito de Gestão Policêntrica de Sistemas Económicos Complexos, nos casos de exploração de recursos de uso e propriedade comum, preconizado por Elinor Ostrom (Prémio Nobel de Economia em 2009) é baseado no estudo de comunidades piscatórias de todo o mundo, e vem confirmar a importância de estudos empíricos no laboratório. Preconiza que aprender a confiar nos outros é central para a cooperação (Ostrom, 2010).

Estão em curso alguns projectos em áreas até então consideradas de livre acesso que foram transformadas em espaços onde os recursos são explorados de forma comunitária por pescadores artesanais organizados. Podemos referir como exemplo as *Reservas Marinhas de Interesse Pesqueiro*, exploradas pela *Confraría de Pescadores de Lira*, na Galiza, Espanha (Allut&Jesus, 2009) e as *Reservas Extrativistas Marinhas* (REM), em vários locais do Brasil, onde se defende o direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum (Chamy, s.d.-a; s.d.-b).

Mas encontramos referências de estudos de caso um pouco por todo o mundo, especialmente em países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), alguns projectos desenvolvidos em Áreas Marinhas Protegidas (AMP) como no caso do *Parc Naturel Marin d'Iroise* (Brest, Bretanha, França), constituído em Outubro de 2007 e que é apontado como modelo para os pescadores que desejam avançar para uma pesca sustentável, mantendo as suas fontes de subsistência (Sann, 2008). Os benefícios que trazem para a pesca são consideráveis pois funcionam tanto como maternidade como zona exportadora de adultos para zonas adjacentes de pesca.

Em Portugal existem dois projectos que seguem esta filosofia, o Projecto MODISFISC e o Projecto Margov. O Projecto MODISFISC - Gestão do Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Piscatórias, na Ilha Terceira (Açores)⁷, pretende obter um sistema de apoio à

⁷ Acedido em 30.7.2010 no endereço: <http://www.angra.uac.pt/ggcn/investigacao/modisfisc.html>

decisão na gestão dos recursos pesqueiros açorianos, vocacionado para potenciar o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionalmente pobres.

O Projecto Margov – Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas, desenvolvido no Parque Marinho Professor Luiz Saldanha, Área Marinha Protegida (AMP) que integra o Parque Natural da Serra da Arrábida⁸ e visa contribuir para a sustentabilidade do oceano através de um modelo de gestão participada dos recursos naturais, estruturado em três componentes: i) Governância, que integra aspectos de participação, colaboração e decisão, assegurando o envolvimento activo e efectivo dos actores-chave; ii) Cidadania, que visa a consciencialização, sensibilização e formação dos cidadãos e organizações; iii) Estrutura Dinâmico-Espacial que assegura um registo dinâmico-espacial da informação, Indicadores de sustentabilidade (socioeconómicos, ambientais e institucionais/governança), categorizados de acordo com o modelo Pressão–Estado–Impactes–Respostas, visualizáveis numa plataforma SIG - Sistema de Informação Geográfica.

Uma referência, ainda que breve, terá que ser feita à pesca ilegal, Não declarada e Não regulamentada (INN ou IUU, em inglês), um flagelo globalizado que ameaça a biodiversidade e cria injustiça na exploração dos recursos marinhos, tornando-se crucial o seu combate para garantir a sustentabilidade das pescas. Portugal aplica um regime comunitário para prevenir, impedir e eliminar este tipo de pesca⁹.

1.2 – Pequena Pesca em Comunidades Piscatórias

Fundamentada nas entrevistas do painel e tendo em vista a elaboração das recomendações intercalares apresentadas no fim do capítulo, foi realizada a análise de conteúdo qualitativa das entrevistas, estruturada nas categorias - Artes de Pesca, Licenciamento, Rendimentos da Pesca, Defeso, Fiscalização da pesca e 'Pesca não Profissional' e Pesca Lúdica – que se apresentam em excertos codificados, letra em tom de cinza e mais pequena do que restante texto. O senso comum, interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade (Santos, 2007: 57).

⁸Projecto distinguido em 2008 com o Galardão *Gulbenkian/Oceanário de Lisboa*. Acedido em 8.5.2010 no endereço: http://margov.isegi.unl.pt/index.php?ID_DONDE=0105

⁹ Circular n.º 4/2010, Série II.13.1.2010, do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

*Artes de Pesca*¹⁰. Para além da riqueza patrimonial e do valor cénico que representam, as artes de pesca e os métodos usados pelos pescadores da Pequena Pesca demonstram um grande *conhecimento ecológico local*, proveniente das suas práticas tradicionais. Como demonstram os excertos das entrevistas do painel que apresentamos de seguida:

O camarão e a navalheira comem a própria cria, não podem ser criados em aquicultura. O camarão não foge da zona, ele anda para se encostar às costaneiras da pedra; quando o mar rebenta e mexe, ele despega-se, emigra. A amêijoia também anda de fundos para fundos¹¹.

Este vasto conhecimento deve ser integrado, num esforço conjunto entre utilizadores e investigadores, no sentido de aumentar a eficiência das artes, seja pelo uso de novos materiais na sua confecção, mais degradáveis, ou pelo recurso a novas tecnologias. Encontramos uma prova desse conhecimento empírico na arte ‘camaroeira e do pilado’, a *Mugiganga*, utilizada antigamente sobretudo na região Norte e que usava na sua confecção peças de cerâmica características - os *bolos* - não poluentes da água, à semelhança das actuais ‘chumbadas ecológicas’ usadas no Brasil, pesos cerâmicos não poluentes e de fácil degradação¹². Infelizmente as redes actualmente licenciadas, as *Sombreiras*¹³, possuem ‘chumbadas’ mesmo de chumbo, menos ecológicas, o que representa um retrocesso em sustentabilidade.

A rede que nós utilizamos para fazer a sombreira é a da sardinha, mas sem nó. A rede com o nó, não é dizer que não pesca mas o caranguejo aguenta-se mais à rede. Para mim é o próprio tecido, que é entre *nylon* e mousse. Porque sendo de dar muito caranguejo, é aquela porcaria que não se larga da rede e na outra já se larga, não todo mas a maior parte. Agora a gente está habituada a isto mas eu tinha saudades da mugiganga. Antigamente aqui era tudo à mão, agora têm alador, mas para os nossos barcos já não serve. Lançamos as sombreiras 15-30 minutos e vamos alar uma sombreira de cada vez. Se o proprietário verificar que vem a pagar o trabalho, volta-se novamente ao mesmo sítio; se deu pouco, vai lançá-la já a outro sítio. Os tripulantes começam a separar de algas, caranguejo, outras espécies e o camarão entra logo na saca do viveiro e vai novamente para o mar. Viveiro é

¹⁰ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 1, 2, 3 e 15A+B.

¹¹ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 3 e 15A+B.

¹² Com uma composição especial de 30% de alumina, 45% de sílica, 15% de ferro e 10% de cálcio. Acedido em 12.12.2009 no endereço: <http://pongpesca.wordpress.com/2009/12/02/pescaria-ecologica/>

¹³ Arte camaroeira regulamentada pela portaria n.º 316/98 (2.ª série), de 18 de Março.

um saco de rede mais fina do que a de traineira, para aguentar o camarão, se não acaba por o matar. Fica amarrado a uma bóia, a da sombreira ou a outra que a gente lança ao mar com uma âncora, para o camarão, quando chegar a terra, estar vivo. E vem dentro do barco. Caso não se faça isso, o camarão chega morto. Em terra o que se vai verificar é que muda a cor, morre e a nível de venda, é uma diferença grande em preço. Ainda vem cá um espanhol comprar o melhor camarão. Há aparelhos que vão à água e se desfazem, não há problema nenhum. O material da rede quanto mais fininho para pescar peixe é melhor, mas destrói fácil. Se for uma seda forte, aí aguenta-se, se for *nylon* ainda pior, porque o nylon aguenta-se mais que a seda. Tudo isto tem que ter uns estudos, a nível de futuro. Durante a roda do ano perco muitas redes, ficam todas desfeitas. Temos aqui o 'Navio do Norte', tem 70-80 anos, o pouco que resta dele no fundo quando a rede prende, não há hipótese. O que o pescador faz é andar a motor para um lado e para o outro e depois, com o alador, a corda vem, rebenta, vem a rede toda desfeita, aí não tem problema nenhum porque a rede era fininha e as espécies não ficam presas. No submarino, fui lá neste sábado passado, vendi na lota 130kg de faneca boa. Ia deixar lá 3 redes e estava ali preso. Nós temos já por mente a hora desejável porque quem vem tarde vai lerpar. Estava ali há meia hora, não queria sair e a rede ficava só aos bocados no fundo, vinha junto com as cordas, com as tralhas, uma de chumbos, outra de cortiças. Na altura que larguei, faço cerco, vai e depois tem que correr pela última bóia a ir ao mar, que é a primeira a entrar. Tenho sempre aquilo na cabeça, os que fiz e por onde passei, boto sempre uma bóia com pisca, um ponto de referência e sei onde está. Consegui tirar quase todas as redes. Andei com as redes de fundo e dava bastante polvo, a criação lançava à água, fazia pena, só criação. Eles mataram então esses polvos com os púcaros que estão sempre no mar, de plástico, isso aí é que é um crime. Fiz ver isso na DGPA e eles aprovaram de plástico. É mais rentável para o pescador porque os de barro partem-se se apanhar muito mar e os outros aguentam-se sempre, só que é mais destruidor. Quando está mau tempo vêm muitos de plástico dar à costa. Debaixo de água é um reboição, é um fim do mundo. Na pesca do camarão podíamos trabalhar todo o ano, mais racional, tinham que cumprir com o que está estipulado por lei, os pescadores não são muito disciplinados. Por exemplo, estão autorizadas 5 redes, 700 metros, ao amanhecer, mas usam 10, entretanto outro sabe e usa 15. E vão à meia-noite ou às 9 horas, ou quando lhes apetece. Em Setembro sai camarão mais pequeno mas no fim de Novembro já começa a ter melhores. Quando chegamos à época de Inverno temos que ir para o camarão, não temos

outro meio de sobrevivência. Então a gente apanha o que vier à rede. A rede funciona no Verão só com mar bravo, camarão só do grande, é quando dá mais dinheiro. O camarão está na pedra, estando o mar mansinho ele não vem. Só quando o mar bate na pedra, larga-se à face do rochedo. Há artes que são um perigo, por exemplo, pediram que a rede de tresmalho devia ser proibida, sempre muitas redes largadas. Mas antigamente andavam a apanhar aos 200 kg de robalo e não diziam nada que ia afectar; e são os primeiros a largar quando o mar é rio. Vêm lá com umas ganchorras, aquilo não dá para nós, apanhamos um fundo das ameijolas 'bombocas', experimentamos e não há comércio para isso. Trouxe 2 sacos para a fábrica de conservas a ver se fazia *paté* e não conseguem, ninguém quer aquilo, só levei trabalho. Queriam subsídios para uma máquina.

*Licenciamento*¹⁴. Nas Comunidades Piscatórias da região Norte fomos colhendo testemunhos que vimos confirmados nas entrevistas do painel e que configuram algumas disparidades na atribuição das licenças e muitas dificuldades nas relações entre os usuários e a entidade reguladora.

As licenças fazem um bocado obstáculo. Eu de redes só tenho uma licença, esta rede que estou a fazer, de robalo, de um pano, e é por malhas, estão a dar a mim as licenças, 2 malhas. Não senhor, se é rede de fundo é da malha que não seja proibida até à malha maior, e quanto maior, melhor é. Como foram buscar para ser em malhas? Por exemplo, eu tenho esta malha 110, a minha malha mais pequena é 70, mas podia ter redes de 60 para a faneca, agora não tenho dessa malha. Mandaram-me escolher, o 70 e o 80. E já não pesco com as outras malhas? Não sei o que eles estão a fazer, para mim não estão a fazer as coisas correctas. Há uma malha, por exemplo, para as redes de fundo, tanto faz ser de 1 pano como de 3, e então da malha de 60 para baixo, proibida, de 60 para cima, fosse a malha que fosse. As licenças são para 2 malhagens, para os covos e para a sombreira, mais nada. Todos são obrigados a ter o anzol, para que quero o anzol? Andam aí 3-4 barcos, são os que ocupam as pedras, já os outros querem botar redes, não podem. Chamam-lhe os palangres. Com o anzol posso ir para o congro e para o robalo, faneca. Cada época tem a sua pesca, quem não tiver as licenças, que tem para fazer? Se for ver as minhas marés, não tenho 100 marés num ano. Mas está aí um rapaz que não é por malhas,

¹⁴ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 1, 2 e 34.

é por redes. A gente pode ter malha para peixe muito grande e não pode usar, porque escolhi as malhas mais pequenas. Está aí um barco que a licença dele é para as malhas todas, logo que não seja a malha proibida, é de 60 até à malha grande. Eu reclamei isso na DPGA, não pode ser, nós só se escolher 2 malhas e estão aí outros a trabalhar, dão lota. Foi em Matosinhos, eles nem me tinham dado malha nenhuma, deram a malha de um pano, eu só tinha as sombreiras e os covos - noutras terras são murejonas - mais o anzol que é para todos. Para ter os covos tive que me desfazer do tresmalho e dava-me jeito, mas escolhi as sombreiras. A nível de licenças estou bem, tenho 5-6, só me falta a dos púcaros. Tenho a pequena pelágica que é a da sardinha, tenho a rede de fundo, a rede de tresmalho, a sombreira, as armadilhas, a rede de 60 que é da faneca, linhas e anzóis, são as licenças que tenho. A que me falta, que cheguei a pedir e nunca me deram - um compasso de espera até que acabamos por desistir - foi a da amêijoa. Havia toneladas e toneladas de amêijoa-branca, no submarino. Na minha opinião, deviam apoiar para que a mugiganga, pelo menos em termos históricos e tradicionais, se mantivesse. A mugiganga foi trocada pela sombreira, para quem quis continuar. À gente que tem a sombreira e que quer trocar por outras artes, dizem: - 'Não tem direito a outra porque a sombreira foi-lhe dada pela mugiganga, e essa não estava registada'.

*Rendimentos da Pesca*¹⁵. É conhecido que no tocante a rendimentos obtidos pela Pequena Pesca, por vezes há marés em que o saldo não é positivo, devido à escassez de pescado e sobretudo, ao funcionamento deficiente dos mercados na perspectiva dos pescadores da Pequena Pesca, como as entrevistas do painel podem evidenciar.

O que está a render mais é o camarão, ainda se faz 30-40 contos. Este ano o que deu foi algum polvito, o ano passado não deu. A arte é os covos, já deu para matar a fome aos filhos. E o camarão, não dá muito porque agora o mar não tem deixado ir, lá vem 7-8 kg, por agora tem bom preço. É com a sombreira. A venda é na lota, ainda hoje foi a 2 contos e quinhentos, foi mais barato. Nunca pensei que o mar chegasse ao ponto a que chegou porque atravessasse uma abundância grande de espécies de peixe, algumas estão desaparecidas, nunca mais as vi. Nesta praia saía de toda a espécie de peixe, eram como areias, do que era bom, a 200-300 metros, ou nem tanto, carregava-se os barcos de peixe.

¹⁵ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 1, 2, 11, 15A e 24.

Ainda há dias apanhei uma que há tanto ano não via, chamámo-lhe 'cantarinha', um peixe muito bonito, tem várias cores, avermelhado, alaranjado, azul. Quando eu era criança, andava com o meu Pai e apanhava-se muito à linha, depois comecei a andar ao mar, tirei os meus documentos, aquele peixe nunca mais se viu. Aqui há dias apareceu, até fiquei admirado. As espécies existem, só que agora é muito pouquinho, enquanto naquela altura, era o fim do mundo! Um dos factores da pesca em Portugal estar em grande diminuição, meto culpas aos nossos governos, que isto já devia ser, eu tenho 49, há uma trintada de anos que o governo devia botar as mãos aqui no mar. Hoje, com a aparelhagem electrónica que existe, apanha-se peixe miúdo escusadamente porque o peixe é detectado na sonda e o pescador, por experiência de anos que tem de andar aí, sabe que espécie é. Isso é que é crime, estar a fazer um lançamento à água sabendo a espécie que é. Esta praia era em todas as espécies, mas em sardinha era uma coisa fora de série, de qualidade. Quando havia as guerras coloniais, havia muitas fábricas de conserva. Já não se vê o peixe como se via, de ano para ano sempre a diminuir. Nunca vi tanto camarão no mar como este ano. Na semana próxima do Natal saiu aqui centenas de quilos de camarão, no último dia apanhamos 140 kg. O preço, ora bem, a gente sabe que quando há muito, diminui, andou na razão dos 2 contos, já tem muito camarão de ova. Deixei de largar redes porque não compensa, há rapazes que têm largado redes e ao fim de 2-3 dias vão e trazem meia caixita de peixe, não presta para nada. Vou ser sincero, desistiu-se da mugiganga porque entenderam como tinha saco era mais depredadora mas não, porque com a mugiganga apanhava 15-20 kg de camarão, com a sombreira apanho 40-50. Só que a sombreira tem uma face boa: quando se bota a rede na água o camarão pega-se dos dois lados e ao colher a rede, o que está deste lado vem e o outro cai todo. Mas que a sombreira apanha muito mais camarão do que a mugiganga, apanha. Agora se me disser se eu queria a mugiganga ou a sombreira, agora quero a sombreira porque pesco mais camarão. Claro que não apanho faneca, para a faneca temos redes. Este ano houve muita faneca grande, de posta, a malha é 70. E tem tendência a ter faneca também este ano porque quando vem alguma nas sombreiras, que vem encostada, não vem emalhada, é porque tem faneca. Agora, o outro peixe, estamos a ver de ano para ano a diminuir. Está mal para todos mas claro que o pequeno, devido ao mau tempo, não pode ir tantas vezes ao mar e vai-se aguentando mas vai chegar a um ponto que eles é que estão melhores do que o grande. Poucos peixes, não dá para o consumo do grande e o pequeno vai vivendo. Janeiro é

quando o robalo sai melhor aqui, vem ovado e vem porreiro para se comer. Na Pequena Pesca os recursos estão lá, mas há uma auto-protecção e auto-regulação, porque como são pescados pelas mesmas pessoas no mesmo sítio, quer dizer, se não há, eles reorientam para outro, entretanto vão alternando os recursos que exploram, por aqueles que são mais abundantes, e isso é uma auto-regulação. Até funciona, é uma potencialidade da nossa Pequena Pesca e isso dá trabalho e produtos mais valorizados.

*Defeso*¹⁶. Assunto por vezes mal compreendido pelos pescadores quando demos início ao nosso trabalho junto das Comunidades Piscatórias, sentimos que foi gradualmente compreendido pela classe piscatória e actualmente são eles que sugerem a sua implementação, o que revela uma consciencialização e capacidade de adaptação notáveis destes profissionais da pesca.

Um dos males da zona Norte, doa a quem doer: aqui a Póvoa tem duas associações, esses gajos é que são destruidores, porque quando o peixe está a dar a desova, a criação, nós aqui revoltamo-nos, embora, na verdade, nós também queríamos ir ao mar, muito mau tempo, muito mar, a gente não pode ir mas está a vê-los aqui à beirinha, a mil metros. É um crime andar aqui, onde os pequenos barcos quando o tempo estivesse bom iam lá e podiam apanhar algum, quando chegam já é tarde. Isso já foi mexido na DGPA e eles revoltaram-se mas não têm nada que revoltar. O que é para um, é para todos e depois vem-se a sentir as dificuldades de falta de espécies.

Sei que a electrónica é uma coisa boa, também é uma coisa má. Havia dantes pesqueiros que não eram pescados, a electrónica deu em detectar tudo, do qual não existem reservas de criação. Onde dantes poucos ou nenhuns sabiam de certos pesqueiros, hoje em dia toda a gente sabe. Passa por uma rota para lhe apanhar o prumo, carrega na tecla, aquilo que havia dantes de reserva, hoje já não consegue haver porque está tudo detectado. O ano tem 365 dias e eu só pesco metade. E os barcos de grande porte, da costeira, esses trabalham 365 dias por ano. Eu ontem e hoje não fui ao mar, a pesca costeira foi; eu se for amanhã já dei descanso 2 dias ao *stock*. E de inverno dei mais. A pesca costeira descansa ao domingo mas trabalha o resto da semana 24 horas diárias. Eu trabalho 4 horas durante o dia. Porque não há um defeso para a desova do peixe e apanhando-se o peixe com ova, depois não tem criação para mais tarde crescer. Acontece que devia ser em geral, de Norte a Sul do país,

¹⁶ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 2, 3, 11, 24, 34, 52, 53 e 54.

para que fosse mesmo rigoroso, tenho a certeza que ao fim de 2-3 anos não faltava peixe, ia-se notar a diferença. Eram três meses: Dezembro, Janeiro e Fevereiro, proibido pescarem peixe branco, robalo, sargo e dourada. Quanto a mim o haver muito camarão tem a ver com o defeso dele. Os defesos biológicos seriam uma boa medida, talvez mais ainda que o tamanho mínimo porque às vezes há misturas no desembarque e não há maneira de controlar. Interessa a valorização do produto na primeira venda e medidas que envolvam as próprias pessoas para que percebam e depois respeitem. Por exemplo, a sardinha, independentemente de serem aqueles 2 meses os mais indicados para fazer o defeso, tradicionalmente tem sido pelo tamanho e qualidade da sardinha, tem mais a ver com o mercado, mas tem ajudado e influenciado, são 2 meses que não pescam. Agora tem que ter apoios, a malta não pode deixar de comer, e os subterfúgios que se tem encontrado, enganar a Segurança Social, seja com baixa médica ou com o subsídio de desemprego, não dura sempre nem é solução. E custa caro à Segurança Social que também é nossa, a malta tem preocupações em relação ao futuro, quer ter direito à reforma.

O próprio mar é que faz o defeso. Fui pescador do bacalhau e essa grande pesca, ninguém manda parar. Eu se for ao mar ao domingo e a minha comunidade também, ainda somos os 'salvaguardas dos *stocks*'. Trabalhamos diariamente 4 horas no mar, quando o mar deixa; a pesca costeira, da Póvoa e de Matosinhos, trabalha 24 horas, esses é que dão cabo do *stock*.

*Fiscalização da pesca*¹⁷. Os agentes da autoridade fiscalizadora das pescas e os pescadores vivem por vezes situações de conflito no desempenho das respectivas funções. Estas situações depois de bem analisadas, podem ser atribuídas ao desfasamento existente entre as necessidades operacionais de pesca e os licenciamentos atribuídos.

Sabe-se que há sempre quem transgride a lei, não há licença para certas redes mas eles vão, não podem ir sempre porque há queixas e a pessoa tem medo. Tinha redes da faneca mas não fui uma única vez com medo. Mas havia deles que iam, traziam marézitas de 20-30 contos, para arranjar o dia, mas eu tinha medo de aparecer-me logo, como sou filho da pouca sorte, por vezes não ganhámos para essas multas. Por exemplo, se estiver proibido no tresmalho, não vou arriscar uma multa, graúda, já paguei 3 multas, 2 multas de 100 e outra de 60 contos e foi do meu bolso, não foi com a ajuda dos meus homens. E ficaram-me

¹⁷Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 1, 2, 17, 24, 30, 40 e 41.

com as artes, foi no tempo da mugiganga e também quando foi da amêijoa. Se eu tivesse outras idades, eu dizia assim: 'Ora bem, eu tenho aqui 1500 contos de material e aguentava-me. O barco, botava-o dentro do quintal, vendia as redes que tinha porque haveria sempre quem ficasse, vendia os motores e desistia do mar. Só que quando foi essas multas eu tinha 59 anos, já não podia fazer uma coisa dessas. Porque a gente fica tão revoltada, que a gente tem logo vontade de deixar tudo. E não somos só nós, porque se eu fizesse isso já estavam 2 homens no desemprego. Eu até ando com 3, é o meu filho e um primo meu, há quem ande com 2. E por vezes os outros vão ao mar sem ter aquelas licenças mas vão, arriscam porque ainda não foram apanhados. Eu que já fui apanhado tenho medo, é como se diz: 'Gato escaldado de água fria tem medo'. Aqui só tem 2 barcos com púcaros. Um deles tem no mar 900 púcaros que é 100 em cada caça, tem 9 caças. Enquanto eles forem aprovados para 100, 200 ou 300 e eles chegam a pôr 3 mil e ainda não chega. A fiscalização fiscaliza o que está a ver, o que está debaixo de água, não vê. Só vê aquilo que leva dentro do barco e se for bem tapado até nem vê. Na semana passada houve barcos que mataram centenas de quilos e na lota ficou registado para aí um quarto. Já vem do mar, dentro de uns bidões com tampa, chegam a terra, o pessoal nem sabe o que está ali dentro. Passam a direito dos barcos para as casas do mar. E depois as mulheres deles fazem as separações, depois vêm falar com elas.

Mas o que se passa aqui é de certeza igual nos outros lados. Se a fiscalização andasse em cima disto, em terra e no mar, em todas as praias, estas e outras espécies, e quem diz o sector das pescas diz todos os sectores, o governo aguentava-se. Doa a quem doer que isto é mesmo assim.

Uma reportagem no jornal, de um biólogo e estive a verificar e aquilo que ele vinha a dizer é direitinho: - 'Se o que se passa no fundo do mar se passasse em terra, Deus me livre!' Nesses casos assim, se o governo não botar a mão a isto, quando tal só há água. Não há limite de aparelho. Antigamente esses barcos grandes da Póvoa andavam com 100-150, hoje é 1000-1500 redes, é uma barreira nesses fundos do mar, mas seja de que apetrecho for, não há hipóteses de sobrevivência. A associação da Póvoa não gosta que lhe mexa na ferida porque a Póvoa é uma zona de muitos pescadores, mas é tudo à base de redes que é o fim do mundo, para toda a qualidade de peixe, são milhas e milhas de aparelho. Nunca veio a Inspecção das Pescas. Aqui o pescado sai directamente dos barcos, não está aqui

tempo nenhum, entra aqui na Lota e vai logo vendido, o máximo pode estar parado é uns 10 minutos, a leiloar, depois desaparece logo, vai para os viveiros, eles fazem agora viveiros para manter o peixe de qualidade, à base de marisco.

Acho que a regulamentação é fundamental. Se eles pescam subdimensionados, há-de ser sempre por práticas que não são legais, porque se usarem as malhagens legais eles não pescam, à partida, subdimensionados. A fiscalização é que pode ser fundamentalista na maneira como actua. Há sítios em que mesmo os subdimensionados têm que ser trazidos para terra e isso é bom para a investigação. Não sei depois como são penalizados, se funciona em percentagem, para efeito de aplicação de coima. Agora o tamanho mínimo já achei mais importante do que acho hoje, apesar de achar que no mercado é a única maneira de verificar se estamos a gerir bem, se estamos a preservar os juvenis. Às vezes, por exemplo, numa arte podem apanhar tamanhos mais pequenos e a malhagem da arte até é legal, mas depois nem é só a malhagem, é o sítio onde pesca, a época do ano, as correntes fortes que fecham mais a malha, é tudo muito subjectivo. Para o caso da malhagem, a maneira como montam a rede pode diminuir muito a selectividade. O tamanho mínimo é de facto uma medida que tem algumas vantagens, que é bem aceite pelo sector e é facilmente verificável. Por exemplo, no outro dia falaram no estabelecimento de um tamanho mínimo para o tamboril e o IPIMAR sempre foi contra porque acha que as redes não são selectivas para a espécie e portanto, não vale a pena haver um tamanho mínimo porque todo o tamboril será apanhado nas redes; depende mais da maneira como a rede actua e onde a rede pesca.

É impossível sustentar uma situação em que um indivíduo sai da pesca profissional, recebendo dinheiro, e entra depois na chamada frota de recreio, para exercer uma pesca ilegal. Sabemos que há centenas de embarcações nestas condições. Também sei o que se passou durante anos a fio, alguns de Cascais pescarem ilegalmente e serem sistematicamente apanhados.

Quando propus alterar a legislação de base, uma das reacções, ao nível da Assembleia da República, de deputados de vários partidos, foi: - 'Coitadinhos deles!' Este raciocínio é assassino porque admite que se pratiquem ilegalidades. Fogem a isto e aqueloutro, admito que de vez em quando tenho que aplicar a lei, mas aplico-a de forma que o crime continua.

Não é só incompetência e covardia política, é também esta associação criminosa que se estabelece aos mais diversos níveis. O IPIMAR fez um estudo há uns anos sobre as murejonas/boscas - mandou para a DGP dizendo que era uma arte não destrutiva e a DGPA lançou uma lei que o pescador podia pescar com essa arte. Essa lei veio para a Associação, saiu no Diário da República, automaticamente o pescador está legal. Peço licença anual e a DGPA dá-me uma licença com 18-26 [malhagem] para murejonas quando a DGPA já tinha posto no Diário da República que as murejonas eram para 8-29. Estou a pescar ao abrigo desta lei de 2000. Este ano vou largar as minhas boscas e qual é o meu espanto que chego lá às 4 horas da tarde e a Polícia Marítima tem 80 boscas a bordo, aladas. Disseram que não tinha sinalizado as boscas. Fiquei tão enervado que nem vi que eles tinham a bóia de sinalização a bordo. Mandaram para Tribunal e a queixa que a Polícia Marítima faz é que eu estou a pescar ilegal, que a minha licença que era de 18-26 e que as boscas estavam autorizadas para 8-29. Estou hoje sem 80 boscas e tenho um processo em Tribunal quando estou a trabalhar legal, na base desta lei de 2000. Se eles facilitarem a vida de quem trabalha e não andar em cima do pescador hoje, amanhã e além, a pesca tem futuro porque a pesca é uma das artes que tendo saúde para trabalhar, dá uns 'cobrezinhas'.

*'Pesca não Profissional' e Pesca Lúdica*¹⁸. Tem gerado grande polémica a aparente impunidade com que actuam alguns pescadores da pesca lúdica¹⁹ e também os que deixaram de exercer oficialmente a actividade mas que lhe dão continuidade, aqui chamados da 'pesca não profissional', em comparação com a vigilância permanente que os profissionais no activo sofrem por parte das autoridades fiscalizadoras.

Os desportivos apanham muito robalo à amostra e não pagam impostos, isso é que mais me revolta, até vêm da Póvoa para aqui com as lanchas, ainda nos cortam os aparelhos. Outra coisa que destrói muito os robalos é a pesca submarina, aqui há muita. A gente gasta gasolina, larga os aparelhos, vamos iscar, e temos dias que não apanhamos um peixe, mas muitas vezes repetidas. Quando a água é branquinha, o peixe está metido nos buracos, tem medo, e eles a mergulhar vão lá e sacam-no. Há aqui um rapaz que tem dias de fazer 150-200 contos. É congros, robalos, é cada carregue de polvo, há dias que são 3 pessoas a levar

¹⁸ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 11, 14, 21, 25A+B e 32.

¹⁹ Entende-se por Pesca Lúdica a captura de espécies marinhas, vegetais ou animais, sem fins comerciais; Pesca Desportiva é a Pesca Lúdica que visa a competição organizada e a obtenção de marcas desportivas (Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de Setembro).

o peixe. Ele sai aqui da praia, vai para a água, anda ali por fora da rebentação do mar umas 3-4 horas. E nós a ver a levar aquilo, que é que a gente há-de fazer, é um indivíduo da terra, a lei protege-o. Ele não pode pescar mas eles pescam, porque há muitos comandantes e marinheiros que também mergulham. Este ano por causa do esporão, estiveram aqui muitos barcos da pesca desportiva. E vão mergulhar onde a gente tem os covos largos [armadilhas]. Os polvos em vez de ir para os nossos cestos, eles apanham com bicheiro, eles vão a nadar e zás! Agora os polvos não vão para ali. Nós depois vamos ver os covos e nada, gastamos o isco e tempo para nada. Isto é que mais revolta a gente. Se a gente vai a falar, que é invejoso! Abusam cada vez mais. É preciso fazer alguma coisa, o defeso.

Há muita coisa que não é Pesca Desportiva, há uma série de distorções que levam a que as coisas não funcionem como deve ser. Associada à Pesca Artesanal há a 'Pesca não Profissional', ou seja, as pessoas que saíram dos barcos que foram abatidos, que não sabem fazer mais nada senão pescar (ou então vão vender droga), vão comprar um barco, registam-no numa náutica de recreio e pegam numa linha, cana, toneira e vão à pesca. E apanham espécies que não são apanhadas pela Pesca Profissional (Artesanal e Industrial) mas suscitam muita inveja. Essa 'Pesca Não Profissional' devia há muito ter o seu enquadramento mas continua a ser ignorada. Algumas fontes referem 20 mil embarcações, mais do que as da Pesca Profissional. Estão lá a pesca de mergulho com escafandro autónomo e outras. A Pesca Desportiva pode colidir com o desenvolvimento da Artesanal e entrar em competição. Deveria ser regulamentada e fiscalizada, porque muitas pessoas que andam na pesca desportiva, vieram da pesca profissional e continuam a fazer pesca profissional. A Pesca Lúdica e a Pesca Desportiva, não podem utilizar as mesmas artes que os profissionais. E vão pôr nos restaurantes o peixe e quando lá chega o profissional (muitas vezes foge à lota) o restaurante já está servido. O problema da pesca é que tem muito de injusto, os desportivos não têm lota, não pagam. A Pesca Desportiva está regulamentada: haver licenças de pesca e limitar a pesca a uma quantidade x por pescador visa também proteger a pesca profissional. Porque eram concorrentes desleais: pescavam, comercializavam e não pagavam impostos, saía-lhes muito mais barato do que ir para o mar, pagar o gasóleo, aos empregados, à Lota, pagar tudo.

1.3 - Análise Ecológica da Pequena Pesca

A variedade quase ilimitada de artes de pesca artesanais que podemos encontrar nas Comunidades Piscatórias de Norte a Sul no continente e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira reflecte, para além do conhecimento ecológico local dos profissionais da Pequena Pesca, o seu engenho prodigioso em adaptar a arte a cada espécie-alvo ou ao grupo de espécies eventualmente acessíveis à arte. Surge também como consequência da elevada biodiversidade do nosso mar, considerado, nesse âmbito, um dos mais ricos da Europa.

Para verificar esta noção e a aplicação de critérios de sustentabilidade na exploração dos recursos marinhos pelas Comunidades Piscatórias, procurou-se informação estatística junto das entidades nacionais e europeias relacionadas com a pesca (INE, Docapesca, DGPA e Direcção Geral das Políticas Internas da UE) que nos possibilitasse fazer uma caracterização sumária da frota de pesca e uma análise, de cariz tendencialmente ecológico, dos desembarques efectuados em lota pela frota da Pequena Pesca, correspondente a embarcações até aos 12 metros de comprimento. Este segmento representava, em finais de 2007, cerca de 91% do universo das embarcações de pesca em Portugal, como vimos anteriormente na Figura 1.1.

A entrada de Portugal na UE, os condicionamentos da Política Comum de Pesca e a crescente aplicação de medidas de controlo e de gestão de recursos mais restritivas em diversas áreas de pesca, leva a que o sector, tanto em Portugal como noutros países e regiões da Europa e do Mundo, atravesse uma situação difícil: a) a população activa cuja actividade principal era a pesca decresceu para cerca de metade depois de 1991, tendo passado de 45.965, em 1950, para 16.048, em 2001; b) registou-se um reforço substancial do peso das capturas em águas nacionais, que, em 1986 representavam 60% do total das capturas efectuadas, mas em 1996 eram já cerca de 82%, valor que se mantinha em 2004; c) para além do declínio das descargas nos portos, tem-se verificado a redução da frota pesqueira, tanto em número de navios, como em TAB (Fonte: INE, *in* Lopes, 2009:233-234).

Apesar da Pesca em Portugal contribuir com menos de 1% para o PIB, os produtos haliêuticos representam 14% do consumo em produtos alimentares e a pesca 23% das proteínas animais consumidas, sendo Portugal o maior consumidor de pescado *per capita* da UE. Revela a deficiente valorização dos produtos da pesca que pode em parte explicar a progressiva perda de pescadores inscritos a nível nacional, cerca de 38% entre 1997-2007, representada na Figura 1.2. Apesar da situação difícil, o sector ainda gera cerca de 20 mil

empregos directos, correspondendo a 0,6% da população activa total (Fonte: Parlamento Europeu, 2006).

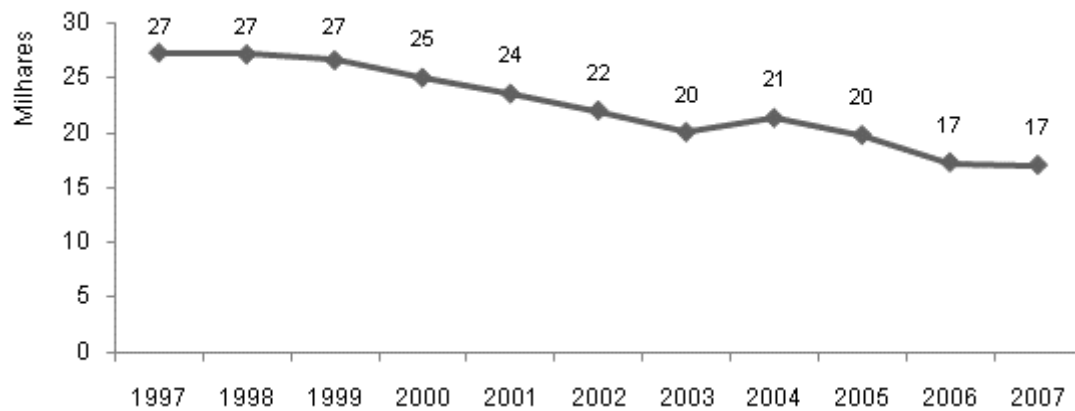


Figura 1.2 – Pescadores inscritos a nível nacional (milhares), em 31 de Dezembro, entre 1997-2007. Fonte dos dados: INE (2010a); INE (Biblioteca Digital)

Esta tendência de diminuição de pescadores inscritos já tinha sido evidenciada por Pinho (1998:37-41) relativamente ao período 1986-1996, significando uma perda de 50% de pescadores inscritos entre 1986-2007. Como se pode verificar na Figura 1.3 a diminuição de 20% nas capturas totais no mesmo período, só por si não pode justificar a drástica redução dos efectivos da pesca ocorrida nos últimos anos.

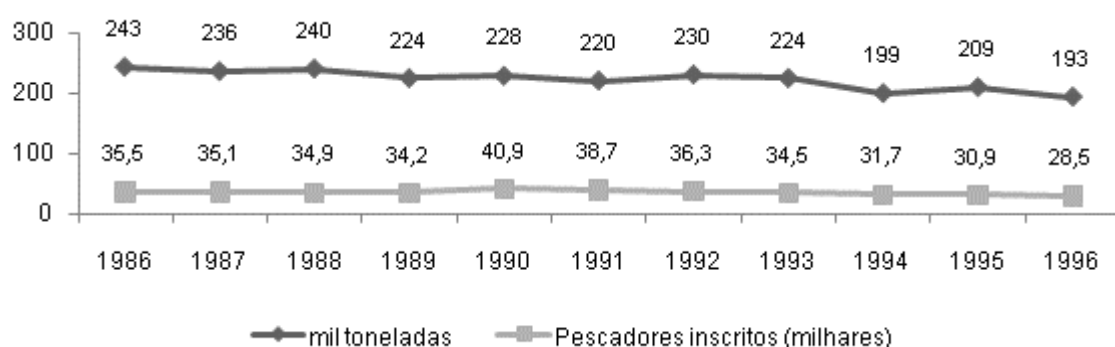


Figura 1.3 - Evolução das capturas totais nacionais de pescado e do número de pescadores inscritos, durante o período 1986-1996. Fonte dos dados: Pinho (1998: p37 e 41).

Na sequência da consulta efectuada à DGPA, a base de dados então cedida contemplava a separação dos resultados de acordo com as características da frota: embarcações menores de 12 metros, consideradas Pequena Pesca e a restante frota. A informação corresponde ao

período 1997-2007 é relativa aos desembarques, em quantidade e em valor, efectuados em cerca de 62 portos e pequenos postos da Docapesca no continente, agrupados em NUTS II²⁰ (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve). Deste extenso volume de dados começamos por quantificar os desembarques efectuados pelos diferentes segmentos da Pequena Pesca, identificados pela categoria de arte de pesca utilizada: redes de emalhar de um pano; arrasto; cerco; pesca à linha e polivalente. Como se pode ver no Quadro 1.1 (Anexo 1) e na Figura 1.4, durante todo o período, o maior volume de pescado proveio do segmento polivalente²¹, que atingiu em 2005 o valor máximo, seguido pelo cerco²², que apresenta tendência para a diminuição da quantidade das descargas em lota.

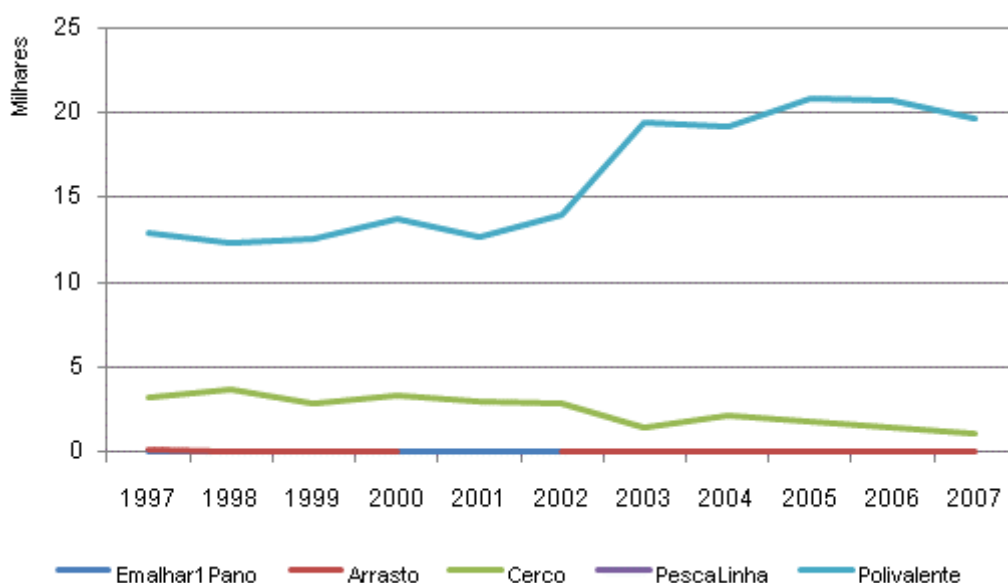


Figura 1.4 – Evolução da quantidade (ton) de pescado desembarcado pelos segmentos da Pequena Pesca, nos portos do continente, no período 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

Comparando os desembarques da Pequena Pesca com os restantes segmentos da pesca, embarcações de comprimento superior a 12 metros, constatamos, conforme a Figura 1.5 evidencia, que a Pequena Pesca representa menos de 20% do total desembarcado pela frota mas enquanto a Pequena Pesca mantém um nível de desembarque que ronda 19

²⁰ NUTS II - Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas. Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003.

²¹ Pesca exercida utilizando artes diversificadas como por exemplo, aparelhos de anzol, armadilhas, alcatruzes, ganchorra, redes camaroeiras e do pilado, xávegas e sacadas-toneiras (INE, 2009).

²² Pesca efectuada com a utilização de ampla parede de rede, sempre longa e alta, que largada de uma embarcação é manobrada de maneira a envolver o cardume e a fechar-se em forma de bolsa pela parte inferior, de modo a reduzir a capacidade de fuga (INE, 2009).

toneladas/ano, com ligeira tendência a aumentar, a restante frota regista oscilações grandes no sentido da perda, atingindo a média de 110 toneladas/ano durante o período em estudo. Contudo, se a análise incidir no valor dos desembarques, o peso da Pequena Pesca relativamente à restante frota pode ultrapassar 30%, apesar da actual baixa valorização do pescado em lota.

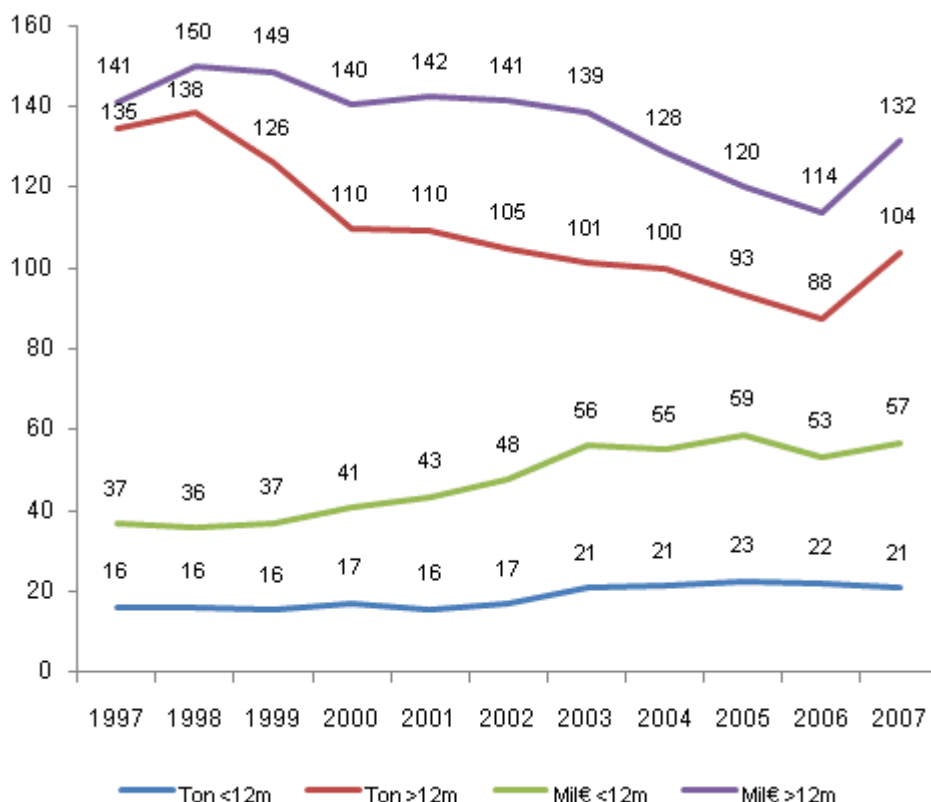


Figura 1.5 - Evolução dos desembarques da frota de pesca do continente, separada em Pequena Pesca (<12m) e restante frota (>12m), em quantidade (ton) e valor (mil€), entre 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

A análise da base de dados prosseguiu com a tentativa de inferir elementos caracterizadores das diferentes regiões geográficas, relativamente à biodiversidade e à ecologia das espécies. Na primeira abordagem determinamos os valores médios e máximos do número de espécies desembarcadas nos portos, agrupados por NUTS II, apresentados no Quadro 1.2 (Anexo 1) e representados na Figura 1.6.

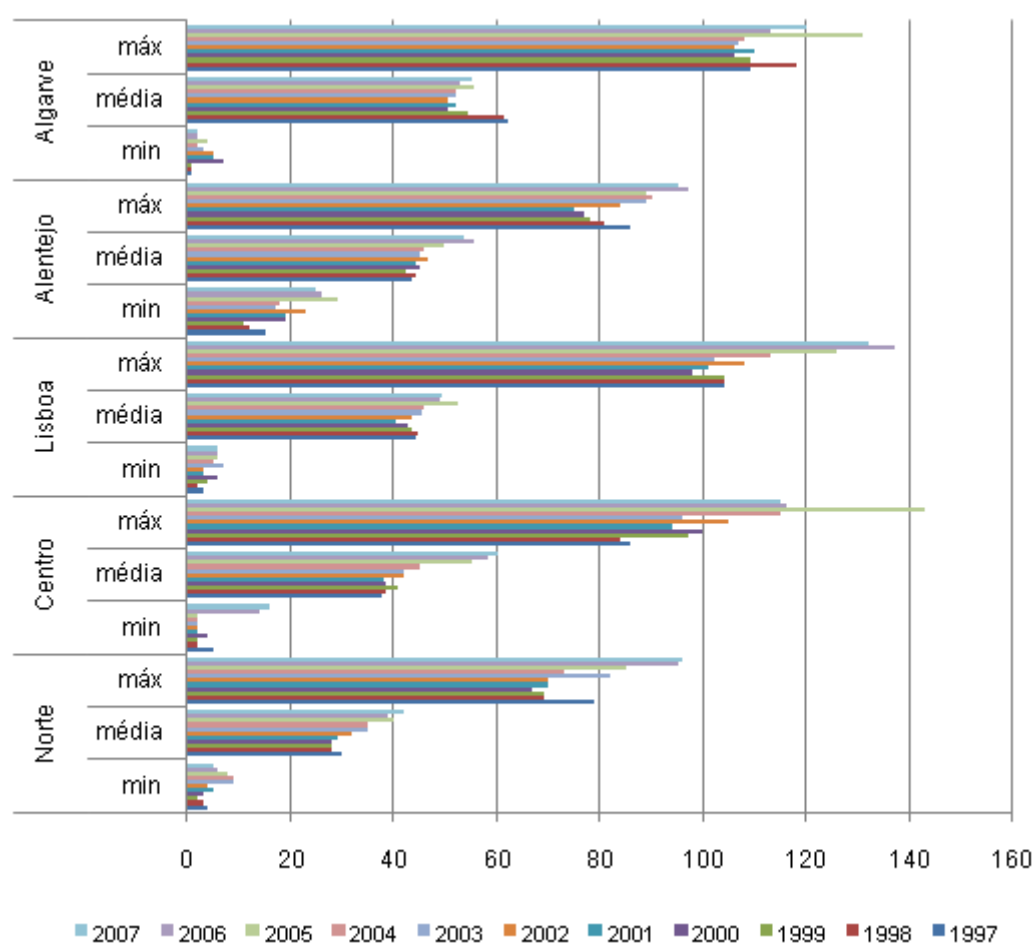


Figura 1.6 – Evolução do número mínimo, médio e máximo de espécies desembarcadas pela Pequena Pesca nos portos do continente, agrupados por NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), durante o período 1997 a 2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

Pode-se ainda verificar que as diferentes NUTS II apresentam variações entre si superiores às registadas ao longo do período em cada região. O máximo atingido foi 143 espécies, registado em 2005 no porto da Nazaré. A lista faunística está reproduzida no Quadro 1.3 e testemunha a elevada biodiversidade desta região. Dela consta o nome vulgar, adoptando a nomenclatura portuguesa de organismos aquáticos proposta por Sanches (1986; *idem*, 1989), assim como contributos de Whitehead *et al.* (1984) e Saldanha (1982; *idem*, 1991).

Quadro 1.3 - Lista Faunística (n.v.) por Peso Decrescente dos Desembarques no Porto da Nazaré (2005)

Sardinha	Abrótea da Costa	Imperadores Nep	Tubarao Luzidio	Robalo Muge
Carapau	Rabeta Africana	Pata roxa denisa	Sapata Preta	Cantarilho Requeime
Polvo Vulgar	Choco vulgar	Tamboris Nep	Cação Liso	Xareus nep
Cavala	Abroteas nep	Tubarão Albafar	Azevias nep	Boga do Mar
Polvos Nep	Linguado da Areia	Tubarao Anequim	Lixa	Escolar
Congro	Goraz	Cantarilhos nep	Buzina	Atuns nep
Faneca	Savel	Pata Roxas Nep	Cabra Lira	Buzios nep
Robalo Legítimo	Pregado	Pargos Nep	Lixinhas da fundura Nep	Capasseca
Raia pontuada	Choupa	Violas Nep	Trombeiros nep	Escamudo
Robalos Nep	Lagostim	Cabra cabaço	Cartas nep	Robalo Baila
Raias Nep	Lulas	Ruivo	Dobradiça	Colo Colo
Sargos Nep	Pargo Legítimo	Lulas Nep	Rascassos Nep	Senuca
Pescada Branca	Cherne Legítimo	Galo negro	Savelha	Xareu Macoa
Besugo	Linguados Nep	Sargo Veado	Pé de Burrinho	Ferreira
Salema	Solha legítima	Gata	Juliana	Judeu
Sarda	Corvinas Nep	Rodvalho	Alosa Azul	Olhudo
Raia Lenga	Abrótea do Alto	Corvinata Real	Lavagante Europeu	Dentoes Nep
Verdinho	Abrótea branca	Sapata	Cangulos nep	Xaputa
Corvina Legítima	Cantarilho Legítimo	Laibeque	Ratão	Linguado Ferrugento
Sargo Safia	Moreias Nep	Cabra Vermelha	Cantarilhos do Norte nep	Mero
Sargo Bicudo	Imperador Costa Estreita	Charrocos nep	Anchova	Polvo-Cabeçudo
Peixe Porco	Cação Pintado	Serranos Nep	Capelim	Sereias Nep
Sargo Legítimo	Santola	Granadeiros nep	Peixe Espada Preto	Truta marisca
Tainhas Nep	Linguado Legítimo	Salmonete Legítimo	Lampreia do Mar	Lucio
Badejo	Cações nep	Sarrajão	Argentinas nep	Palombeta
Dourada	Barroso	Cabras nep	Rainhas Nep	Carabineiro
Raia Manchada	Navalheira	Tremelgas Nep	Potas Nep	Canário do Mar
Tintureira	Carapau negrão	Tubarao Raposo	Carocho	
Leitao	Bodião	Salmonetes Nep	Roncador de Pintas	

Fonte dos dados: *DGPA (2008a)*.

Ao analisar separadamente as categorias de valor médio e máximo constantes no Quadro 1.2 (Anexo1), ficam evidentes os elevados valores registados, como se pode verificar respectivamente nas Figuras 1.7 e 1.8.

O número máximo de espécies registado é muito elevado em todas as regiões, entre 96, na região Norte e 143, na região Centro, ainda que se possam considerar estes valores subestimados, por razões imputáveis à identificação atribuída pela Docapesca ao pescado, que apesar do permanente empenho na sua melhoria, continua a agregar várias espécies na categoria ‘Peixes marinhos diversos’, o mesmo acontecendo com Moluscos e Crustáceos ou ainda incluir espécies afins na mesma categoria sistemática.

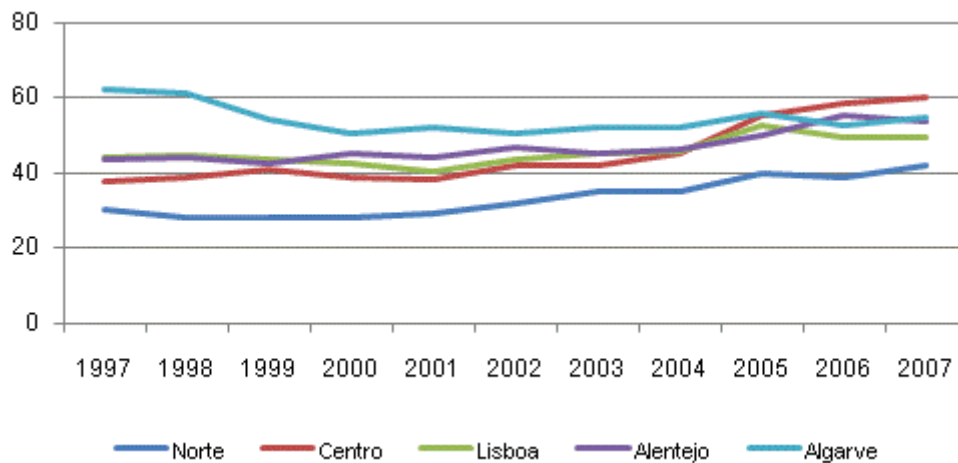


Figura 1.7 - Evolução do número médio de espécies desembarcadas pela Pequena Pesca, nos portos do continente, agrupados por série temporal 1997-2007 e por NUTS II continente. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

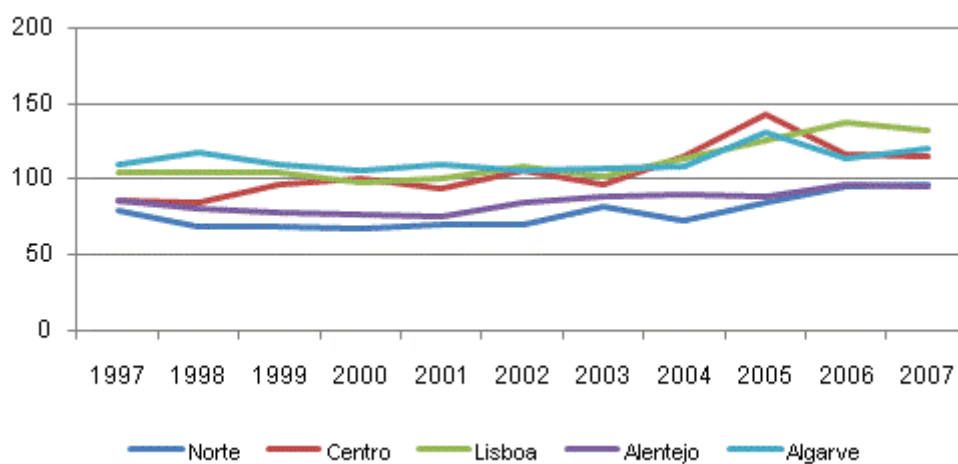


Figura 1.8 - Evolução do número máximo de espécies desembarcadas pela Pequena Pesca, nos portos do continente, agrupados por série temporal 1997-2007 e por NUTS II. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

Apesar da referida fragilidade na atribuição correcta das identificações, os valores encontrados por defeito podem ser considerados representativos dos elevados índices de diversidade específica frequentes no nosso mar e corroboram o contributo do painel.

Em Portugal, além de haver grande sazonalidade, vive-se no limite Sul de espécies boreais, no limite Oeste de espécies com afinidades mediterrânicas e no limite Norte de espécies subtropicais. A Pequena Pesca existe em Portugal porque a biodiversidade de recursos que nós temos e as condições oceanográficas que existem fazem com que haja uma

obrigatoriedade de haver 3 grupos de coisas: multi-espécies, multi-frota e multi-artes. Na Dinamarca, por exemplo, ou na Holanda, têm um só tipo de barco, uma só espécie-alvo²³.

Prosseguindo a análise ecológica, reunimos as cinco espécies mais desembarcadas em cada porto e em cada NUTS II, ao longo do período já referido, de forma a determinar os grandes grupos taxonómicos mais representados nos desembarques. O resultado obtido está representado na Figura 1.9, onde se destaca a predominância absoluta de espécies ictiológicas em todas as NUTS II, com especial destaque para o Algarve, seguidas pelos Moluscos, Bivalves e Cefalópodes e por fim os Crustáceos. Só na região Norte se registam desembarques de Equinodermes.

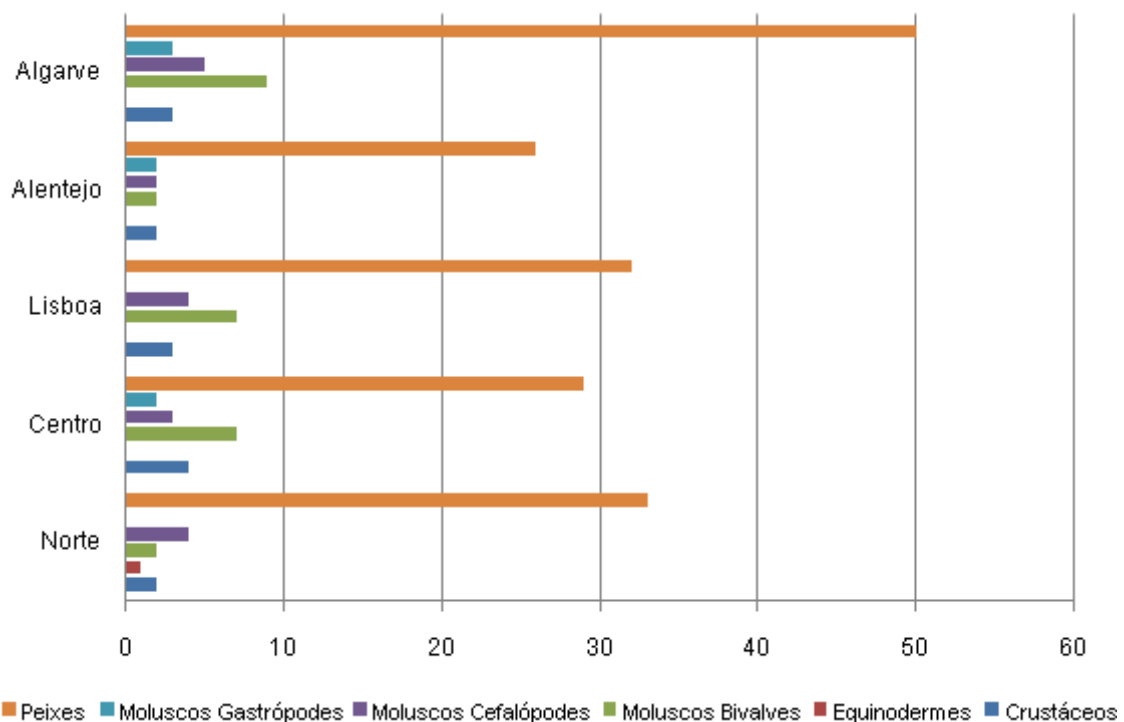


Figura 1.9 - Frequência das cinco principais espécies representadas nos desembarques da Pequena Pesca, reunidas por grande grupo taxonómico e por NUTS II, por porto e por ano, entre 1999-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

Usando a mesma base de dados, verificamos que a sardinha, em Matosinhos, foi a principal espécie representada nos desembarques, frequência absoluta por porto de pesca, ao longo do período 1997-2007, como se confirma na Figura 1.10. A seguir aparece o polvo, em

²³ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 21.

Sesimbra, e o berbigão, na Torreira. Contudo, a espécie que mais frequentemente lidera os desembarques em quantidade é o polvo (18), seguido da sardinha (14), cavala (11), berbigão (7), amêijoia branca (2), carapau (2) e mexilhão (1), sempre a registar grande diversidade na representação dos grupos taxonómicos, em especial nas regiões Centro e Alentejo. Seguindo uma metodologia diferente, Afonso-Dias (2007) obteve resultados semelhantes, em que as espécies mais capturadas pelas artes de cerco, xávega e armadilhas de gaiola foram, respectivamente, a sardinha, a cavala e o polvo, que constituíram 60% do total de capturas em peso.

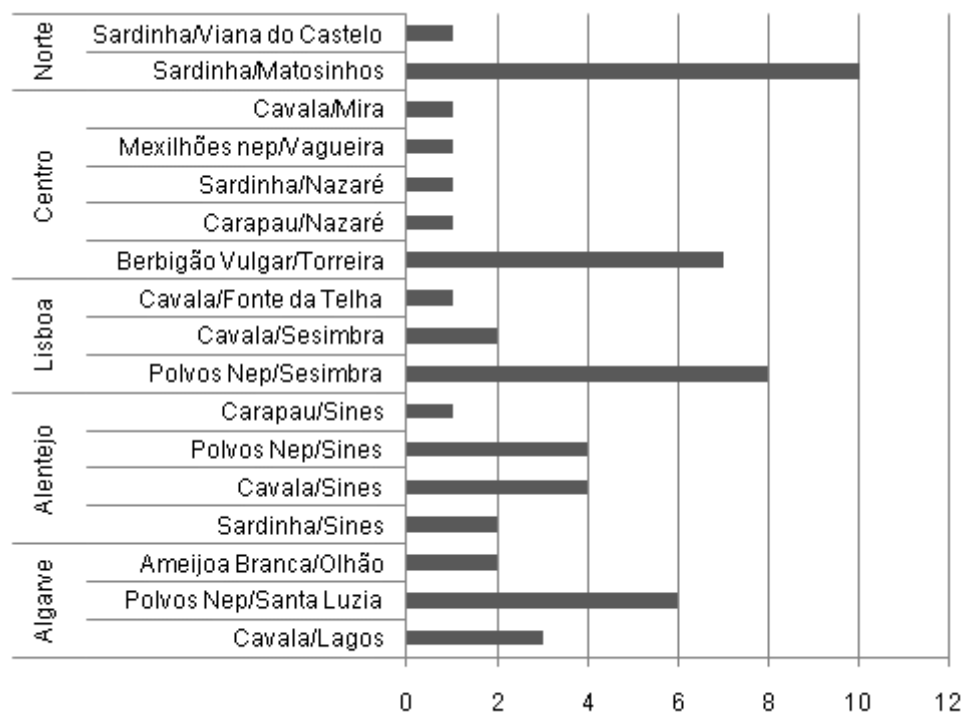


Figura 1.10 - Frequência nos desembarques da Pequena Pesca das espécies mais representadas por porto e por NUTS II, entre 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

Relativamente ao valor do pescado transaccionado em lota pela Pequena Pesca durante o período em estudo, verifica-se pela representação da Figura 1.11, que entre 2000-2005 o segmento polivalente aumentou expressivamente e que nos últimos anos tem oscilado entre pequenos incrementos e recuos.

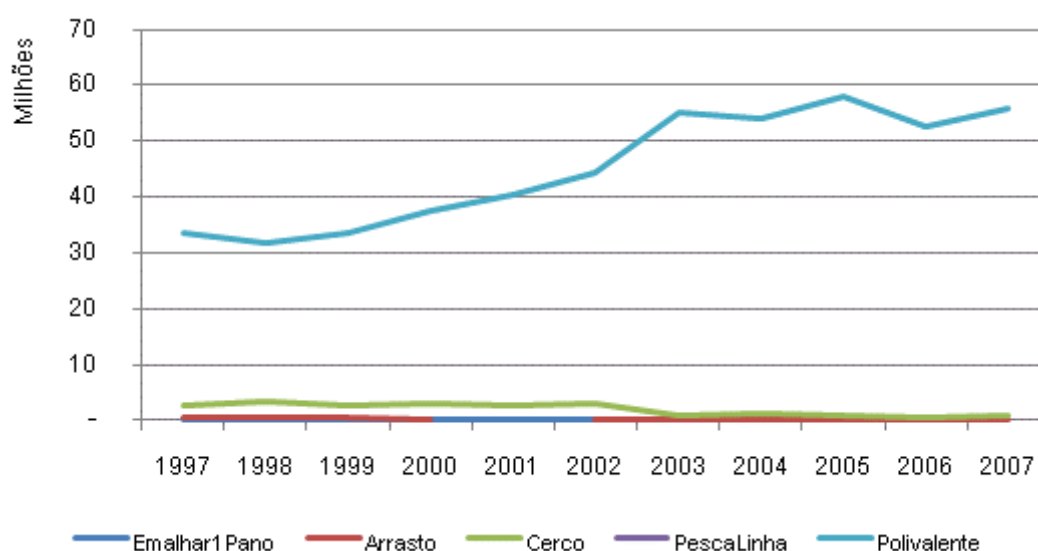


Figura 1.11 - Evolução do valor (milhões €) dos desembarques anuais por segmento da Pequena Pesca, no continente, durante o período 1999-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

O cálculo do valor médio (€/kg) do pescado que se representa na Figura 1.12 revela que a Pequena Pesca em 2007 parece estar a recuperar da desvalorização dos anos anteriores. Comparando com a restante frota confirma-se que o valor do pescado proveniente da Pequena Pesca é superior ao dobro do da restante frota, apesar de os últimos anos terem sido pouco favoráveis ao sector produtivo.

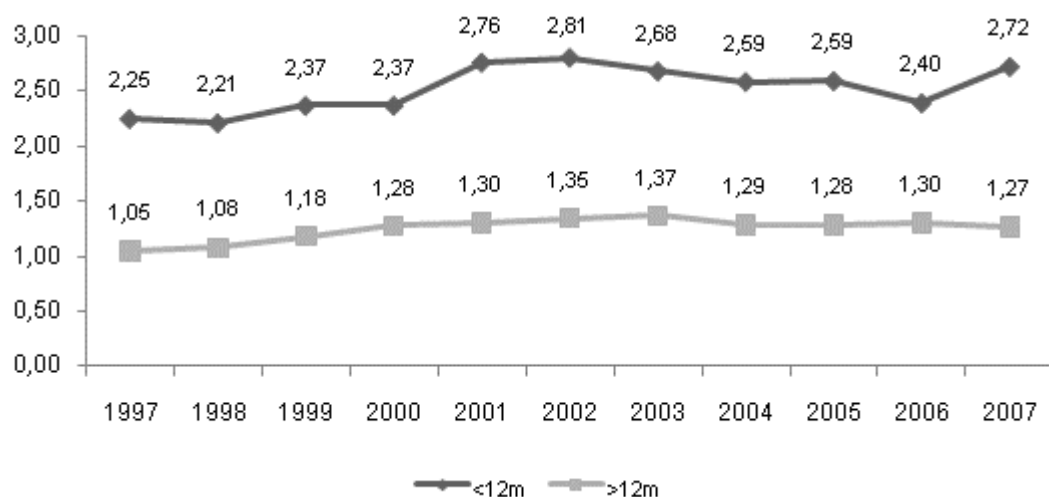


Figura 1.12- Evolução do valor médio (€/kg) do pescado proveniente da Pequena Pesca (<12metros) comparado com restante frota (>12metros), desembarcado no continente, durante o período 1999-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a).

Ainda assim, em deslocações a pequenos portos da região Norte, ouvimos pescadores da Pequena Pesca referir vendas em lota a preços considerados ofensivos para quem tanto esforço despende na captura do pescado. É um assunto que deve merecer a maior atenção dos decisores políticos, já que a este propósito é tecido no relatório da *Tecinvest* (2007:192) o seguinte comentário:

a gestão por operadores privados das lotas de pescado é a solução adoptada em todos os países da UE, havendo interesse potencial na gestão destas actividades, por parte de diversos operadores ligados ao sector, no Continente.

Embora não conste dos objectivos deste trabalho a análise detalhada da comercialização do pescado, fica evidente a importância económica que a Pequena Pesca representa a nível local e as potencialidades que ainda dispõe para as desenvolver sustentavelmente, permitindo a retenção na Comunidade Piscatória das mais-valias dos seus produtos que são de elevada qualidade.

Associa-se a Pequena Pesca às comemorações do *Ano Internacional da Biodiversidade*, declarado pela ONU para 2010, por se considerar que esta categoria de pesca pode ser exercida seguindo modelos de exploração sustentáveis: usa engenhos de pesca pouco lesivos; actua em áreas restritas; efectua níveis baixos de capturas cujo destino é exclusivamente o consumo humano; permite preservar os recursos e por conseguinte, causa menor impacto na biodiversidade dos ecossistemas marinhos.

1.4 – Responsabilidade na Preservação dos Bio-recursos Marinhos

Alguns estudos calculam que estejam a ser investidos entre 7-10 biliões US\$/ano na conservação da biodiversidade global, sendo a maior parte absorvida pelas áreas protegidas (IUCN, 2010:8). Nos últimos anos estas áreas aumentaram em número mas não em capacidade financeira, pelo que seriam necessários investimentos da ordem de 45 biliões US\$/ano para abranger, idealmente, cerca de 15% de áreas terrestres e 30% de zonas marinhas. Segundo o mesmo estudo, para alcançar os 3 objectivos da *Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)* - a conservação da diversidade biológica; a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios

provenientes da utilização dos recursos genéticos – o valor poderia atingir 50 biliões US\$/ano (cerca de 38 milhões de euros).

Decorrente da localização geográfica e de condicionantes geofísicas, Portugal possui uma grande diversidade biológica, incluindo um elevado número de endemismos e de espécies-reliquia do ponto de vista biogeográfico e genético. *Ganhar com a Biodiversidade. Oportunidades de Negócio em Portugal* (Miguel *et al.*, 2008) é uma publicação cujo título, sugestivo e em certa medida preocupante, confirma o despertar da consciência colectiva para a importância que a biodiversidade assume ao nível de uma identidade própria, constituindo um património natural indissociável do património histórico e cultural. Portugal reconheceu este valor e ratificou a CDB através do Decreto nº 21/93 (DR nº 143, Série I –A, de 21 de Junho), tendo entrado em vigor a 21 de Março de 1994. De então para cá, são vários os diplomas nacionais que visam questões ambientais conservacionistas, nomeadamente a *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade* (ENCNB).²⁴ Entre as 10 opções formuladas neste documento, destacamos a *promoção da investigação científica e do conhecimento sobre o património natural*, bem como a *monitorização de espécies, habitats e ecossistemas*. Também promove a integração da conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos, na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais, aperfeiçoando a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local. Outros princípios são também importantes, como o *princípio da prevenção, da precaução, da integração, da recuperação, da subsidiariedade, da responsabilização e da cooperação internacional*.

Assim como acontece noutros domínios, a existência de diplomas não garante a sua aplicação e por isso não se pode estar mais de acordo com Paulos Santos quando salienta:

A Convenção para a Diversidade Biológica deu o sinal de partida, a nível mundial, para se considerar a biodiversidade como um elemento fundamental para a sustentabilidade, conceito que envolve aspectos económicos, sociais e ambientais, mas já lá vão quase vinte anos e pouco mudou (Santos, 2010).

A preocupação crescente dos investidores e empresários face aos riscos de origem ambiental e às preocupações de carácter social fez surgir uma nova dinâmica, uma

²⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11/10/2001.

responsabilidade socio ambiental e o denominado *Investimento Socialmente Responsável* (Miguel, 2008:92-5), levando os empresários a procurar oportunidades em tecnologias limpas e verdes, energias renováveis, construção sustentável e outros negócios na área do ambiente. A responsabilidade social das empresas determina a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com todas as partes interessadas: clientes, trabalhadores, fornecedores e comunidade local (IAPMEI, 2005). Contribuem deste modo para a sociedade enquanto retiram vantagens directas para o negócio, elevando a competitividade.

Cresce também a aposta nas produções sustentáveis, na certificação²⁵ e na redução dos custos operacionais, bem como a generalização do conceito antropocêntrico de *Pagamento por Serviços de Ecossistema*²⁶, conceito decorrente do *Millennium Ecosystem Assessment* (2005). Consistem em pagamentos compensatórios por parte dos ‘muitos’ beneficiados aos ‘poucos’ que suportam os custos concentrados de uma qualquer forma de regulação com fins conservacionistas, contribuindo para o fornecimento de serviços dos ecossistemas.

Educação Ambiental na Produção e Consumo Responsáveis

Por mais que aspiremos ver nestas atitudes vislumbres de sustentabilidade, sabemos que nem sempre correspondem a verdadeiras boas práticas ambientalistas. Sobretudo na fileira das pescas, devido à dependência ambiental que a caracteriza, é necessária uma verdadeira incorporação das ideologias ambientalistas na ética individual para que a diferença entre discurso e prática seja resolvida (Fonseca *et al.*, 2007). Registamos por isso o grande esforço que está a ser desenvolvido pela Galiza²⁷ no sentido de erradicar as práticas ilegais de pesca e que deverá servir de modelo a toda a administração das pescas.

Outra actividade com grande envolvimento ambiental, a aquicultura, manifesta uma preocupação crescente com a inclusão de critérios de sustentabilidade no seu exercício, caminhando no sentido da aquicultura ecológica certificada. Ou então as novas apresentações de produtos da natureza com fins comerciais, de turismo, como o programa

²⁵ Cresce o número de pescarias certificadas a nível global (12% do total de capturas), tendo sido atribuído no dia 15Jan2010 o selo da *Marine Stewardship Council* (MSC) à pescaria nacional do cerco da sardinha.

²⁶ PES – *Payment for Ecosystem Services*

²⁷ Rosa Quintana: Vamos camino de erradicar las prácticas ilegales en la pesca. Acedido em 16.2.2010 no endereço: <http://pongpesca.wordpress.com/2010/02/12/espanha-vamos-camino-de-erradicar-las-practicas-ilegales-en-la-pesca/>

Whale watching. Segundo a promotora, a *Comissão Baleeira Internacional*, em 2009 mais de 13 milhões de amantes da natureza observaram baleias em 119 países, gerando dois bilhões de dólares de receita²⁸.

A sustentabilidade na exploração dos recursos marinhos exige em primeiro lugar que sejam respeitados os estreitos limites biológicos das espécies, e esta responsabilização tem que ser partilhada por todos, desde o pescador ao consumidor.

Há factores que o pescador da Pequena Pesca não controla: a poluição constante que atinge as águas ali perto, do estuário, da ria, da foz. Os detergentes e tantos outros químicos que se usam em terra, situações aleatórias muito imprevisíveis e que atingem as zonas de viveiros de peixe, mata a criação e depois não há pesca²⁹.

Os Portugueses são grandes apreciadores de peixe devido à sua maritimidade. Portugal é o maior consumidor de peixe *per capita* da UE, cerca do triplo da média, e o terceiro maior consumidor de peixe do Mundo. A promoção da produção sustentável a nível local e do consumo sustentável integram o 3º domínio estratégico da ENDS, balizando-os por princípios de qualidade. Também a ENCNB destaca a promoção da educação e da formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade, a par com a informação, sensibilização e participação do público, e a mobilização da sociedade civil.

A UE tem vindo a dar crescente destaque à *Educação do Consumidor* como um direito inalienável do mesmo, definindo-o como um agente económico que tem responsabilidades ao nível do seu mercado interno³⁰. Espera-se que o consumidor, ao integrar o mundo partilhado por todos, interaja com eficiência, garantindo o futuro das gerações vindouras. Esta responsabilidade atribuída a todos os consumidores tem uma dupla consequência: torna-os cientes e defensores dos seus direitos e simultaneamente, exige que estejam mais informados sobre as consequências das suas acções individuais, tanto para si como para todos. Novas atitudes são pedidas aos consumidores, uma mudança de comportamento que exige maior educação para a sustentabilidade.

²⁸ Baleias rendem bilhões de dólares vivas Acedido em 4.7.2010 no endereço:

<http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5jZ0LavTvg5n-M81-1w7JyDDu56Yg>

²⁹ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 3.

³⁰ Acedido em 15.7.2010 no endereço: <http://www.cidac.pt/CadernoConsumoResponsavel.pdf>

O peixe chega ao prato do consumidor não sabe o que o pescador passou. Há dias em que a gente amargura ali um bocado, passamos lá muitas horas³¹.

Conhecimento e responsabilidade são os critérios basilares do *Consumo Responsável*, conceito proposto por Marcelo Vasconcelos na III Conferência de Ministros das Pescas de *A Toxa*, em 1996 e que surge na sequência dos conceitos defendidos pela FAO, em 1995, no *Código de Conduta para a Pesca Responsável* e também no de *Comércio Responsável*, resultante da Conferência de Tóquio, do mesmo ano (Moniz *et al.*, 2000:xiv). O consumo responsável fomenta a troca da quantidade (crescimento) pela qualidade (desenvolvimento), pois implica que no momento da aquisição do produto sejam equacionadas, tanto as preocupações ambientais como as sociais relativamente à sua produção, assim como a origem do produto, se provém da pesca ilícita³². Para alguns estudiosos, este consumo 'verde' pode diminuir o *stress* do consumidor mais informado, havendo quem pense que a pressão exercida pelos consumidores poderá eventualmente salvar as pescas³³.

É no mar, no preciso momento em que o peixe sai da água, que se assegura a qualidade. A mudança do comportamento diário, no ramo da pesca artesanal, diz respeito às operações de manipulação do peixe e de produtos artesanalmente transformados, à rastreabilidade e à higiene. Envolve também a especialização das actividades, a melhoria das condições de trabalho e a responsabilidade dos consumidores que devem ser sensibilizados para a problemática da pesca sustentável e da luta contra a pesca ilícita.³⁴

Para a compreensão do impacto das medidas regulamentares da pesca na gestão dos recursos, e tomando como exemplo um recurso de interesse comercial, a faneca (*Trisopterus luscus* L.), analisou-se os desembarques efectuados nas Lotas de Matosinhos (Artesanal e Arrasto) e Póvoa de Varzim (Artesanal) durante o período 1996-2002. Recorreu-se à composição por comprimentos, calculando a percentagem de desembarques para distintas classes de comprimento, durante o período compreendido entre 1996 e 2002, correspondendo a um total de vários milhares de observações. Apesar das medidas regulamentares implementadas, foi detectada uma elevada percentagem de fanecas subdimensionadas, ou seja, de tamanho inferior a 17cm, que corresponde ao tamanho mínimo

³¹ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 3.

³² *O mercado negro da pesca*: Acedido em 21.7.2010 no endereço: http://jn.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1620901

³³ *Can Consumer Pressure Help Save Our Fisheries?* Acedido em 15.7.2010 no endereço: http://www.alternet.org/food/146262/can_consumer_pressure_help_save_our_fisheries

³⁴ Pescas artesanais: os desafios da rastreabilidade e da qualidade. O caso do Senegal. Acedido em 31.7.2010 no endereço: <http://www.aComunidadesPiscatorias-eucourier.info/Pescas-artesanais-os-des.282.0.html?&L=3>.

de desembarque (TMD) para a espécie, com consequências negativas relativamente à sustentabilidade da exploração deste recurso. Estes resultados encontram-se publicados em Viegas & Santos (2007).

Sabe-se que muitas vezes o consumidor induz o pescador a trazer peixe subdimensionado porque sabe que é bastante apreciado e que tem venda garantida, apesar de o colocar à margem da lei e iludir a rastreabilidade.

Para o pescador ‘tudo que vem à rede é peixe’ e o consumidor por vezes gosta daquele mais pequeninho. Há certas espécies que para criar demoram o seu tempo e que não vale a pena trazer para terra, tem-se que lançar mesmo à água. Mas no caso da sardinha, eu sou pescador, gosto muito daquela muito pequeninha, então aquilo vai tudo! Quem diz eu...é tudo em geral. Embora a gente não queira apanhar, por vezes apanha-se e mesmo que queira lançar ao mar já é crime porque já não vale a pena, ou as aves vão comê-la se ficar a boiar ou vai para o fundo e outras espécies vão comê-la, ela já não resiste³⁵.

Cabe à Administração das Pescas desenvolver uma política integrada do produto, dinamizando a aplicação da ‘Análise do Ciclo de Vida’ como base de sistemas do tipo ‘Rótulo Ecológico ou o Sistema Europeu de Ecogestão’ e ‘Auditorias Ambientais’ (EMAS), tornando públicos os conhecimentos mínimos sobre a biologia das espécies e medidas cautelares de protecção dos recursos, em campanhas de sensibilização e de divulgação. O consumidor, ao dispor deste tipo de informação sobre o estado dos recursos, os seus custos sociais, incluindo o grau de cumprimento dos agentes económicos relativamente à legislação em vigor e os impactos ambientais, poderá assumir em pleno o seu dever cívico de ‘Consumidor Responsável’.

As iniciativas que promovam a divulgação deste tipo de informação deveriam ter ampla cobertura mediática, sejam as vindas do sector privado³⁶ ou de Organizações Não Governamentais, caso do *website* de acesso livre da ‘Liga para a Protecção da Natureza’³⁷ que disponibiliza informações essenciais sobre as 20 espécies ictiológicas que registam maior consumo em Portugal. Também o INSA - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em colaboração com o IPIMAR, disponibiliza gratuitamente no seu *website* uma

³⁵ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 2.

³⁶ DECO-Manual do Consumo Sustentável: Acedido em 6.1.2009 no endereço: <http://www.scribd.com/doc/11564013/Manual-Do-Consumo-Sustentavel>.

³⁷ Que Peixe Comer. Acedido em 12.6.2010 no endereço: <http://www.quepeixecomer.lpn.pt/>

'Tabela de Composição dos Alimentos', publicada em 2006 em livro e CD.³⁸ Fornece a composição exacta de cada alimento, mediante uma pesquisa por palavra-chave, grupo de alimentos, composição ou por ordem alfabética. Também a um nível técnico mas ainda enquadrável na categoria de divulgação há lacunas que pontualmente vêm sendo colmatadas, caso da publicação 'Pescado Fresco. Manuseamento, Conservação, Estiva de Pescado Fresco e Embarcações' (Porteiro, 1999).

Segundo um relatório publicado pela *New Economics Foundation* e pela *OCEAN2012*³⁹, a UE consome mais do que as suas águas produzem e em 2010 só conseguiu auto-abastecer-se de peixe durante 189 dias. Com base nos consumos actuais e imaginando um calendário anual de consumo, o estudo calcula que Portugal foi o país que começou mais cedo a sua dependência de peixe proveniente de outras origens, no dia 2 de Abril, consequência de sermos o primeiro consumidor de peixe *per capita* da UE e da produção aquícola em Portugal ter pouca expressão. O relatório, para além de apontar a reforma da Política Comum de Pesca como uma oportunidade para dar novos rumos à gestão das pescas, enumera várias medidas mínimas, com destaque para a promoção do consumo responsável e para o acesso aos recursos depender de critérios sociais e ambientais, medidas com que se concorda plenamente.

Pescarias Sustentáveis e Certificação

A qualidade dos alimentos é cada vez mais uma preocupação generalizada que leva o consumidor informado a optar por produtos certificados. Sendo a pesca uma fonte considerável de alimento para os portugueses e sabendo que o pescado proveniente da Pequena Pesca constitui um alimento seguro e de elevada qualidade, urge generalizar a certificação de pescarias, de pescado e de técnicas de manipulação a nível dos produtos artesanalmente transformados.

À semelhança do sucedido com a Pescaria da Sardinha com Arte de Cerco, a primeira pescaria nacional a conquistar no dia 15 de Janeiro de 2010 a Certificação Sustentável MSC

³⁸ Acedido em 23.6.2010 no endereço:

<http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/AreasCientificas/AlimentNutricao/AplicacoesOnline/TabelaAlimentos/PesquisaOnline/Paginas/PorPalavraChave.aspx>

³⁹ Fish Dependence: The increasing reliance of the EU on fish from elsewhere. Acedido em 13.8.2010 no endereço:

<http://www.neweconomics.org/press-releases/europe-blows-its-annual-budget-for-fish-on-friday-9-july>

- *Marine Stewardship Council* (Farinha, 2010), propõe-se o desenvolvimento de processos de certificação similares para as pescarias tradicionais que já disponham de estudos científicos que permitam declará-las 'Pescarias Sustentáveis'. Incluímos nesta categoria a Pescaria do Camarão-branco-legítimo (*Palaemon serratus*) com Rede Sombreira, arte de pesca camaroeira sobre a qual existem diversos estudos publicados: Viegas (1998); Felício *et al.* (2000); Felício *et al.* (2001a); Felício *et al.* (2001b), Felício (2002), Martins *et al.* (1996) e Ceia *et al.* (2004), este último comparando resultados com a arte de arrasto de vara.

Do mesmo modo a Pescaria com Armadilhas do tipo Bosca/Murejona, destinada à captura de Navalheira (*Necora puber*), poderia ser proposta para certificação MSC tendo por base os resultados dos estudos entretanto publicados: Henriques *et al.* (2001a); Henriques *et al.* (2001b) e Henriques, A.F. (2003).

2 - Comunidades Piscatórias: reflexões sobre o tradicional

A propósito de território como suporte das gentes, Raquel Soeiro de Brito afirma que em cada momento,

as *comunidades* recompõem a História e recriam as paisagens e no caso português, as diversidades do território contribuíram para as múltiplas singularidades regionais e locais que chegaram até muito perto do nosso tempo, ao fim de quase nove séculos de continuidade... Esta permanência está estreitamente ligada à presença do mar-oceano. Mar imenso e rude que moldou, afinal, um País e um povo que dele sempre dependeu, mesmo quando o ignorou. (Brito, s.d.)

O apelo do Oceano perdura e origina a concentração de quatro quintos da população portuguesa junto ao litoral, a menos de 50 km da costa, em centros urbanos que não param de crescer, de acordo com os últimos Censos à população portuguesa (INE, 2002; *idem*, 2011). A incessante litoralização da população origina uma crescente valorização desta faixa de território que permanece palco de ancestrais conflitos de uso.

Todavia persiste a deterioração das condições de vida da generalidade das Comunidades Piscatórias, que emolduram a costa marítima, margens de rios ou sistemas lagunares. Algumas vivem situações próximas do colapso, enfrentando problemas de identidade decorrentes tanto da sua inserção geográfica como das profundas modificações verificadas no sector das pescas e nos mercados mundiais.

Longe de se verificar o isolamento descrito em 1932 por Santos Graça:

a Colmeia poveira vivia completamente isolada das outras classes da vila. Nada de misturas com a chamada 'gente da terra' (Graça, 1932/1992:61)

o certo é que ao percorrer estes núcleos piscatórios se sente o pulsar de outro universo, impossível de ignorar. É então que inevitavelmente o visitante, investigador neste caso, é 'abalroado' pela questão: - *Pequenas Comunidades Piscatórias- que futuro?*

Criado que estava o estorvo, as dificuldades em encontrar uma resposta começaram com a natureza dinâmica das comunidades e também devido a que, citando Agostinho da Silva,

tanto o passado como o futuro coincidem num ponto que se chama o presente e que passa logo a ser passado assim que damos por ele. E o futuro começa agora, neste momento o futuro começou⁴⁰.

Significa que para este exercício de equacionar cenários prospectivos para o sistema socioeconómico das pescas (Moniz, 1997:97) foi necessário recorrer tanto ao presente como ao passado da Comunidade Piscatória. Representam contextos muito complexos que exigem para a sua compreensão abordagens qualitativas múltiplas. Nesse sentido procuraram-se outros contributos para além dos teóricos, e assim partiu-se para a pesquisa no terreno que exigiu, como recomenda António Firmino da Costa, a presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto directo com as pessoas e situações (Costa, 2001:129).

A par das reflexões decorrentes da experiência do investigador, a informação que serviu de suporte à caracterização da Pequena Pesca e das Comunidades Piscatórias seleccionadas foi recolhida em entrevistas semi-estruturadas, anónimas, dirigidas a *informantes privilegiados* e gravadas nas respectivas localidades.

A pesquisa empírica no terreno abarcou contributos recolhidos em núcleos piscatórios do continente - Vila Praia de Âncora, Angeiras, Rio Douro, Aguda e Peniche – e também da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada (S. Miguel), visando informação a nível do arquipélago. Esta componente do trabalho essencialmente qualitativa reuniu testemunhos provenientes de 38 entrevistas, totalizando o envolvimento de 58 informantes privilegiados, tendo sido gravada uma entrevista colectiva que antecedeu uma Assembleia Geral da MAPA, em Angeiras, em que participaram 17 pescadores e algumas mulheres.

O plano inicial de selecção de informantes privilegiados previa entrevistar, para além dos profissionais da Pequena Pesca, um leque alargado de profissionais relacionados, em maior ou menos grau, com a problemática da Pequena Pesca e com as Comunidades Piscatórias. Tiveram assim distintas proveniências: i) profissionais da pesca, detentores de um conhecimento empírico extraordinário e nunca negligenciável; ii) estudiosos desta temática em distintas áreas do conhecimento; iii) profissionais especializados relacionados com o sector pesqueiro.

⁴⁰Agostinho da Silva – Um Pensamento Vivo – Trailer acedido em 1.5.2010 no endereço: www.youtube.com/watch?v=75fNqG1MR0M&feature=related

O painel ficou constituído maioritariamente por profissionais ligados à pesca (40%), seguidos de dirigentes de várias instituições públicas, inclusive de agência comunitária (29%), docentes universitários (12%), investigadores do IPIMAR (5%), dirigentes sindicais da pesca (3%), coordenadores de projecto cultural e de desenvolvimento (3%), assessor de Secretário de Estado das Pescas (2%), empresário da pesca (1,7%) profissional liberal (1,7%), dirigente ONG (1,7%), formador profissional (1,7%). No que respeita à habilitação académica registou-se predominância de formação de nível secundário (47%), seguida do nível superior (40%) em diferentes graus (licenciatura, mestrado e doutoramento) e por fim 13% dos entrevistados estavam habilitados com o nível primário.

Este painel diversificado, tanto no que se refere ao desempenho profissional como à formação académica, como se pode verificar com mais detalhe no Quadro 2.1, permitiu diferentes abordagens que enriqueceram o objectivo proposto. A garantia de anonimato no início da entrevista reforçou o grau de participação do entrevistado.

Durante a gravação da entrevista a intervenção do investigador foi reduzida ao essencial, apenas orientando a linha de pensamento e sondando a experiência do informante, no intuito de maximizar a sua contribuição para o projecto. A duração total das entrevistas ultrapassou 20 horas de gravação, possibilitando a concentração de informações muito diversificadas, cruciais para o desenho dos cenários prospectivos de desenvolvimento para as Comunidades Piscatórias, num quadro de integração e sustentabilidade.

Toda a informação assim recolhida foi transcrita integralmente em suporte digital, programa *Word* e posteriormente submetida a uma *análise de conteúdo* exploratória, seguida de análise qualitativa, sistematizada em diversas *categorias*.

A opção pela inclusão frequente neste relatório de súmulas das entrevistas deveu-se ao facto de querer preservar tanto as ideias transmitidas com o máximo rigor, como a sua riqueza lexical. São finalizadas pela indicação, entre parênteses rectos, do código atribuído à entrevista e diferenciadas do restante texto através do uso de letra de tamanho inferior e de tonalidade cinza, procedimento que é referido em nota de rodapé na primeira página de cada capítulo.

2.1 - Comunidades Piscatórias⁴¹

Assistimos ao longo das últimas décadas a transformações mais ou menos profundas das paisagens marítimas que são fruto do crescimento económico global e da procura de bens e serviços proporcionados por estas paisagens. A orla costeira é geradora de mercados diferenciados, sendo muito rica na oferta dos mais variados e mutáveis enquadramentos paisagísticos, valores intangíveis que assumem particular relevância nas pequenas Comunidades Piscatórias, verdadeiras unidades de paisagem, com padrões determinados que as distinguem das unidades envolventes (Silva, s.d.).

Para documentar este vasto e diversificado património apresenta-se no Anexo 2 uma selecção de fotografias, excertos de um levantamento efectuado em diversas Comunidades Piscatórias do litoral Norte de Portugal.

Foi apelativo e uma descoberta, têm uma riqueza cénica muito grande todas essas zonas. A melhor surpresa foi haver muita variedade de situações: havia sempre uma relação muito directa com a maneira como a actividade se propunha no terreno. É uma riqueza muito grande em termos patrimoniais. Mas essa riqueza é a cidade que ganha com ela, as cidades devem intervir, sobre o aspecto funcional da cidade e da sua promoção em relação às outras. As cidades ribeirinhas com estas comunidades só ganham em ter estes núcleos preservados, tomar medidas precaucionais para que não aconteça a descaracterização; essas medidas deviam existir no plano urbanístico da cidade, vila ou lugar. A questão é as pessoas terem conhecimento - não se pode preservar o que não se conhece - respeitarem e haver fiscalização. Eles sabem que a Comunidade Piscatória está lá, mas não sabem o que fazer com ela. Estes armadores são os que estão mais expostos às políticas de urbanização das Câmaras e das Juntas, que acabam por afectar a sua utilização do porto por causa de projectos de construção que as põem em risco de desaparecer. São demasiado pequenos e isolados. Para as autarquias a embarcação de boca aberta não simboliza nada de especial, não há uma visão do ponto de vista económico-social deste sector⁴².

⁴¹ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 7, 13, 14,25A+B, 27A e 34.

⁴² Fonte: entrevistas do painel 33 e 36.

As Comunidades Piscatórias integram uma zona costeira muito problemática do ponto de vista da sua gestão.

Não existem sistemas isolados na Natureza, e um plano de gestão terá, obrigatoriamente, que avaliar a situação e os impactes previsíveis a barlamar e a sotamar de qualquer intervenção (Ceia, 2009). É necessário considerar novos cenários e ter a consciência que os sistemas costeiros não evidenciam comportamentos lineares e têm revelado evoluções pouco previsíveis (Gomes, 2010).

Investigadores da Universidade de Coimbra da área de Gestão Integrada de Zonas Costeiras (GIZC), desenvolveram um sistema multifunções, inovador, de estruturas submersas junto à costa que permite a rebentação de ondas adequadas à prática de *surf*, usando material geotêxtil, que possibilita a fixação de plantas e consequente colonização animal, podendo transformar a zona num recife artificial atractivo para os peixes.

Para além de mais económica, a solução alternativa proposta, constituída por uma estrutura de dissipação submersa, não apresenta qualquer impacto agressivo em termos paisagísticos (Carmo & Seabra-Santos, 2000:60). A costa portuguesa tem um manancial de oportunidades que não têm sido aproveitadas e tem sido alvo de remendos para resolver, à pressa, problemas imediatos (de protecção). O problema advém da falta de um desenvolvimento integrado. Há demasiadas entidades a intervir na zona costeira, o que é muito grave. Tem de haver uma entidade gestora única, para não se promoverem interesses locais⁴³.

De facto, a 'Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira' (ENGIZC)⁴⁴ define como entidade coordenadora o Instituto Nacional da Água, enquanto autoridade nacional da água, tendo como visão uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável, baseada numa abordagem sistémica e de valorização dos recursos e valores identitários.

Ora as Comunidades Piscatórias constituem valores identitários e por isso sempre que respeite zonas que incluam Comunidades Piscatórias, litorais ou em acidentes naturais, a estratégia, para ser coerente, deve equacionar aspectos urbanísticos, articulados com os

⁴³ Investigadores portugueses procuram alternativa aos esporões. Desenvolvimento de um sistema inovador de protecção da costa. Acedido em 29.8.2010 no endereço: <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=29875&op=all>.

⁴⁴ D.R., 1.ª sér., nº.174/2009, de 8 de Setembro

factores económicos, sociais, tecnológicos, ambientais e políticos, a várias escalas de intervenção, ou seja, deve integrar as problemáticas das Comunidades Piscatórias. Os planos devem munir os decisores públicos de múltiplos saberes que possibilitem respostas rápidas e assertivas aos desafios do dia-a-dia da governação, adequando as escalas de decisão e de actuação.

A ideia básica com que se fica é que há pouco investimento, é muito frágil, a ocupação dos pescadores é sempre pobre, perene, de sabedoria popular, a construção faz-se à medida da necessidade e do dinheiro ou material que tem para construir. Não se sente que o Estado invista nessas áreas, pelo menos em termos arquitectónicos. Mas as intervenções têm de passar primeiro pelo espaço público e só depois pelos espaços particulares, incluídas num plano urbanístico de qualidade e sensibilizado para essa questão. A estratégia, mais do que pontualmente em cada Município, deve vir de uma estratégia nacional. E o interessante das Comunidades Piscatórias é que é multifacetado, pode-se ver de quinhentas maneiras porque há o fenómeno antropológico, social, arquitectónico, económico... é um fenómeno! Seria interessante construir uma rede destas Comunidades Piscatórias, não só a nível nacional como internacional, porque o maior problema é o isolamento umas das outras⁴⁵.

A noção de ‘comunidade’ é bastante intuitiva, difícil de traduzir em palavras o universo de significações que pode assumir. Muito curiosas são as considerações tecidas a esse propósito por Tu Wei-ming⁴⁶:

A pessoa nunca é uma ilha mas um epicentro de relações, um fluxo contínuo. Enquanto tal, entra em comunicação com um sem número de outros fluxos e isto forma uma comunidade. E a sensação de fazer parte de uma comunidade, e de alargar essa comunidade, é essencial para a sobrevivência do ser humano e para o seu desenvolvimento (Wei-ming, 2009:435).

Encontramos aqui a razão da ancestral resiliência que estes pequenos núcleos piscatórios vêm demonstrando e que continuará a ser uma manifestação natural de sobrevivência dessas Comunidades Piscatórias às permanentes adversidades.

⁴⁵ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 36.

⁴⁶ Historiador e filósofo chinês.

A sazonalidade da pesca é fundamental para compreender a variabilidade dos modelos de organização apresentados e que conduzem ao relacionamento dos mesmos indivíduos entre si (Amorim, 2001:20).

Ainda que tenha sido pouco frequente, na pesquisa bibliográfica efectuada, encontrar estudos dirigidos exclusivamente a Comunidades Piscatórias, inclusive a nível da História, como salienta Amorim (2001:22), tivemos oportunidade de consultar diversos trabalhos referentes a Comunidades Piscatórias espalhadas um pouco por todos os continentes, nomeadamente na Índia⁴⁷ (Mathew, 2008; Ulman *et al.*, 2008), nas Caraíbas (Begossi, 2003) e no Brasil, onde existe um movimento crescente de defesa do património cultural que elas representam (Coelho, 2005; Burda *et al.*, 2008; Souza, 2009; Chamy, s.d., a; *idem*, s.d. b).

Em Portugal, acedeu-se a alguns trabalhos cujos autores abordam directa ou indirectamente temas relacionados com Comunidades Piscatórias. Os Poveiros, conhecidos em toda a costa pela sua coragem e empreendedorismo, foram estudados por Graça (1932/1992) e Martins (2007), enquanto Santos (1958) estudou os pescadores do Rio Leça. Costa *et al.* (1982), Costa *et al.* (1984), Costa *et al.* (1985), Franca *et al.* (1982), Franca *et al.* (1984), Franca *et al.* (1985), Martins (1996) e Franca *et al.* (1998) são estudos que tiveram como alvo a Pesca Artesanal a nível do continente e consequentemente referem as Comunidades Piscatórias que a exercem. A Comunidade Piscatória de Vila Chã foi estudada por Cole (1994) que fez a análise antropológica e Oliveira (2009), as relações interculturais. Em Souto (1998) encontramos um estudo geográfico das Comunidades Piscatórias costeiras do continente. Moniz e Kovács (2000) é o resultado de uma pesquisa pluridisciplinar à pesca, de âmbito nacional, em que são abordadas comunidades dependentes da pesca, que também são tema de Rocha (2005). Moreira (2001) intitulou “Comunidades Azuis” um trabalho de caracterização da estrutura demográfica e da situação social e económica dos armadores-pescadores da frota de pesca local, no continente. Sobre a Comunidade Piscatória da Aguda (Figura 1.13) encontramos os trabalhos Weber (1997) e Weber *et al.* (2002). Pita (2003) estudou a Comunidade Piscatória algarvia da Fuseta, Chaves (2008) os pescadores do Furadouro e Ovar. Trindade (2008) a comunidade piscatória da Nazaré. Outras abordagens que envolvem diversas perspectivas sobre Comunidades Piscatórias

⁴⁷ India Environment Portal - Knowledge for Change. Acedido em 16.9.2009 no endereço:
<http://www.indiaenvironmentportal.org.in/taxonomy/term/2207>

encontram-se em Viegas (2006), Viegas (2007), Viegas *et al.* (2007), Viegas (2008a), Viegas (2008b) e Viegas *et al.* (2008).



Figura 1.13 – Fotografias não datadas, antigas, de embarcações de pesca e de pescadores da Comunidade Piscatória da Aguda⁴⁸.

Deve-se ainda destacar o grande contributo dado pelo Comandante Baldaque da Silva, considerado pioneiro no género de análise social dirigida às Comunidades Piscatórias e cuja obra, nas palavras de Luis Martins, manifesta a dimensão humana que dava às pesquisas, a primazia dos factores sociais no julgamento das situações (...) o trabalho alcança proximidade às comunidades costeiras piscatórias e a uma mundovisão característica destes meios (Martins, 1997:289,290).

No levantamento descritivo pormenorizado dos portos, artes de pesca e Comunidades Piscatórias, a nível do continente português, integrado na que é considerada uma obra de referência no estudo das pescas em Portugal, *Estado actual das Pescas em Portugal*, publicada em 1891, o Comandante Baldaque da Silva pormenorizava:

localidades do paiz, banhadas pelas aguas maritimas e fluviaes que podem considerar-se portos de pesca (...) onde por uso e costume se reúne um certo numero de pessoas munidas de aparelhos apropriados, para com o auxilio de embarcações e jangadas, ou apenas com esses instrumentos, se dedicarem à pesca como modo de vida, com o fim de valerem à sua manutenção e auferirem lucro vendendo nos mercados o producto do seu trabalho (Silva, 1891:73).

Apesar de centenária, esta descrição de porto de pesca e da comunidade dependente da pesca é ainda actual, embora existam diferentes significados para o conceito de dependência, mais ou menos relacionados com factores económicos (Moniz e Kovács,

⁴⁸ Créditos fotográficos: Editor Estrela Vermelha, Série Praia da Aguda. 1ª fotografia: Postal n.º 14; 2ª fotografia: Postal: n.º 11. Acedido em 1.2.2010 no endereço:

http://paginas.fe.up.pt/~jmf/htbin/apc.cgi?nome_editor=Estrela+Vermelha&nome_serie=Praia+da+Aguda&acr_editor=ev&acr_serie=pa

2000; Rocha, 2005). Observador cuidadoso, Baldaque da Silva destaca um aspecto importante - pesca como modo de vida – uma atitude singular perante a actividade laboral que prevalece na modernidade.

Pescar não é simplesmente um trabalho; é também um modo de vida, a pesca pode ter uma importância económica modesta contudo fornece uma identidade comunitária e pessoal (...) A sua relação com a pesca é patente e existencial. Por conseguinte, os pescadores muitas vezes persistem em trabalhar em pescarias falhadas (van Ginkel, 2001, *in* Rocha, 2005).

Ao compararmos os dados reportados por Silva (1981) com os publicados cerca de 100 anos depois por Franca *et al.* (1998) verificamos que 74% dos portos ainda permanecem em actividade, como se mostra na Figura 1.14. Dos restantes portos sabe-se que 13% se dedicavam à apanha de sargaço, actividade que caiu em desuso mas que recentemente foi tema de candidatura a património oral e imaterial da UNESCO⁴⁹ e conta com um espaço museológico onde estão expostos objectos ligados à apanha do sargaço⁵⁰. De notar o registo de 76 novos portos que representam, deduzindo os abandonados, um incremento de 25% relativamente ao total de portos referido em Silva (1891).

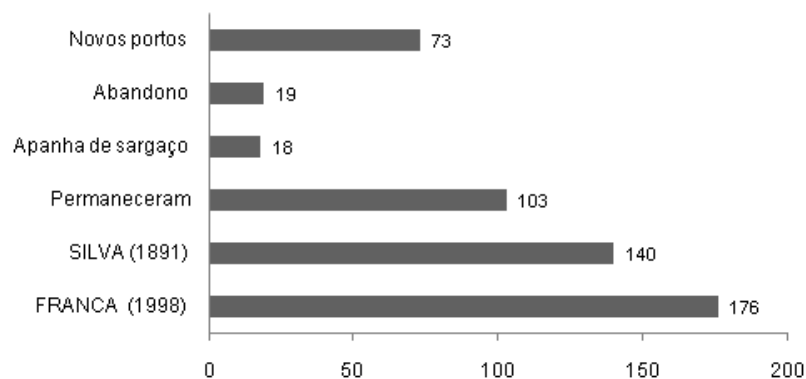


Figura 1.14 - Portos de pesca (continente): elaboração própria a partir dos resultados obtidos por Silva (1891) e por Franca *et al.* (1998).

Adjacentes a estes portos e 'praias' estão as Comunidades Piscatórias, núcleos piscatórios que permaneceram arreigados a este território de interface terra-mar, testemunhando a sua fidelidade ao apelo do mar e participando na defesa de um valor nacional: a ocupação do território, secular e corajosa, num gesto de cidadania activa e responsável (Silva, 2005).

⁴⁹ Apúlia: Apanha do sargaço candidata a património oral e imaterial da UNESCO. Acedido em 6.2.2010 no endereço: <http://aeiou.expresso.pt/apulia-apanha-do-sargaco-candidata-a-patrimonio-oral-e-imaterial-da-unesco=f527052>

⁵⁰ Museu do Sargaço inaugurado em Castelo de Neiva. Acedido em 15.8.2010 no endereço: http://www.cafeportugal.net/pages/dossier_artigo.aspx?id=1182

Enquanto comunidade repleta de tradição e de saberes, a resiliência pode ser encarada como um gesto patriótico, na senda da genuína tradição marinheira portuguesa.

Estamos a falar de pequenas Comunidades Piscatórias no Norte porque depois há outras pequenas e médias noutras regiões do país que têm aspectos mais específicos, por exemplo, sistemas lacunares: Ria de Aveiro e Ria Formosa. Saber se são pequenas ou médias, Aguda e Angeiras, relativamente à Afurada são pequenas, Afurada à escala internacional poderá ser uma pequena Comunidade Piscatória. Outras comunidades são Espinho e na região Centro, na zona de Ovar, Vagos, Esmoriz e Cortegaça. São Comunidades Piscatórias com valores culturais e tradicionais próprios e muito ricos que desempenham actividades económicas significativas ao nível local ou regional, embora o montante global possa não ser muito significativo. Estão quase todas em situação socioeconómica preocupante. Há uma previsão de progressiva escassez de recursos naturais, é um vector que se vai agravar em relação ao futuro. Têm condições físicas muito desfavoráveis, quer para o acolhimento das frotas quer para a prática das actividades, porque a costa é muito exposta. Ou não têm infra-estruturas ou têm algumas infra-estruturas, caso da Aguda, que mesmo assim já melhoram a situação mas não constituem portos de pesca. Há a destacar o envelhecimento dos pescadores, inadequação das frotas, reduzida capacidade empresarial, gestão sem inovação, dificuldade de captação de apoios financeiros e baixos níveis de escolaridade. Disto resulta uma perda de competitividade e estas Comunidades Piscatórias estão perante novos cenários institucionais, legais e económicos, questões que cada vez mais funcionam a nível internacional e de forma global. Neste tipo de actividades mais vulneráveis e dependentes, qualquer sobressalto a nível económico se reflecte. Muita desta gente vive apenas o dia-a-dia porque não tem maneira de viver de outra forma, são pessoas que estão muito no limite, não têm alternativas, e portanto tudo se repercute negativamente e em certos casos, entra mesmo no que se pode chamar de necessidades básicas. São estruturas muito débeis, às vezes é a família toda que vive disso, muitas vezes sem acesso a prestações sociais. A reconversão é difícil, é gente que toda a vida se dedicou a isso - e já são gerações, passa de pais para filhos - muitas delas pouco mais sabem fazer.

Nas Comunidades Piscatórias o padrão de desenvolvimento varia ao longo do litoral e dentro da comunidade, ao longo do tempo. As pescarias são sazonais e isso intervém em

termos de estrutura, comercialização, relacionamento entre eles. Tudo se altera ao longo do ano, às vezes de ano para ano. As dificuldades são acrescidas para essas Comunidades Piscatórias, em que a idade das tripulações é elevada e que não há uma camada jovem direccionada para as pescas. Os jovens não vêm na actividade dos pais rentabilidade, desenvolvimento, para que quererão dar continuidade ao que anteveem que é negativo? Os próprios pais não querem, não os incentivam porque sabem que é uma área com grandes dificuldades. Os recursos também são cada vez menores, a frota está a reduzir, e principalmente nos pequenos meios, torna-se muito difícil. Olhando só para o aspecto das embarcações que sofreram modificações grandes – desde madeira e remos até fibra de vidro e motores, fora-de-bordo ou internos - somos obrigados a pensar que esta alteração trouxe forçosamente uma alteração daqueles que com elas trabalhavam e consequentemente, das Comunidades Piscatórias. Claro que muitos outros factores vieram a aparecer. Penso que as Comunidades Piscatórias estarão diminuídas, reduzidas em número de elementos activos, mas que as principais se mantêm. Os próximos tempos vão ser difíceis por causa do preço do combustível e em especial para estas Comunidades Piscatórias que utilizam pequenas embarcações a gasolina sem qualquer tipo de apoios, como tem o gasóleo. Por outro lado, as pescas não abundam, em termos de recursos, reconhecendo que possa haver culpas do esforço de pesca mas tem muito a ver com poluição e com as próprias condições climáticas.

2.2 – Pescadores: *A nossa universidade da vida é o mar*⁵¹

Não é a gente andar na escola e depois ‘pega lá num barco e vai ao mar’. Não, tem-se que andar de pequeno. Porque não é preciso ser pescador de início, primeiro é preciso saber andar no mar, depois é que se aprende a pescar. A primeira vez que fui ao mar tinha 6-7 anos, o meu Pai e o meu avô ainda andavam à vela, ia escondidinho porque não se podia e eu enjoava muito. O pescador é uma pessoa de trabalho, que não olha muito periférico, é só para a frente e tem que ser já, é agora, ele não está a ver o futuro. No mar existe solidariedade, mas em terra não, existem rivalidades; não é só neles, é em todo o lado. Muitas vezes o pescador fala com o coração, não vê o futuro, só vê o imediato. Os verdadeiros homens do mar já morreram, eles incutiam respeito, não é como agora, só vão

⁵¹ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 2, 3, 8, 11, 12, 21, 25A+B, 27B e 34.

para saquear. Eles só diziam: - 'Meu menino, é isto!' E a gente fazia o que eles diziam e a gente aprendia muito com eles; devemos muito a eles, aos mais velhos. Os que estão lá agora, eles vão para o mar, vêm os aparelhos em cima e cortam, alguns só para fazer mal. Nós levantamo-nos de madrugada, com Sol ou com chuva, temos que ir para lá.

O meu Pai não queria que eu fosse e eu como fui de pequenito para cima dessas pedras da praia, entusiasmou-me muito ver o peixe ali nas poças... não faço ideia como possa contar, aquilo para mim foi uma loucura, gostei daquilo imenso: - 'Quero ir para o mar!' E a minha Mãe também estava sempre a dar para trás: - 'Tu vais estudar!' Quantas vezes vou ao mar e não trago nada, despesas... e venho todo contente, porque matei o vício. Recordo-me muito bem da primeira vez que fui ao mar, ainda não andava na 1ª classe, entrei a fazer 7 anos. Na altura andava com o meu Pai, tinha que ir agachado; o meu Pai tinha muito receio de me levar, não no caso de acontecer mal mas por causa da autoridade. Segui o que os meus irmãos também seguiram e não estou arrependido.

Até pela sua ligação antropológica à água, à navegação, aos grandes espaços, ao infinito e às estrelas, são homens e mulheres de natureza arrojada, corajosos, muito empreendedores, preferem trabalhar por conta própria do que ser subalternizados, trabalhar na incerteza da sobrevivência do que ter uma relação normativa com a sobrevivência. Não têm um emprego, têm um trabalho ligado ao seu modo de vida, numa atitude social e cultural. Vivem com o tempo, com o clima e como tal são abertos à mudança. Como a prática deles é sofrida, pesada, ligam-se com os elementos, andam com as mãos geladas, sofrem frio e privações ao nível da saúde quando andam nos barcos. Por questões de sobrevivência embarcam nas grandes pescas industriais para o Canadá, Japão, para todos os lados, como alternativa à subsistência precária que têm na Pequena Pesca. Mas têm um sentido agudo do prazer da vida, do conforto e por estarem diariamente ligados às questões da morte e da vida, são realistas e sonhadores. Enquanto seres humanos são completos, capazes de desafiar o futuro, aceitam desafios terríveis e são curiosos, uma esponja ao nível da atitude de aprendizagem relativamente à vida, se verificarem a utilidade. Não dá para ter discurso hipócrita que não seja assertivo e pragmático porque o *modus vivendi* exige deles uma atitude pragmática e gestos, nenhuns supérfluos, a gente vai pescar com eles e vê que um gesto supérfluo pode provocar um naufrágio. Os profissionais ligados ao mar têm muito a aprender em pragmatismo com os pescadores, se observarem com uma atitude antropológica ou sociológica, retirando ideias pré-concebidas. Desde a infância a

brincar na praia até ao idoso que já não tem actividade piscatória mas está a fazer coisas úteis para a comunidade, a multidisciplinaridade, a troca de conhecimentos transforma a praia num laboratório de aprendizagem por excelência. Os pescadores que têm experiências em terra percebem que há outras agruras do foro psicológico. Falei com pescadores que foram pasteleiros mas que voltaram para a pesca por incompatibilidade relativamente à sua maneira de estar na vida, de lidar com horários, como que espartilhados, o trabalho para um lado, a família para outro; de viver com várias personagens, acham completamente caótico. Eles são homens ou mulheres, são o que são, seja na família, no barco, seja onde for. Perturba-os esta maneira de estar em terra e sobretudo de trabalhar em salas com tecto. Eu gosto muito da pesca, não posso deixar a pesca, a pesca para mim... não acho bem dedicar-me a outras coisas. Muitas vezes saímos daqui à noite e só vimos no outro dia. A gente quando vem, quer estender-se na cama, descansar. Às vezes as redes andam todas desfeitas porque a gente nem tem tempo de as reparar. São muitos os desempregados na área piscatória. Convivi toda a minha vida com esta gente, o pescador é um ser exterior à comunidade normal. Não é uma comunidade autónoma e isolada mas tem características muito diferentes e sobretudo tem uma grande incapacidade para se integrar na comunidade normal. Vemos muitas vezes os pescadores e sobretudo os seus filhos, com uma enorme dificuldade de integração, quando não incapacidade e depois, naturalmente, recorrem a actividades ilícitas, tráfico de droga, prostituição. O filho do pescador se não opta pela actividade da pesca, fica numa situação extremamente difícil. A evolução passa também pela dignificação da classe, de haver o reconhecimento da importância social, cultural e económica do pessoal da Pesca, nomeadamente da Artesanal. Eu não tenho conhecimento que com tanta medalha e condecoração que são dadas, de ver um pescador a ser condecorado num *10 de Junho*, quando é um homem que arrisca a vida, quer queiramos quer não, diariamente. E essa dignificação antigamente existia, basta olhar para os Painéis de S. Vicente de Fora, atribuídos a Nuno Gonçalves (séc. XV) que estão no Museu de Arte Antiga e verificar onde é que estavam: estava o Rei, o Clero e ao lado estavam os Pescadores. A dignificação começaria pelo reconhecimento público da sua actividade, há gente muito boa e deviam ser dignificados, porque culturalmente é gente muito importante. Pôr um prémio, pela instituição de uma gratificação pública. Nos Açores ainda há a Festa do Mar, no continente existe uma festa do mar em Cascais, por exemplo, que é uma caricatura perfeita, os pescadores só são

chamados à coacção, quase como um animal em vias de extinção que aparece num circo dentro de uma gaiola, mas não tem dignificação nenhuma. Um Pescador é um ser diferente dos outros que vivem em terra, portanto é nesse contexto que as coisas têm que ser tratadas. Passaram a ser só uns contribuintes da Segurança Social, não havendo qualquer organismo que os apoiasse. Criaram-se balizas tão difíceis para uma pessoa ter um barco que se eu quisesse ser Pescador não podia, tinha que ir comprar um barco a alguém porque não podia ser Pescador numa situação de livre vontade de opção. Basta ver o que é culturalmente o peso dos Pescadores, por exemplo, na Póvoa de Varzim e no mercado do ouro das ourivesarias. Nós sabemos quando o ano de pesca foi bom quando o ouro se vende mais na Póvoa de Varzim. Vamos a Cascais, onde a Comunidade Piscatória é residual mas consegue fazer manifestações de rua. Os Pescadores têm uma força cultural estranhamente importante mas que é esquecida em Portugal. Sou um 'Ouvidor de Pescadores' e andei por muitos sítios para aprender sobre pescas e sobre mar mas é a ouvi-los que eu aprendo mais. Temos que desmontar muitas coisas mas é com eles que se aprende porque eles vivem sobre o mar. Para Sul sente-se um pouco mais o envelhecimento da classe piscatória, com excepção do Algarve. Os mestres das embarcações são basicamente reformados do bacalhau, a idade média anda para cima dos 45-50 anos. E gente nova não quer, há um défice de mão-de-obra. Tem a ver com outro factor que acho importante e que nunca houve a coragem de intervir: o relacionamento entre o patrão, o dono da embarcação e os eventuais empregados. Não há férias, subsídio de Natal ou ordenado, isso condiciona a entrada de jovens que querem dinheiro vivo, fixo, férias, regalias e garantias e têm que as ter, e isso não é comportável com a pesca, eles terão que tentar de outra maneira. Porque ganham ao que vendem, às partes, em percentagem. Se a pesca for rentável, se o preço do peixe for bom, eles passam a ganhar mais e já dá para terem um ordenado. E passa pela dignificação da profissão. Aumenta a pesca, sobretudo a ilegal, quando há crise económica no país. Acredito nas pessoas, nos pescadores. Em França já têm na Pesca Industrial o Salário Mínimo Garantido; em Portugal conseguimos, na Pesca Industrial, para a pesca do largo e bacalhau. Para o Arrasto Costeiro conseguimos a Soldada Fixa (175€) que juntamente com a percentagem de venda em lota, mesmo que não atinja o valor do Salário Mínimo Nacional, o pescador recebe-o. Na Pesca Local não há salário garantido, o pescador participa nas despesas de produção e por vezes ainda fica a dever ao mestre. E a Pesca Local são 90% que o futuro vai ter em conta.

Aquilo que existe para a Artesanal é que têm que ter o rendimento de 13 mil €/ano. Na prática, ninguém vai reclamar aquilo porque não dá num mês e no segundo, ao terceiro eles saltam para outro navio e não estão até ao fim do ano, tratam mas é de vida. Daí estar-se a estudar em França que o Salário Mínimo Garantido não seja anual mas mensal.

2.3 – Mulheres na Pesca: *As mulheres são mais produtivas que os homens*

A actividade da mulher na pesca, como diz a Presidente da Associação de Mulheres na Pesca, *Ilhas em Rede*, dos Açores, não é muito visível, apesar de existirem mulheres pescadoras, armadoras e a preparar as artes, cerca de 190 mulheres, que nem sempre são reconhecidas pelos homens como trabalhadoras da pesca.

Mas o que se vê na figura 1.15 não deixa dúvidas e vem reforçar a importância do princípio 20 da Conferência das Nações Unidas, Rio-92: as mulheres desempenham papel fundamental na gestão do meio-ambiente e no desenvolvimento, sendo a sua participação plena essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável.



Figura 1.15 – Açores: trabalhadora da pesca ou simplesmente ‘doméstica’?⁵²

Amorim (2001:22) salienta que a problemática do estudo das Comunidades Piscatórias se articula com a do significado do trabalho feminino no sector. Em Vila Chã apesar de existirem definições culturais do que era trabalho de homens e trabalho de mulheres - os homens pescavam e as mulheres trabalhavam em terra - as mulheres que pescavam diziam de si mesmas que o faziam *como homens* (Cole, 1994:92).

Ser pescadeira é tomar decisões; saber onde estão os peixes e como se pode apanhá-los. As mulheres de hoje não sabem como hão-de trazer para casa um barco carregado de peixe (Maria, Arrais reformada, *in* Cole, 1994:148).

⁵² Créditos fotográficos acedidos em 18.8.2010 no endereço: http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=1655

Também Cristina Moço, da Mútua dos Pescadores e da Associação 'Estrela do Mar', a AKTEA/Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca, salienta que se ser pescador já é uma actividade menosprezada, sê-lo no feminino é-o mais ainda⁵³.

Esta situação de discriminação tão flagrante colide com o estipulado no *Tratado CEDAW*⁵⁴ que reconhece a importância das obrigações tradicionais das mulheres, enquanto mães responsáveis pela educação dos seus filhos e pela protecção da sua família, e que estabelece novas normas para a participação das mulheres na vida social e laboral. Existem projectos na Galiza que se podem considerar bons exemplos de integração, a *Agrupación de Percebeiros/as de Baiona*, no âmbito da *Cofradía de Baiona* e a *Guimatur, Asociación Cultural das Mulleres do Mar de Cambados* (Illa de Arousa), no âmbito da *Confraría de Pescadores San Antonio*, de Cambados.

O papel da mulher na pesca foi por vezes abordado espontaneamente nas entrevistas. Embora não fazendo parte do nosso 'guião' por considerarmos um tema complexo que exige um estudo próprio, não quisemos deixar de apresentar alguns testemunhos recolhidos.

A Aguda não foge a muitas tradições nortenhas da pesca. Há um matriarcado tradicional em que os pescadores, parece que são aqueles homens potentes, sabedores, donos de tudo, no mar, mas depois entregam tudo, em terra, à mulher. Antigamente as peixeiras corriam a cidade do Porto, era tradicional, iam bater às portas das pessoas que tinham ligações à Aguda. Durante o Verão, a família era abastecida pelo peixe da Aguda que compravam a qualquer preço. Uma coisa que me parece também interessante é o papel das mulheres nestas Comunidades Piscatórias. Na Afurada é um bocadinho diferente, acho que as mulheres não são tão participativas no sector. Mas em Angeiras, Vila Chã, Aguda, Caxinas, há uma forte participação das mulheres no sector da pesca, nas actividades de comercialização, burocráticas e de apoio às próprias embarcações. Temos formação dirigida só às mulheres, em que acabaram por aprender informática e outras coisas e além de tudo aprenderam uma outra maneira de estar e de ver as coisas que elas não estavam habituadas a fazer. Há casos de mulheres armadoras, a RTP realizou um documentário no

⁵³ Rede Estrela do Mar. Acedido em 17.7.2010 no endereço: <http://www.mutuapescadores.pt/new/estrela.php>

⁵⁴ Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, Resolução nº34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18/12/1979.

qual participou a ULMAR, a Associação de Mulheres, chamava-se *Pescadora de Terra e de Mar*. Em terra são as gameleiras, aquelas que preparam as gamelas. Há armadores que uma vez que se gasta um tempo medonho na preparação, compram a essas mulheres a gamela já preparada. Há Comunidades Piscatórias com toda a organização de gameleiras, caso de Rabo de Peixe (Açores). Em Porto Formoso, na costa Norte da Ilha de S. Miguel, há uma mulher pescadora, assim como na Graciosa. E em S. Mateus, na Terceira, há uma mulher armadora, proprietária com o marido que gere a empresa e já foi à pesca. Não temos mulheres a trabalhar, só homens. Há homens a trabalhar noite e dia, sábados, domingos ou dias festivos. As mulheres vão-lhes levar de comer e aí sim, podem dar ração ao peixe. Com o tempo pensámos em admitir mulheres, são mais cuidadosas a alimentar os peixes que os homens. Tudo que é manual são as mulheres, nas fábricas de conserva, nas linhas de produção são mulheres, nas coisas manuais a mulher desenvolve mais. Na Administração da *Xunta* creio que haverá 80% de mulheres a trabalhar. Empresas que têm mulheres dizem que têm problemas de baixa porque têm que levar os filhos à escola ou porque vão constituir família, nada, as mulheres são mais produtivas que os homens. A mulher é mais persistente, tem aquele trabalho, trata de fazê-lo; o homem tarda mais tempo, foi comprovado por estudos. As redeiras são contratadas, têm uma associação e trabalham no molhe a consertar redes. De início fazíamos tudo, depois pedimos ajuda⁵⁵. As raparigas ficavam em casa a fazer renda à espera que aparecesse alguém que casasse com elas para as sustentar; depois elas ficavam em casa a fazer renda, a criar os filhos, e eles iam para o mar. Não há tantas mulheres na pesca porque o sector as rejeita por superstição mas também porque não dá condições, os barcos estão concebidos para a masculinidade, e não só, depois a mulher engravida e lá se vai a tripulação, é uma chatice⁵⁶.

⁵⁵ Tradução livre de espanhol.

⁵⁶ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 5, 10, 20, 23 e 32.

3 - Recomendações intercalares

A fonte dos dados que permitiu a compilação destas recomendações intercalares para *Estratégias de gestão sustentável dos bio-recursos marinhos acessíveis à Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias*, assenta no acervo documental composto pelas entrevistas do painel após análise de conteúdo qualitativa, estruturada em categorias de acordo com a linha de investigação seguida.

- *Fomentar uma cultura dialógica entre os diferentes actores.* As perspectivas de curto prazo dos pescadores colidem com as perspectivas de longo prazo dos investigadores e com a indiferença dos decisores políticos;
- *Implementação da figura de Agente de Desenvolvimento⁵⁷.* Técnico com competências específicas, incumbido de orientar e servir de elo de ligação da Comunidade Piscatória (profissionais e dependentes da pesca) à comunidade científica e à Administração das Pescas, aumentando os níveis de diálogo e de participação;
- *Pescadores e comunidade científica reconhecem o impacto ecológico que as artes de pesca têm nos habitats.* É necessário regulamentar as artes de pesca de acordo com esse impacto com vista à sustentabilidade das pescarias;
- *Melhorar o tratamento estatístico dos dados da pesca.* Constitui um obstáculo à correcta formulação de estratégias de gestão científica das pescas;
- *Monitorizar informação sobre dados da pesca, complementados com dados ambientais.* Os modelos não integram dados de poluição, alterações climáticas ou outras causas de mortalidade para além do esforço de pesca;
- *Incentivar a consciência conservacionista intrínseca dos pescadores.* A explicação das medidas bastaria para melhorar a sua atenção às questões ambientais;
- *Incorporar o conhecimento ecológico local nos estudos sobre as artes de pesca.* Este conhecimento pragmático é essencial porque tem na origem o exercício da actividade e o senso comum, que articulados com o conhecimento científico, potenciam soluções inovadoras;

⁵⁷ Ver Viegas (2007:1496).

- *Entidades oficiais, reguladora e fiscalizadora, deviam ser mais 'didácticas'.* Por vezes as medidas gestionárias são pouco transparentes e colidem com o sentido pragmático e critérios de justiça dos pescadores;
- *Fomentar a auto-regulação entre pescadores da mesma Comunidade Piscatória.* Constituiria um ensaio para modelos de gestão partilhada da comunidade;
- *Impedir que o defeso biológico ou ambiental resulte no empobrecimento do pescador.* Reforçar as medidas compensatórias em vigor salvaguardando os interesses do pescador quando ele é impedido de exercer a sua actividade;
- *Reduzir ou mesmo eliminar as rejeições.* O pescado subdimensionado deve ser desembarcado e facultado à comunidade científica para avaliação;
- *Adopção de regimes de gestão diferenciados da pesca industrial.* A especificidade da Pequena Pesca não se compadece com modelos padronizados para toda a frota pesqueira;
- *A Pesca Lúdica (Pesca de lazer e Pesca Desportiva) não deve interferir com a actividade de pesca profissional.* Os pescadores profissionais estão descontentes com procedimentos discriminatórios, sobretudo na frequência de acções fiscalizadoras;
- *Orientar a gestão da Pequena Pesca no sentido de dar acesso prioritário aos que pescam em Comunidade e com critérios de sustentabilidade;*
- *Atribuir aos pescadores novas responsabilidades na gestão dos recursos, no âmbito das Comunidades Piscatórias a que pertencem.* Esta medida para ter resultados satisfatórios exige a formação de lideranças fortes da comunidade (confiança, diálogo, compromisso e respeito);
- *Reformulação da venda do pescado em lota.* O preço do pescado em lota não reflecte o valor real do produto, pode-se considerar ofensivo para quem tanto esforço despende na captura, apesar de ter valor médio superior ao dobro do proveniente da restante frota;
- *Integração dos interesses das Comunidades Piscatórias nos planos de Gestão Integrada da Zona Costeira.* Por vezes os técnicos omitem as *Comunidades Piscatórias* nos planos de gestão;

- *Criação de uma estratégia nacional para a preservação das Comunidades Piscatórias.* Para combater o isolamento e preservar a riqueza patrimonial (edificada, cénica, cultural) das Comunidades Piscatórias, incluindo estas preocupações nos planos urbanísticos estratégicos da cidade, vila ou lugar;
- *Implementação de medidas de valorização dos produtos da Pequena Pesca.* Inclusão de novos conceitos de gestão ecológica e de produção sustentável;
- *Divulgação do conceito de consumo responsável,* através de campanhas de sensibilização, sobretudo nas escolas;
- *Dignificação da profissão Pescador.* Deverá ser feito o reconhecimento da importância social, cultural e económica, nomeadamente do profissional da Pequena Pesca;
- *Melhoramento das condições de exercício da Pequena Pesca.* Condições laborais normalizadas (ordenado fixo, férias, subsídios).

Capítulo II

METODOLOGIAS

- 1 – Planeamento do Trabalho
- 2 – Recolha de Dados e Execução do Trabalho
- 3 – Análise dos Dados
- 4 – Resultados Preliminares do Estudo e Divulgação de Resultados
- 5 - Apresentação de Resultados e Considerações Finais

Tendo presente o que foi anteriormente definido na *Clarificação Prévia do Quadro Conceptual*, descrevem-se os métodos usados nas diferentes etapas desta investigação. A metodologia foi adaptada a cada tema abordado face às questões de investigação e aos objectivos visados, havendo por vezes necessidade do seu uso simultâneo.

A composição do texto obedeceu à concepção dinâmica de texto literário preconizada por Julia Kristeva, de que resultou um “mosaico de citações” de uma diversidade de outros textos, sendo o ponto-chave da intertextualidade a inter-relação dos conteúdos, que resulta na intersecção das palavras (Kristeva, s.d.; *idem*, 1969). Este aspecto sobressaiu na componente qualitativa e interpretativa do estudo, sobretudo nas transcrições resumidas das entrevistas do painel e nas citações, que se destacam do restante texto pela letra em tonalidade cinza e tamanho inferior, procedimento que é referido em nota de rodapé na primeira página de cada capítulo.

Estas conversas não têm fim mesmo pois nós vamos sempre buscar alguns aspectos que às vezes nem nós próprios temos por conclusivos. É muito bom conversar, acho que nós ficamos mais ricos. Estamos sempre, obviamente, a aprender, até com nós próprios. Quanto mais não seja, esquematizamos as nossas ideias, começamos a organizar as coisas¹.

A imagem foi usada como mecanismo de informação complementar do texto e como testemunho da riqueza cénica proporcionada pelas actividades ligadas à Pequena Pesca desenvolvidas quotidianamente nas pequenas Comunidades Piscatórias.

1 – Planeamento do Trabalho

De acordo com o tema central do estudo, o plano de trabalho previu a visita de estudo a várias Comunidades Piscatórias que vivenciam distintas situações de desenvolvimento. O plano de amostragem decorrente da selecção incluiu, no continente, as Comunidades Piscatórias de Vila Praia de Âncora, Praia de Angeiras, Valbom - Rio Douro, Praia da Aguda e Peniche. Na Região Autónoma dos Açores recolheram-se contributos que proporcionaram um panorama geral da pesca no arquipélago.

¹ Esta reflexão é resultante da análise da entrevista do painel 32.

Para a construção de um modelo universal de desenvolvimento, o plano previu a selecção de duas pequenas Comunidades Piscatórias para estudo de caso, tendo a escolha recaído na Praia de Angeiras e na Praia da Aguda.

2 - Recolha de Dados e Execução do Trabalho

Os critérios seguidos para a recolha de dados estiveram dependentes da natureza do material pretendido e por isso assumiram variados formatos:

- i) Recolha de dados documentais em trabalhos científicos e textos publicados por especialistas em revistas especializadas, efectuados na mesma área de investigação e áreas congéneres, assim como em documentos oficiais (Diário da República, publicações dos Ministérios, Censo 2001), tanto em suporte de papel como via *World Wide Web*, este último permitindo aceder facilmente a um volume considerável de informação em permanente actualização;
- ii) Visionamento de dados documentais em registo vídeo, nomeadamente sobre a pescaria de camarão com a arte de *Mugiganga*, na Praia da Aguda, realizado por um amador a bordo de uma embarcação da Pequena Pesca;
- iii) Pesquisa em bases de dados da Direcção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA, 2008a) relativa aos desembarques efectuados pela frota da Pequena Pesca nas lotas e postos do continente, entre 1997 e 2007;
- iv) Pesquisa em bases de dados do IPIMAR relativas à composição por comprimento total de Faneca (*Trisopterus luscus* L.) desembarcada nas lotas de Matosinhos (Artesanal e Arrasto) e Póvoa de Varzim (Artesanal), entre 1996 e 2002;
- v) Pesquisa sociológica que envolveu métodos e técnicas distintas, de recolha e registo de informação, que teve por objectivo a Pequena Pesca e as pequenas Comunidades Piscatórias:

Método da estratégia de actores, através da recolha de informação e da sua sistematização, da análise das relações entre actores e do posicionamento dos actores relativamente aos objectivos, é possível formalizar recomendações estratégicas que de

alguma forma são coerentes com as preocupações, interesses e objectivos dos actores (Perestrelo, 2000).

Observação participante, técnica que permite uma análise indutiva e compreensiva realizada pelo investigador em contacto directo e frequente com os actores sociais nos seus habitats e contextos laborais e culturais, em que o investigador se constitui em instrumento de pesquisa;

Estudo de caso, método que embora particularista na observação de uma situação, contribui para a compreensão de um fenómeno, no caso presente, a situação actual das pequenas Comunidades Piscatórias;

Entrevista, método interferente em que o investigador pode ser considerado o principal instrumento da pesquisa de campo (Costa, 2001:132).

As entrevistas são a expressão de um processo criativo, sustentadas pela inteligência intuitiva da palavra falada. Elas são também o carácter espontâneo que resulta de associações de ideias, penetram nos recantos do pensamento, como um prisma, como uma lupa (Barloewen, 2009:18).

O painel de entrevistados incluiu pescadores da Pequena Pesca e personalidades relacionadas com o sector, identificados como *informantes privilegiados*. Atendendo à manifesta heterogeneidade do painel (Quadro 2.1), estabeleceu-se um pequeno guião para a condução da entrevista, semi-estruturada, reduzindo o condicionamento dos entrevistados. No início era feito um breve enquadramento do que se pretendia com a pesquisa e qual o contributo esperado, adaptado sempre ao perfil do interlocutor. Adoptou-se o anonimato do informante para potenciar a participação e a espontaneidade nas respostas às questões fulcrais e objectivas, que eram reduzidas ao mínimo para evitar o recurso a interpelações indutoras. Houve ainda a preocupação de uma relação dialogal de confiança que permitisse, aplicando o conceito de *Janela Johari*, expandir a 'área livre' dos dois interlocutores no âmbito do assunto da entrevista e reduzir a 'área secreta' do entrevistado e a 'área cega' do entrevistador (Almeida, 2007).

O legado das entrevistas oriundas do painel de informantes privilegiados foi transcrito manualmente na íntegra (programa *Word 97-2003*), resultando numa quantidade considerável de informação, que posteriormente foi objecto de análise de conteúdo

qualitativa. Esta ferramenta permitiu catalogar a informação em categorias e subcategorias, de acordo com o objectivo pretendido no âmbito do estudo. O conjunto desta informação classificada foi objecto de várias análises tendo por finalidade a definição de Estratégias para Políticas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável aplicáveis às Comunidades Piscatórias e à Gestão dos Bio-recursos Marinhos por elas explorados.

Quadro 2.1 - Actividade Profissional e Formação Académica dos Entrevistados do Painel (n=nº casos)

ACTIVIDADE PROFISSIONAL DOS ENTREVISTADOS (PAINEL)	
1 Administrador Portuário	2 Investigador do IPIMAR
1 Arquitecto	2 Pescador Polivalente
1 Assessor Secretário Estado Pescas	15 Pescador Pequena Pesca
1 Coordenador Projecto Cultural Pescas	1 Pescador Pequena Pesca/Funcionário Público
1 Coordenador Projecto Desenvolvimento Pescas (Galiza)	2 Pescador Pequena Pesca/Presidente Associação Pescadores
1 Director Empresa Aquicultura (Galiza)	1 Político/Ex Dirigente Empresa Pública
1 Dirigente Agência Comunitária	1 Presidente Associação Desenvolvimento Local
1 Dirigente Direcção Geral Pescas e Aquicultura	1 Presidente Associação Humanitária Nacional
1 Dirigente DOCAPESCA	2 Presidente Junta de Freguesia
1 Dirigente FORPESCAS	2 Presidente Sindicato Profissionais da Pesca
2 Dirigente Instituto Público (Galiza)	1 Secretário Geral Associação Nacional Transformados
1 Dirigente ONG	1 Secretário Geral Confraria Pescadores (Galiza)
7 Docente Universitário (1 USA)	1 Técnico Superior IPIMAR
1 Empresário/Ex Dirigente Instituto Público	3 Vendedeira de peixe
1 Formador FORPESCAS	1 Vice-Presidente Câmara Municipal
FORMAÇÃO ACADÉMICA DOS ENTREVISTADOS (PAINEL)	
2 Antropologia	1 Engenharia Civil Phd
1 Arquitectura	1 Engenharia Zootécnica
1 Assistente Social	6 Frequência Secundário
5 Biologia	1 Gestão de Marketing Phd
2 Biologia Phd	17 Primária/Secundária
1 Biologia/Mestrado Ambiente	8 Primário
2 Direito	1 Psicologia
1 Economia	4 Secundário
1 Engenharia Agronómica	2 Sociologia Phd
1 Engenharia Civil	

Fonte dos dados: elaboração própria.

Para garantir que a informação fosse efectivamente comunicada, o que significa ser recebida e compreendida (Chiavenato, 2005) recorreu-se ao uso de um áudio-gravador (*Sony*, modelo *Microcassete-corder M-455*). As gravações decorreram nos mais diversos locais, desde a praia ao gabinete de executivo, ao café, restaurante, residência do

entrevistado, armazém de aprestos ou mesmo em plena rua. No total correspondem a cerca de 22 horas de gravação e apenas dois entrevistados não permitiram o uso de gravador. A primeira entrevista foi gravada no dia 15 de Outubro de 2002 e a última no dia 1 de Outubro de 2009, correspondendo a períodos de desigual oportunidade na recolha dos contributos.

Para a análise socioeconómica comparada das Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda foram usados dados retirados do estágio curricular intitulado 'Com Vista Para o Mar', resultado de colaboração com a Faculdade de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Por elaboração própria, estes dados foram submetidos a análise estatística comparada, realizada com recurso à aplicação SPSS- *Statistical Package for the Social Sciences*.

3 - Análise dos Dados

Cada método utilizado tem um campo de aplicação restrito, adequado à natureza dos dados:

- i) Para a reprodução e montagem do registo vídeo referido em (2-b) foi utilizado o dispositivo *DAZZLE to Go PAL/SEC RETAIL*, uma mesa de montagem vídeo não profissional que permitiu a apresentação de excertos de um filme numa comunicação oral usando o programa *Power Point 2007* e posteriormente, de fotogramas em artigo científico (Viegas, 2008a);
- ii) A informação proveniente de (2-c) foi fornecida em tabela dinâmica que facultou as análises quantitativa e qualitativa com recurso ao programa *Excel 2007*, posteriormente apresentadas de forma condensada na análise ecológica;
- iii) Através da pesquisa efectuada em (2-d) foram determinadas as percentagens de desembarques para distintas classes de comprimento de Faneca (*Trisopterus luscus* L.), a comparação com os dados obtidos em anos anteriores (Santos, 1992) e a articulação com as medidas de gestão pesqueira entretanto implementadas (Viegas & Santos, 2007);
- iv) As entrevistas realizadas a informantes privilegiados (painel), referidas em (2-e) foram alvo de *análise de exploração*, seguida de transcrição manual usando o programa *Word 2007*. Uma vez digitalizadas na íntegra, foi efectuada a *análise de conteúdo qualitativa*,

técnica que permite efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas (Vala, *in* Siva, 2007:104). Para assegurar o anonimato, as entrevistas foram codificadas e só então organizadas em categorias e agrupadas por temas, de acordo com o plano previamente estabelecido na análise de exploração;

v) Na análise quantitativa estatística comparada dos dados das Comunidades Piscatórias de Angeiras e de Aguda, usou-se o aplicativo *SPSS - Statistical Package for the Social Sciences*, programa informático de apoio à tomada de decisão através da valorização dos dados. Os resultados obtidos não se revelaram estatisticamente significativos, pelo que se enveredou pela *análise estatística descritiva* dos dados;

vi) A riqueza lexical dos entrevistados induziu a aplicação de critérios de *Análise Crítica do Discurso* (Coelho, 2004) na transcrição resumida das entrevistas;

vii) Da análise de conteúdo qualitativa efectuada às entrevistas do painel (2-e) resultou uma quantidade apreciável de informação, relativa tanto a situações do passado como da actualidade, como ainda propostas para a resolução dos problemas. Sugeriu uma análise estratégica, *análise SWOT* – acrónimo proveniente de *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* - usada habitualmente em planeamento estratégico empresarial. Esta análise permite identificar, de forma integrada, a situação do tema em questão, tanto sob o ponto de vista interno - forças e constrangimentos – como do ponto de vista externo - oportunidades e ameaças.

4 - Resultados Preliminares do Estudo e Divulgação de Resultados

As análises de cariz diverso anteriormente descritas e as reflexões efectuadas durante todo o processo sobre as questões de investigação permitiram elaborar as recomendações estratégicas e as considerações finais que se apresentam nesta dissertação.

A divulgação de resultados preliminares foi regularmente executada no decurso do estudo, privilegiando as oportunidades de participação em eventos científicos internacionais, embora também tenham sido apresentadas comunicações orais e pósteres em eventos nacionais. A lista dos trabalhos publicados relacionados com este estudo consta do Anexo 3.

Na fase exploratória da pesquisa foi publicada no jornal diário *Jornal de Notícias*, uma informação de página inteira² intitulada '*Selo de qualidade para os camarões. Pequena Pesca do Norte prepara-se para um novo dinamismo, procurando atrair jovens, através da valorização do pescado*'. Na altura pretendia-se que o trabalho se orientasse para a valorização do pescado proveniente da Pequena Pesca, nomeadamente na perspectiva de obter a *Denominação de Origem Protegida (DOP)* para o Camarão-branco-legítimo, (*Palaemon serratus*), que a concretizar-se, seria a primeira DOP na área do pescado em Portugal.

5 - Apresentação de Resultados e Considerações Finais

Os resultados obtidos e as recomendações estratégicas finais que este estudo proporcionou são apresentados nesta dissertação, estruturados da seguinte forma:

- Capítulo I – *BIO-RECURSOS MARINHOS, AMBIENTE E COMUNIDADES PISCATÓRIAS*, trata da gestão sustentável de bio-recursos marinhos, aprofundando a análise ecológica da Pequena Pesca e reflectindo sobre o tradicional nas Comunidades piscatórias:
- Capítulo III - *COMUNIDADES PISCATÓRIAS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL*, em que se apresentam reflexões sobre a Modernidade em Comunidades Piscatórias do continente e da Região Autónoma dos Açores e um estudo de caso para avaliação de modelo universal de desenvolvimento sustentável para as Comunidades Piscatórias. São ainda discutidas Estratégias para Políticas de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Piscatórias, através da análise *SWOT* efectuada às categorias da análise de conteúdo qualitativa das entrevistas do painel.
- Capítulo IV – *COMUNIDADES PISCATÓRIAS E BIO-RECURSOS MARINHOS: ESTRATÉGIAS PARA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E DE GESTÃO SUSTENTÁVEIS*, corresponde às considerações finais, com destaque para a análise da relação da Comunidade Científica com a Decisão Política e se apresentam as Recomendações Estratégicas e a Estratégia de Apoio à Decisão Política, terminando com as Considerações Finais.

² Editada por Teresa Costa, no *Jornal de Notícias/ Economia*, página 26, domingo, 7 de Maio de 2000.

Capítulo III

COMUNIDADES PISCATÓRIAS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

- 1 – Reflexões sobre a Modernidade nas Comunidades Piscatórias
 - 1.1 – Comunidade Piscatória da Praia de Angeiras
 - 1.2 – Comunidade Piscatória da Praia da Aguda
 - 1.3 – Comunidades Piscatórias das Praias de Angeiras e Aguda: Analogias e Diferenças
 - 1.4 – Comunidade Piscatória de Vila Praia de Âncora
 - 1.5 - Comunidade Piscatória de Valbom (Rio Douro)
 - 1.6 – Comunidade Piscatória de Peniche
 - 1.7 - Comunidades Piscatórias da Região Autónoma dos Açores
- 2 - Sustentabilidade nas Estratégias para as Comunidades Piscatórias
- 3 – Análise Estratégica *SWOT* aplicada ao Estudo das Comunidades Piscatórias
- 4- Novas Estratégias sugeridas por Antigos Conceitos
- 5 -Recomendações Intercalares

Este trabalho teve como suporte uma metodologia dialogal, a entrevista, que propiciou a investigação de situações que dificilmente outro método poderia proporcionar. Revelou-se um método simples e muito proveitoso para atingir os objectivos previstos do trabalho, e em certa medida, contribuiu para quebrar o isolamento habitual das Comunidades Piscatórias. As entrevistas realizadas ao painel de informantes privilegiados, a seguir designado por Painel e referido no Quadro 2.1 com detalhe, revelaram uma enorme variedade de sensibilidades, muito apuradas relativamente às Comunidades Piscatórias em causa. Após um breve diagnóstico da situação presente da comunidade, era colocada a questão de investigação central deste estudo: - *Pequenas Comunidades Piscatórias - Que futuro?*

Apesar das respostas reflectirem uma gama alargada de pontos de vista, no seu conjunto podem ser consideradas convergentes numa perspectiva de cenário optimista - sistema renovado (Moniz, 2000:163). Poucos respondentes alvitaram cenários catastróficos, a grande maioria sugeriu estratégias de sustentabilidade para as Comunidades Piscatórias. Os pescadores, em especial, aproveitaram a oportunidade dada pela entrevista para verbalizarem a grande vontade de ultrapassar os constrangimentos e as ameaças sentidas no seu íntimo. Manifestaram sempre grande disponibilidade para o diálogo logo que se apercebiem que havia possibilidade de serem ouvidos e mesmo quando davam sinais de pressa no início, só a limitação do tempo (duração da cassette, no início) conseguia pôr fim à entrevista. A hesitação de alguns quanto ao futuro deveu-se, porventura, a uma característica muito própria do trabalhador do mar: é sempre a incerteza, o pescador nunca pode fazer planos para o futuro, o que o faz viver prodigamente cada dia (Soeiro *et al.*, 1999:72).

O legado das entrevistas oriundas do Painel foi manualmente transcrito, na íntegra, do que resultou extensa informação, posteriormente submetida a análise de conteúdo qualitativa. Esta ferramenta possibilitou catalogar a informação em *categorias* e *subcategorias*, de acordo com os objectivos pretendidos no âmbito do estudo. O conjunto desta informação classificada foi objecto de análise *SWOT* com a finalidade de atingir outro objectivo do estudo, ou seja, a elaboração de *Estratégias de Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Comunidades Piscatórias*.

O problema não está somente nos pescadores. Esta situação de involução, de envelhecimento, tem a ver com questões estruturais relativamente à articulação da vida

piscatória com o sistema português que sempre esteve virado de costas para o mar. Somos um povo ligado às grandes tradições do mar mas que sofre de um autismo histórico, colectivo, social, de viver virado de costas para sua litoralidade. Quando fui ao Parlamento Europeu, à Direcção Geral das Pescas, verifiquei que os portugueses eram dos menos sensibilizados e interessados pela Pequena Pesca, apesar de ser o segmento que tinha a dimensão maior, em termos percentuais e em termos de sobrevivência de pessoas. A quem se tem de imputar responsabilidades é ao Estado Português, as suas atitudes são pontilhadas de comportamentos conjunturais, pontuais e inconsequentes, mas de paternalismo relativamente às Comunidades Piscatórias que são tão significativas porque asseguram a sobrevivência de uma fatia da sociedade portuguesa para a qual não há alternativa em termos de economia¹.

1 – Reflexões sobre a Modernidade nas Comunidades Piscatórias²

Há uma proliferação de Comunidades Piscatórias na costa portuguesa, algumas residuais mas todas culturalmente muito importantes por serem a base de todos os outros segmentos da pesca³. Durante séculos a Pequena Pesca foi dignificada e deixou de o ser há poucos anos, quando a atenção se concentrou nos grandes armadores. É preciso coragem e humanismo nas políticas públicas para as Comunidades Piscatórias participarem nos desafios da sua modernidade. Os pescadores da Pequena Pesca gostariam de passar para os filhos uma actividade profissional digna, padrões de vida consentâneos com a actualidade e sem terem necessidade de recorrer à emigração, na pesca longínqua, que os fragiliza a todos os níveis.

As Comunidades Piscatórias vão continuar a existir porque são parte integrante da tradição. O carácter individualista do pescador artesanal dificulta o aproveitamento de instrumentos que visam melhorar a qualidade do pescado e a certificação, que deveriam ser desenvolvidos a nível das Comunidades Piscatórias. O Estado deve reconhecer o papel importante da Comunidade Piscatória e investir em infra-estruturas de acesso, de conservação e comercialização do pescado para as fortalecer.

¹ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 8.

² Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 8, 21, 24 e 33.

³ Ver Levantamento Fotográfico de Comunidades Piscatórias da Região Norte de Portugal (Anexo 2).

Aquela ‘família alargada’, os poveiros, que encontramos em Sines, costa algarvia e sempre em todo o lado, revelam uma grande esperança no futuro comparativamente com outros. Aham que apesar de estar mau, se o barco for bem gerido, dá sempre qualquer coisa e quem aguentar vai viver muito bem no futuro. Não deixam nada ao acaso e isso conta muito para o seu optimismo e perspectiva de futuro. E se a pesca tem futuro, então investem nela.

Procurando dar resposta à questão de investigação ligada ao futuro das Comunidades Piscatórias, a entrevista inicialmente era conduzida para a modernidade mas derivava frequentemente para o passado. Nos subtítulos que seguem apresentam-se os resultados da análise de conteúdo qualitativa dos contributos recolhidos nas Comunidades Piscatórias amostradas: Vila Praia de Âncora, Angeiras, Valbom (Rio Douro), Aguda e Peniche, no continente.

A Região Autónoma dos Açores, dada a sua localização geográfica oceânica, dispõe de condições privilegiadas na área da exploração dos bio-recursos marinhos e de todas as actividades relacionadas com o mar. Durante uma breve estadia na região tornou-se possível a gravação de entrevistas concedidas por informantes privilegiados sobre as Comunidades Piscatórias do arquipélago. Acedeu-se deste modo a uma parte significativa e peculiar do universo da Pequena Pesca portuguesa.

A selecção das Comunidades Piscatórias deveu-se, sobretudo, à diversidade de contextos de desenvolvimento vivenciada pelas comunidades na modernidade, que pode ser avaliada nos títulos seguintes.

1.1 – Comunidade Piscatória de Angeiras⁴

A Praia de Angeiras, Freguesia de Lavra, foi uma zona privilegiada dos romanos e Lavra era a vila de Laura, uma importante província romana. Há ainda tanques de salga, cetárias⁵, enterrados no areal de Angeiras que indiciam a existência de conserveiras romanas embora Matosinhos é que terá tido as primeiras fábricas de conservas ou pelo menos de peixe que tinha esse recurso à conservação da época, com sal. Está a ser constituído um núcleo

⁴ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 2, 3, 7, 9, 10, 17, 18, 25A, 28A, 29, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51.

⁵ Tanques de salga cavados na rocha do tempo dos romanos, classificados Monumento Nacional. Dec. Lei n.º251/70, 3 de Junho.

museológico com réplicas de cetárias numa Casa do Mar⁶, pequena edificação no areal onde os pescadores guardavam os apetrechos do mar e o barco. Desta actividade longínqua só resta a Rua da Tulha porque a Tulha, constituída por vários prédios, vai desaparecer. É arrepiante quando se assiste impotente à destruição de património histórico. As Casas do Mar têm a ver com uma origem recente das actividades marítimas mas começa a descobrir-se origens mais remotas. Antigamente as populações ficavam no vale, para além da costa, e junto ao mar só havia Casas do Mar que as Casas de Lavoura tinham para lhes servir de apoio à apanha de algas e de pilado, que depois colocavam nos campos, como adubo. Há ainda várias Casas do Mar que estão a ser utilizadas pelos pescadores.

Foi criada uma cooperativa para promover o turismo local - Turislavra⁷ - que tem sede na Junta de Freguesia. Pretende conjugar estratégias para valorizar actividades locais ligadas ao 'turismo de memória colectiva'.

Segurança. Morreram muitos pescadores à entrada da praia e outros naufragaram mais ao largo, agora há menos naufrágios porque há menos barcos, não há condições e as pessoas fogem da pesca. Os problemas com a segurança fizeram nascer uma Associação de Nadadores-salvadores, porque os riscos associados às actividades do mar são muito grandes. Ainda hoje há pescadores a morrer, a pescar a partir de terra, nos calhaus, porque caem. É uma das questões que leva ao definhamento e desaparecimento das Comunidades Piscatórias, o risco associado às actividades do mar. É preciso ter meios de salvamento e ter especialistas que possam ir ao mar quando toda a gente deve sair do mar. Em Angeiras é possível fazer formação em salvamento aquático, a nível nacional e com qualificação reconhecida internacionalmente, já a pensar no desenvolvimento de actividades desportivas no mar e turismo marítimo.

Quem vinha compor as redes em Angeiras eram as viúvas das Caxinas, como já não tinham barco para fazer as redes, vinham para outras Comunidades Piscatórias e viviam nas Casas do Mar. Transportavam a história da infelicidade de quem perdeu a família no mar.

Pesca. Os pescadores não imaginam Angeiras sem barcos mas o seu número tem vindo a diminuir, em 1950 havia 130 embarcações, nos anos 60 eram 100, nos anos 70 eram 80 e

⁶ Casa do Mar do Marau e do Meão/Casa do Mar numa Casa de Lavoura. Núcleo museológico de apoio a actividades marítimas artesanais, inaugurada em 18 de Maio de 2007. Acedido em 1.6.2010 no endereço: <http://www.jf-lavra.pt/noticia.php?id=22>

⁷ Cooperativa de Turismo de Lavra, em funcionamento desde 2005. Acedido em 19.8.2010 no endereço: http://www.jf-lavra.pt/index2.php?tipo_id=4.

sempre a decrescer⁸, sobretudo pescavam faneca, sardinha e camarão. Antigamente era tudo a remos e à mão e quando vieram os primeiros motores, os pescadores não sabiam ler nem escrever. Contudo, pescavam segundo técnicas muito ancestrais de marcar o posicionamento dos pesqueiros no mar, com umas pedras que levavam um bocado de sebo para saber qual era o tipo de fundo. Eles sabiam matemática da mais complicada: o pescador para pescar num determinado pesqueiro, precisava de construir em terra balizas. Com a nova tecnologia GPS não há problemas com o nevoeiro nem de ser noite, e funciona segundo estas regras da localização, os pontos são fixos e o satélite consegue dizer as coordenadas. Hoje estes barcos têm rádio, sonar para localizar os fundos e GPS para localizar o ponto em que estão.

Nos tempos áureos da pesca o armador que tinha mais capacidade financeira comprava outro barco para além do que usava. Era fácil encontrar tripulantes, vinham de Labruga e de Aveleda. Só há um caso de um filho desses pescadores, andou numa escola em Matosinhos e porque não estudou, então é mar. No Inverno paravam por causa do mar revolto e penavam, havia muitas dificuldades, e o período às vezes era longo, começava em Setembro ou Outubro e ia até Maio, as pessoas não tinham subsistência, havia muita fome. Nos anos 60 surgiu a hipótese da estiva e muitos ficaram definitivamente porque ganhavam muito bem, apesar de ser um trabalho muito duro. Os pescadores passaram a ser estivadores mas nas horas vagas iam na mesma à pesca. Há inclusive uma 'Rua dos Estivadores'. Agora há mais reformados da estiva do que pescadores, é uma classe que está a desaparecer, mas não é só em Angeiras. Actualmente o mestre é uma classe diferente e um pouco privilegiada, há mestres com filhos licenciados, mas o camarada é uma classe mais desfavorecida.

A pesca artesanal era em Angeiras, sempre houve muita sardinha mas a faneca de Angeiras tem muita fama, o camarão, o congro, o polvo. Era fácil apanhar polvos nas pedras com um pau com anzóis na ponta e uns farrapos, metiam pelas frinchas dos rochedos e alguns mesmo sem isso, metiam a mão e apanhavam, depois batiam-nos na pedra. E lá iam de bicicleta para as suas terras com os polvos. Agora há os covos⁹, redondos e outros quadrados, com aquelas entradas, o polvo e outros peixes entram mas não saem. Não há tanto desse pescado como havia, mas isso é por todo o lado, devia existir zonas de reserva

⁸ Em 2005 estavam registadas 27 embarcações na Praia de Angeiras (Fonte dos dados: DGPA, 2008a).

⁹ Arte de pesca, armadilha. Ver fotografia 43 do levantamento fotográfico (Anexo2).

instituídas pelo governo, como existe em vários países. Mesmo assim o peixe de Angeiras tem muita procura, sobretudo ao fim-de-semana, e é bem pago.

Jovens. Há pescadores novos que foram para a construção civil porque na pesca as condições são mesmo de risco. Só há 3 filhos de pescadores que quiseram meter-se como camaradas dos pais. Tenho um miúdo com 21 anos que não quero ao mar e ele também não quer, pode ir pelo passeio ou por desporto ou ser obrigado mas fazer profissão não quer, como a maioria destes rapazes novos. Não vai garantir o futuro, daqui a 10 anos muitos dos pescadores actuais estarão reformados. E põe-se a questão: vamos fazer um portinho de pesca quando não há pescadores? Começa quase a não se justificar, é grave. Mas a construção do portinho só por si não consegue inverter esta situação. O pescador antigamente ia mesmo sem portinho, era uma questão de sobrevivência; agora há alternativas e um rapaz de 17 ou 20 anos não vai para o mar. Era preciso uma escola que pudesse dar-lhes habilitações e formação de pesca, motivá-los com cursos subsidiados. Existe o Forpescas, em Matosinhos, mas querem no local. O Pai e o Avô que andaram no mar, alguns até lhes morreram familiares, não querem que os filhos vão para o mar. No mar é tudo mais complicado, existe o perigo e a falta de compensação.

Comercialização. Uma Lota mais actualizada aumentaria a competitividade, através da certificação de qualidade para os produtos; há quem conheça o edifício há 46 anos. Os pescadores começam a fazer contas e verificam que quem ganha é quem está em terra, quase sem trabalho, especialmente as *compradeiras*, uma figura que devia ser analisada porque vendem pescado de Angeiras misturado com peixe de Matosinhos e de outras proveniências, retendo uma margem de lucro excessiva relativamente ao rendimento do pescador. Não dispõem de refrigeração e vendem noutros mercados os excedentes misturados, adulterando a habitual imagem de qualidade do pescado de Angeiras. Para além da falta de respeito pelos compradores de peixe, prestam um mau serviço ao pescador. No posto de Angeiras a Direcção Geral de Veterinária não está presente por causa da sua especificidade. A Associação dos Pescadores podia colaborar para o pescado ser vigiado, haver uma certificação que acompanhe o pescado para o mercado e chegar com garantia de origem.

A Docapesca entregou a exploração da lota à *Associação Mútua dos Armadores de Pesca de Angeiras*, a seguir designada por MAPA, em 2004, mas curiosamente a fuga à Lota

aumentou. Os pescadores deviam participar activamente na gestão da sua pesca mas ao que parece, foram desinformados. Só há duas *compradeiras* que controlam toda a venda, os pescadores não podem falar, mesmo sobre o peixe que vem de Vila Chã¹⁰ e que é vendido em Angeiras, quando os de Angeiras não podem vender o seu pescado em Vila Chã.

Portinho. A construção do portinho, uma infraestrutura prometida e muito esperada, tem sido consecutivamente adiada. É uma questão de resolução complexa, essencialmente política, considerada vital para o desenvolvimento da freguesia e mesmo do concelho.

Foi proposto pelos pescadores um molhe a Norte e outro a Sul, mas o projecto só tem um molhe a Norte. Quando o mar está bravo as águas vêm de Sul, quer dizer que os barcos terão que vir sempre para a praia, como está na Aguda. Segundo alguns pescadores é preciso é ter uma plataforma, um molhe quase paralelo à costa, em ponte, de tal maneira que a água entre, tira a força e permite que o fluxo das areias continue a existir por baixo. Fazer como está desenhado provoca o assoreamento a Norte e o desassoreamento a Sul. Angeiras teve um projecto primeiro que a Aguda e a Aguda tem um portinho e Angeiras não, apesar de ter mais pesca e mais embarcações do que a Aguda.

O portinho podia chamar mais pescadores, não só profissionais como desportivos, e sobretudo os jovens. Permitia embarcar e desembarcar a qualquer hora. A Asnasa¹¹ propôs que o futuro paredão fosse transformado numa nova área de rendimento económico para os pescadores, um sistema de aberturas com tanques de estabulação, um fosso para o mergulho e outro para turismo, ter uma zona transparente. Agregado podia ter uma zona de transformação das ondas em energia eléctrica e ainda energia eólica. O molhe podia ser transformado numa unidade altamente rentável. Temos obrigação de investir na Pequena Pesca.

Acessibilidades. A reconversão da marginal de Leça até à praia de Angeiras não foi feita, a marginal até já tinha nome, era a Estrada Beira-Mar. Obrigaram a Petrogal a construir duas vias, que era para prosseguir até Vila do Conde. Não vai ser concretizada, perdeu-se uma grande oportunidade de desenvolver o concelho de Matosinhos e até de Vila do Conde. Por todo o lado há uma marginal, em Angeiras não é possível, mas é possível estragar tudo. Alguns entendidos dizem que para se preservar as aldeias junto ao mar, as vias de comunicação devem estar separadas. Provavelmente há interesses que tornam isto muito

¹⁰ Pequena Comunidade Piscatória localizada a menos de 3km a Norte da Praia de Angeiras.

¹¹ Empresa privada ligada à formação na área do salvamento aquático.

complicado. Há uma grande área de vegetação própria das dunas, só há pouco tempo se preocuparam, mas o quanto se perdeu. 'O que é do mar ao mar voltará'. Há indícios de que o mar esteve na parte mais elevada de Angeiras onde há muita areia. Conta-se que a igreja anterior à de 1721 era na mesma direcção mas junto à praia e que o mar entrava muitas vezes e dava cabo de tudo. Ainda há pedras no sítio exacto onde foi a antiga igreja. Construíram então outra mais para cima.

Desenvolvimento. Com a marginal, o portinho de abrigo, o mercado novo, lota nova e zonas envolventes, e com o Parque de Campismo, estavam reunidas condições para que a Praia de Angeiras fosse a 'sala de visitas' do concelho de Matosinhos. Toda a gente ganhava, o pescador e o utente da praia de Angeiras, para comprar peixe, ou ir ao café, ou comprar hortaliça, tinha de tudo. E via a verdadeira pesca artesanal local.

O desenvolvimento de Angeiras passa por tratar todo o circuito, desde o pescador chegar em segurança a terra, melhorar a gestão da pesca e as infraestruturas, deverá ser um projecto integrado das várias entidades e organismos, com eventuais apoios comunitários, prevendo a requalificação da área marítima onde está o edifício da Docapesca.

Tradição e futuro. Há investimentos públicos em áreas que não têm tanta tradição e importância a nível social como a pequena pesca, é uma identidade que não se deveria perder. Se houvesse o portinho muitos não se teriam dispersado e haveria mais pescadores. Em Portugal primeiro há a desgraça, depois é que há a prevenção. Enquanto houver esta rapaziada, isto vai andando, quando acabar, acabou! Devia-se preservar a pesca artesanal porque para além de ser útil a quem vive disso, tem a componente turística, tradicional e social. É uma identidade. Por que razão abre tantos cafés naquela zona e nenhum fecha? Há sempre pessoas que vêm e gostam de apreciar as actividades da pesca.

O futuro estará nesta pequena pesca artesanal e não tanto noutro tipo de pesca. As medidas que a UE pretende implementar são pouco animadoras: não apostar na renovação, só apostar nas saídas do sector, a estrangular ainda mais a situação complicada em que o sector já vive. O futuro passa pela construção do porto e mais segurança porque tem tendência a acabar. Em Angeiras só pescam verdadeiramente nos 3 meses de Verão, depois fogem para Matosinhos. Tem que haver pessoas de fora que se dediquem a esta vida para que se evitasse a fuga das pessoas. Aqui há anos, não havia pescadores só da Praia de Angeiras, eram pescadores-lavradores, que vieram lá de cima para aqui. Esses

deram continuação até velhinhos. Portanto a pesca não vai acabar. O que nos leva a dizer que acaba, é a repressão que temos em cima que parece que quem trabalha anda a roubar, pelo modo das autoridades. As pessoas têm que se convencer que têm que andar legalmente. Assim a pesca vai diminuindo e acabar, faz desanimar quem trabalha. A pesca nunca acaba aqui, vão diminuindo os barcos mas há muita gente nova. Eu sou dos mais velhos, estou a ser reformado da pesca da seguinte maneira: que nunca deixo a pesca, enquanto tiver forças para trabalhar.

A Câmara Municipal entende que a questão da pesca artesanal é muito importante, não tanto pela importância económica que ela tem, mas por Matosinhos ser um concelho de gente ligada ao mar, de pescadores e também de comércio e transformação do próprio produto que vem do mar. É importante manter esta actividade sob o ponto de vista da preservação da memória, da nossa história. O núcleo de Angeiras é quase o último refúgio deste tipo de actividade. Mas depois sabe-se que a Câmara de Matosinhos quer fazer bairros sociais junto ao Parque de Campismo e expropriar terrenos para um novo campo de futebol. Lavra é a única freguesia de Matosinhos que não tem complexo desportivo, mas também não tem habitação, nem acessibilidades, são 7260 eleitores, representa apenas 2 mil votos para eles, razão apontada por alguns. Não deveria ser verdade.

Inovação. A procura de soluções para os problemas do quotidiano tem levado a Comunidade Piscatória de Angeiras a descobrir respostas inovadoras e tecnologicamente avançadas, com impactos a nível global, sempre em harmonia com as actividades artesanais da pesca. Angeiras deixa de ser a 'pequena Comunidade Piscatória' e passa a ter uma dimensão que a posiciona na globalidade dos problemas mundiais, provando que afinal a globalização não é um fenómeno recente. Poderemos considerá-los eventos de globalização, *lato sensu*, não estando restringidos ao aspecto económico? Contributos recolhidos em Angeiras serviram de base ao estudo de divulgação de aspectos menos conhecidos relativamente às capacidades de inovação que as Comunidades Piscatórias revelam no seu dia-a-dia (Viegas & Martinho, 2008). É possível colocar a inovação tecnológica em sintonia com as actividades artesanais, em Angeiras há exemplos disso. Introduzir outra atitude, desenvolver novas actividades nos espaços marítimos da costa, nomeadamente turismo, com segurança aquática, uma área onde existe cooperação internacional para desenvolver projectos.

Porém registaram-se vários casos de oportunidades criadas para ampliar os rendimentos da pesca em Angeiras que não foram devidamente aproveitados. Um dos projectos foi apresentado por um empresário espanhol que tentou negociar a pesca de camarão, fez testes que o levaram a concluir que era o melhor camarão, comparando-o com o de outras proveniências. E quando estipulou a quantidade (20 toneladas) os pescadores não aceitaram porque tiveram pena dos compradores e ficaram apreensivos quanto às restantes espécies. Outro caso, proveniente de uma equipa universitária, queria fazer viveiros de robalo, rodovalho e truta e ainda um restaurante. Também aqui o projecto não se desenvolveu. Confrontados com a possibilidade de constituir uma empresa ligada ao processamento de camarão, a reacção da comunidade foi positiva, principalmente porque o pescador não estaria dependente do comprador e teria garantia de escoamento. Salvaguardavam reservas quanto à participação individual no projecto e que o Estado o deveria apoiar. Apenas surgiu alguma perturbação quando foi referida a designação comercial '*Camarão de Espinho*' porque achavam que deveria ser *Camarão de Angeiras*. A Associação dos Pescadores não demonstrou, contudo, estar preparada para inovar na área da gestão dos recursos.

Nem mesmo a existência do parque de campismo de Angeiras muito próximo da Comunidade Piscatória, é convenientemente aproveitada para envolver os turistas nas actividades piscatórias como, aliás, faziam antigamente, quando ajudavam a desemalhar, a tirar a sardinha das redes. Era uma rede muito comprida que punham no barco, ficava um ou duas pessoas dentro do barco a levantar a rede e um de cada lado a desemalhar e a sardinha a cair. Depois espalhavam a rede na areia, eram comprimentos muito grandes. Quando capturavam muita sardinha tinham que a pôr ao mar porque era muita carga para o barco. E depois era o movimento das camionetas de carga, pequenas e grandes, a transportar a sardinha para onde havia fábricas: Matosinhos, Perafita e Póvoa de Varzim.

Estes casos vêm demonstrar que os pescadores precisam de formação para aperfeiçoar as estratégias de exploração dos bio-recursos por forma a reter na comunidade as mais-valias dos seus produtos que são de elevada qualidade. Vem justificar a criação da figura do 'Agente de Sustentabilidade'.

Associação Mútua dos Armadores de Pesca de Angeiras. A seguir designada MAPA. Havia em Angeiras uma Associação chamada *Mar de Angeiras*, mas como não estava a correr bem, em assembleia-geral foi dissolvida e surgiu a MAPA, em 8 de Agosto de 1988. Na altura aderiram todos os pescadores de Angeiras, excepto o presidente e o tesoureiro da *Mar de Angeiras*. A MAPA foi fundada por gente da terra, mais ligada a uma família de 5 irmãos muito ligados à pesca, enquanto a Asnasa é outra família. Quando se deu o 25 de Abril havia rivalidade ligada à política, nunca se deram bem. É por essa razão que os associados da MAPA não querem colaboração com a Asnasa. Tem associados da pesca desportiva moradores na zona e associados profissionais da Aguda, Matosinhos, Porto, Vila Chã e Vila do Conde. Era importante que a MAPA tivesse um papel activo na auto-fiscalização. No sector da pesca existe muito egoísmo mas se é mau para um é mau para todos, se é bem para um é bem para todos. Convidaram pessoas que estavam ligadas indirectamente à pesca para a direcção da MAPA ficar mais credível e respeitada: o Director da Escola Secundária e a professora de francês da mesma Escola.

Havia cerca de 40 barcos, rondava 70-80 armadores e pescadores, enquanto agora existem 25-30 unidades, embora não trabalhem todos ao mesmo tempo por andarem em sociedades, devido à falta de pessoal. A Associação tem sido eficaz na resolução dos problemas dos associados. O principal problema que a MAPA teve que enfrentar prendeu-se com o reboque das embarcações para o areal. Primeiro compraram um tractor usado, depois um tractor novo, e os próprios pescadores é que puxavam e fixavam, como ainda hoje acontece. A Câmara de Matosinhos tem estado ao lado da Associação, ajudou a meter um projecto ao IFADAP¹² por causa dos tractores. Também o IPIMAR tem colaborado a nível da regulamentação das armadilhas e da rede sombreira (Henriques *et al.*, 2001a; Viegas, 1998).

A Associação pretendia recuperar a antiga *Casa dos Pescadores*, edifício que passou a posto médico, por um acordo qualquer, entretanto construíram outro posto novo e a casa ficou abandonada, *só que levaram a chave e a gente ficou sem posses dela*. Por causa dos muros serem baixos, à noite é mal frequentada e a Associação queria recuperá-la para voltar a servir de posto médico de primeiros socorros ao pescador, porque o posto da caixa é a 3-4 km e a Mútua, em Matosinhos. A casa tem ligação à praia mas precisa de obras e

¹² Instituto Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas.

tanto o Presidente da Junta como a Asnasa andam interessados em recuperá-la. Outro projecto da MAPA, a construção de um auditório multiuso, também não se concretizou nas novas instalações da MAPA entretanto inauguradas.

Há um problema de liderança nas associações, encontram-se várias categorias de líderes, desde o que não consegue dinamizar e criar nada de novo, ao que vai para a associação para defender os seus interesses. Mas muitas vezes as pessoas mais válidas são simplesmente 'cilindradas'. Os pescadores membros da direcção por vezes são os primeiros a prevaricar (malhas ilegais) quando deviam incentivar boas práticas pelo exemplo, ficando numa posição em que não podem dizer nada e a liderança, naturalmente, sai enfraquecida.

Outro problema crónico que as associações enfrentam é a falta de representatividade, as pessoas estão em minoria nas reuniões quando deveriam estar todos. Não se pode tirar ilações sem, primeiro, perder o nosso tempo e dizer qual é o seu ponto de vista, e de todos os pontos de vista é que se tira ilações.

Comunidade Piscatória de Vila Chã. Localizada a menos de 3km a Norte da Praia de Angeiras, esta pequena comunidade tem cerca de 10 embarcações e 20 pescadores. Oliveira (2009) encontrou aí jovens descendentes de pescadores mas com uma nova perspectiva do mar - o lazer e o divertimento – que atribuiu à escolaridade obrigatória, aliado à crescente utilização das novas TIC e ao desejo, principalmente das mães, de que os filhos não sigam a profissão de pescador.

Os problemas de Vila Chã são iguais aos de Angeiras. Dão-se muito bem mas unirem-se para qualquer coisa não é fácil. O Presidente da Junta de Vila Chã era carpinteiro e como era filho de pescador, tinha gosto que se fizesse uma Associação, formaram uma Associação depois de virem a Angeiras informar-se. A praia é pequena, são 15–20 sócios, 6-7 barcos, se tivessem um tractor a praia estendia-se mais para Norte. Eles dizem que o tractor os prejudica e vai estragar a praia e por isso têm um cabo que trabalha por roldanas. Poderiam ter aderido à MAPA mas eles não querem.

Em Vila Chã não falam de portinho, quando não entram e não querem arriscar, vão para Vila do Conde. Se houvesse um portinho em Angeiras, talvez viessem descarregar aí. Há uns anos, quando era proibido ir ao mar ao domingo, o pescador de Angeiras aproveitava a lota de Vila Chã que estava aberta. Só que os pescadores de Vila Chã proibiram o pessoal de

Angeiras de vender lá o seu pescado mas agora vêm vender o pescado deles a Angeiras. Só prova que o pescador de Angeiras não está unido.

As reflexões sobre a Comunidade Piscatória de Vila Chã derivam de entrevistas efectuadas antes de uma assembleia-geral da *MAPA*, e são reveladoras da natureza das relações de vizinhança que por vezes podem ser muito tensas entre estes núcleos piscatórios. Volta a evidenciar-se a necessidade de formação de líderes.

1.2 – Comunidade Piscatória da Praia da Aguda¹³

A génese da comunidade da Aguda está na pesca, nasceu e foi-se desenvolvendo como um agregado de pescadores, talvez com uma ligação forte à Afurada e a alguns pescadores que trabalhavam no arrasto, no bacalhau, sempre muito ligados à pesca. Grande parte das famílias pescadoras que antigamente, dos avós aos netos, trabalhavam e estavam todos até dentro da mesma embarcação, isso perdeu-se um pouco, dadas as dificuldades. Há duas ou três décadas de muito difícil travessia, houve uma emigração muito forte, principalmente para França e Alemanha, que ainda continua e que é muitas vezes o sustento dos familiares que ficam. Há uma melhoria do nível de vida, antigamente via-se uma miséria e uma dificuldade de vivência das pessoas que se o peixe não desse, andavam meses a fio que não tinham outra maneira de sustento.

Problemas sociais. A nível social há problemas muito graves na Aguda como há em todas estas Comunidades Piscatórias. A droga foi um problema mais acentuadamente há uns anos mas continua sempre, tem um fio condutor e é permanente. Há muitas famílias de pescadores que estão desgraçadas por causa da droga. Socialmente tem que ser encontrada uma solução, para enquadrar novamente essas pessoas e dar-lhes uma saída que pode ser outra vez a pesca, desde que seja atractiva e compensadora. Mas a droga é um negócio e é uma doença. Ao longo dos últimos anos a droga tem tido crescente adesão, constituindo alternativa de risco mas altamente compensadora em relação à pesca.

Pesca. Os pescadores vieram para a Aguda para andar à *mugiganga*¹⁴, já pescavam em Espinho, e como era, e ainda é, uma costa muito brava, vieram ver e fundaram a Aguda. Os homens não eram todos pescadores, vinham do interior, de Fontes, Arcozelo, Serzedo e

¹³ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 1, 5, 6, 7, 8, 11, 12 e 27A+B.

¹⁴ Arte de pesca usada na pescaria do camarão. Ver Viegas (2008a)

Canelas. Iam à boca da noite para o mar, à vela, a aproveitar a nortada, para muito longe, para o caranguejo, as azevias e os linguados. E não tinham botas, vinham descalços, não tinham umas meiazinhas para lhes aquecer os pés, mas também era de Verão. Quando eles vinham, arribavam. As *arraias* – como chamam às esposas dos arrais, dos donos dos barcos - faziam uma panela de sopa e então elas davam sopa aos camaradas porque eles vinham cheios de fome. Depois eles escolhiam, levavam um bocadinho de peixe para comer em casa. Sabe onde eles levavam o peixe? Nas calças; como não usavam botas tinham as calças molhadas, então amarravam uma perna e botavam o peixe para dentro e levavam as calças ao ombro porque eram de longe, uns 5 km tinham que caminhar, e naquele tempo não havia meio de transporte. Depois vinham também a pé! Só alguns vinham de bicicleta. A maior força dos camaradas era de fora.

Pescador. O pescador da Aguda, por tradição, é muito difícil de se integrar noutras actividades, ou pesca ou está na praia a ver o mar ou a fazer redes quando é preciso ou então está na taberna. Neste momento há famílias que estão repartidas porque o dinheiro é mais fácil no estrangeiro, menos duro que a vida da pesca e esses dificilmente voltarão à pesca. Ficaram cá fases intermédias de famílias, os avós, alguns ainda são pescadores, os pais estão na Alemanha e os netos estão por cá, andam com os avós. Aquele 'bichinho' da pesca juntamente com as suas raízes, se a pesca começar a ter melhores condições, podem recuperar o gosto pela pesca.

O pescador mais idoso (62 anos) anda ao mar com um filho porque se quiser abandonar a pesca, ninguém lhe dá emprego. Os jovens estão a fugir, foram para a construção civil, outros para as fábricas, porque não há condições e têm que o fazer enquanto são jovens. Nos anos 90 andavam com quatro homens ao mar, hoje andam só dois porque só os donos das embarcações é que vão aguentando. Há dois anos andavam onze, entretanto dois reformaram-se, restam nove, o mais novo tem 22 anos.

Ao longo dos anos tem-se assistido à diminuição da frota e do número de pessoas envolvidas directamente na pesca. Deve-se a uma tendência nacional para desprezar este tipo de actividades. Só o amor pela pesca, a vida deles, é praticamente a única coisa que sabem fazer, é que não os deixou ainda abandonar. Os pescadores tradicionais não tiveram grande evolução nos seus conhecimentos, vêm-se em grandes dificuldades e se há 20-40 anos, numa altura de maior carência, essas dificuldades eram enfrentadas com fatalidade,

agora já não sentem atracção por este tipo de actividade que é manifestamente de risco, sobretudo os jovens.

Na Aguda encontram-se dois tipos de pescadores i) os que mantiveram sempre a sua profissão, nunca a interromperam e que têm enormes dificuldades com a realidade de saber que financiamento e oportunidades podem ter e ii) o que deixou de ser pescador durante alguns anos, emigrou e depois voltou e retomou a actividade com algum conhecimento. Esse pescador conhece as estruturas, sabe qual é o problema e a quem se deve dirigir. Há dois pescadores que são os 'intelectuais da pesca': o Canhola e o Faustino, que é o líder.

Embarcações. Na Aguda havia nos anos 90, uns vinte barcos, em 2001 apenas onze, e em 2002 uns sete ou oito¹⁵. A pesca é pouca, os homens não têm camaradas para ir ao mar e vão-se desfazendo, só os que já têm uma idade avançada é que vão aguentando.

As embarcações antigamente tinham que estar resguardadas na praia e no Inverno estavam pelas ruas porque a praia não era segura. Era quase diária uma luta com o mar, a questão de entrar e sair, era mar aberto. Como a pesca funciona muito fora de horas, normalmente saíam e entravam de noite, sem sinalização, tinham uma ronca e dois pretensos farolins para dar o alinhamento, eram de facto condições muito difíceis para navegar.

Nos anos 40 havia uns sessenta barcos que usavam cinco homens, era a remos e os barcos eram grandes para trazer caranguejo, o pilado, usado como adubo nos campos. Os lavradores vinham comprá-lo de Arada com os carros de bois, vinham cedo, estavam ali os montes, enchiam os carros e levavam. Mais tarde havia lavradores que tinham camioneta, era mais rápido e levavam mais caranguejo. Depois o pilado foi substituído pelos adubos e acabou a mugiganga, teve que acabar¹⁶.

Pescado. Na Aguda andam ao camarão durante três ou quatro meses, depois quando o camarão falha, andam ao tresmalho para o sável e ao robalo. Em Maio, depois de acabar o camarão andam ao polvo. A amêijoia desapareceu por causa das motoras poveiras.

A Aguda sempre foi muito conceituada pela elevada qualidade do peixe. Tem espécies muito variadas, o camarão, a navalheira, o carapau miúdo, o robalo, o linguado, a azevia, pequenina mas alta e extremamente saborosa. Havia uma espécie de camarão que era o

¹⁵ Em 2005 estavam licenciadas 6 embarcações. (Fonte dos dados: DGPA, 2008a)..

¹⁶ Ver Viegas (2008a).

camarão dos pobres, as cabras [*Crangon crangon*]. A Aguda tem rochedos naturais de percebes, na zona de rebentação, que tem grande possibilidade de ser um produto de boa qualidade, mas que não podem ser apanhados indiscriminadamente nem por pessoas não autorizadas. Devia ser uma das funções mais importantes da Estação Litoral da Aguda (ELA) e das Universidades, a informação.

Na Aguda, há muitos anos que o peixe branco - robalo, sargo e dourada - está a diminuir, de ano para ano. Há 18 anos apanhavam carregos de robalo, bastava largar meia dúzia de linhas para trazer 2-3 gamelas. Manteve-se assim meia dúzia de anos, depois começou a diminuir por não haver defeso no tempo da desova, que devia ser de Norte a Sul, bastariam dois ou três anos para se notar a diferença. Depois das maresias vem sempre muito peixe e os primeiros a apanhá-lo são as motoras da Póvoa com as redes de três panos, lá fora, porque estão no porto de Leixões e vão de imediato ao mar. Os da Aguda só vão depois quando o mar amansa. O camarão por vezes não dá de dia com as águas brancas, dá de noite e com as águas escuras já pode dar de dia, por isso não devia ter horários, a pesca.

Comercialização. Se muita gente começar a falar da pesca, a pesca não deixa de ser uma actividade lucrativa. O quebra-mar permite que saiam mais vezes ao mar. Os preços brutais que se fazem, objecto de especulação porque o preço que se pratica na lota faz grande diferença do preço que chega ao público.

As *compradeiras* combinam umas com as outras os preços, elas é que decidem, não está bem. Há um problema: quando o camarão vai para a lota, é vendido à *compradeira* que retira 10% em peso. Do que resta retêm ainda mais 5%, sem falar da taxa de lota. Esses 5% vêm de antigamente, há cerca de 40 anos, quando houve uma greve dos pescadores, havia trinta e tal barcos e muitos pescadores. Os pescadores fizeram uma reunião e decidiram que não iam ao mar para acabar com os 5%, ninguém dá mais os 5%. No outro dia os barcos foram para o mar, a *compradeira* só comprou o camarão de um pescador. Ele foi à noite a casa dela oferecer os 5%. Voltaram a dar os 5% outra vez e é o que ainda está. Nesse tempo havia balança de prato, levava 2kg de camarão, ainda ia mais um punhado em cima. Agora acabou esse punhado em cima, tem 20kg, é conforme elas estão viradas, fica 17 ou 18, menos de 18 é que não. Pagam ainda 4% para a Docapesca e quem vende são as suas mulheres. Dizem que é para pagar à funcionária. As *compradeiras* leiloam mas está tudo combinado. Na comercialização do pescado passa-se o mesmo que com a droga,

quem ganha é o intermediário, não é o pescador. As margens de comercialização se são pequenas a culpa é dos pescadores que não se organizam.

Associativismo. Se fosse uma cooperativa, por exemplo, a cooperativa ficava com o camarão todo e depois negociava. Uma cooperativa forte para reter o camarão quando fosse barato. Criar estruturas de venda directa ao público, fundamentalmente falta a criação de uma estrutura de apoio administrativo, um acompanhamento da actividade piscatória para os financiamentos que podem ter. Eles não são capazes de fazer uma associação, as que fazem começam e acabam nos barcos que têm três ou quatro pessoas. Teria que haver infra-estruturas.

Não continuaram com a Associação de Pescadores porque tem a ver com a natureza sociocultural dos pescadores que são bastante individualistas, em termos organizativos formais. Eram conhecidos pela sua alcunha, não pelo nome do BI que fará ir mais longe na institucionalização e formalização de outras coisas. Embora sejam solidários e trabalhem em grupo quando é necessário, o individualismo é quase uma questão natural. A ligação que têm com a morte também os torna muito individualistas. Quando estão a lidar com a morte ou se salvam ou não. Se puderem salvar uns aos outros, até se salvam, mas põe-lhes uma natureza muito exacerbada e individualista.

Em Angeiras já fizeram um sistema de cooperativa e não funcionou, porque um rema para cada lado, é muito complicado. Na Aguda não há união, ainda há uns anos tentaram formar uma cooperativa com pessoas da *Uninorte*. Ficou tudo declarado, um era presidente, outro, tesoureiro, etc. Saíram: ‘- Vocês vão ganhar tanto e porque assim, porque assado, e nós andamos a pagar para vós’. Enfim!

Inovação. Perante a sugestão da criação de uma empresa de processamento do camarão acharam que alguns pescadores não iriam atinar para essa novidade, preferiram tal como está, se pescarem camarão, fazem lota, se não pescarem, não fazem. Os que pescam menos, talvez estivessem de acordo, dizem, mas depois há as horas de trabalho, uns querem trabalhar mais, outros menos. E a MAPA a funcionar como empresa de processamento de pescado, especialmente camarão, era capaz de não dar resultado. Na Aguda, quase todos os pescadores estão associados à MAPA.

Este camarão tem como designação comercial Camarão-de-Espinho, ele não é de Espinho, é da Aguda. Tudo começou porque antigamente o único que comprava o camarão e que depois o despachava para Lisboa, era de Espinho, e por isso ficou Camarão-de-Espinho. Os pescadores consideram que o camarão da Aguda é o melhor que há para os bons apreciadores e que até os pescadores de Angeiras o vão pescar ao mar do Senhor da Pedra, a Norte da Aguda.

Quebra-mar destacado. O quebra-mar destacado da Aguda era uma das reivindicações mais antigas da Comunidade Piscatória e foi inaugurado depois de já estar a funcionar há largos meses. A Aguda passou a ter condições muito melhores que Angeiras e é uma oportunidade única para desenvolver a Comunidade Piscatória. No primeiro ano após a inauguração os pescadores foram ao mar muito mais vezes do que nos outros anos; iam em média 170-180 marés e nesse ano ultrapassaram 300.

Este esporão, eu e o Faustino já andamos nisto há muito, antes do Projecto *Viver com o Mar*, já correram 'mar e marinhas', quantas reuniões fizemos na Câmara de Gaia, com os antigos presidentes, com os presidentes da Junta de Freguesia e depois quem vai colher os louros é o Presidente da Câmara e o outro, mas quem deu o impulso... nós é que fomos os autores de vir aqui o director do INAG e outras entidades, a partir daí é que isto começou a desenvolver.

O Paredão está uma coisa boa, mas melhorou só 50% porque devia ser mais comprido, segundo os pescadores, devia entrar mais 50 metros pelo mar dentro, só assim dava para tudo. Mas como está, o perigo de sair ainda permanece, embora possam a qualquer hora ir para o mar ou regressar. Antigamente tinham que esperar pelas meias marés do vazio porque nos caneiros batia muito mar e quando estava agitado era bastante perigoso. Agora em qualquer maré saem para o mar, logo que o mar esteja favorável. Mas na parte do Norte, a areia está a cobrir, pode vir a tapar a bacia porque fizeram mal, estava previsto eles abrir a passagem. Na ideia dos construtores as areias correriam para a Granja mas isso não está acontecer porque não há as vagas de antigamente. A areia está a subir e brevemente começará a cobrir o caneiro de saída, ou o próprio Inverno é capaz de fazer esse serviço, tapar. Se começa a tapar, fica o paredão só para proteger a parte das casas.

Sob o ponto de vista dos pescadores, a construção do molhe destacado não veio alterar significativamente as condições de navegabilidade na entrada e na saída do mar, pelo que a actividade piscatória continua a ser praticada com riscos e sem grandes compensações. Na

última visita efectuada à Aguda o assoreamento do caneiro obrigava os pescadores a sair para o mar só na preia-mar, as piores previsões confirmaram-se.

Investimentos públicos. Neste momento o túnel para a passagem inferior do caminho-de-ferro está concluído, só falta a inauguração. A Aguda deixa de ter os problemas da passagem de nível, vai melhorar as acessibilidades significativamente. Há dezenas de anos que não faziam investimentos na Aguda, passou a ter um grande investimento público, começou com um muro de protecção, depois o quebra-mar, uma passagem desnivelada do caminho-de-ferro e a reabilitação de áreas como o Parque da Aguda, que revitalizaram a zona.

Este investimento do quebra-mar precisava de ser urgentemente colmatado com uma estrutura que pudesse reactivar o interesse pela pesca. O Instituto de Socorros a Náufragos, vamos deitar abaixo, está a pôr uma paisagem urbana horrorosa, vamos pô-lo noutra sítio qualquer.

Desenvolvimento. O desenvolvimento teria que passar por uma requalificação, o facto de ter o portinho não vai, por si só, mudar toda a estrutura. Terá que ser repensada a actividade em termos de modernidade, no sentido de valorizar o pescado. Ainda que pescassem pouco, sendo um pescado artesanal com qualidade, poderia tornar a actividade rentável.

Os pescadores e os agentes que comercializam o pescado têm que perceber que a única maneira de conseguir que a Aguda evolua tem que ser com uma associação. Se não o fizerem, o agente deixa de ter peixe para vender e neste momento há peixe a ser vendido que não é da Aguda. As pessoas de lá conhecem, os pescadores não as enganam mas as de fora ou menos conhecedoras levam o peixe que pode vir de Espanha, de Matosinhos e algum será da Aguda. É uma questão de vida ou de morte da actividade e da Comunidade Piscatória: ou se juntam e criam interesses comuns e repartem os bens significativos da boa qualidade do peixe ou então têm uma vida difícil. Correm o risco de ver desaparecer a Comunidade Piscatória e com isso a identidade da Aguda. A partir da Afurada até Espinho, a Aguda é a única Comunidade Piscatória enraizada e com peso, em que a terra toda vive à volta da pesca; as pessoas vão à Aguda atraídas pela pesca. A pesca não pode ser folclore, a pesca tem que ter alguma coisa que se perceba de fora e que tenha também esses aspectos lúdicos e de integração com as outras actividades, mas tem que ser uma actividade lucrativa e tem condições para o ser.

Precisam de uma lota mais bem tratada, melhor localizada, está em cima da praia numa zona que tem outras actividades. Toda a gente gosta de conviver com a pesca, com os pescadores e ver aquela actividade, mas gosta também de ter um bom café, uma esplanada, um passeio para dar uma volta, e isso tem que ser devidamente cruzado com essas actividades. A Aguda tem três ou quatro restaurantes mas nenhum só de peixe, como há em Peniche, Nazaré ou na Costa Nova, com pratos especiais. Ou uma empresa que explorasse a parte do mergulho para filmar ou outras actividades porque tem condições naturais para isso. A *Fundação ELA* tem algumas actividades ligadas ao turismo, mas podia associar também um restaurante mais especializado em explorar as coisas do mar.

Na Aguda esta Comunidade Piscatória foi muito tempo votada ao abandono, não soube acompanhar a evolução dos tempos e sobretudo da tecnologia. Tem barcos a motor mas ainda tem enormes dificuldades e vivem muito dependentes.

A nível da autarquia e da Câmara de Vila Nova de Gaia estão a pensar transformar a zona tradicional da Aguda numa zona profissional de pesca, de impedir, por exemplo, a instalação de barracas de praia, frente à Lota. Há uma praia de bandeira azul a Norte e provavelmente outra a Sul, com apoios de praia e todas essas coisas. A criação desta zona não é para a isolar, é exactamente para fomentar porque depois vai aparecer o turista interessado em ver como é que o barco sai e como se prende a rede, vai criar um pólo de atracção que não tem nada a ver com o pescador mas que serve para fomentar o interesse pela pesca.

A ELA deve também entrar no ciclo, devia ser uma mais-valia na componente técnica e científica, de estudar as artes de pesca, verificar possibilidades de reaparecimento de algumas espécies que desapareceram ou aquelas que existem criar-lhes melhores condições, como o polvo, o camarão, os percebes, que são de muito boa qualidade. A componente da Universidade e meio científico também tem boas condições, está bem montado, tem uma belíssima aceitação, é muito frequentado, simplesmente precisa de fazer a ligação com os pescadores, para os pescadores também usufruírem do que lá está, caso contrário não entendem.

Não acredito que a Comunidade Piscatória da Aguda venha a desenvolver-se porque não há perspectivas dos jovens virem a optar por ser pescadores. Não irá para além de um núcleo de cerca seis ou sete pescadores ligados à tradição piscatória familiar, trabalhando

em moldes de museu vivo, com possibilidades de efectuar pequenos percursos turísticos pelo litoral adjacente com os eventuais turistas atraídos pela ELA.

Futuro. Se faltar a pesca a Aguda fica uma aldeia como Miramar ou Granja, vazia. Vem gente de fora que gosta de vir ao peixe e de ver os barcos a vir do mar. Mas as condições estão cada vez piores. O futuro poderá ser alterado com as licenças que permitam pescar, ou seja, o Governo deve dar as licenças que os pescadores querem. A pesca artesanal é sazonal, há a época do sável, do robalo, do polvo, do camarão. Se não tiver licença, os outros pescadores que têm licença vão para o mar e ele fica porque se for apanhado, as multas são muito pesadas.

A Aguda tem condições ímpares, com o portinho protegido, para se poder revitalizar. É preciso que as pessoas se entendam e que tenham um objectivo comum, qualquer coisa que junte todas as potencialidades que neste momento já são muitas: a protecção exterior do mar que é uma condição fabulosa para a estabilidade e a segurança, alvo principal numa situação de zona muito exposta; um mercado seguro, o que se pesca é vendido, não há produtos que fiquem ali estragados ou guardados, se mais houvesse mais se vendia. Tem que haver uma melhor distribuição e congregação de esforços para dinamizar, vender a qualidade e distribuir os resultados depois pela Comunidade Piscatória.

A autarquia demonstrou disponibilidade para apreciar um projecto de desenvolvimento integrado para a Aguda, reconhecendo o desconhecimento que tem da realidade da pesca e a falta de capacidade técnica para estruturar um projecto com essas características. Está ainda ciente que só a construção do quebra-mar não é suficiente para resolver os problemas da Comunidade Piscatória, porque a Aguda não precisava de um quebra-mar para os barcos de recreio. Diz que já investiu quase 5 mil contos no guincho, fizeram uma estrutura para os pescadores jogarem as cartas e que vão mudar alguns bairros sociais para a nova habitação social que fica integrada na Aguda do lado da 109, que ainda se sente o cheiro a mar. Também pretendem incrementar uma zona industrial de pesca, com alguns armazéns de apetrechos de pesca.

Jovens. Tenho um filho que não anda ao mar porque na altura não tinha aqui esta protecção, não quis que ele seguisse o mar. Quando eu era pequenino, o meu Pai começou a levar-me para o mar e comecei a tomar gosto pela coisa. Era o caso do meu filho, mas como vi que era um risco para ele, afastei-o e botei-o a estudar. Trabalha numa fábrica de

componentes de automóveis, é técnico de informática, tem a vida dele, tem apartamento, tem tudo, talvez se andasse ao mar não tivesse. Se fosse agora, dava-lhe a mesma arte, não sei se faria bem, se mal, porque sabia que agora tem mais uma protecção, mais possibilidade de ir ao mar. A maior parte da juventude daqui está a trabalhar em terra, tinha medo do mar, não sei se voltarão para cá. Sei que alguns que tinham os barcos parados já começaram a andar ao mar. Acho que o portinho vai chamar mais gente, não imagino a Aguda sem os pescadores. A maior parte desta juventude está perdida, muitos rapazes novos que andavam ao mar, depois deixaram e meteram-se na droga. Espero que agora, não digo esta geração que está envenenada mas a próxima que encarreire para andar ao mar.

Casa do Pescador. A criação da ‘Casa do Pescador’, uma estrutura que pudesse servir de apoio ao pescador porque o pescador desconhece que tem mecanismos de financiamento e investimento nas pescas, que pode por exemplo, comprar equipamento de pesca com apoio de financiamentos do Quadro Comunitário de Apoio. Naturalmente teria a sua parte lúdica. A ideia era aproveitar uma das casas fronteiras à zona, aliás foi a antiga ‘Casa do Pescador’ da Aguda que está quase em ruínas. Foi feita durante três anos seguidos a proposta para integrar no PIDDAC e foi rejeitada. É um investimento modesto, 30 mil contos que custe a reabilitar e a pôr a funcionar; o quebra-mar custou 800 mil contos. Depois a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia também dariam auxílio. O quebra-mar foi feito no prazo previsto, até antecipado porque foi feito com menos custos do que estava previsto, houve um rigor muito grande nesta empreitada.

Estação Litoral da Aguda . A seguir designada por ELA. A Estação Litoral da Aguda, a seguir designada por ELA, é uma estrutura da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, gerida pela Fundação ELA. Dispõe de um Museu das Pescas, de um Aquário e de um Departamento de Educação e Investigação, em colaboração com a Universidade do Porto. Desenvolve vários projectos de investigação, com destaque para a instalação de recifes artificiais na parte interior do cais destacado, que se tem revelado um êxito na concentração de pescado e que está a ser objecto de uma tese de doutoramento.

A ELA constitui uma componente que faltava numa comunidade com este perfil. Mas precisava ter mais ligação com a Comunidade Piscatória, acaba por ser uma actividade que vive sozinha e que não deve viver, ou então passa a ser um cinema ou teatro, uma

actividade sem integração. Não conseguiu dinamizar a Comunidade Piscatória, apenas um pescador colabora nas acções de pesca para captura de exemplares destinados aos aquários, mas outros objectivos foram até ultrapassados. É que mesmo no Inverno a ELA chama muitas pessoas à Aguda, principalmente crianças da escola, que são atraídas e apreciam as actividades ligadas ao mar.

Projecto Viver com o Mar. Este projecto nasceu na sequência de um naufrágio, da falta de protecção estrutural relativamente a esta actividade profissional ancestral. Lutou para que a ligação dos pescadores se mantivesse ao mar, não apenas através da actividade piscatória porque o mar tem múltiplos temas que podem ser alternativa. Era mais profundo, era assumir-se como povo ligado ao mar e que tem um litoral tão grande, ter múltiplas formas de viver com o mar, desde a aquicultura, o trabalho com as algas, termas e terapias, tanta coisa se pode fazer. Tinha uma matriz de participação, de multidisciplinaridade e de desenvolvimento integral e como tal não era pensado em termos sectoriais. Criou uma dinâmica de convívio e de interacção entre as partes com objectivos comuns que pôde permitir a convivência com o projecto da ELA, que vem do projecto *Aquário do Porto* que estava previsto para Matosinhos e só existe na Aguda porque existiu o projecto *Viver com o Mar*.

Na génese do *Viver com o Mar* não havia nenhuma discriminação da Comunidade Piscatória, antes pelo contrário, ela era a protagonista daquele território. Só tinha sentido a ELA vivendo interactivamente com a Comunidade Piscatória e trocando os seus múltiplos saberes. Qualquer atitude que tenha a ver com o fraccionamento desta génese participativa é distorção metodológica, antidemocrática e tecnocrata. A ELA não é um projecto proposto a uma Câmara de fora para dentro. Existia um projecto que a equacionava com a maior seriedade e profissionalismo, dentro do contexto e dos recursos que foram precários, pois são conhecidos os problemas estruturais da investigação e da experimentação científica em Portugal e muito mais ao nível das políticas sociais porque a especialidade intrínseca do projecto-mãe era o *modus vivendi*.

Os projectos da aquicultura, formação dos pescadores, comercialização do pescado, educação das crianças, de um *Museu Vivo* (tem a ver com o princípio de historicidade, a história é viva, os museus mortos não interessam) e outros, eram subprojectos que se foram autonomizando. A ELA é um projecto-filho neste contexto, não tem razão de ser o divórcio

entre a ELA e a Comunidade Piscatória porque é a Comunidade Piscatória com o seu coordenador que convidam o responsável para fazer a ELA e que envolvem a Câmara nisso. Tem que haver uma certa humildade em aprender e cruzar os saberes. A semente do cruzamento democrático-participativo entre os diferentes actores sociais no desenvolvimento de uma comunidade foi lançada com muito rigor. Qualquer distorção a esta partilha, e aprendizagem que se vai fazendo no dia-a-dia, é um retrocesso em termos de cidadania.

Quando se falava do cruzamento dos projectos da ELA com o *Viver com o Mar* sempre se falava numa unidade sócio-antropológica, técnica, que tinha que ser assegurada para ela ter esta veia. O Projecto foi desenhado em termos técnicos em 1986, terminou em 1991. Nunca houve financiamentos especiais para ele. A Segurança Social poderia continuar o projecto mas não tinha capacidade para abranger um projecto desta natureza. Queria transformar num projecto sectorial, na base das questões institucionais ligadas à Segurança Social, e isso era uma desvirtuação do projecto. Uma coisa era o que estava equacionado, um projecto com princípio, meio e fim, outra os objectivos institucionais, não se pode misturar as duas coisas.

A forma de organização mais adequada para o projecto era fazer uma Organização de Produtores (OP) porque a actividade estava ligada à pesca e com a entrada na UE tinha que ser feito assim. Fez-se uma OP com o apoio das entidades existentes na altura, com presidente e vice-presidente. Não continuaram porque tem a ver com a natureza sociocultural dos pescadores que são bastante individualistas, em termos organizativos formais.

Na altura fizeram-se muitas *Agências de Desenvolvimento* no âmbito da organização da população, que para terem vida institucional, acabaram por ter técnicos nas suas direcções, o que não é o mais desejável. Eles têm que começar a perceber que se querem certas emancipações têm que pagar a determinados especialistas, então se têm problemas de desenvolvimento, porque não vão buscar um assistente social especialista nisso? Conforme se quotizavam para terem a reparação do guincho, porque não se haviam de quotizar para voos maiores e que têm a ver com respostas a problemas mais graves? É uma questão metodológica que tem que ser trabalhada.

A matriz do projecto *Viver com o Mar*, que equacionava no seu subtítulo *Perspectivas de uma Comunidade Piscatória*, continua a ser muito actual.

1.3 - Comunidades Piscatórias das Praias de Angeiras e Aguda: Analogias e Diferenças

Tive oportunidade de conhecer quase todas as pequenas aldeias, desde Vila Real de Santo António até Caminha, até as pequeninas Comunidades Piscatórias com o perfil da Aguda, há múltiplas. O esquema é similar, há pequenas alterações que não são substantivas porque todas têm matrizes comuns: isolamento relativamente ao Estado português e atrasos crónicos¹⁷.

De facto, ao percorrer as pequenas Comunidades Piscatórias, seja no litoral oceânico ou nos estuários e outros acidentes naturais, o visitante apercebe-se de uma matriz comum: a subjacente precariedade das condições de vida desses núcleos populacionais. Surgiu então a questão de saber se seria viável a criação de um modelo universal de desenvolvimento integrado e sustentável, que fosse aplicável a cada Comunidade Piscatória mediante a realização de ajustes locais ao modelo.

Baseado em resultados preliminares deste trabalho (Viegas, 2006) e em resultados provenientes de um estudo socioeconómico realizado em colaboração com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, encetou-se um estudo de caso em que se comparou aspectos da população de duas Comunidades Piscatórias da região Norte de Portugal: a Praia de Angeiras e a Praia da Aguda, a seguir mencionados apenas Angeiras e Aguda, aparentemente detentoras de perfis socioeconómicos análogos.

Angeiras e Aguda têm uma localização geográfica próxima, distando cerca de 20 km, respectivamente, a Norte e a Sul da cidade do Porto. O estudo socioeconómico tinha como objectivo principal o conhecimento das realidades sociais e das condições de trabalho, tanto dos pescadores como das suas mulheres, usando o método de entrevista semi-estruturada, e tendo como público-alvo os pescadores e entidades relacionadas com as Comunidades Piscatórias em causa.

¹⁷ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 8.

Angeiras e Aguda inserem-se em dois dos concelhos mais populosos da região Norte - Matosinhos¹⁸ e Vila Nova de Gaia¹⁹. São duas comunidades com tradições muito fortes na faina piscatória que influenciam a sua estrutura social e as suas relações com o ambiente envolvente. Ambas dispõem de complexos turísticos importantes na proximidade – o Parque de Campismo de Angeiras e o Casino de Espinho - que poderiam induzir o desenvolvimento de actividades alternativas ou complementares à pesca, mas essas potencialidades não estão a ser aproveitadas.

Conforme se pode verificar na Figura 3.1 a análise dos desembarques de pescado em lota nas duas Comunidades Piscatórias durante o período 1997-2007 mostra que os montantes são bastante distintos em escala de valor, contudo revelam a importância das actividades desenvolvidas e a dependência do mar que condiciona a vida das populações nas duas Comunidades Piscatórias.

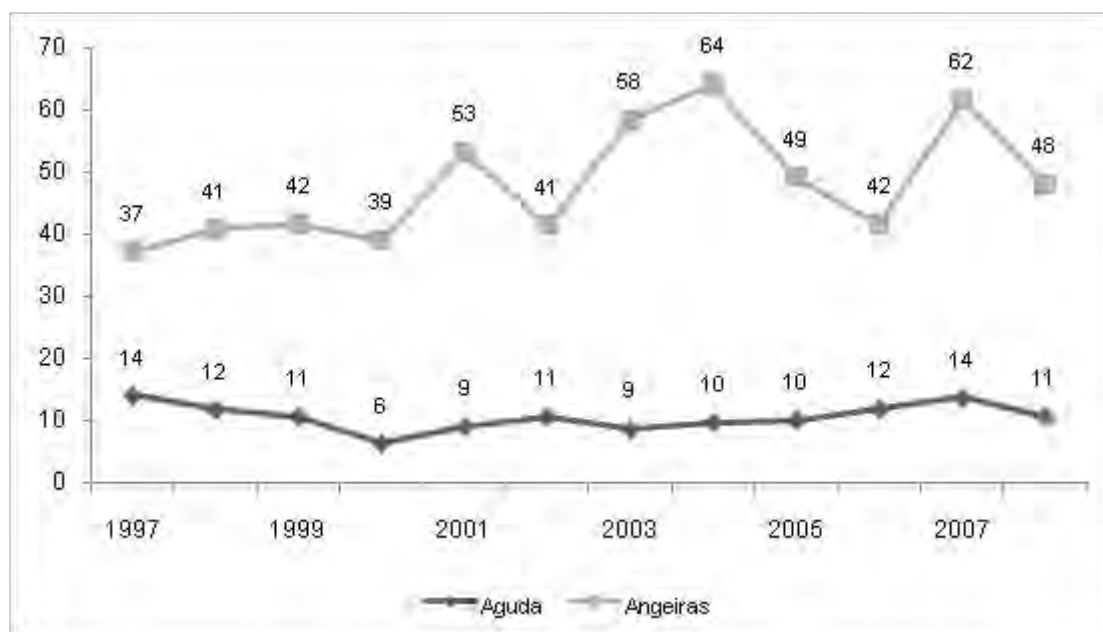


Figura 3.1 - Evolução das capturas (ton/ano) e valores médios registados nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda, entre 1999-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008a)

Angeiras regista uma média anual de desembarques 4 vezes superior à da Aguda, (48:11ton/ano) embora excepcionalmente tenha havido uma diminuição drástica em 2006, em parte imputável a desembarques efectuados na lota de Matosinhos decorrentes de más condições atmosféricas incompatíveis com as condições precárias de desembarque

¹⁸Praia de Angeiras, freguesia de Lavra, concelho de Matosinhos, que possui 166 mil habitantes (Censos 2001, INE, 2002).

¹⁹Praia da Aguda, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, que possui 287 mil habitantes. (Censos 2001, INE, 2002).

existentes em Angeiras, onde não existe infra-estrutura portuária. Este facto pode explicar a amplitude dos desembarques na lota de Angeiras, muito superior à verificada na Aguda.

A inauguração do molhe destacado da Aguda em Outubro de 2002 parece ter tido influência na retoma em 2007 de valores de desembarque em lota registados em 1997, embora os problemas subsequentes de assoreamento da praia não permitam antever a sua sustentabilidade.

- Análise socioeconómica comparada Angeiras/Aguda (aplicativo SPSS)

A análise prévia das transcrições das entrevistas reunidas em Rei *et al.* (2004) sugeria muitas semelhanças de natureza socioeconómica entre as duas Comunidades Piscatórias e nesse sentido foi iniciada, por elaboração própria, a análise estatística comparada, através do aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences*, a seguir denominado SPSS, procurando encontrar convergência entre as duas comunidades em algumas variáveis integrantes do 'guião' das entrevistas: idade; início de actividade; herança de família; gosto pela profissão; outra profissão; escolaridade; estado civil; profissão da mulher; número de filhos; idade do primeiro, segundo, terceiro e quarto filho; profissão do primeiro, segundo, terceiro e quarto filho; filho pescador; naufrágio. Os resultados obtidos na análise estatística SPSS aplicada a todas as variáveis não confirmaram a convergência entre as duas comunidades, conforme se pode verificar no Anexo 4, onde se reproduz, a título de exemplo, a análise efectuada para a variável 'idade'.

Alguns autores consideram a estatística um ramo da teoria da decisão, uma vez que permite potenciar informação contida nos dados. Nesse sentido deu-se continuidade à análise das variáveis através da *estatística descritiva* possibilitada pelo aplicativo SPSS, que permitiu inferir características específicas das duas Comunidades Piscatórias, apresentadas com detalhe no Anexo 4. Recorrendo aos dados de Rei *et al.* (2004) foram concebidos, por elaboração própria, alguns gráficos que facultam uma visão directa dos resultados.

A amostra de Angeiras apresenta menor amplitude na distribuição da variável *idade* do que a correspondente à Aguda, é mais homogénea como se pode verificar na Figura 3.2. Torna-se curioso o facto de ser na Aguda, onde a população está mais envelhecida (média: 58 anos), que se encontra o pescador mais jovem (30 anos).

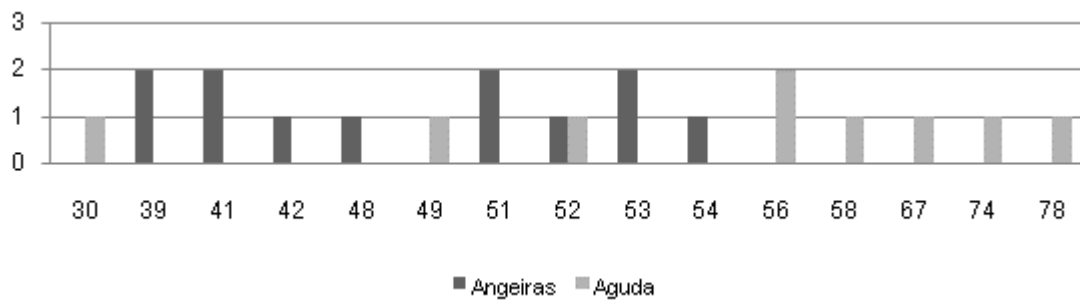


Figura 3.2 – Idade dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei *et al.* (2004)

A moda da idade mínima com que deram *início à actividade*, representada na Figura 3.3, não coincidiu nas duas localidades, tendo Angeiras apresentado a moda mais baixa. Estes dados contrariam os depoimentos de alguns pescadores que nas entrevistas revelaram ter começado a ir ao mar com os pais aos 6-7 anos; pesou aqui, porventura, a pressão da legislação que proíbe actualmente o embarque de menores de 14 anos.

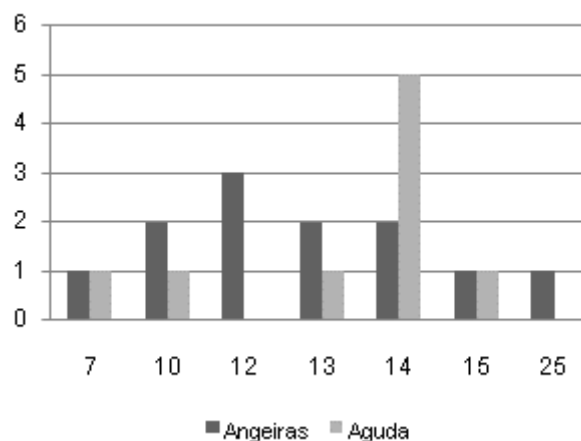


Figura 3.3 – Idade de início de actividade piscatória nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei *et al.* (2004)

Verificou-se o peso da *tradição familiar* na escolha da profissão em todos os pescadores da Aguda, enquanto em Angeiras 17% dos profissionais afirmam não ter sofrido essa influência. Em Angeiras, o *gosto pela profissão* de pescador divide quase pela metade a população, enquanto na Aguda 78% afirma gostar do seu exercício. A reacção à hipótese de ter *outra profissão* diferente de pescador é semelhante nas duas comunidades e maioritária a favor de ser pescador.

Conforme se pode constatar na Figura 3.4, a *escolaridade* dos pescadores nas duas Comunidades Piscatórias é maioritariamente primária, apresentando divergência no grau mais elevado, registado em Angeiras e o inferior à primária, na Aguda.

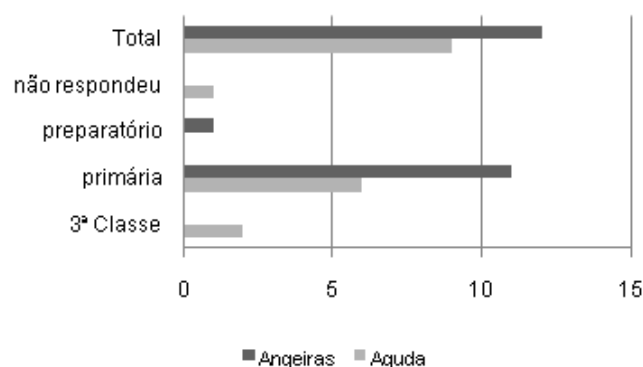


Figura 3.4 – Escolaridade dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei *et al.* (2004)

A análise ao *estado civil* apresentada na Figura 3.5 regista na Aguda um caso de ‘união de facto’ que faz com que haja divergência em relação a Angeiras, onde todos os respondentes eram casados.

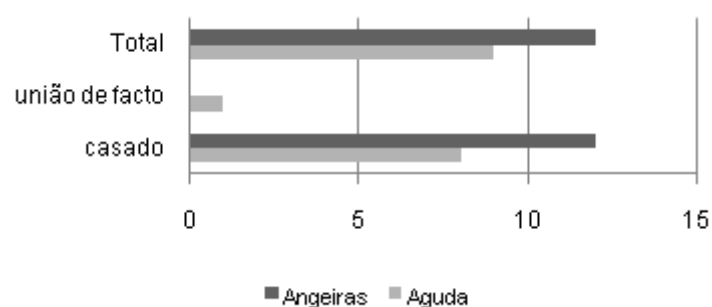


Figura 3.5– Estado civil dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei *et al.* (2004)

Representada graficamente na Figura 3.6, a *profissão da mulher* é predominantemente doméstica nas duas Comunidades Piscatórias - 58% em Angeiras e 56% na Aguda - sabendo-se que nesta designação está incluído muito trabalho dedicado à pesca que não é reconhecido como tal.

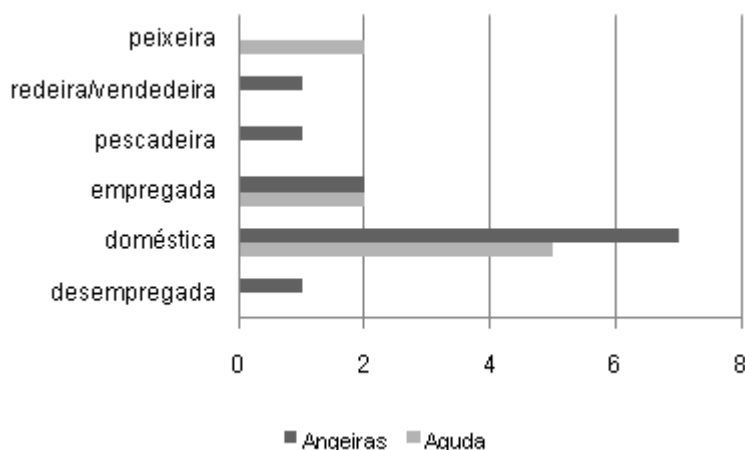


Figura 3.6 – Profissão da mulher dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei *et al.* (2004)

No arquipélago dos Açores a situação agrava-se, de acordo com Tomás & Medeiros (2006) que refere valores próximos de 75%, o que significa que 3 em cada 4 mulheres de pescadores não exercem qualquer profissão remunerada, trabalhando em casa nas tarefas domésticas, sem categoria profissional, sem horário e sem estatuto social valorizado (Tomás & Medeiros, 2006: 73).

Na Figura 3.7 pode-se constatar que o *número total de filhos* é superior na Aguda, sendo a média (2,8) muito superior à obtida em Angeiras (1,7).

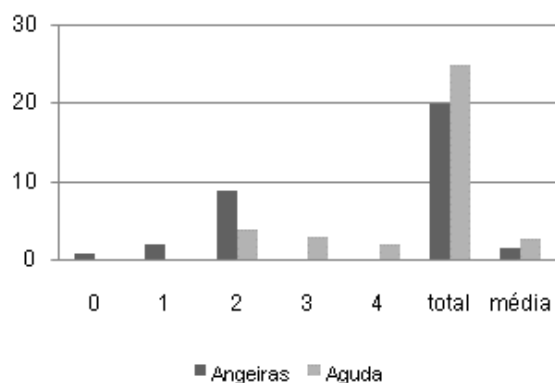


Figura 3.7– Número de filhos dos pescadores nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda. Fonte dos dados: Rei *et al.* (2004)

Predominam as famílias com 2 filhos em ambas comunidades e só na Aguda se encontram famílias com 3 e 4 filhos, possivelmente devido ao seu nível de envelhecimento ser superior (média etária: 58 anos), relativamente a Angeiras (média etária: 47 anos).

Atendendo às *profissões exercidas pelos filhos* dos pescadores, verifica-se que na Aguda predominam os ‘empregados por conta de outrem’, mas há 12% de ‘licenciados’ e igual percentagem de ‘desempregados’. Só se regista 8% que seguem a herança familiar, enquanto em Angeiras não se regista nenhum caso, talvez por ser uma população mais jovem, em que 45% são menores de 18 anos (Rei *et al.*, 2004).

A moda da idade em que os ‘pescadores foram pela primeira vez pais’, na Aguda situou-se em 22 anos e Angeiras em 24 anos.

As características encontradas nas duas Comunidades Piscatórias nesta análise estatística descritiva revelam perfis que, apesar de próximos, na realidade não são coincidentes nas duas Comunidades Piscatórias, conforme a abordagem inicial nos levou a conjecturar. Vem de certa forma corroborar a afirmação de Henrique Souto:

na abordagem do espaço, os fenómenos ‘revelam-se’ ou ‘escondem-se’ conforme a escala em que são observados (...) uma pequena comunidade de pescadores revela-se de modo diferente conforme é estudada isoladamente das restantes, em conjunto com as comunidades vizinhas ou integrada no país ou ainda integrada num espaço mais vasto, por exemplo, o território da União Europeia (Souto, 1998:15).

Na sequência destes resultados fica comprometida a pretensão de alcançar um arquétipo de desenvolvimento integrado e sustentável aplicável à generalidade das Comunidades Piscatórias de pequena escala. Procurava-se uma utopia já que cada Comunidade Piscatória representa um conjunto de fenómenos tão complexos e únicos que não será possível sistematizar as questões ligadas ao desenvolvimento destes núcleos num só modelo abstracto e universal, constituiria uma desvirtuação da essência de cada Comunidade Piscatória.

1.4 – Comunidade Piscatória de Vila Praia de Âncora²⁰

Praia de Ancora, onde se tomam banhos de mar na epocha própria
(Silva, 1891:479).

A evolução positiva desta comunidade veio a partir da conclusão das obras do porto de mar que criaram condições mais propícias à actividade. Vila Praia de Âncora chegou a ter 30 barcos de convés, entre 66-67. Na altura faziam porto de armamento em Caminha que era a única alternativa, idêntica à de Viana do Castelo. Com o passar do tempo esses pescadores emigraram, a maioria dedicou-se à pesca do bacalhau, como era tradição. Depois houve a viragem para a frota de boca aberta, barcos mais pequenos, mais rápidos, menos gente a trabalhar e os pescadores de novo começaram a emigrar para a Alemanha, para a pesca do bacalhau e mais tarde, para a pesca do espadarte.

A maioria dos que regressaram anda pelos 40 anos, era o sonho deles, havendo condições como as que existem agora, tanto de previsão de tempo, através da internet, para não perder os aparelhos, como aparelhos electrónicos para poder fazer muito mais rápido aquilo que demoraria muitos anos a aprender (já não teriam tempo, com 40 anos, de começar); agora até com 50 anos, ao fim de 1 ano estão preparados para tirar o seu rendimento. Começaram a regressar com algum dinheiro e a investir. E muitos jovens, filhos dos que estão a regressar, como está complicado de empregos, estão a virar-se para o mar, e é uma boa alternativa em Âncora.

A frota ultrapassa a duplicação nos últimos 2 anos, se contabilizar a frota desistente absorvida pelos pescadores que regressaram, mais a que foi adquirida fora da jurisdição da capitania. Cerca de 40-50% das embarcações a trabalhar diariamente não têm matrícula de Âncora mas são proprietários de Âncora. Na totalidade são 27 embarcações, 25 no activo, 1-2 matrículas de Viana e a maioria, por interesse de licenciamento de águas interiores, são de Caminha. Como os Invernos são muito duros nesta zona, o rio é uma boa alternativa, então convém ter uma embarcação com a dualidade de ser oceânica e interior, e terá que ficar com a matrícula de Caminha.

²⁰ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 37.

Começaram há cerca de 8 anos com a primeira embarcação dedicada ao espadarte, actualmente estão com uma frota de 5 licenciamentos exclusivamente de espadarte que é uma quota muito alta para uma terra pequena porque são poucas as licenças, andarás nas 20 nacionais. Têm também frota de barcos de porte médio que não faz porto de armamento em Âncora porque não têm condições de atracação, trabalham principalmente em Viana do Castelo e Baiona.

Relativamente à comercialização a Associação dos Pescadores de Vila Praia de Âncora tem feito sugestões, algumas têm sido consideradas e dentro de algum tempo ficará tudo resolvido. O mercado no meio da rua terá que desaparecer, é uma necessidade absoluta. O mercado paralelo é um grave problema, não é um mercado saudável. Desde a venda de peixe de viveiro como selvagens, até mentir ao cliente ao dizer sempre que *é do meu barco*, quando não existe barco nenhum. Ao todo são cerca de 40 bancas de venda e só existem 27 barcos, e é preciso que vão todos ao mar no mesmo dia. Só aí se vê como isto tem descaracterizado o produto e é só nessa base que a Associação pode reagir, na veracidade do produto. Quando o cliente é enganado, os pescadores também ficam a perder. Os pescadores estão sujeitos a capturas e eles não; estão sujeitos a impostos que não têm modo de fugir e eles não; têm grandes investimentos porque um barco dá mesmo muita despesa, há tripulações, há tudo. Nestes 27 barcos de pequeno porte estamos a falar, grosso modo, de 200 empregos directos, tanto na parte laboral marítima como na terrestre e cerca de 15 bancas a vender diariamente.

Outro problema é a Lota abrir às 9 horas, os pescadores se chegarem com o pescado às 6, 7 ou mesmo 8 horas não podem vender. Entretanto as vendedeiras chegam com o peixe nas carrinhas às 4-5 da manhã, vem de Vigo e de Matosinhos, às 6-7 horas estão a vender, têm uma factura de onde o compraram, só aí está a legalidade, a partir daí não tem legalidade nenhuma, podem escoar cerca de 1-1,5 toneladas de peixe antes das 9 horas. Quando os pescadores podem começar a vender já o mercado está saturado. Dividindo mil quilos por clientes, pode-se estar a falar em cerca de 500 clientes que foram enganados mas já estão servidos. Como a guarda está permanentemente (como deve ser) no local e antes das 9 horas não deixa vender porque os pescadores não têm os documentos da lota, o que resulta é a ruína, principalmente num ano de baixas capturas. Agora que começa a melhorar as capturas, começa a piorar o problema devido a esse mercado paralelo. A nova

estrutura da lota estando concluída vai melhorar tanto a qualidade como a credibilidade do próprio peixe, porque ao separar os barcos, se alguma coisa não for bem-feita, serão chamados os próprios barcos. Há 4-5 barcos a aproveitar esse mercado; está-se a falar de muitos valores e as pessoas cegam-se aos valores que conseguem ganhar, importa-lhes pouco a seriedade do trabalho. Isso também será um problema que a seguir não será difícil de resolver. São 24 meses de espera até à conclusão da obra.

Há muitos jovens que têm condições de se lançar, agora já vêm que há possibilidades, não há tanto risco, alguns terão problemas financeiros mas já manifestam nas conversas que gostariam de investir. E a frota não irá ficar por aqui.

Casos há em que os pescadores saem com o filho e não querem mais ninguém, chegam a trabalhar 14 horas no mar, é difícil acompanhar esta capacidade de trabalho, um ritmo mais acelerado do que as pessoas gostam ou do que o corpo lhes permite. Há pelo menos 4 barcos nessas condições, com filhos a bordo, é muito animador; estão a trabalhar exclusivamente com a família, tanto na vendagem como no trabalho marítimo. Mas há vários filhos de outros que também estão fora, andam no espadarte ou noutro lado, talvez metade dos casos.

A Pequena Pesca tem futuro, não vai morrer de maneira nenhuma. Está a ganhar dimensão e solidez e isso é bom. Os mais práticos têm a obrigação de ajudar os mais novos. No mar de Âncora há uma invasão de barcos de maior porte, desde a Póvoa de Varzim a espanhóis, Viana do Castelo e outros portos, que fazem área de trabalho quase exclusivamente junto a Vila Praia de Âncora. Portanto a frota de Âncora ajuda a ocupar o espaço, embora não seja exclusivo - para não ser necessário vir pescadores de outro lado ocupar o espaço de Âncora, quando há muita mão-de-obra em Âncora que sempre foi ligada ao mar, tanto aqui como fora. Faltavam essas estruturas que agora estão a ser criadas e portanto era a única possibilidade que havia de relançamento da actividade.

Há optimismo em relação ao futuro porque as condições estão a melhorar, há muitas pessoas, mesmo na política, que têm ouvido o que a Associação tem a dizer, já é possível ver uma luz ao fundo do túnel. As obras portuárias que estão previstas vão melhorar muito embora haja alguma apreensão em relação às áreas de atracação e à alteração no molhe exterior oeste que foi muito mal pensado e trabalhado, segundo um pescador que se queixa de não terem sido ouvidos na altura. Faltava uma pessoa capaz de transmitir a prática e

como não foi estudado a partir de uma base prática, não deu o resultado que devia ter dado. Neste novo projecto, já estão a ser ouvidos na questão das alterações, dentro da área portuária. Quanto ao molhe exterior constata-se que o dinheiro que é gasto no desassoreamento, sempre numa base provisória, não tem sustentabilidade, continuará a ser sempre assim a menos que haja uma intervenção no molhe oeste.

Regista-se com agrado que há da parte teórica do projecto de reestruturação do portinho e da lota, interesse em discutir as alternativas junto dos pescadores, que são a principal parte interessada no processo e que de futuro irão beneficiar, ou não, do investimento. É um passo na direcção da gestão participada e o reflexo de uma liderança forte por parte da presidência da Associação de Pescadores.

1.5 - Comunidade Piscatória de Valbom (Rio Douro)²¹

Douro, rio que atravessa o paiz e que desagua no oceano perto da cidade do Porto, no qual a pesca é muito importante em determinadas epochas (Silva, 1891:495);
Valbom, porto de pesca marítima, situado na margem direita do rio Douro (Idem, 1891:514).

A Associação dos Pescadores do Rio Douro engloba cerca de 200 pescadores. As comunidades do Rio Douro são: Crestuma, Esposade, Arnelas, Espinhaço, Atães, Avintes, Valbom, Areínho, Massarelos, Afurada e Foz do Douro, a jusante da Barragem de Crestuma-Lever. A montante tem outras comunidades, já não pescam à lampreia nem ao sável, é mais ao barbo e à tainha.

A pesca está limitada pelo tipo de artes autorizadas, terá que ser revisto o regulamento porque é a base para dar rentabilidade aos pescadores. O pescador de sobrevivência tem 60-70 anos e uma reforma de €250 que não dá para viver, a pesca é um meio de sobrevivência. Tem o seu barbal²² para ir deitar à noitinha e de manhã lá vem 6-7 kg de peixe. É o vício, já dá para fazer uma ou duas refeições, já ganhou mil escudos, a mentalidade é essa. Se for impedido de cultivar uma couve na horta ou pescar um peixe no rio, a maior parte do pescador não sobrevive.

²¹ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 31.

²² Rede para a pesca do barbo, no rio Douro.

A arte piscatória não está ligada ao Turismo, vai ter um fim vindo o turismo. Embarcações de pesca a levar turistas? Em termos legais as embarcações de pesca não o podem fazer, teria que ser um barco de recreio registado e com licença de tal. E depois um arrais com capacidades turísticas para poder desenvolver essa função. Poderá o turismo ser complementar à pesca com novas leis. Isso requer muito investimento em material de salvamento, seguros e tudo o resto, os pescadores não vão estar interessados. Mas tudo está em aberto, pode até ser lucrativo.

Se o Canal de Navegação do rio à noite não for alterado, então para estes pescadores é o fim da pesca, desde a Afurada até à Barragem de Crestuma-Lever. Actualmente o canal de navegação está todo sobreposto às zonas de pesca, é uma questão que tem que ser resolvida. Normalmente o pescador pesca só de noite e depende das descargas da barragem, muitas vezes não consegue pescar. Ao fim-de-semana alguns pescam, depende das necessidades, os pescadores com mais idade não pescam mas os mais jovens pescam. A maior parte dos pescadores não concorda que a pesca seja permitida só nos dias úteis porque estão limitados a dois a três meses de pesca e acham que devem aproveitar plenamente esses dias. A pesca mais rentável é a da lampreia e sável, a tainha pesca-se em quantidade (40-50 kg por noite) mas tem pouco valor, é para sobrevivência do pescador (vai 2-3 vezes/semana) ou para dispensar a familiares.

E a alteração às redes é também uma condição essencial, porque numa profundidade de 20-30 metros, com 2 metros de rede não se consegue pescar, é ter despesas sem fins lucrativos. As entidades oficiais nunca se interessaram e há pescadores que descontam, outros que não. A Barragem de Crestuma-Lever está a 8 milhas da lota, cada pescador forma e faz os descontos na Afurada, ao fim do ano, conforme a faina que tiver. Na época do sável e da lampreia, o rendimento obtido constitui a sobrevivência para um período de um ano, se a Barragem permitir trabalhar. As despesas são diárias e a duração do trabalho pode chegar a 12-14 horas todos os dias, praticamente sem tirar o lucro de 5-10 €.

O Estado só aparece aqui para multar e não para nos ajudar, dar qualquer informação. 'Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas' não conheço, eu próprio gostaria de conhecer. Gostaria de entrar, ler e informar-me. De que forma podemos ir até lá?

Como vai ser o mundo de amanhã? Segundo um estudo o Forpescas formou 200 novos pescadores em 3 anos, onde é que estão a trabalhar? Então temos escolas a formar novos

pescadores que não dão continuidade a esta profissão? Ou se formam pescadores para serem activos na profissão e permitir que a arte da pesca continue ou então não se formam.

‘Agente de Desenvolvimento’ para ajudar o pescador? Isso é sempre bem-vindo. Outra medida essencial era a atribuição de subsídios aos pescadores, uma forma de reactivar a pesca, porque há pescadores que vão desanimando, e tendo subsídios a ajudar, até a juventude reaparece. Afastam-se porque chegam ao fim do mês e vêem que trabalharam 12-18 horas/dia e não tiram €250/mês, não vale a pena. O investimento na embarcação e num motor de 4 tempos pode chegar a €10 mil, mais gasóleo das acções de pesca, no final não retiro qualquer lucro.

O pescador do rio Douro nunca teve subsídios, era muito bom que os pescadores tivessem nem que fosse uma simples ajuda. É preciso alguém que dialogue com os pescadores, que abra caminhos, a maior parte tem a 4ª classe, quando tem, ou pouco mais. É isso que os pescadores querem para não deixar morrer esta pesca. Tem ainda muitos pescadores que vivem só da pesca.

Pescadores que emigraram e que voltaram gostavam de ver esta actividade ter futuro para manter a tradição da pesca artesanal como tinham os seus antepassados mas não querem transmitir essa herança aos filhos, mesmo que defendam a formação de jovens pescadores. Na Associação há pescadores mais jovens (26 anos) que vivem unicamente da pesca.

Esta juventude não tem aquele ‘bichinho’, eu posso dizer que nasci em cima da água, tenho este gosto e estou a lutar por isto. Reformei os meus documentos, as embarcações, tudo, e mesmo que venha só uma vez, por outra, estou a defender esta pesca. Pensei formar esta associação para levar os pescadores mais além de certos interesses, porque achava que isto não tinha qualquer significância e é uma pena.

Há pescadores com 58 anos que fizeram sempre a vida de pesca e estão completamente esquecidos. A finalidade desta associação é para reacender este interesse. Futuramente a Associação quer ter papel na venda do pescado, com protocolos. Mentalizar os pescadores ainda leva muito trabalho.

1.6 - Comunidade Piscatória de Peniche²³

Peniche, importante porto de pesca do alto e costeira, situado a leste do Cabo Carvoeiro da costa ocidental
(Silva, 1891:507).

Peniche é uma terra que neste momento está a sofrer uma grande revolução do ponto de vista da pesca: definitivamente hoje tem uma residual que é a pesca do cerco. Há indicadores informais, por exemplo, a procissão da Nossa Senhora da Boa Viagem, uma festa com tradição entre os pescadores. Antigamente levava oitenta barcos, hoje leva quinze ou dezasseis, isto tem algum significado. Na lota, o movimento não tem um decréscimo tão grande, mas no porto de pesca verifica-se que os barcos são de Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Viana do Castelo, que fazem a comercialização na lota de Peniche.

Peniche já teve seis grandes fábricas de conservas de peixe, mais duas pequenas, em pleno funcionamento, sem interrupções, ou faziam cavala, ou sardinha, ou até atum que vinha do Algarve. Neste momento existem três fábricas, duas a funcionar em pleno e outra que vai funcionando mais ou menos. A evolução também se pode medir pelo número de traineiras, de cem para dezoito ou vinte, algumas já matriculadas na Figueira da Fóz porque Peniche está associada à região 'Lisboa e Vale do Tejo', onde não há apoios da UE e ao matricularem os barcos na Figueira passam para a zona Centro.

Grande parte dos pescadores estão desactualizados no próprio sector e não são facilmente integrados noutra tipo de profissão por ausência de patamares de formação de base. Desde a idade escolar foram canalizados para a pesca, sabem fazê-lo e bem, mas não foram preparados, nem para uma situação de lazer ou desemprego, nem para uma alternativa profissional. Esta questão passou a ser discutida quando se começou a falar de abater embarcações, reduzir tripulações, quotas de pescado, redução dos contingentes que pescavam em águas internacionais. A perspectiva de carreira não se pode dizer que seja aliciante.

Ao longo dos anos houve um movimento de modernização que acompanha um movimento de redução. Peniche há trinta anos teria cem embarcações de cerco, neste momento tem

²³ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 32.

vinde ou nem chega. Se a cada embarcação correspondia uma tripulação de vinte homens, onde é que eles foram parar? Não foram absorvidos pelas pequenas embarcações de rapa ou de pesca de anzol ou da pesca artesanal. Muitos ficaram numa situação difícil porque não tinham preparação profissional, outros estão reformados, alguns com cinquenta anos. Como o número de barcos decresceu muito, os que existem ainda vão dando, não há muita gente a querer ir para o mar.

As condições já foram piores, há dois ou três barcos com boas condições mas os outros continuam a ter as mesmas que tinham há dez ou quinze anos. Os miúdos da escola foram visitar um barco acabado de ser construído, ficaram espantados, beliches com televisão, um barco modelo, mas é uma excepção, porque os outros continuam a ter beliches bafientos, a cheirar a gasóleo, húmidos, isso é um barco tradicional, é a imagem que fica.

As pessoas da área científica podem encontrar justificações, mas a pessoa do senso comum pensa que a tradição de pesca portuguesa parou nos tempos do bacalhau, ou seja, mandamos heróis ou temerários para a Terra Nova, que partiam aos magotes, alguns só para fugir ao serviço militar, mas que passavam as 'passas do Algarve'. Nós paramos aí, enquanto países com uma dimensão pequena como a nossa, há uns anos atrás, chegaram à conclusão que o rumo que a pesca levava não tinha solução, reformularam a pesca, adaptaram-se, e fizeram uma coisa que nunca fizemos, a valorização da profissão e captaram os jovens para a profissão. Esses jovens têm uma perspectiva de organização do sector que essas pessoas, autodidactas, muito esforçadas, que ganharam o pão com o suor do seu rosto, mas que não vêm para além do que é lucro imediato, não investem como investiriam os jovens. Paga-se agora por isso, há poucos jovens, pouca massa crítica na pesca.

Depois aparece um discurso contraditório, entre o parecer do cientista, que defende uma orientação, uma rentabilização, e a opinião do pescador, empírica, baseada naquilo que vê. E vamos para as malhagens, para o defeso que já não existe em Peniche e que existia na pesca do cerco: antigamente fazia-se defeso de três meses, todos os barcos paravam, era imposto, havia quem não concordasse porque eram três meses sem ganhar. Nesses três meses sabia-se que o livro dos calotes da mercearia seria alimentado, pago a partir da altura em que acabasse o defeso. Assim que houve um espaço de liberdade, os pescadores acabaram com isso, porque teoricamente havia muito peixe. Agora param, metem o barco

na carreira, ao fim de uma ou duas semanas, voltam ao mar porque estão a perder dinheiro. Alguns com mais bom senso defendem um defeso para a protecção das espécies, não é consensual, mas é um espelho da política de pescas, que é uma política confusa, que não é política nenhuma.

O povo sempre foi um pouco empirista, há aquela noção das coisas, ‘a pesca está mal’, mas sem nunca aprofundar os significados, consequências ou realidades que estão por detrás. Então surgiu a hipótese de desenvolver um projecto com um grau elevado de ‘cientificidade’ - o Projecto MARHE - uma abordagem integrada da pesca, lançado em 1994, que determinou o aparecimento da Associação para o Desenvolvimento de Peniche, a seguir designada por ADEPE. Faltava em Peniche uma estrutura vocacionada para o desenvolvimento local, mas o grande motor da ADEPE, até financeiro, porque permitiu criar alguns recursos, foi o projecto MARHE, apoiado por uma iniciativa comunitária das pescas e feito com especialistas na matéria, em Peniche e outros portos de pesca. Este projecto nasce por via de preocupações de gente local ligada à pesca. Peniche é o segundo porto de pesca do país e tem fortes ligações à comunidade científica. Em termos de grandes espaços de pesca, Matosinhos e Peniche aparecem como duas referências, particularmente quando se fala no cerco. São o primeiro e segundo portos de pesca, em volume e valor de pescado desembarcado. Surge a oportunidade de financiamento, os académicos lançaram a escada no sentido de a Comunidade Piscatória verificar o interesse em desenvolver este projecto. E o MARHE é um estudo de referência, actual, tendo sido editado um livro com os resultados [Moniz *et al.*, 2000]. Traçou um retrato estruturado da realidade das pescas: uma fotografia muito realista, não tão agradável como se gostaria, assente num conhecimento de proximidade do que era a pesca em Peniche.

A ADEPE surge directamente relacionada com o mar. A chamada ‘crise da fileira da pesca’ é antiga, praticamente desde a entrada na UE que começou a desenhar-se um cenário que cedo se percebeu que ia trazer problemas à pesca. Poder-se-ia discutir se tem a ver com opções políticas incorrectas mas na verdade a nossa grande tradição costeira de pesca ia ser posta em causa, em nome de lógicas de racionalização de recursos e de comercialização de pescado, não tinha havido preocupações em criar competitividade, e cada vez será pior, na medida em que o investimento não foi feito nesse sentido. Era necessário perceber que dimensões teriam os impactos de futuras políticas de

reorganização do sector em Comunidades Piscatórias como Peniche, em que pelo menos 50-60% da actividade económica estava na fileira, a montante ou a jusante. Entre a captura e as indústrias transformadoras, passando pela reparação naval, Peniche está centrada na pesca.

A ADEPE surge na esteira do projecto MARHE, um projecto científico, reconhecidamente importante, agora não pergunte se depois teve impactos ou não. Mais tarde a ADEPE, em parceria com a CERC²⁴, porque as presidências eram as mesmas e porque tem uma estrutura financeira mais ajustada a estas coisas, desenvolveu outro projecto, também com consequências praticamente nenhuma, mas muito interessante pela abordagem que propôs. O projecto, no âmbito do Programa Equal, chamava-se Istmo - A Fileira das Pescas como Espaço de Oportunidades, visava compreender as dimensões que estavam em jogo quando se falava da fileira das pescas. Acabou, por vícios de forma, por se situar exclusivamente ao nível da captura porque não teve tempo de ir a outros sectores, à indústria de conservas de peixe, por exemplo, que tem questões ao nível da problemática do género. Houve envolvimento das escolas, dos professores, com visitas a barcos, e produção de bandas desenhadas. Acabado o projecto ficou tudo na mesma, ficaram os cartazes 'Pescar é fixe'. Foi um investimento de perto de 1 M€, em 3 anos, houve uma mobilização muito grande da comunidade local e até de meios regionais e nacionais, mas chegou-se à conclusão de que, mesmo localmente, não mudou nada de substantivo. Esse projecto teve muitas vantagens, por exemplo, levou 40 mestres e armadores de Peniche a conhecer outros contextos mais evoluídos, em França, em Espanha, que podiam eventualmente dar-lhes ideias.

A ADEPE tem na direcção três estruturas da pesca: o Sindicato dos Pescadores, uma Associação de Armadores (não as duas) e a PESCAGEST, ou seja, a ADEPE tem massa crítica para ter um papel importante, mas precisa de capacidade financeira e reconhecimento do sector, vai tendo mas não está ainda construído.

Houve outro espaço interessante e enriquecedor no âmbito desse projecto, o Fórum Sócio-económico das Pescas que reunia não só os industriais da conserva de peixe como os armadores da pesca, os mestres, as autoridades marítimas. Reunia-se de três em três

²⁴ Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados.

meses para discutir questões de interesse económico, social e local. Entretanto o projecto desapareceu, desapareceu também o Fórum.

Através do projecto pensou-se valorizar o produto, criar a *Confraria da Sardinha*, como há a do bacalhau e outras; foi uma ideia interessante, cresceu, o projecto acaba, acaba a confraria. É difícil manter porque são entusiasmos associados a contextos artificiais, quando se tira o contexto, o entusiasmo vai atrás. Pese embora o esforço e trabalho desenvolvidos e coisas bonitas que foram feitas, é pouco para um investimento tão grande e para as expectativas criadas.

O MARHE tinha consultores reconhecidamente dos maiores especialistas em Pescas e pessoas ligadas ao terreno, um quadro de suporte técnico-científico interessantíssimo e produziram-se ferramentas muito boas. Acabado o projecto, a ideia era disseminar e havia portos de pesca interessados, para além de pequenas Comunidades Piscatórias. Apresentamos um plano, caro porque íamos fazer em várias partes do país - à volta de 300 mil€ - uma gota de água face ao que já se tinha investido mas só aprovavam 50 mil. O MARHE foi do Programa Pessoa. Foi um grupo de investigadores que propôs a ADEPE como promotora e gestora do estudo mas depois foi a DGPA que centralizou a gestão.

A ADEPE adquiriu um papel muito importante na área da Formação, ao nível da intervenção social, o que tem a ver com as pescas porque esta crise no sector leva ao aumento dos problemas e da conflituosidade social, associados ao desemprego, à fome e outros. Agora não é tão visível porque existe uma série de mecanismos de apoio, mas para quem anda no terreno é notório que há uma crise grave. E a ADEPE vai cumprindo esta missão de formação e de apoio.

Quanto à fileira das pescas, espera-se o novo QCA. Há uma parceria com a Câmara Municipal de Sines e com a Mútua dos Pescadores, que é promotora através de um mecanismo financeiro do espaço económico europeu, do projecto *Celebração da Cultura Costeira* que tem a ver com a caracterização das zonas piscatórias. Foram escolhidas Peniche, Ílhavo, Rabo de Peixe (Açores) e Ilha da Culatra. É um trabalho sequencial que visa formar pessoas – ‘Inventariante Local, Guardião da Cultura Costeira’ - que vão junto da população recolher informação (entrevista semi-aberta) que caracterize as tradições locais, relacionada com o tema previamente escolhido: Ílhavo porque tem um Museu, vai ser centrado na museografia e Peniche é a sardinha. Os inquiridores vão ser formados por uma

equipa de antropólogos e biólogos, depois vão fazer o levantamento e a informação recolhida, devidamente padronizada, é incorporada numa base de dados para facultar à comunidade científica e estudantil.

Enquanto há menos gente na pesca, há mais gente nas Marítimo-turísticas, ou seja, há cada vez mais barcos cuja função é levar pescadores desportivos a pescar. Teoricamente só podem pescar dentro de certos limites, mas como também ninguém fiscaliza, ou melhor, olha-se para o lado quando saem, alguns trazem muito mais do que devem, mas como são muitos, no final bate tudo certo. Tem aumentado exponencialmente o número de pessoas que se dedicam a esta pesca, e não é só durante o Verão, quando eles ganham muito dinheiro. Há pessoas que só trabalham sazonalmente, vão à pesca quando o tempo está bom, pescam qualquer coisa para comer e para vender, mesmo que seja à candonga, e vivem assim de expedientes. Há meses que são maus, entre Novembro e Março, é o defeso de circunstância, natural e depois o resto é bom.

Estas Comunidades Piscatórias têm que ter o reforço do associativismo, ou seja, há projecções de associativismo que são muito incipientes, têm mais uma representação corporativa do que uma aposta no desenvolvimento. Estou a falar das Associações de Armadores, Sindicatos, são indispensáveis no processo mas não assumem esse papel que têm na mudança e acabam por ser entraves à própria mudança pela atitude estática que têm. Se queremos mudar a realidade, temos que investir num associativismo para o desenvolvimento. A ADEPE pode ter um papel importante com outros níveis de envolvimento que ainda não tem, é muito frágil do ponto de vista financeiro, sempre alimentada com projectos. Só agora começa a libertar-se dessa dependência, mas pode ter um papel importante se conseguir romper com a tradição corporativa e começar a ser um catalisador de processos de mudança, nas associações, grupos profissionais e núcleos tradicionais que existem em Peniche.

Uma ideia defendida por um especialista diz que a pesca ainda não bateu no fundo mas que vai bater. Curiosamente acredita que depois é que a pesca vai começar a dar o salto de qualidade, ou seja, não vai desaparecer, vai a partir daí atingir patamares de desenvolvimento interessantes, porque só vai ficar quem está interessado no sector, quase uma teoria da evolução das espécies aplicada às pescas. O sector ainda está em conflito e

declínio, a atingir um patamar mínimo e quanto mais não seja por lógica matemática, só pode subir.

Outro perito europeu reconhece que há fragilidades do sector que têm a ver com a impreparação dos trabalhadores, a que acrescem outros problemas, como a toxicodependência. Depois faz abordagens cruzadas com eles, mas reconhece que há fragilidades alimentadas pelos próprios trabalhadores.

O projecto apontou caminhos para dignificar a profissão de pescador. Para valorizar a fileira das pescas é preciso dar outra imagem da pesca, informar pela positiva e isso tem que começar nas escolas, por exemplo com o *slogan* 'Pescar é fixe', fixe aqui com duplo sentido. A pesca pode ser aliciante, tem aventura, mar, Sol, mas tem que ter conforto, segurança e contrapartidas económicas. Pescar é um domínio económico que terá sempre futuro porque as pessoas vão precisar de peixe para comer.

Tem que ser trabalhado do ponto de vista da qualidade do ponto de vista profissional que o sector tem para oferecer – um trabalho para fazer com os armadores. Depois tem que ser trabalhado ao nível da informação, porque em Peniche, quem é filho de pescador, não quer ir para o mar porque sabe o que o Pai passou ou passa. O próprio Pai não está para criar o filho para fazer o mesmo que faz, enquanto há 40 anos, pelo contrário, se tinha orgulho em seguir a profissão do Pai porque andar ao mar era uma afirmação, um atestado de masculinidade. Havia a tradição com peso muito forte e depois havia a necessidade. Quem não fosse para o mar, ia para a oficina que estava ligada ao mar ou servir de pedreiro ou no estaleiro naval, que na altura tinha muito trabalho, ou então para os serviços, não havia muitos ou continuava os estudos, eram meia dúzia. Com a abertura de horizontes e com a massificação da escolarização, o pescador quer que o seu filho seja doutor, não quer que vá arriscar-se no mar. Ser pescador não atrai ninguém, isto é preciso inverter, valorizar passa primeiro por criar condições atractivas no sector.

O futuro do concelho de Peniche tem duas vertentes: uma virada para a agricultura, na zona rural do concelho, e outra virada para a pesca. Peniche sem pesca não é pensável, vai sempre ser um porto de pesca e ter pesca. Será atingido um patamar básico e a partir daí vai-se processar um desenvolvimento sustentado. Como? Especializando as frotas de pesca, alguns domínios de intervenção a montante e a jusante da pesca, quer na área de

construção e reparação naval, quer nas áreas da comercialização e da restauração. Em Peniche há peixe fresco com fartura, com qualidade, para todos os gostos e bolsas.

Neste momento não se pode pensar o desenvolvimento de uma Comunidade Piscatória sem pensar no contexto integrado de fileira, a crise não se situa só na captura, por exemplo, porque uma crise na captura tem sempre implicações ao nível do resto da fileira. Estas questões só podem ser resolvidas numa lógica integrada, implica que as medidas que venham a ser tomadas sejam plurifacetadas e sustentadas. Peniche já teve espaços de debate importantes - MARHE e ISTMO - do ponto de vista do aprofundamento da reflexão e do conhecimento da realidade, mas a verdade é que não tiveram as consequências que poderiam e deveriam ter. É uma lição. Existem em Peniche condições para promover uma mudança sustentada, se os projectos não forem geridos à distância, em Lisboa.

1.7 - Comunidades Piscatórias da Região Autónoma dos Açores²⁵

A bibliografia sobre Comunidades Piscatórias no arquipélago consta de poucas referências, essencialmente sobre a Ribeira Quente (Carmo, 1987) e sobre a cerâmica ligada às actividades haliêuticas marítimas de Vila Franca do Campo (Martins, 1992/93). Pelo menos nas últimas três décadas há uma evolução diferenciada entre o continente e a região e até entre a região e o global. É curioso que as Comunidades Piscatórias que menos diminuíram foram as açorianas, apresentando ainda o arquipélago dos Açores uma faixa de população activa muito ligada ao sector das pescas. A população de S. Miguel representa 56% da população do arquipélago, as pescas representam no conjunto 58%. As ilhas do Pico e Graciosa têm as Comunidades Piscatórias com mais tradição. Da população activa, empregada e directamente ligada à actividade extractiva, os Açores têm cerca de 5,5%. Pode parecer pouco mas o sector primário (agricultura, silvicultura, indústria extractiva, florestas e pescas) já quase nem se representa relativamente ao continente, o que quer dizer que 5,5% é realmente o dobro ou o triplo do nível nacional, 1 em 20 dos efectivos activos, empregados, estão ligados directamente ao sector da pesca extractiva e a pesca não se cinge só ao trabalho no mar.

²⁵ Estas reflexões são resultado da análise das entrevistas do painel 19 e 20, oriundas de informantes privilegiados residentes na ilha de S. Miguel e contemplam todo o arquipélago.

Pequena Pesca. Local é, actualmente, global, ou seja, os constrangimentos que pesam sobre a pesca local são os mesmos que pesam em todo o lado, isto é incomum. Os Açores têm 70% da população activa empregue no terciário. A pesca ainda tem uma expressão superior à de outras regiões, o que se percebe pela sua posição. Agora, os constrangimentos são exactamente os mesmos.

A Pequena Pesca local e costeira tem mantido uma constância, é o sector que tem resistido mais à crise porque não existem alternativas. Por exemplo, na Ribeira Quente se acabar a pesca a comunidade desaparece porque toda a outra actividade económica dela depende.

Está a aumentar um pouco o peso do turismo ligado ao mar, mas a pequena produção agrícola é feita por pescadores ou familiares de pescadores, o comércio vive para fornecer os pescadores, a pequena reparação naval, o abastecimento das embarcações. Ribeira Quente é uma economia pesqueira como é S. Mateus, na Ilha Terceira, parcialmente Rabo de Peixe porque é uma das 5 maiores freguesias dos Açores e tem um sector agrícola grande, com alguma indústria mas tem uma Comunidade Piscatória muito numerosa e toda de Pequena Pesca. Nestas Comunidades Piscatórias, em períodos de crise, há uma redução dos activos na pesca quando há outra actividade económica de não-crise, como grandes obras no sector da construção e obras públicas. O pessoal da pesca tende a ir para lá, tem remuneração melhor, horário fixo, mas geralmente isso vive de ciclos. Há uma situação de crise nesse sector, o pessoal volta à sua origem. Diminuíram, em termos gerais, o número de activos da pesca, mas é um sector profissional que se mantém mais ou menos constante. Houve situações concretas em 94, 95 e 96, a ocupação da mão-de-obra na pesca era enorme, pescadores documentados no mar era à volta de 4500. Depois das catástrofes da Ribeira Quente e do sismo do Faial, há uma diminuição significativa dos activos da pesca. Depois desse processo de reconstrução de grandes infra-estruturas acaba, esse pessoal volta. No fundo guardou-se o documento (às vezes anda indocumentado) mas a pesca funciona como o porto de abrigo em períodos de dificuldades. Indica que a pesca nos Açores continuará a ter um peso fundamental, a todos os níveis.

Comunidades Piscatórias. O problema das redes do arrasto e o problema da defesa da ZEE nacional, fizeram duas manifestações, uma foi inconveniente para o poder porque foi no último dia de campanha eleitoral. Significa que só é possível assumir a defesa das

Comunidades Piscatórias com a participação dos próprios e ligando os seus interesses, porque quando o pessoal topa o que está em causa, mobiliza-se para isso, a informação e o esclarecimento são fundamentais. Por exemplo, os prejuízos com a liberalização do acesso da ZEE dos Açores. As pessoas movem-se em função da defesa dos seus interesses concretos.

No continente há processos de descaracterização das Comunidades Piscatórias que se calhar são irreversíveis, por exemplo, Póvoa de Varzim ou Vila do Conde. O Algarve tem relatos de processos avançados de destruição das Comunidades Piscatórias. A diferença da Nazaré nos finais dos anos 60 e hoje Nazaré é um pouco para turista ver. Peniche, como Sesimbra, se calhar estão mais preservados do que a Nazaré que tem muito turismo, vive da praia e do aluguer das casas, como Comunidade Piscatória, pouco mais. Nos Açores estava tudo mais preservado do que no continente. Impedir a betonagem das Comunidades Piscatórias, mantendo as características da arquitectura e pegar nos aspectos positivos, alguns que têm persistido. Há um maior peso da tradição, maior persistência, mas quando toda a gente, ao mesmo tempo, apela pela preservação da tradição, melhoria de vida, pela preservação ambiental, é tudo incompatível. A tradição é convencer as pessoas que devem permanecer como estão. Outras vozes dizem que é detestável a todos os níveis. Então vão dizer ao pescador como deve fazer a sua casa. Mas isso acontece com os rurais, acontece com os pescadores. É uma tendência para a musealização das Comunidades Piscatórias que não tem lógica, representa uma forma de relação que condiciona.

A habitação deve responder às necessidades actuais mas que não seja 'deita-se abaixo e faça-se um bloco de apartamentos' que é a tendência. A matriz base do urbanismo que tem séculos deve responder em termos de modernidade sem descaracterizar. É um processo de longa duração, para que o pessoal estime e valorize aquilo que tem e não ceda às ofertas da construção. É a auto-estima dos pescadores, saberem que geralmente são 'os velhos, porcos e maus', quando têm saberes, as artes dos covos para a apanha da lagosta, a linha de mão, que o saber das Comunidades Piscatórias tem sido transmitido de pais para filhos, que é importante adquirir novos saberes mas que isso não implica deitar fora os anteriores.

Na ilha de S. Miguel, Rabo de Peixe é talvez a principal Comunidade Piscatória, com todas as desvantagens e com a exclusão social que é já um modo de vida. Um porto muito importante é Ponta Delgada, depois tem Lagoa, Ribeira Quente e Porto Formoso, na costa

Norte. E as Comunidades Piscatórias com um legado da tradição baleeira são os 3 concelhos das Lajes do Pico. Todo o colorido típico que está muito bem documentado e que dava a noção do modo de vida perfeitamente marítimo, tem tendência a desaparecer completamente. A pesca do ponto de vista económico continua a ter um peso grande na balança de pagamentos e a manter um sector profissional significativo.

Frota. O grosso das embarcações, ou das modalidades da pesca, é a pesca artesanal, é a pesca com embarcações abaixo dos 9 metros de comprimento, com fraco gabarito e fraca autonomia. É correlativo dos meios empregues em termos humanos e técnicos. Uma das acções da Associação tem sido o esforço para cabinar as embarcações, a introdução do GPS e meios de comunicação; todas as inovações transformam, convertem, a pesca.

É uma frota demasiado artesanal, as embarcações de boca aberta constituem mais de 90% da frota, embarcações que têm problemas de segurança, não permitem que o pessoal permaneça no mar durante muito tempo em condições mínimas e não permite que haja um bom tratamento do pescado a bordo. Deve haver um processo de modernização mas assente em embarcações de pequena dimensão que garantam a melhoria da qualidade, maior tempo de permanência no mar, maior rentabilidade, mas persistindo num sistema de pesca com artes selectivas como as de anzol, eliminando completamente artes arrastantes.

Pesca Industrial. Houve a regressão da pesca de grande porte, dos cetáceos, depois houve o bacalhau e por último o atum. Isto tem um impacto que muitas vezes as Comunidades Piscatórias desconhecem, simplesmente viram o seu produto desvalorizado, não é procurado, não é rentável. Actualmente há uma tentativa de retomar esse espólio, de avaliar quer para a museologia, quer para a viagem turística, a observação de baleias, mas deixa de ser actividade da pesca. Outra pesca de grande porte que se perdeu e que captava muitos pescadores era a pesca do bacalhau na Terra Nova. Recrutava imensos açorianos, o Grupo Bensaúde tinha uma quota importantíssima, participava no esforço de pesca longínqua.

Entretanto o Grupo Pescanova conseguiu, na transição para a modernidade, manter a pesca longínqua, apesar da imposição de zonas exclusivas e da jurisdição de pesca pelos Estados nacionais. Portugal perdeu muitos acessos aos bancos de pesca internacionais

mas a Pescanova conseguiu negociar com um novo Estado, a Namíbia. Mantiveram aí essa localização privilegiada, enquanto Portugal não conseguiu e quando se perdeu o acesso a esses bancos, quer por rentabilidade, quer por imposições de pesca, é um conjunto de mão-de-obra que teve de procurar emprego noutra local. Foi um estímulo à emigração, muitos terão conseguido, quando eram armadores, dirigir para outras espécies, mais rentáveis comercialmente, os demersais, goraz e similares, na tentativa de diversificação das capturas, nomeadamente para o peixe-espada-preto e peixes de profundidade que cá não eram pescados, não havia tradição mas que actualmente são recursos muito valiosos. Como é que um pescador da artesanal e da costeira que não tenha grande capacidade de autonomia sobrevive, com uma embarcação de boca aberta, às restrições que há, que mais impelem é para a pesca industrial? Não é a pesca artesanal que mais impacto tem sobre os recursos, tanto ela tem impacto como a pesca desportiva, que tem um impacto dificilmente ponderado mas dão incremento, difusão, espaço de antena a essa modalidade por causa do turismo, em certas locais, massificado. E não está estudada, é uma parte que foge, só se estuda o trabalho, mas do ponto de vista dos ecossistemas, tem tudo impacto. Suspeito que há pescadores que não se coíbem de apanhar a menos das 3 milhas, há pesca desportiva que captura meros, um peixe de costa. A estruturação da nossa opinião pública é muito feita para não questionar o que é recreio, novas modalidades legítimas e que são sinónimos de modernismo. Ficam fora da alçada do trabalho, fora dessas leituras do domínio económico, mas numa visão ecossistémica deveriam entrar. Não se sabe o real valor da pesca artesanal e da pesca industrial, presume-se que não se possa vir a saber, dada a diversidade e a dificuldade de classificação de certo tipo de embarcações de boca aberta.

Organização em companhia. A pesca recorre a familiares ou pessoas amigas e isto é uma predominância entre os elementos tradicionais na organização do trabalho, organização em companhia, que assenta em relações de confiança. É mais uma dificuldade a ponderação ao nível do rendimento. Os pescadores têm trabalho no mar e em terra, sem horário, é a classe que permaneceu à margem de toda a padronização da normatividade do trabalho, a norma horário. Muito do trabalho das pescas é feito em terra, pelos próprios pescadores e familiares. Uma tentativa de quantificação do universo indirectamente abrangido pelo trabalho das pescas deu à volta de 6 mil pessoas. Geralmente as famílias dos pescadores são bastante alargadas, não tanto como no passado mas ainda de dimensão média razoável. Tendo em conta a composição familiar e o que declaram ser o apoio dos membros

da família que coabitam, chega-se a um universo entre 6–7 mil pessoas. E o número de pescadores recenseados no Censos de 2001, para os Açores, é 1392. Quando se vai a outra fonte, por exemplo, licenças e matrículas ou emissão de cédulas, o valor ronda 4200. Se considerar que cerca de 82-85% desse trabalho é a tempo inteiro, fica-se com um universo sensivelmente mais próximo da verdade, à volta de 3400. É um valor a nível do arquipélago, deverá consubstanciar o universo real directamente envolvido na actividade extractiva. Tem-se depois um conjunto de actividades muito heterogéneo que sobrevive como resultado do processamento do produto da pesca e que não aparece no Censos individualizado e se perde. São o comércio por grosso, a retalho e o sector de serviços.

Uma primeira análise que havia a fazer era a quantificação, tradicionalmente sabe-se que é de um peso colossal. Tem-se a ponderação de alguns valores, por exemplo, do ponto de vista das pessoas envolvidas directamente no trabalho, apoiando a preparação dos aparelhos em terra, a confecção dos iscos, das redes, todo o instrumental de pesca. Esse apoio é muito feito por mulheres e ainda é alimentado por menores. Este conjunto de utilização de mão-de-obra que se deveria determinar tem sido o problema. Se considerar todos os que no agregado sobrevivem com o rendimento da pesca, tem-se um valor à volta de 14 mil pessoas. Porque as famílias são numerosas, há filhos menores que não trabalham e dependentes a cargo. Se numa família de 6 pessoas o chefe da família é pescador e tiver 2 elementos que ajudam, são 3 pessoas envolvidas, outras 3 vivem desse rendimento. Em termos censitários contabilizou-se 1 pescador mas temos uma dependência económica de 6 pessoas.

Sinistralidade. A pesca é assustadora pela sinistralidade, pelo risco, porque o mar não é o meio propício para o homem, a saída para o mar é sempre uma aventura. Vão com as piores condições, é um domínio de trabalho imponderável dentro das categorias oficiais pelas quais se analisa o trabalho. Transformaram os métodos, o enquadramento, mas pela essência da própria profissão, ela pouco se transformou, continua sujeita a todos os condicionalismos da natureza, uma profissão de risco extraordinariamente elevado.

Profissão pescador. Um trabalho minimamente enquadrado – emprego - pode-se pautar por um horário, ter tempo livre e uma expectativa de rendimento mensal, e o pescador não tem nada disso. Portanto, as conquistas da modernidade do trabalho não chegaram a este

sector, só àqueles que têm meios de propriedade. Também é uma propriedade, os meios de trabalho, como há noutro domínio qualquer.

É preocupante o problema do envelhecimento profissional. A estrutura etária não é muito envelhecida porque, por um lado, esses 1392, não é todo o universo, retrata os que correspondem aos critérios actuais para se conseguir a licença de pesca e considerar pescador, à luz dos critérios do INE. Nos Açores a estrutura de emprego ainda é relativamente jovem. Há grandes dificuldades na renovação porque não é uma profissão atractiva e isso dissuade qualquer um de a escolher, não se escolhe, é falta de alternativa. O gosto pela pesca não faz nenhum pescador, ele pode ter o gosto e não impede que ele procure nas obras. Às vezes o gosto pela pesca persiste no género: - 'Tenho aqui uma coisa com a qual posso contar'. É um bem natural, alternativo, familiaridade com o meio, mas não constitui uma possibilidade credível. Muitos até preferem as obras com toda a exploração e falta de condições. Outros se viessem a adquirir as qualificações técnicas de navegação náutica, tornar-se-iam bons armadores. Também é uma descredibilização deles próprios e é muito importante. Entendem que para a pesca não é preciso qualificações nenhuma, é recolher o que a natureza dá, quando dá; tem outras orientações, outros pilares. Acontece o mesmo nas obras, quem não sabe fazer nada vai para as obras, não tem que ter qualificações. É uma visão que do ponto de vista das exigências da modernidade profissional, descredibiliza e não valoriza o modo de vida assente na pesca. Somando isso aos que naturalmente saem reformados, existe uma grande dificuldade de renovação humana do sector, não é diferente de qualquer outra profissão tradicional.

O pescador, tal como uma qualquer pessoa, não tem que ter a noção de como evoluem as tendências globais, só percebe aquilo que faz sentido, se o peixe diminuiu nas áreas onde pescava, tem essa noção muito clara. Todos os olhares, todos os constrangimentos, cada vez que há problemas, parece que se viram para o pescador, ele é o último e o primeiro a ser referenciado.

Há 5 anos que fazem a Semana do Pescador, pegando como referência o Dia do Pescador, 31 de Maio, criado em 1997. A Semana das Pescas já não se faz, era muita investigação e poder, os pescadores eram um pouco o cenário, ajudavam a encher a sala. Em contrapartida realizam-se agora mais actividades, com iniciativa associativa na qual participam investigadores, Universidade e Governo. No primeiro ano foi em S. Miguel ainda

com base no projecto 'Desenvolver e Dignificar' e o centro das actividades foi os pescadores.

Formação. Nos Açores não há centros Forpescas, é uma fragilidade. A formação profissional é feita pela Direcção Regional das Pescas, com acompanhamento do Forpescas/Escola Portuguesa de Pescas. A 'Porto de Abrigo' tinha um departamento de formação, baseado na aplicação do acordo corporativo, 10% das receitas eram reserva cultural. Com estas reservas foi criada uma associação, a Associação Marítima Açoriana (AMA), vocacionada para a actividade formativa mas muito ligada à realidade, valorizando o sistema de formação tradicional - o passar de pais para filhos, os saberes tradicionais - e introduzindo as novas tecnologias.

Bio –recursos marinhos. Relativamente à situação dos recursos marinhos nas plataformas costeiras, na continental portuguesa e no Norte de Espanha, tem havido, devido à sobrepesca, uma diminuição significativa dos recursos. Os recursos de profundidade de regiões como os Açores, perante essa escassez, tendem a ser valorizados. Apesar de já se fazerem sentir os efeitos dessa pressão, mesmo assim têm um nível de conservação bastante superior ao que acontece na pesca continental portuguesa e na pesca costeira da UE, com espécies que têm um valor comercial muito elevado: o goraz, o cherne e o pargo. A pesca de crustáceos está melhor traduzida em termos estatísticos, só se pesca cavaco em Setembro e em Abril, a lagosta só se pesca entre Abril e Setembro. Neste momento, os Açores deve ser a região do país onde há menos fuga à lota, embora na lagosta, nos últimos 2 anos, a obrigação de ir à lota e de ser etiquetada, mesmo assim há fuga porque a etiqueta solta-se, o que comprou a lagosta tira o selo e mete noutra, é sempre possível. E as ovadas vão à água. Como essas transgressões são bem penalizadas e se for reincidente, podem levar à apreensão da licença. Paralelamente aumentou a consciência de que era um erro apanhar ovada.

Comercialização. Tudo que diz respeito à comercialização, direito da pesca, organização de mercado, não diz respeito ao pescador. Há uma grande especulação sobre o circuito comercial, processos de comercialização, organização dos agentes, estruturação dos mercados, campo seguramente muito mais rentável, basta ver a diferença do valor do pescado. Colocar o peixe aqui nos mercados não é fácil, às vezes há um armador muito bruto, daqueles que nascem com essa arrogância e que fala com o secretário regional e

consegue, tem uma força incrível e controla tudo. Há a transformação em conservas mas não há uma rede de frio, uma das grandes apostas seria a rede de frio e a comercialização. A apresentação dos produtos, para se diferenciar; se nos disserem que tal produto vem directamente do produtor, cria logo outra disposição.

Há muita organização do ponto de vista associativo do sector, foi um esforço colossal, porque seria impossível qualquer forma de integração no mercado, um dos objectivos da comercialização, se não fosse essa organização. Até porque os produtores, os pescadores, têm interdita a venda do seu pescado, tem que ser mesmo nas lotas, a lota tem o monopólio exclusivo da comercialização.

Artes de pesca. Hoje não é possível fazer arrasto a grande profundidade. Talvez há 4 anos fez-se uma pesca experimental com um barco neozelandês, a 1000 metros de profundidade, mais de 600-700 braças, pesca dirigida ao peixe-relógio mas com pesca acessória significativa de peixe-espada-preto. Apenas num lanço apanharam 7 toneladas de peixe-espada-preto. Como exigimos a presença de pescadores a bordo e o governo introduziu investigadores do DOP, aconteceu que essas pescas acidentais não puderam ser ignoradas e estiveram aqui guardadas nas nossas instalações. Isso levou a que tivéssemos sempre mantido uma opinião contrária a que se fizesse pesca de arrasto de profundidade. Por pressão da região está proibida na dorsal atlântica, nos Açores, Madeira e Canárias. Houve uma conjugação de esforços das associações da pesca, do sector da investigação e ambientalistas que fizeram com que nestas 3 zonas seja proibido o arrasto de profundidade.

Outra arte que está proibida, mesmo fora de 100 milhas, é a rede de emalhar de fundo, só é permitida aqui a rede de emalhar fundeada, mas colocada junto à costa, a pequenas profundidades. Se perder, o armador é obrigado a retirá-las ou a indicar onde ficou para alguém as ir retirar. A rede que se utilizava para a captura de tubarões de profundidade, por exemplo, a gata-lixia, neste momento é proibida nos Açores mesmo na zona onde é possível embarcações de fora pescarem, entre 100-200 milhas. É a adopção destas medidas, de uma pesca selectiva, que garante a sustentabilidade e a existência das Comunidades Piscatórias.

Associativismo. Os Açores têm uma dinâmica de movimento associativo das pescas que é original, em nenhuma região do país existe uma rede de Associações de Pequena Pesca equivalente à dos Açores e sobretudo, interligada. A Associação 'Porto de Abrigo' é uma

Organização de Produtores (OP) que trabalha com as Associações da Pequena Pesca e que a representa. Está como OP desde 1993 mas como Cooperativa desde 1984, antes da adesão de Portugal à UE. A partir de 1993 o intercâmbio entre OP era quase obrigatório porque quando se trata de fixar regras de intervenção, o poder obriga-se a convocá-las, existem assuntos, por exemplo, relativos à aplicação das regras da Organização Comum de Mercados (COM), onde as competências das OP estão definidas e são co-responsabilizadas na aplicação das regras. No mínimo duas ou três vezes/ano reúnem-se as Organizações de Produtores, quando há problemas concretos ou o poder tem regras a transmitir. A Federação representa as Associações, da qual fazem parte as Organizações de Produtores.

Toda a pesca nacional está representada em Associações, desde a grande até à Pequena Pesca, associações de armadores ou de natureza sindical, mas depois não existe uma ligação constante. Nos Açores, as associações só existiam de natureza sindical e acabaram por ser herdeiras de uma estrutura corporativa do tempo da ditadura, as 'Casas dos Pescadores', com o que tem de negativo uma vez que não eram associações, eram estruturas do poder: o Ministro da Marinha era quem presidia à Junta Central. Havia sectores onde os sindicatos nacionais tinham direcções homologadas, mas havia sempre alguma eleição e representatividade. Nas 'Casas dos Pescadores', não, os pescadores e pequenos armadores eram obrigados a ser membros. Por inerência o presidente era o Capitão do Porto, simultaneamente chefe da Polícia Marítima. A consequência foi que nunca se formou uma consciência associativa autónoma, livre e independente, o que é tutelado pelo poder não tem condições de independência.

Nos Açores constituíram-se os sindicatos em 1974/75, herdando as fichas e documentos das antigas 'Casas dos Pescadores'. Do processo de criação - eram secções do sindicato de Lisboa - até ao que existe hoje, foi um longo caminho. Hoje todas as ilhas têm uma associação, desde Santa Maria ao Corvo, que tem 10 pescadores - 'Pescadores do Barco de Leste' - a última a constituir-se, no ano passado. Depois há uma Federação das Associações da Pesca, cuja direcção integra os presidentes de cada associação, está assim tudo ligado entre si.

Existem duas OP: a Porto de Abrigo que representa a Pequena Pesca da região e a APASA, a Pesca Industrial (atum). Ambas fazem parte da Federação. A Pequena Pesca nos

Açores é quase tudo. Neste momento, activas no atum não devem existir mais de 20 embarcações, com cerca de 30 metros, mais de metade são da Cofaco, mas mesmo esta tem procedido a abate ou venda de embarcações. A crise no atum fez com que esta frota reduzisse muito, talvez já tivesse 33-34 barcos. A pesca do atum tem um sector de armadores que são industriais, caso da *Cofaco*; da *Correctora*, que deixou de ter barcos e é só indústria; da *Santa Catarina*, da ilha de S. Jorge, que também tem 1 barco e da *Pescatum*, que tem 2 barcos. Depois são armadores individuais, devem ser 7-8, com a crise houve candidaturas a abate.

Deve haver uma luta articulada, não isoladamente, daí a importância de haver a associação e essa associação se ligar a outra e potenciar, porque o processo de luta numa ilha como S. Miguel, que tem mais de 50% dos pescadores do arquipélago, é fundamental, mas se não houvesse ligação com as outras ilhas também não ia. O problema a nível nacional é o mesmo.

Estas parcerias cruzadas podem ajudar a potenciar, funcionando em rede e até criar uma dinâmica que favoreça a adesão de outras. Com a Universidade ficou o trabalho de inquérito socioprofissional à pesca dos Açores que procura fazer a ponte para um diagnóstico mais aprofundado de toda a fileira das pescas. Tem uma componente de animação para o desenvolvimento, de ajuda à reconversão mas sem acabar com a actividade. Um instrumento para desenvolver o sentido associativo, as ligações inter-associativas.

Pesca de lazer. No Pico há uma Associação de Pescadores Desportivos, pescam por lazer. Essa pesca, contrariamente ao que se pode pensar, é muito diversificada. Quem tem um iate é capaz de pescar espadarte e peixes de grande porte, é um desporto extraordinariamente caro. A outra, que eu diria mais lúdica e recreativa, que ocupa pessoas que tinham uma vida estruturada e que se têm vindo a adaptar, pescam mais em solitário. É menos federada do que a de grande porte.

Turismo. Tanto nas Capelas como no Porto de Santa Iria havia vigias da baleia. Essa actividade pode promover rendimentos e sobretudo preservar as características urbanísticas, combatendo aquele turismo de fachada, em que toda a zona litoral é reservada a hotéis e a apartamentos de luxo, e as Comunidades Piscatórias até são afastadas do litoral ou são absorvidas e destruídas, descaracterizadas. Como há uma grande pressão

económica para rentabilizar a curto prazo e servir os interesses imobiliários, implica que a gente faça a pressão no sentido contrário, que tenha capacidade para pressionar.

Outro aspecto que temos vindo a aprofundar é o problema do turismo, que à partida é o que mais pode perverter e destruir as Comunidades Piscatórias do ponto de vista da sua identidade, é uma actividade contra a qual é difícil lutar.

Património. Na área da defesa do património temos apontado propostas no sentido de valorizar o património com rentabilidade económica. Ninguém gosta de ver o seu barco destruído, mas se é só um encargo, não há nada a fazer. Mas o barco pode representar uma mais-valia com os turistas, permitindo a pesca à linha, com um pequeno enxalavar ou camaroeiro, é possível manter algumas características.

Tivemos uma experiência com uma arte de pesca tradicional dos Açores, a caça à baleia, que foi proibida e desapareceu. Depois surgiu uma nova actividade económica ligada à observação das baleias, com barcos rápidos, feita por agentes económicos externos.

Pesca-turismo. Com base num projecto apresentado à iniciativa EQUAL, temos desenvolvido propostas no sentido de ser regulamentada uma nova actividade, a Pesca-Turismo²⁶. Só poderia ser feita por profissionais da pesca com formação, poderiam levar turistas para o mar e usar as artes e os barcos tradicionais. O peixe era vendido na lota, portanto poderia constituir uma forma de remunerar a pesca local, feita pelos barcos de boca aberta. A pesca turística de observação, de passeio de barco, está regulamentada mas a pesca-turismo não tem tradição em Portugal, já se faz alguma, mas sem regulamentação. Não inclui a caça à baleia.

Entretanto no Pico, e depois noutras ilhas do grupo central - Faial, S. Jorge e Graciosa - foram recuperados os botes baleeiros, fazem regatas de remo e de vela entre si, exposições e por aí adiante. Assenta essencialmente em jovens das Comunidades Piscatórias do Pico: Ribeiras, Lages, Calheta, Piedade e S. Roque. É uma actividade económica a ser desenvolvida por pescadores daquelas Comunidades Piscatórias, com formação básica em termos de comunicação ou ir um guia. Quase todas as Comunidades Piscatórias nos Açores têm grandes potencialidades de turismo. Em S. Miguel são: Água de Pau, Porto da Caloura,

²⁶ Entretanto foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º36/2008/A - Quadro legal da pesca-turismo exercida nas águas da subárea dos Açores da zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa. Acedido em 30.5.2010 no endereço: <http://azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sram-ssrp/textoTabela/Pesca-Turismo.htm>

Vila Franca, que até tem o ilhéu ao lado, Ribeira Quente, mesmo ao largo de Rabo de Peixe é possível fazer pesca com barcos tradicionais até à Baía das Capelas, o Porto de Santa Iria que é o antigo porto comercial da Ribeira Grande, um monumento que agora está a ser valorizado.

Projectos de luta contra a pobreza. O primeiro projecto foi financiado através do 'Comissariado da Luta contra a Pobreza', na fase experimental da primeira aplicação do RMG - Rendimento Mínimo Garantido, por volta de 1995. Foram abrangidas várias freguesias da Graciosa e uma em S. Miguel, Rabo de Peixe, que por causa do elevado índice de pobreza chegou a ser a freguesia do país com maior percentagem de beneficiários do RMG. Como era uma Comunidade Piscatória foi apresentado um programa 'Desenvolver e Dignificar - desenvolver a pesca, dignificar os pescadores', que têm níveis culturais reduzidos, rendimentos inferiores ao salário mínimo regional e famílias numerosas. Teve uma vigência de 2 anos. O programa comunitário 'Iniciativa EQUAL' deu continuidade através do projecto 'Mudança de Maré'. Na primeira fase eram 12 parceiros²⁷, tendo a Filmebase produzido um filme que foi exibido na Cinemateca. Numa nova fase, a parceria alargou-se a 15 elementos, demasiado alargada. Peniche tem um projecto que é o 'Istmo', de que a AMA é parceira, assim como a Mútua e a Escola Portuguesa de Pesca.

Casas Etnográficas. Foi submetido ao programa EQUAL um projecto que tem várias propostas: a criação de Casas Etnográficas, um centro de atendimento do pescador, onde ele vai tratar dos seus papéis para a Capitania, para o IRS, licenças de pesca, etc. São ponto de encontro dos pescadores, utilizadas pelas associações da pesca ou Sindicato para fazer encontros sobre questões do ambiente ou artes de pesca e simultaneamente núcleos museológicos vivos, abertas ao turista. Foram criados três nos últimos 2 anos, em Água de Pau, nos Mosteiros e em Rabo de Peixe. Está numa fase atrasada mas pode desenvolver numa actividade económica ligada ao turismo, feita por pescadores profissionais.

Demografia. Quanto à natalidade global, os Açores é das regiões com natalidade mais elevada, só que três ou quatro vezes menos elevada do que há 20 anos. As famílias têm em média 2-3 filhos, a média nacional é 1,4. Continua a haver duas ou três regiões em Portugal que estão acima dessa média: Braga, Bragança e Açores. O nível de substituição das

²⁷ Porto de Abrigo; AMA, Associação Marítima Açoriana; AJISM, Associação de jovens de Santa Maria; Crescer em Confiança; Direcção Regional das Pescas; UMAR, União das Mulheres Alternativa Resposta; Terra-mar, associação de desenvolvimento local; Vianapesca, organização de produtores de Viana do Castelo; Filmebase, empresa de cinema e audiovisuais.

gerações é 2, só que há ilhas perfeitamente envelhecidas. S. Miguel tem predominância de população muito jovem. Nas ilhas que não têm hospitais com maternidade, para os nascimentos são consideradas as ilhas de residência. Em termos de volumes populacionais há uma tendência para a estagnação, à custa de muitíssima emigração. Agora parou, temos até o regresso.

O crescimento vai ser de duas formas: ou pela natalidade ou pela acumulação de velhos. Em qualquer delas há as duas coisas e quando a estrutura é pequena reflecte-se mais. A emigração é um fenómeno extraordinariamente forte que contribui para o envelhecimento porque saem os activos jovens, começam a tomar peso os que ficam, os mais velhos, houve ilhas muito afectadas por isso. O pouco retorno que se vê não é em idades jovens, não é estatisticamente significativo, é comunitariamente, nota-se que são fruto de repatriamento, com outras práticas, qualificados, e certamente não querem ir para a pesca.

Futuro. Se forem adoptadas estratégias correctas de valorização, ultrapassadas condicionantes como os transportes, por exemplo, todas as espécies cujo valor comercial é bastante superior quando vendidas em fresco, podem obter nos mercados continentais e europeus, praticamente o dobro dos valores praticados actualmente. Significa que a pesca aqui continuará a ter um peso significativo, mesmo que haja uma grande produção da aquicultura, a qualidade do peixe oceânico capturado nos Açores continuará a ter um valor especial. A pesca nos Açores continuará a ter uma importância decisiva para sustentar um núcleo de pescadores, que tenham rendimentos mais dignos, que hoje não são. É fundamental que exista um processo de desenvolvimento que não implique uma frota demasiado predadora nem a adopção de métodos de captura industrial que até podem favorecer rendimentos de curto prazo, mas que depois perdem em termos de sustentabilidade. Se forem adoptadas estratégias desta natureza, existem condições para persistir a Pequena Pesca, garantir rendimentos dignos aos pescadores e assegurar melhores condições de trabalho.

2 – Sustentabilidade nas Estratégias para as Comunidades Piscatórias²⁸

O conceito de sustentabilidade²⁹ tem vindo a ser aplicado nos mais variados domínios e é hoje um termo muito abrangente. Mas sendo uma questão que afecta a sociedade moderna de forma tão alargada, o reconhecimento do seu valor ainda está bastante confinado ao meio científico, o que não pode continuar a acontecer. No caso da Pequena Pesca, em conversas informais com os pescadores, deu para entender que é um conceito imbuído de senso comum, dado que se registou uma natural e generalizada compreensão do conceito.

A aplicação deste conceito na área do desenvolvimento, como já foi referido anteriormente, resultou da necessidade de aplicar à exploração dos recursos naturais, renováveis e acessíveis, novas teorias económicas que articulassem o desenvolvimento económico com a conservação ambiental. Surgiu pela primeira vez em 1987 no *Relatório Brundtand* e foi generalizado em 1992 no seio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, no Rio de Janeiro (Rio92). Por definição, é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras, ou mais resumidamente, o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. É um conceito multidimensional, onde as considerações biológicas-ecológicas, sociais, económicas e tecnológicas têm o mesmo peso, embora, como refere Castello (2007:51), sem sustentabilidade biológica as outras dimensões carecem de sentido.

A nível global aparentemente o ambiente preside a quase todas as coisas mas o que se constata é que continua a presidir o dinheiro, a economia, a estabilidade das pessoas, a possibilidade de riqueza. Por essa razão, a questão da sustentabilidade nas estratégias de desenvolvimento integrado das Comunidades Piscatórias está intimamente relacionada com as adaptações que a Pequena Pesca vier a implementar, num esforço, quer dos pescadores, quer dos agentes que comercializam o peixe, para dinamizar e melhorar o produto que oferecem e criar uma acção conjunta em que todos beneficiem. Não é fácil resolver os problemas da Pequena Pesca mas a solução passa, sem dúvida, pela dinamização simultânea das Comunidades Piscatórias no sentido do desenvolvimento integrado e sustentável.

²⁸ Análise das entrevistas 5, 13, 15A, 15B, 21, 24, 25A, 25B, 27A, 29, 30 e 34.

²⁹ Ver Clarificação Prévia do Quadro Conceptual.

A análise de outros sectores tradicionais da economia portuguesa mostra que sofreram, à semelhança da Pequena Pesca, as consequências de políticas que não os souberam preparar para enfrentar mercados concorrenciais, especialmente os decorrentes da adesão de Portugal à UE. No caso do sector conserveiro, apesar de ter uma estrutura industrial, muito diferente da realidade da Pequena Pesca, não conseguiu evitar a entrada em crise profunda e só agora parece começar a dar sinais de recuperação, consequência da aplicação de estratégias inovadoras de gestão. Só para dar uma ideia do que se passou, recorde-se que na década de 60 havia 200 fábricas a laborar, agora há 18. Houve uma depuração, é provável que agora as que estão no activo tenham conseguido atingir o patamar da sustentabilidade que lhes permita continuar. Se o sector das conservas com a sua estrutura mais pesada, consegue vencer a crise, também a Pequena Pesca irá defender-se e ultrapassar este obstáculo.

Reconhece-se que a dependência da Política Comum de Pesca e dos Tratados Europeus não deixa alternativas aos governantes nacionais mas a criatividade na política, como em todas as áreas, gera por vezes soluções simples e inovadoras. No caso das Comunidades Piscatórias, elas não irão desaparecer, é provável que haja alguma redução mas necessitam de preservar o ambiente e os bio-recursos pois sem eles é que não haverá Comunidades Piscatórias.

Írá aparecer uma nova geração que vai pegar na Pequena Pesca com coragem para rasgar determinados princípios e diplomas, por exemplo, o Regulamento de Inscrição Marítima que violenta um proprietário de uma embarcação porque o obriga a uma tripulação excessiva que o impele a matar tudo que encontra no mar para conseguir sustentar os encargos com a tripulação. A Pequena Pesca nunca pode acabar em águas como as nossas, ou então são outros que vêm para cá pescar, marroquinos ou espanhóis, que vêm fazer Pesca Desportiva ou Artesanal, porque os portugueses serão remetidos para um gueto qualquer, empregados de uma empresa que tenha grandes embarcações ou pouco mais que isso.

Aprender com a História, mesmo que seja recente, e planear os Projectos I&D com sustentabilidade para não serem repetidas situações em que, acabado o projecto, acabem as iniciativas resultantes porque desapareceram os contextos artificiais que as criaram, ou seja, o projecto não foi sustentável.

3 – Análise Estratégica *SWOT* aplicada ao Estudo das Comunidades Piscatórias

Esta pesquisa, como anteriormente já foi referido, necessitou de uma abordagem multidisciplinar para alcançar os objectivos a que se propôs, recorrendo essencialmente a métodos qualitativos quando direccionada às pequenas Comunidades Piscatórias. As Comunidades Piscatórias visadas no estudo foram seleccionadas por registarem diferentes enquadramentos e se localizarem em várias NUTS II do território nacional.

A escolha da análise estratégica *SWOT* (acrónimo de *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*) justificou-se porque se pretendeu investigar os Constrangimentos e Ameaças sentidos pelas Comunidades Piscatórias, assim como identificar as suas Forças e Oportunidades intrínsecas. Com essa finalidade constituiu-se, como fonte de dados, os contributos do painel de informantes privilegiados, ou seja, actores provenientes de áreas distintas relacionadas com o tema do estudo e que foram abordados através do método de entrevista semi-estruturada. A informação deste modo obtida permitiu o tratamento analítico diversificado, com destaque para a análise estratégica *SWOT* efectuada às categorias decorrentes da análise de conteúdo qualitativa das entrevistas do painel de informantes privilegiados, desta vez direccionada para novas categorias e subcategorias, permitindo agora agrupar os contributos nas categorias: *Comunidades Piscatórias - Pescador da Pequena Pesca – Pequena Pesca – Associativismo - Tecnologia - Açores*.

A análise prospectiva *SWOT* – acrónimo de *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Constrangimentos), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) – baseia-se na máxima atribuída a Sun Tzu³⁰ (500 a.C.), sob reserva, segundo alguns autores:

o pensamento precede a acção, sendo a estratégia a inteligência em acção. Concentre-se nas *Forças*, reconheça os *Constrangimentos*, agarre as *Oportunidades* e proteja-se das *Ameaças*.

A aplicação deste tipo de análise às categorias recém-criadas iria facultar um dos pilares do pensamento estratégico, a informação privilegiada.

A informação necessária para ‘saber’ é um dos factores essenciais do sucesso estratégico e que implica estar aberto à consideração dos factos sem ideias preconcebidas nem certezas

³⁰ Considerado um dos maiores estrategas militares de todos os tempos, autor de *A Arte da Guerra* (SunTzu, 1998).

selectivas prévias. Os outros dois pilares são as *forças morais* necessárias para motivar, a fim de 'querer' e a *logística* necessária para 'poder' (Fiévet, 1992:60-61).

Resultante da aplicação destes métodos, obteve-se uma quantidade apreciável de informação privilegiada e classificada relativa à actualidade das pequenas Comunidades Piscatórias que se considera essencial para o planeamento de estratégias políticas que visem o seu desenvolvimento integrado e sustentável. Nos Quadros 3.1 a 3.6 está resumidamente apresentado esse espólio, categorizado nos itens decorrentes da análise *SWOT*.

O ensaio de representar graficamente os resultados, constante nas Figuras 3.8 a 3.14, visa ajudar a compreender a situação que a Pequena Pesca atravessa e, por inerência, as pequenas Comunidades Piscatórias. Para proteger a Pequena Pesca das *Ameaças* é urgente transformar as *Oportunidades* em *Forças*, eliminar os *Constrangimentos* e encarar as *Ameaças*, com determinação suficiente para as transformar em *Oportunidades*. Só desta forma o cenário poderá começar a ser mais animador. O mesmo se passa com os pescadores da Pequena Pesca e menos drasticamente com as Comunidades Piscatórias, embora ainda se encontrem em situação difícil.

A informação proveniente dos Açores, por ser mais escassa, pode comportar algum desajustamento da realidade mas ao separá-la, torna-se evidente a primeira impressão de boa governança colhida no terreno. Animador é verificar que a tecnologia apresenta predominância de *Forças* e *Oportunidades* e que os *Constrangimentos* e as *Ameaças* são facilmente ultrapassáveis.

Na difícil situação por que passa o sector, muito surpreendente foi encontrar as *Ameaças* a par das *Oportunidades* no que se refere à categoria *Associativismo*, o que parece contrariar os resultados obtidos por Jacaúna (2010), em Comunidades Piscatórias do Brasil:

Os pescadores, apesar das diferentes 'visões de mundo', diante do dilema social causado pela diminuição de alguns *stocks* de peixe, os acordos de pesca celebrados entre os pescadores de subsistência de algumas comunidades, provam a presença de cultura política, capital social, acção comunicativa e capacidade organizativa.

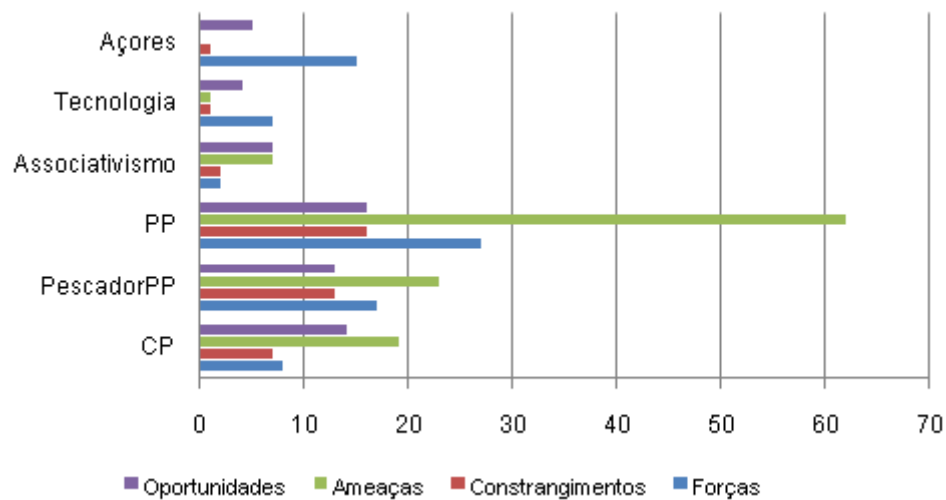


Figura 3.8 - Representação gráfica (%) de síntese da análise SWOT às categorias decorrentes da análise de conteúdo. Fonte dos dados: entrevistas do painel.

Estes dados contrariam as teorias explicativas da acção colectiva que sugerem que os grupos sociais não são capazes de criar mecanismos de controlo do uso e dos usuários dos recursos utilizados de forma comunal. Infelizmente parece ser esta a tendência para a Pequena Pesca no continente, pelo que urge alterar a situação na medida em que pode constituir um factor determinante para a sustentabilidade do sector.

Assumindo que esta análise é apenas uma visão das possíveis que se podem inferir dos dados, apresentam-se os quadros 3.1 a 3.6 referentes à análise SWOT efectuada às categorias: Comunidade Piscatória - Pescador da Pequena Pesca – Pequena Pesca – Associativismo - Tecnologia - Açores. Nestes quadros é disponibilizada informação condensada que poderá ser alvo de outras análises a concretizar em trabalhos futuros, desenvolvidos em parcerias alargadas a outras áreas do conhecimento que permitam ampliar o âmbito dos resultados.

Os quadros são seguidos das representações gráficas criadas para cada categoria e da estratégia a seguir para cada categoria analisada.

Quadro 3.1 - Análise SWOT da Categoria 'Comunidade Piscatória'

FORÇAS
Proporcionam o consumo de bio-recursos de elevada qualidade. Ocupação secular do território, prova de cidadania activa. Resiliência perante adversidades. Representam para as cidades uma riqueza histórica e patrimonial e promovem a cidade. São muito ricas do ponto de vista antropológico e social. Têm valores culturais e tradicionais próprios e muito ricos. Participam na dinamização de entidades culturais (ex. núcleos museológicos, aquários). Exibem valores cénicos exclusivos.
CONSTRANGIMENTOS
Estado investe muito pouco em infra-estruturas. A construção habitacional é muito pobre. Câmaras Municipais insensíveis e pouco empenhadas no desenvolvimento integrado. Rede rodoviária deficiente provoca o isolamento das zonas adjacentes. A emigração é um fenómeno extraordinariamente forte e acentua o envelhecimento da população. Défice de cidadania na preservação dos bens públicos (geralmente de baixa qualidade). Estão fragilizadas e dependentes de ajuda externa (Administração das Pescas) para se fortalecer e evitar extinção.
OPORTUNIDADES
Ampla distribuição geográfica pelo litoral e acidentes naturais. Mesmo residuais têm grande capacidade de mobilização (manifestações de rua) face a problemas concretos. Algumas Comunidades Piscatórias conseguem transmitir a sua mensagem aos políticos. Resiliência reforçada através da participação esclarecida dos seus habitantes (resistir à pressão imobiliária). Transmissão dos saberes tradicionais de pais para filhos potencia aquisição de novos saberes. Proximidade de instalações turísticas gera envolvimento de turistas na faina piscatória. Disseminação pelas Comunidades Piscatórias de núcleos museológicos interpretativos das actividades agro-marítimas e piscatórias. Valorização do património das Comunidades Piscatórias, articulada com as potencialidades turísticas. Especialização do sector da restauração com pratos regionais de peixe. Professores promoverem visitas de estudo que incluam eventos de pesca facultativos aos alunos. Estruturas associativas existentes devem ser reforçadas, especialmente na formação de líderes, visando gestão integrada. Divulgação das Comunidades Piscatórias que têm filhos de pescadores a trabalhar na pesca. Estiva como alternativa à pesca nas Comunidades Piscatórias adjacentes a grandes portos. Construção de rede nacional de Comunidades Piscatórias para participação em redes internacionais.
AMEAÇAS
Pouco investimento público e quando há, não é integrado. Promessas antigas do Estado de fazer investimentos criam expectativas e frustrações. Administração das Pescas pouco sensível aos problemas específicos das Comunidades Piscatórias. Políticas de reorganização do sector não contemplam preservação das Comunidades Piscatórias. Afastamento dos postos de atendimento da Administração Pública relativamente às Comunidades Piscatórias.

(continua)

Quadro 3.1 (continuação)

Isolamento dificulta a plena utilização dos instrumentos financeiros disponíveis.
Demolição de valores históricos patrimoniais.
Possibilidade de desertificação devido ao abandono da Pequena Pesca (diminuição da frota e do número de pescadores).
Dificuldades no relacionamento com a restante cidade.
Algumas são afastadas do litoral ou absorvidas, destruídas e descaracterizadas.
Risco de musealização das Comunidades Piscatórias.
Frequência de naufrágios nas rochas próximas ou em frente às Comunidades Piscatórias.
A iliteracia gera grandes vulnerabilidades.
A toxicodependência tem carácter permanente, é alternativa de risco mas compensadora economicamente em relação à pesca.
A exclusão social tornou-se um modo de vida em algumas Comunidades Piscatórias (p/ex. Rabo de Peixe).
Existem poucos estudos integrados sobre Comunidades Piscatórias e pouco conhecidos.
Projectos I&D já realizados sem sustentabilidade porque desapareceram os contextos artificiais que os criaram.
'Raparigas ficavam em casa a fazer renda à espera de casar, depois ficavam em casa a criar os filhos'.
Comunidades Piscatórias estão quase todas em situação socioeconómica preocupante.

Fonte dos dados: Entrevistas do Painei

Através da representação gráfica do Quadro 3.1 sintetizada na Figura 3.9 pode-se visualizar que as *Ameaças* às Comunidades Piscatórias são consideráveis mas as *Oportunidades*, se forem bem exploradas, juntamente com a eliminação de algumas *Ameaças*, poderão proporcionar um cenário prospectivo positivo às Comunidades Piscatórias.

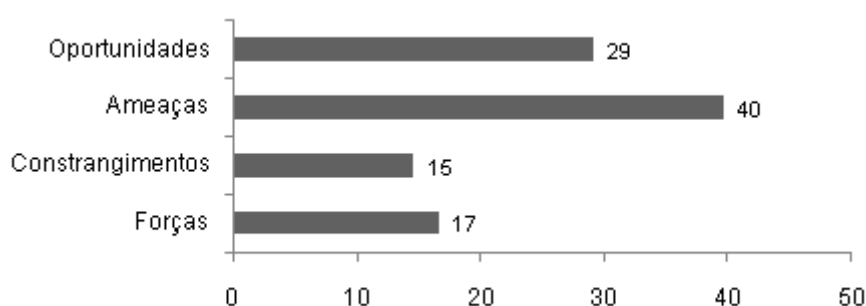


Figura 3.9 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Comunidade Piscatória'. Fonte dos dados: entrevistas do painel.

Estratégia a seguir: a estratégia a seguir para atingir o desenvolvimento sustentável de cada Comunidade Piscatória deverá incidir nos itens *Oportunidades*, convertê-los para a categoria *Forças*, em simultâneo com alguns itens dos *Constrangimentos* que podem facilmente passar a integrar *Forças*, assim haja vontade política para a sua transformação e implementação.

Quadro 3.2 - Análise SWOT da Categoria 'Pescador da Pequena Pesca'.**FORÇAS**

Pessoa de trabalho, 'olha só em frente e tem que ser já'.

Tem uma força cultural estranhamente importante mas que é esquecida em Portugal.

Tem gosto/vício por andar ao mar porque nasce 'em cima da água' e vive sobre o mar.

Homens e mulheres de natureza arrojada, corajosos, empreendedores, realistas e sonhadores.

Preferem trabalhar na incerteza da sobrevivência do que ter uma relação normativa.

São abertos à mudança e têm um sentido agudo do prazer da vida.

Relação muito directa com a maneira como a actividade se propõe no terreno.

Filhos de armadores seguem a actividade dos pais devido ao acesso facilitado à actividade empresarial.

Contribuíram para legislação ambiental (p/ex. proibição de extracção de inertes nas praias).

Reformados continuam a pescar, dão continuidade ao diálogo inter-geracional.

Pescador emigrante tem mais facilidade nas questões burocráticas.

Pescador emigrante regressa com capacidade financeira para investir.

Pescador mais experiente sente-se obrigado a ajudar os mais novos.

Alguns já exercem actividade económica ligada ao turismo.

São maioritariamente autodidactas, muito esforçados, detentores de conhecimento ecológico local.

Manifestam grande solidariedade entre si quando estão no mar.

Consideram-se os 'salvaguardas dos *stocks*' porque o mar só os deixa pescar durante parte do ano.

Preservam valores tradicionais (tradição familiar, família, solidariedade).

CONSTRANGIMENTOS

Existem rivalidades (p/ex. partidárias) entre pescadores em terra que impedem união de esforços.

Têm baixa escolaridade.

Muitos pescadores vivem apenas o dia-a-dia.

Têm dificuldade em criar alternativas à pesca.

Grande resistência a pedir ajuda.

Dificuldade em compreender a Administração das Pescas e a burocracia em geral.

Desconfiança leva-os à dificuldade em transmitir os seus conhecimentos e razões a estranhos ao meio.

Incapacidade de reenquadramento noutras profissões, pela ausência de patamares de formação de base.

Dificuldade para transmitir a sua prática e participar nas decisões (p/ex. molhes).

Depende de uma embarcação e de tripulação que constituem um grande investimento.

Consegue trabalhar 12-14 horas praticamente sem tirar rendimento.

Desconhece o funcionamento de organismos oficiais (p/ex. MADRP).

Profissão de Pescador deixou de ser dignificada há alguns anos.

OPORTUNIDADES

A solidariedade que pescadores manifestam no mar, aplicá-la a actividades de desenvolvimento em terra.

Curiosidade ao nível da aprendizagem relativamente à vida, se verificarem a sua utilidade.

Assume sempre atitudes pragmáticas.

Tem na praia um laboratório de aprendizagem por excelência.

Quer viver melhor, com maior qualidade.

(continua)

Quadro 3.2 (continuação)

As mulheres na Pequena Pesca são mais produtivas, cuidadosas e persistentes que os homens.

Quer passar para os filhos uma actividade profissional digna.

Espírito de iniciativa pode gerar fenómenos de expressão global (p/ex. motores fora-de-bordo em Angeiras).

Tem família geralmente mais alargada do que a média nacional.

Certificação do pescado ajuda a não depender de comprador e a ter garantia do escoamento.

Dignificação da profissão de Pescador, reconhecimento da importância social, cultural e económica.

Desemprego pode levar jovens a repensar trabalho no mar.

Pesca-Turismo só para profissionais da pesca com formação específica, usando artes e barcos tradicionais.

AMEAÇAS

Sente-se excluído da restante sociedade porque a sua profissão há muito tempo não é dignificada.

Ocupação do território é pobre, perene, feita à medida das necessidades e dos rendimentos.

Jovens optam pela construção civil e outras profissões menos arriscadas.

Sente-se impotente e pede a intervenção do Governo (defeso, vedas) para evitar esgotamento dos recursos.

Relutância em transformar as associações profissionais de pesca em estruturas empresariais.

Sente-se demasiado vigiado pela fiscalização (dias seguidos).

Ameaça de fome sempre latente para pescador não proprietário, quando há grandes períodos sem pesca.

Ligação que tem com a morte atribui-lhe carácter individualista, é quase uma questão natural.

Sente-se abandonado por parte do Estado.

Entende que não precisa de qualificações e isso é uma descredibilização deles próprios.

Não quer o seu filho na pesca.

Não é muito disciplinado, principalmente por falta de escolaridade.

Idade avançada dos activos impede a sua saída da pesca.

Em geral não vê para além do lucro imediato, não investe como investiria um jovem.

Filho de pescador não quer ir para a Pequena Pesca porque sabe o que o Pai passou ou passa.

Horário de funcionamento da Docapesca não protege pescador da Pequena Pesca da venda ilegal.

Trabalha no mar e em terra, sem horário, permaneceu à margem da padronização da normatividade do trabalho.

Quando há problemas na pesca, viram-se para o pescador da Pequena Pesca, ele é o último e o primeiro a ser referenciado.

Formação profissional não garante a continuidade na profissão.

Contradição entre o parecer do cientista (defende orientação e rentabilização) e a opinião do pescador (empírica, baseada no que vê).

Sentem privações ao nível da saúde quando andam nos barcos.

Delegam a venda do pescado (mulher ou 'vendedeira').

Têm dificuldade em lidar com normalização (p/ex. horários, regras).

Fonte dos dados: entrevistas do painel

A representação gráfica correspondente ao Quadro 3.2 mostra na Figura 3.10 o predomínio das *Ameaças* sobre as *Forças*, o que é preocupante.

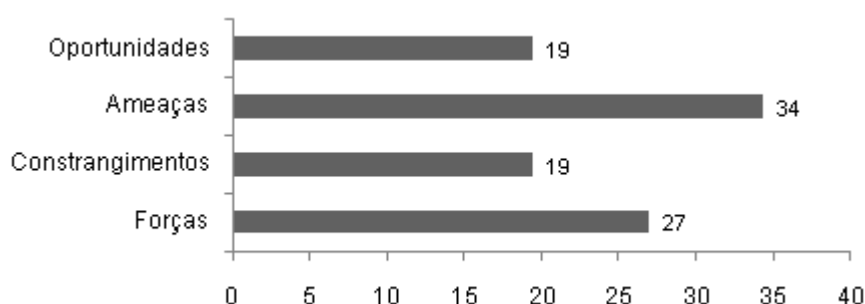


Figura 3.10 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Pescador Pequena Pesca'. Fonte dos dados: entrevistas do painel.

Estratégia a seguir: a estratégia consiste em transformar as *Oportunidades* em *Forças*, para a profissão de pescador da Pequena Pesca poder ser encarada com optimismo.

Quadro 3.3 - Análise SWOT da Categoria 'Pequena Pesca'

FORÇAS

É o sector da pesca que inclui o maior número de pescadores.

Representa 90% das embarcações de pesca.

Envolve artes de pesca com características exclusivas.

Boa gestão permite rentabilidade económica.

Faz parte integrante da nossa tradição marinheira.

Desempenha actividades económicas significativas ao nível local ou regional.

Não afecta a quota dos outros segmentos da pesca.

Absorve facilmente as novas tecnologias.

Mantida à custa do amor que as Comunidades Piscatórias têm pelo mar e pela pesca que é a sua vida.

Está ligada a uma actividade profissional ancestral.

É aliciante, tem aventura, mar e Sol.

Constitui domínio económico que terá sempre futuro porque o consumidor aprecia muito o peixe fresco.

A par da forte tradição da Pequena Pesca há também a necessidade dos que a praticam.

Há embarcações da Pequena Pesca com dualidade de intervenção, oceânica e interior.

Possibilita trabalho para toda a família, tanto na vendagem como no trabalho marítimo.

A frota da Pequena Pesca ajuda a ocupar o nosso território marítimo, impedindo outras frotas aceder à pesca.

A manutenção da tradição da Pequena Pesca é pouco dispendiosa.

Tem menor impacto sobre os recursos marinhos do que outros segmentos da pesca.

Tem artes de pesca com elevada selectividade e degradabilidade.

As condições oceanográficas adversas ajudam a fazer o defeso das espécies.

A Pesca Industrial depende da existência da Pequena Pesca.

Permite a sustentabilidade na exploração dos recursos.

(continua)

Quadro 3.3 (continuação)

A maioria das marés (viagens de pesca) não ultrapassa um dia de pesca.

Tem uma percentagem diminuta de pesca acessória.

Actividade da Pequena Pesca desperta curiosidade espontânea do cidadão comum.

Rentabiliza os recursos marinhos multi-específicos nacionais (limite S espécies boreais, limite W de mediterrânicas e limite N de subtropicais).

Muitos mestres da Pequena Pesca são reformados da pesca do bacalhau.

CONSTRANGIMENTOS

Opera por vezes em zonas muito sensíveis dos ecossistemas costeiros.

Enraizado sentimento de fatalidade nas actividades ligadas à Pequena Pesca.

Falta de competitividade na comercialização de pescado.

Há pouca massa crítica na Pequena Pesca.

Embarcações não permitem tratamento do pescado a bordo devido à sua dimensão.

Problemas de segurança impedem grande permanência no mar, em condições mínimas.

Deficiente formação profissional.

Pouco conforto, segurança e contrapartidas económicas.

Falta de capacidade financeira e de reconhecimento da Pequena Pesca.

Apresenta elevado risco e sinistralidade.

Falta expectativa de rendimento regular e regalias (p/ex. férias).

Actual funcionamento da Pequena Pesca permite especulação no circuito comercial (certificação, marcas ecológicas).

As pescarias são sazonais o que condiciona a estrutura, comercialização e relacionamento.

Forte dependência das condições oceanográficas.

Diminuição dos mananciais de pescado.

Condições meteorológicas adversas podem originar longos períodos sem pesca.

OPORTUNIDADES

Promover a articulação da pesca longínqua com a Pequena Pesca.

Actividades artesanais da Pequena Pesca podem integrar evolução tecnológica sem se descaracterizar.

A emigração na Pequena Pesca proporciona o sustento da restante família.

Antigas artes de pesca (ex. Mugiganga) usadas como 'museu-vivo' na preservação da memória colectiva e fins turísticos.

Promoção de visitas de mestres e armadores da Pequena Pesca a outros contextos mais evoluídos.

Demarcação de origem do pescado da Pequena Pesca.

Pequena Pesca pode contribuir para a preservação de reservas marinhas.

Reactivação de actividades tradicionais da Pequena Pesca (p/ex. vender peixe de porta a porta).

Espécies nobres da Pequena Pesca devem ser transaccionadas em fresco pois aumenta o seu valor comercial.

Implementação da regulamentação comunitária que vise a certificação do pescado da Pequena Pesca.

Colaboração do IPIMAR no estudo e regulamentação de artes de pesca tradicionais.

Incentivar jovens desempregados ou à procura do 1º emprego para trabalhar na Pequena Pesca.

Ampla divulgação dos resultados de projectos em curso (p/ex. Projecto 'Celebração da Cultura Costeira').

Campanhas de informação pela positiva nas escolas. (p/ex. 'Pescar é fixe').

AMEAÇAS

Tendência nacional para desprezar as actividades ligadas à Pequena Pesca.

(continua)

Quadro 3.3 (continuação)

Crescente falta de respeito pelos mais velhos na Pequena Pesca, como havia antigamente.

Deficiente transferência de saberes inter-geracional.

Falta de férias e de subsídios de férias e de Natal.

Classe piscatória bastante envelhecida (média 45-50 anos).

Défi ce de mão-de-obra mas jovens não aderem.

Relacionamento difícil entre proprietário da embarcação e subordinados.

Não há salário garantido e o pescador participa nas despesas de produção (divisão do rendimento por partes).

Renovação de licenças através de mínimo transaccionado em lota (€13 mil/ano).

Actividade da mulher na Pequena Pesca não é reconhecida pelos homens como trabalho da pesca.

A Pequena Pesca ainda rejeita o embarque de mulheres por superstição.

Embarcações da Pequena Pesca estão concebidas para a masculinidade.

Frequente má gestão dos fundos comunitários existentes para desenvolvimento da Pequena Pesca.

Falta de enquadramento da ' Pequena Pesca Não Profissional'.

Perda progressiva de competitividade.

Frota envelhecida e inadequada.

Reduzida capacidade empresarial e gestão pouco inovadora, devido à falta de formação profissional.

Falta de incentivos para captar e fixar jovens na Pequena Pesca.

Posto da Docapesca afastado da Comunidade Piscatória impede cobrança impostos e descredibiliza o sistema.

Redução dos activos da pesca quando surge outra actividade de não- crise (p/ex. obras na construção civil).

Frequência elevada da dependência de toda a família da Pequena Pesca.

Falta de subsídios de combustível para as embarcações da Pequena Pesca (à semelhança da agricultura).

Crescente diminuição do número de embarcações.

Crescente diminuição de número de pescadores.

Motoras (Póvoa) pescam a 1000-1500 metros quando a Pequena Pesca não tem condições para sair ao mar.

Mistura do pescado fresco com o de outras proveniências (aquicultura/retardado), descaracteriza-o.

Modus operandi das 'compradeiras'/'vendedeiras' é pouco ético.

Desrespeito pelas boas práticas ecológicas (rejeição de fêmeas ovadas) ou pesca de subdimensionados.

Falta de diálogo entre construtores dos molhes de protecção e pescadores da Pequena Pesca.

Pessimismo quanto ao futuro da actividade gera muito egoísmo.

Actividade de risco e dependente dos condicionalismos da natureza.

Movimento de modernização acompanha movimento de redução da Pequena Pesca.

Maioria das embarcações têm as mesmas condições que tinham há 10-15 anos.

Canal de navegação dos rios sobreposto às zonas de actuação da Pequena Pesca pode inviabilizá-la.

Adaptação de embarcação tradicional para fazer turismo, dispendiosa para ser suportada pelo proprietário.

Restrições à Pequena Pesca podem impelir o pescador para a pesca industrial e para emigração.

Conquistas da modernidade do trabalho não chegaram à Pequena Pesca, só aos que têm meios de propriedade.

Actualmente local é global, constrangimentos que pesam sobre a Pequena Pesca são os mesmos em todo o lado, é incomum.

O mercado paralelo (aumento das Marítimo-turísticas) é um grave problema da Pequena Pesca.

Organização do trabalho em companhia, em relações de confiança, dificulta ponderação ao nível do rendimento.

(continua)

Quadro 3.3 (continuação)

Pesca considerada bem natural, fruto da familiaridade com o meio, mas não uma possibilidade credível.

Fragilidades da Pequena Pesca alimentadas pelos próprios pescadores.

Pensões muito baixas obrigam reformados a recorrer à Pequena Pesca de sobrevivência.

Jovens fogem da Pequena Pesca para a construção civil ou para as fábricas.

Incentivos ao abate de pequenas embarcações, sem dar alternativa no sector.

Falta de profissionais na Pequena Pesca.

Diminuição dos mananciais dos recursos pesqueiros.

Administração das Pescas criou regras difíceis para a aquisição de embarcação.

Profissão pouco valorizada não alicia os jovens.

Elevado risco nas actividades do mar, especialmente na pesca.

Aumento da poluição oceânica e alterações climáticas.

Encerramento massivo de fábricas de conserva de pescado.

Excesso de artes (aparelhos, tresmalhos e armadilhas) das motoras da Póvoa, formam barreira no fundo do mar.

Dificuldade da Administração das Pescas na avaliação dos impactos das normas comunitárias na Pequena Pesca.

Licenças de pesca emitidas em locais afastados das Comunidades Piscatórias.

Uso de artes arrastantes em zonas sensíveis, junto à costa (p/ex. arrasto de vara).

Pequena Pesca não desperta atenção da comunicação social (só Pesca desportiva por estar ligada ao turismo).

Fuga à lota constitui ameaça por condicionar a preservação da actividade.

Por vezes faltam condições físicas favoráveis (portinho, molhes destacados) para o acolhimento das frotas.

Generalizada inexistência de rede de frio.

Fonte dos dados: entrevistas do painel

A representação gráfica do Quadro 3.3, e que consta da Figura 3.11 revela a situação perigosa que vive actualmente a Pequena Pesca.

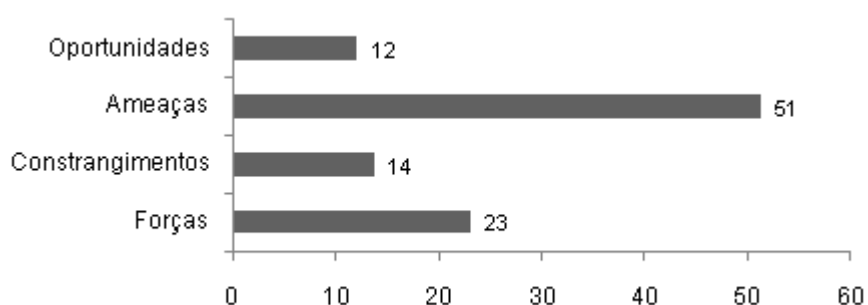


Figura 3.11 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Pequena Pesca'. Fonte dos dados: entrevistas do painel.

A dominância mais uma vez das *Ameaças* sobre as *Forças*, desta vez numa dimensão bastante mais desequilibrada (o dobro), é motivo para repensar que futuro se está a desenhar neste sector.

Estratégia a seguir: a estratégia não depende apenas da transformação das *Oportunidades* em *Forças* mas também dos *Constrangimentos* que, para a Pequena Pesca ter um cenário optimista, devem ser transformados em *Forças*. Terão que ser tomadas medidas urgentes de carácter essencialmente político, muito dependentes dos resultados da revisão da Política Comum de Pesca que se encontra em curso na UE. Considera-se que o cenário positivo pode ser alcançado, porque se acredita que um sector com tanta tradição irá mobilizar as sinergias necessárias e desenvolver-se sustentavelmente. Também se acredita no poder da acção colectiva entretanto desencadeada, reflectida nos movimentos cívicos em curso a favor da sustentabilidade da Pequena Pesca que se multiplicam e assumem formas inovadoras da modernidade.

Quadro 3.4 - Análise SWOT da Categoria 'Associativismo'

FORÇAS
Existem Associações de Pescadores Profissionais em quase todas as Comunidades Piscatórias.
Casos bem sucedidos de experiências cooperativistas.
CONSTRANGIMENTOS
Lideranças fracas Associações de Pescadores (baixa escolaridade, pouco ambiciosos e mal informados).
Dificuldade em formar uma consciência associativa autónoma, livre e independente.
OPORTUNIDADES
Associações da Pequena Pesca podem participar na formação profissional (p/ex. divulgação, instalações).
Implementação de Associações/Organização Produtores ou delegações em todas as Comunidades Piscatórias.
Associações de profissionais da Pequena Pesca ter competência para intervir na venda do pescado.
Associações podem incentivar pescadores para acções de valorização do pescado ainda a bordo.
Recuperação pelas Associações das 'Casa dos Pescadores' aproveitando as antigas actualmente abandonadas.
Criação de centros de educação ambiental junto das 'Casa dos Pescadores' recuperadas.
Associações podem dinamizar outras práticas marítimas (p/ex. mergulho de observação).
AMEAÇAS
Associações da Pequena Pesca pouco sensibilizadas para o desenvolvimento sustentável.
Falta de objectivos e impreparação das Associações origina perda de oportunidades de financiamento.
Actual associativismo tem uma função de representação corporativa, não uma aposta no desenvolvimento.
Dirigentes mais dinâmicos muitas vezes são afastados devido à inveja de outros.
Associações por vezes são entraves à mudança, pela atitude estática que assumem.
Não existe uma Federação das Associações e Organizações de Produtores no continente.
Monopólio da Docapesca na comercialização do pescado sem contrapartidas para produtores.

Fonte dos dados: entrevistas do painel

A representação gráfica dos resultados do Quadro 3.4 na Figura 3.12 põe em evidência que apesar do equilíbrio entre as *Ameaças* e as *Oportunidades*, os *Constrangimentos* detectados são difíceis de ultrapassar.

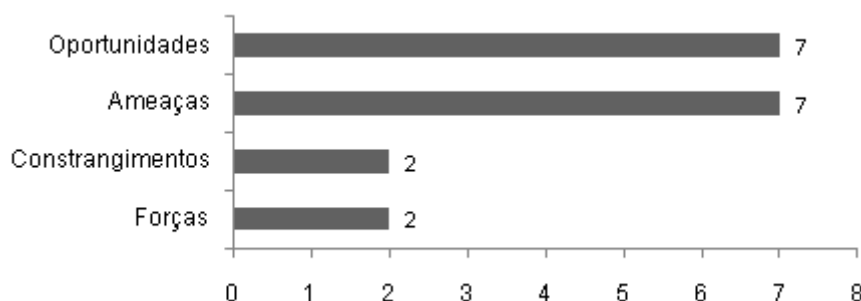


Figura 3.12 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Associativismo'. Fonte dos dados: entrevistas do painel.

Estratégia a seguir: a estratégia tem que ter por alvo principal o combate ao individualismo característico dos pescadores da Pequena Pesca que os impede de usufruir das vantagens do associativismo para ultrapassar o cenário de crise que actualmente a Pequena Pesca atravessa. Este tema será retomado e desenvolvido posteriormente.

Quadro 3.5 - Análise SWOT da Categoria 'Tecnologia'

FORÇAS
Previsão do tempo através da internet (ajuda a não perder os aparelhos).
Aparelhagem electrónica permite melhor e mais rápida aprendizagem da profissão de pescador.
As parcerias cruzadas (investigadores, Universidade e Governo) ajudam a potenciar os resultados dos projectos.
A tecnologia permite evitar captura de subdimensionados.
As novas tecnologias são facilmente aplicáveis à Pequena Pesca.
Valorização da tradicional transmissão de saberes de pais para filhos pelo uso de novas tecnologias.
Aumento da segurança marítima.
CONSTRANGIMENTOS
Aumenta custos de produção.
OPORTUNIDADES
Introdução de cabina nas embarcações da Pequena Pesca potencia uso de tecnologia a bordo (GPS, alador).
Associações podem melhorar a apresentação dos produtos da Pequena Pesca.
Aumento da degradabilidade das artes de pesca da Pequena Pesca através da introdução de novos materiais.
Diminuir impactos ambientais das artes de pesca da Pequena Pesca (artes arrastantes).
AMEAÇAS
Permite conhecimento dos pesqueiros a não profissionais.

Fonte dos dados: entrevistas do painel

A análise SWOT relativa à categoria 'Tecnologia' decorrente do Quadro 3.5 e apresentada na Figura 3.13 revelou que as *Forças* são dominantes e que as *Oportunidades*, se forem concretizadas – o que se considera viável – coloca na tecnologia a grande esperança na sustentabilidade da Pequena Pesca e consequentemente das Comunidades Piscatórias.

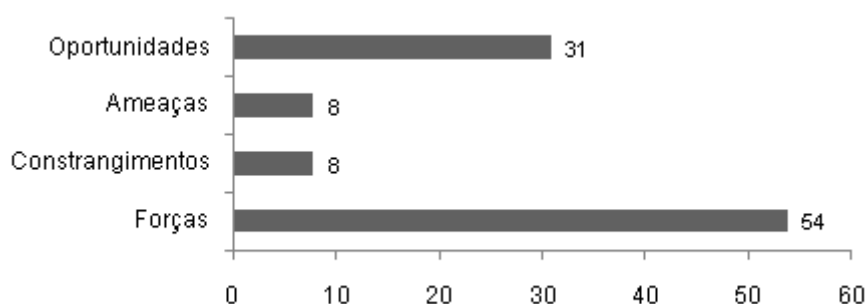


Figura 3.13 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Tecnologia'. Fonte dos dados: entrevistas do painel.

Estratégia a seguir: a estratégia consiste em reforçar o contributo da Tecnologia na medida certa para otimizar a modernização da Pequena Pesca em todas as vertentes: segurança marítima, capturas sustentáveis, métodos e artes de pesca amigos do ambiente e também condições laborais consentâneas com a modernidade (higiene, comodidade e bem-estar a bordo).

Quadro 3.6 - Análise SWOT da Categoria 'Açores'

FORÇAS

Pequena Pesca tem grande expressão económica e mantém sector profissional significativo, devido riqueza de bio-recursos.

Deve ser a região do país onde há menos fuga à lota.

A Pequena Pesca é o segmento da pesca mais representado em número de pescadores e embarcações.

Nos Açores é proibido o arrasto de profundidade.

O armador é obrigado a retirar as redes danificadas do mar ou a indicar onde ficaram para alguém as retirar.

Nos Açores há uma Federação das Associações de Pescadores e Organizações de Produtores.

A Pequena Pesca está representada pelas Associações de Pescadores e Organização de Produtores.

Todas as ilhas têm uma Associação de Pescadores ou Organização de Produtores.

As vigias da baleia preservadas originam rendimentos no turismo.

Embarcação representa para pescador da Pequena Pesca mais-valia, permite exercer pesca tradicional com turistas a bordo.

Existem 'Casas Etnográficas': centro de atendimento e encontro de pescadores, também núcleos museológicos vivos, abertos ao turismo.

(continua)

Quadro 3.6 (continuação)

As famílias de pescadores têm em média 2-3 filhos, a média nacional é 1,4.

Na 'Semana do Pescador' participam investigadores, Universidade e Governo mas o centro das actividades são os pescadores.

As Comunidades Piscatórias que menos diminuíram foram as açorianas. Cerca de 5% população activa ligada às pescas.

Há uma evolução diferenciada positiva da Pequena Pesca entre o continente e os Açores e até entre os Açores e o global.

CONSTRANGIMENTOS

Nos Açores as embarcações de boca aberta constituem cerca de 90% da frota.

Embarcações da Pequena Pesca maioritariamente abaixo de 9 m de comprimento, com fraco gabarito e pouca autonomia.

OPORTUNIDADES

Comunidades Piscatórias têm grandes potencialidades no turismo.

A existência de uma Federação de Organizações de Produtores nos Açores facilita acção da tutela.

Os recursos de profundidade, especialmente nos Açores, tendem a ser muito valorizados.

A estrutura etária dos profissionais da pesca revela população pouco envelhecida.

Aproveitamento do espólio da Pesca Industrial de Cetáceos para museologia e observação turística de baleias.

AMEAÇAS

Turismo (actividade contra a qual é difícil lutar) pode perverter ou destruir a identidade das Comunidades Piscatórias.

Comercialização, organização de agentes, estruturação de mercados são mais rentáveis que actividade da Pequena Pesca.

Fonte dos dados: entrevistas do painel

A representação gráfica correspondente ao Quadro 3.6 que se encontra na Figura 3.14 veio confirmar a percepção recolhida durante a visita efectuada aos Açores, resumidamente, que a Pequena Pesca está a ser alvo de bastante atenção no plano das políticas do sector, resultado de uma abordagem sistémica e pluridisciplinar.

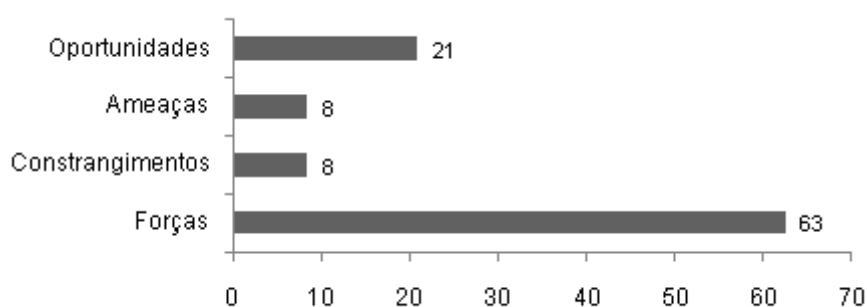


Figura 3.14 - Representação gráfica (%) da análise SWOT da categoria 'Açores'. Fonte dos dados: entrevistas do painel.

O propósito de tratar isoladamente esta região surge na sequência do que se propôs anteriormente: aprender com os casos de sucesso. A extrapolação que é feita para o

arquipélago foi abusiva mas insere-se no âmbito deste exercício e com as limitações bem identificadas.

Estratégia a seguir: a estratégia para a categoria 'Açores' aponta no sentido de continuar a tratar com a maior atenção a problemática da Pequena Pesca porque a actualidade prima por mudanças bruscas de cenários e este sector será sempre muito vulnerável, especialmente no contexto em que se insere o arquipélago dos Açores, sobre a Crista Médio-Atlântica.

Seguindo o conceito de transgressão metodológica, ou seja, inventar contextos persuasivos que conduzam à aplicação de métodos fora do seu habitat natural (Santos, 2007: 49), apresenta-se o exercício que consistiu em transpor para a área da gestão das pescas as recomendações apontadas por Bicho & Baptista (2006), a propósito da construção da matriz *SWOT* em empresas, a sua aplicação mais usual, considerada uma ferramenta imprescindível na formação de Planos e na definição de Estratégias para a tomada de decisões. Esquemáticamente está representada no Quadro 3.7.

Quadro 3.7 - Análise SWOT adaptada à Gestão da Pequena Pesca e das Comunidades Piscatórias

ANÁLISE INTERNA - DEPENDE DA ORGANIZAÇÃO, MEDE S (Forças) E W (Constrangimentos)
SO (maxi-maxi) : Forças e Oportunidades no máximo, caso das categorias 'Tecnologia' e 'Açores'
Tirar o máximo partido das <i>Forças</i> para aproveitar ao máximo as <i>Oportunidades</i> detectadas.
WO (mini-maxi)
Desenvolver as estratégias que minimizem os efeitos negativos dos <i>Constrangimentos</i> e que em simultâneo aproveitem as <i>Oportunidades</i> emergentes
ANÁLISE EXTERNA - DEPENDE DO AMBIENTE EXTERNO, MEDE O (Oportunidades) E T (Ameaças)
ST (maxi-mini) : Forças no máximo e Ameaças no mínimo, caso das categorias 'Pescador da Pequena Pesca' e 'Pequena Pesca'.
Tirar o máximo partido das <i>Forças</i> para minimizar os efeitos das <i>Ameaças</i> detectadas
WT (mini-mini)
As estratégias a desenvolver devem minimizar/ ultrapassar os <i>Constrangimentos</i> , e se possível, combater as <i>Ameaças</i> .

Fonte dos dados: entrevistas do painel. Adaptado de Bicho & Baptista (2006)

Segundo os mesmos autores, a orientação estratégica tenderá a tirar o maior partido possível das *Forças* e a minimizar os *Constrangimentos*. Sugere a escolha das estratégias

que conduzam à maximização das *Oportunidades*, construídas sobre as *Forças* e à minimização das *Ameaças*, bem como à redução dos efeitos dos *Constrangimentos*.

Aplicando esta nova classificação às categorias estabelecidas, só 'Tecnologia' e 'Açores' se encontram no SO (maxi-maxi) da análise, significando que conseguem os objectivos, enquanto as categorias 'Pescador da Pequena Pesca' e 'Pequena Pesca', estando no ST (maxi-mini) da análise, devem minimizar os efeitos das ameaças para garantir o futuro. As categorias 'Comunidade Piscatória' e 'Associativismo', apresentando T (Ameaças) maioritário, dão motivos para grande preocupação, embora O (Oportunidades) esteja com valores próximos, no caso do 'Associativismo' até iguala, o que dá esperança a uma estratégia que aposte no desenvolvimento das oportunidades possa garantir cenários positivos.

Ainda segundo os mesmos autores, a análise *SWOT* deve ser, tanto quanto possível, dinâmica e permanente e além da análise da situação actual, é importante confrontá-la com a situação no passado, a sua evolução, a situação prevista e sua evolução futura. A visão estratégica está em avaliar correctamente as *Ameaças* como sendo *Oportunidades* escondidas. Por fim devem existir os recursos financeiros, materiais e humanos, para poder executar as alterações necessárias e reagir sempre com rapidez.

Fica assim demonstrado que este tipo de ferramenta pode ser facilmente adaptado à problemática gestão da Pequena Pesca, necessitando apenas da recolha de informação fiável de base, monitorizada e tendo subjacente um plano de amostragem que contemple todo o território, através da realização de entrevistas ou inquéritos efectuados pela Administração das Pescas, à semelhança do que é praticado em meio rural.

No Quadro 3.8 enumeram-se algumas estratégias de âmbito geral aplicáveis à categoria 'Comunidade Piscatória' e 'Pequena Pesca', decorrentes da análise de conteúdo qualitativa efectuada às entrevistas do painel.

Quadro 3.8 - Estratégias de Âmbito Geral para a Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias

Avaliação geral da situação da Pequena Pesca através de inquéritos periódicos.

Plano urbanístico da cidade com medidas precaucionais que impeçam a descaracterização das Comunidades Piscatórias.

Incentivar a pesca por encomenda porque só pescam a quantidade que os pescadores sabem que tem venda assegurada.

Cruzamento democrático-participativo dos actores sociais para desenvolvimento integrado das Comunidades Piscatórias.

Dignificação da profissão de pescador simultânea com criação de condições atractivas no sector.

As Comunidades Piscatórias têm que ter o reforço do associativismo para o seu pleno desenvolvimento.

Desenvolvimento da Comunidade Piscatória numa lógica integrada de fileira, implica medidas plurifacetadas e sustentadas.

Reconversão de funcionários da Administração das Pescas em *Agentes de Desenvolvimento*³¹, para dinamizar a Pequena Pesca e as Comunidades Piscatórias.

Associações de profissionais da pesca devem intervir na venda do pescado.

Separar, definitivamente, as pescas da agricultura, associando-as a uma política ambiental para os oceanos.

Fonte dos dados: entrevistas do painel

As decisões a nível estratégico são programadas para períodos mínimos de 2 a 5 anos, podendo, no caso das 'Comunidades Piscatórias' e da 'Pequena Pesca', ser determinantes para o seu futuro imediato, daí a sua relevância.

A categorização da informação recolhida permitiu ainda reunir reflexões de âmbito geral provenientes da análise *SWOT* às entrevistas e que se apresenta sob a forma de recomendações no Quadro 3.9.

Ao analisar este quadro apercebemo-nos que a implementação de algumas recomendações implica uma mudança estrutural de atitude, a começar pelo entendimento abrangente do conceito de educação e muito importante, uma prática política mais próxima do cidadão, neste caso, dos pescadores.

Transparece uma nova atitude no relatório apresentado no *Dia Marítimo Europeu 2010* (20 de Maio) por três entidades científicas europeias que pela primeira vez juntaram esforços: *Marine Board-European Science Foundation* (ESF), *International Council for the Exploration of the Sea* (ICES) e *European Fisheries and Aquaculture Research Organisation* (EFARO). Nele defendem que o uso sustentável dos nossos mares precisa de uma visão integrada de humanos e natureza³², visão que está reflectida nos objectivos perseguidos por esta pesquisa.

³¹ Ver Viegas (2007:1496)

³² O uso sustentável dos nossos mares precisa de uma visão integrada do ser humano e da natureza. Acedido em 23.07.2010 no endereço: <http://www.eurocean.org/np4/1918.html>

A aliança entre Ciência e Ambiente será indispensável no alcance de modelos de desenvolvimento sustentáveis e não será certamente tarefa exclusiva de cientistas e decisores. O contributo de todos será necessário! Cabral (2004:26)

E prontos para essa contribuição estão as Comunidades Piscatórias, a população local conhecedora privilegiada dos recursos que explora, desejosa de ser chamada a participar activamente na elaboração desses planos locais de desenvolvimento integrado e sustentável.

Quadro 3.9 – Recomendações de Carácter Geral, retiradas da Análise SWOT

Evitar que correntes de opinião/divulgação incorrectas tenham expressão em organismos especializados.
Educar a opinião pública sobre a pesca profissional e pesca de recreio (sinónimo de modernismo).
Divulgar a história da tradição de pesca portuguesa (senso comum pensa que parou nos tempos do bacalhau).
Dignificação da profissão de Pescador.
Política de Pesca com definição clara das medidas para evitar confusão, mesmo dos que a implementam.
Preparar decisores para o tratamento da informação proveniente dos pescadores da Pequena Pesca.
Administração das Pescas deve ajudar associações da Pequena Pesca a captar apoios financeiros.
Gestão dos projectos de desenvolvimento descentralizada, feita localmente.
Ampla divulgação dos resultados dos projectos pelas Associações profissionais (ex: Projecto MARHE, lançado em 1994)
Recusar financiamentos à reconversão que não salvaguardem a preservação da actividade da Pequena Pesca.
Implementar um defeso biológico para todas as espécies de interesse comercial, a nível nacional.
Estudar a pesca desportiva porque do ponto de vista dos ecossistemas, tudo tem impacto.
Melhorar a fiscalização nas pescas porque tem actuação irregular e deficiente (p/ex. não vê o que está submerso).
Fiscalização dirigida à pesca desportiva (não passam na lota, não pagam impostos).
Coimas com informação detalhada sobre a sua fundamentação (proveniente de protocolo entre Marinha e <i>Formar</i>).
Rede de centros de formação profissional <i>Formar</i> devia abranger todo o país (protocolos com outras instituições).
Mais e melhor intervenção autárquica no espaço público, para induzir mais atenção aos espaços particulares.
Autarquias devem perceber e divulgar a importância das Comunidades Piscatórias e da Pequena Pesca para a cidade.
Especialização de domínios a montante e a jusante da pesca (construção/reparação naval, comercialização e restauração)
Aproveitar elevada biodiversidade existente nas capturas para diversificar o consumo de pescado e combater rejeições.
Criação de Confrarias gastronómicas locais conforme a espécie marinha mais emblemática da região.
Fomentar actividades turísticas ligadas ao <i>modus vivendi</i> das Comunidades Piscatórias.
Divulgação junto dos Pescadores da Pequena Pesca das questões de segurança marítima e Associações de Nadadores-salvadores.
Desenvolvimento de tecnologias sociais que aliam o saber tradicional ao técnico.

Fonte dos dados: entrevistas do painel

4 – Novas Estratégias sugeridas por Antigos Conceitos

Mais do que técnicas formalizadas de resolução de divergências e tomada de decisões entre diferentes conjuntos de soluções, a identificação dos conflitos e a construção do consenso deve ser encarado como uma prática criativa, institucionalizada e apoiada, de ajustamento de posições entre actores em função da partilha de soluções na criação de condições do “viver em conjunto” (Guerra, 2002:73).

Os novos conceitos e modelos baseiam-se, com frequência, em reformulações de ideias já experimentadas, agora publicitadas em formatos inovadores, condicionados em maior ou menor grau pela actual supremacia da imagem. Ideias antigas e muito simples, sobretudo as sugeridas pela natureza, como no caso do associativismo e do cooperativismo, comparável, como sugere Lovelock³³, ao que se passa no corpo humano, constituído por ‘cooperativas de células’.

A aplicação do conceito de cooperativismo às pescas está a ganhar novos contornos, como mostram várias Confrarias da Galiza³⁴, (Pinto, 2005), que estão agora a implementar este modelo para viabilizar o sector, garantindo o preço justo e unindo os pescadores, ao mesmo tempo que restringem a intervenção dos intermediários na venda. Outras Comunidades Piscatórias em Portugal, na America Latina (Begossi e Brown, 2003) e na América do Norte (Loucks *et al.*, 2003) mostram que podem conciliar sustentabilidade na exploração dos recursos marinhos e patamares de desenvolvimento humano actualizados.

Outros autores defendem modelos de co-gestão baseados na Comunidade Piscatória que consideram a única solução realista. Apontam exemplos bem sucedidos em que pescadores, cientistas e governo criaram um acordo de co-gestão, caso da pesca da lagosta, no Canadá e de *Haliotis*, no Chile.

Encontram-se projectos de gestão participada bem elaborados na Galiza (Espanha), patrocinados pela *Xunta da Galicia*, nomeadamente: a *Confraría de Pescadores ‘San Antonio’ de Cambados/Guimatur*, *Asociación Cultural das ‘Mulleres do Mar de Cambados’*, apoiadas pelo *Instituto Galego de Formación en Acuicultura* (IGAFA), na Illa de Arousa – Pontevedra; o *Projecto Cooperativa Loitamar*, em Cangas e a *Confraría de Pescadores de Lira- Mardelira*.

³³ Lovelock, *Gaia: A new look at life on Earth*. 1979. (in Santos, 2007:41).

³⁴ Cooperativas no mar: umha outra forma de garantir a soberania do sector primário. Acedido em 24.2.2010 no endereço: http://www.galizalivre.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1935&Itemid=2

Para além de subvencionar as associações e os projectos, a *Xunta da Galicia - Extensión Pesquera*, em Santiago de Compostela, dispõe de funcionários incumbidos de promover o desenvolvimento sustentável das Comunidades Piscatórias, fazendo a transferência de conhecimento das universidades e dos institutos de investigação, aplicando-os às comunidades. Podem estes *Agentes de Desenvolvimento* estar na base do grande desenvolvimento do sector pesqueiro na Galiza, que representa cerca de 10% do PIB e possui quase 40% das embarcações espanholas, transformando a Galiza na comunidade europeia mais dependente do sector pesqueiro.

Também fora da Europa, na América Latina, Ásia e África, outros projectos de desenvolvimento sustentável de Comunidades Piscatórias, de cariz participativo, têm vindo a ser desenvolvidos. A contribuição das Organizações, sobretudo Não Governamentais (ONG), na maioria dos casos mostra-se fundamental para fazer trabalho em grande escala ligado directamente às Comunidades Piscatórias.

Outros autores defendem modelos de gestão baseados na criação de Áreas Marinhas Protegida. Pavan Sukhdev³⁵ sugere que se devia usar o dinheiro dos subsídios destinados a aumentar a capacidade pesqueira no apoio às comunidades e em sistemas de gestão locais, encontrar meios económicos para investir no peixe, por exemplo, criar áreas protegidas marinhas.

Leonel Moura refere a propósito da agricultura, mas que se aplica também à pesca, que a tendência, em toda a parte, vai no sentido de se ganhar escala, quer através do crescimento das grandes corporações, quer através de sistemas cooperativos, tanto na produção, como no decisivo campo da distribuição. O problema da sustentabilidade exige conhecimentos e novas práticas e uma maior consciência dos efeitos da actividade humana sobre o planeta (Moura, 2010:65).

Na Pequena Pesca, esta compatibilidade vai depender da capacidade do pescador ultrapassar o individualismo intrínseco, que entra em paradoxo com a sua vivência em 'comunidade', perceptível tanto na oralidade como na atitude. Muitas Comunidades Piscatórias já dispõem de estruturas organizativas mas que não mostram capacidade para implementar a mudança qualitativa que lhes permita, entre outras medidas, uma gestão

³⁵ Economista indiano que lidera um estudo sobre o significado económico da perda global da diversidade biológica a ser apresentado na Cimeira da Biodiversidade a realizar em Outubro, em Nagoya, no Japão. Acedido em 28.6.2010 no endereço: <http://pongpesca.wordpress.com/2010/06/24/pavan-sukhdev-em-portugal/>

orientada para a criação e retenção de mais-valias ao nível da produção. Isto só será possível através de uma ajuda externa, vinda de preferência da Administração das Pescas pela acção do ‘Agente de Sustentabilidade’, técnico com formação profissional específica que canalizaria contributos da ciência e da Administração das Pescas para projectos de desenvolvimento integrado e sustentável das Comunidades Piscatórias, tomando como modelo experiências realizadas na Galiza.

Ultrapassado o individualismo, outro factor muito condicionante são as relações humanas, que devem ser harmoniosas, permitindo a união de esforços e o sucesso da estratégia: aquele cujas fileiras estão cerradas num só propósito será vitorioso (Tzu, 1998: 64).

Aplicando outro velho conceito: *tudo tem a ver com tudo*, que apela a estratégias integradas, acrescentar-se-ia que *todos têm a ver com tudo* nos mais variados domínios da actividade humana. A pesca não é excepção, a promoção da participação das mulheres na gestão das Comunidades Piscatórias pode ser um factor essencial para sustentar o crescimento económico, reduzir a pobreza, melhorar a saúde pública e proteger o ambiente (Chesler, *in* Ockrent, 2007:412). A promoção da igualdade do género e a capacitação das mulheres, recorde-se, é um dos oito *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*³⁶, a par da erradicação da pobreza extrema e da fome e da sustentabilidade ambiental.

O Brasil regista múltiplos casos de sucesso na área do desenvolvimento local e regional. Chamy (s.d.-b) salienta que o desafio é procurar uma maior compatibilidade entre desenvolvimento económico, democratização de oportunidades e protecção ambiental, recusando-se soluções uniformizantes, centralizadas e inapropriadas para a multiplicidade de situações existentes. Assim, as ‘Reservas Extrativistas’, permitem formas sociais alternativas da lógica dominante de consumo e exploração e podem contribuir para a solução dos conflitos entre homem e meio ambiente.

No caso da exploração de recursos de uso e propriedade comuns, outra abordagem muito interessante consiste na *Gestão Policêntrica de Sistemas Económicos Complexos*, preconizada por Elinor Ostrom, Prémio Nobel de Economia em 2009. Baseia-se no estudo de comunidades piscatórias de todo o mundo e confirma a importância de estudos empíricos

³⁶ Millennium Development Goals (MDGs), declaração das Nações Unidas de 2000 que prevê 8 objectivos até 2025.

no laboratório (Ostrom, 2010), a par de reconhecer o importante papel das Comunidades Piscatórias.

Outra linha de investigação³⁷ analisou o impacto da *Gestão Pesqueira Baseada no Ecossistema*³⁸ e refere que a pesca selectiva causa dano à biodiversidade e sustentabilidade e por isso defende um modelo alternativo denominado '*balanced exploitation*', que trabalha ao nível do ecossistema em vez de selectivamente retirar componentes do ecossistema.

Boutros Boutros-Gahli³⁹ reconhece que estão a ser criadas novas organizações destinadas a defender a diversidade cultural, que é tão importante como a biodiversidade (Boutros-Gahli, 2009:50). O papel facilitador que as Organizações Não Governamentais têm vindo a desempenhar na gestão das pescas é fundamental, promovendo muitas vezes acções que caberiam ao Estado implementar mas que este não tem capacidade, devido a problemas de ligação ao terreno e à evolução da actualidade, que desenvolve complexidade a um ritmo difícil de acompanhar.

De cariz generalista, os fundamentos do movimento cívico, criado em 2008 sob a designação de *Condomínio da Terra*⁴⁰ - Organizar a Vizinhança Global, Gerir a Terra como um Condomínio - deve ser aplicado aos diversificados usos da faixa litoral e poderá vir a contribuir com mecanismos alternativos de gestão das oportunidades. Preconiza um envolvimento colectivo organizado na gestão de bens indivisíveis como a hidrosfera, a atmosfera e a biodiversidade, que poderá ser o elo que faltava para anular a reconhecida apatia com que os portugueses, de maneira geral, tratam os assuntos ambientais e particularmente o oceano. Ambiciona ainda a alteração das relações entre Estados para a aplicação da 'soberania complexa', um conceito arrojado que pode ser bastante controverso.

Justifica-se plenamente o surgimento destes movimentos uma vez que se torna cada dia mais importante atender aos parâmetros intangíveis, que têm tanto ou mais valor que os aspectos materiais e economicistas (Viegas, 2008).

³⁷ Selective fishing could damage marine ecosystems. Acedido em 30.8.2010 no endereço: <http://ec.europa.eu/environment/integration/research/newsalert/pdf/202na5.pdf>

³⁸ *EBFM - Ecosystem-based Fisheries Management*

³⁹ Boutros Boutros-Gahli, diplomata, jurista, universitário, sexto Secretário-Geral das Nações Unidas (1992-1996).

⁴⁰ Condomínio da Terra. Acedido em 8.8.2010 no endereço: <http://www.earth-condominium.com/pt/>

São só os valores económicos é que contam, os outros valores não contam para nada, e quando os responsáveis têm essa forma de ver é muito triste. Não são os valores económicos que comandam a vida, nós somos comandados por valores muito mais importantes⁴¹.

Sem pretender abordar questões de natureza jurídica que saem do âmbito deste estudo, considera-se que o acesso aos recursos marinhos comuns deve ser reformulado urgentemente. Marcelo Pamplona⁴², Subsecretário Regional das Pescas dos Açores, salienta que os bio-recursos marinhos são um património público que deve ser usufruído principalmente pelas comunidades costeiras de proximidade e que só a gestão por territórios biogeográficos marinhos é que pode conduzir a um ajustamento, correcto e harmonioso, na dimensão da frota comunitária, de acordo com as capacidades de pesca das diferentes zonas marítimas da União Europeia.

5 - Recomendações intercalares

A fonte dos dados que permitiu a compilação destas recomendações intercalares para *Estratégias de Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Comunidades Piscatórias*, assenta no acervo documental composto pelas entrevistas do painel após análise de conteúdo qualitativa, estruturada em categorias de acordo com a linha de investigação seguida.

- *Dignificação da profissão de Pescador* a nível institucional;
- *Recuperação das 'Casas do Pescador'*, actualmente abandonadas, que integrariam as acções de dignificação da profissão;
- *Captar os jovens para a profissão*, porque podem reorganizar e investir no sector;
- *Proporcionar formação profissional pragmática* e o contacto com outras realidades (levar mestres e armadores a conhecer contextos mais evoluídos);
- *Criação de lideranças fortes nas Comunidades Piscatórias* que geram optimismo e interlocutores válidos para a promoção do diálogo;

⁴¹ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 9.

⁴² Recursos biológicos marinhos devem ser usufruídos principalmente pelas comunidades costeiras de proximidade. Acedido em 12.3.2010 no endereço: <http://correionorte.com/noticias/46-ambiente/1855-recursos-biologicos-marinhos-devem-ser-usufruidos-principalmente-pelas-comunidades-costeiras-de-proximidade>

- *Fortalecimento das Comunidades Piscatórias a nível institucional.* Para reactivar o reconhecimento público da actividade tradicional e ter capacidade para integrar parcerias na gestão dos bio-recursos;
- *Melhorar a imagem da Pequena Pesca e divulgar as actividades das Comunidades Piscatórias.* A comunicação social limita-se a relatar acidentes (naufrágios);
- *Comunidades Piscatórias devem reforçar o associativismo* que pode ser catalisador de processos de mudança;
- *Reconhecimento da cidadania activa exercida pela frota da Pequena Pesca* que ao pescar faz ocupação de território, impedindo entrada de outras frotas;
- *Pequena Pesca tem que ter segurança, conforto e contrapartidas económicas.* Ser só aliciante, ter aventura, mar e Sol não é suficiente para atrair jovens;
- *Preservar a qualidade e a sustentabilidade do pescado da Pequena Pesca* (certificação, denominação de origem protegida, marcas ecológicas);
- *A Pequena Pesca é fundamental para dar continuidade às outras frotas* e uma crise nas suas capturas tem sempre implicações ao nível da restante fileira;
- *Implementação da figura do Agente de Desenvolvimento*⁴³. Técnico com competência específica, promovendo diálogo e participação entre a Comunidade Piscatória, Comunidade Científica e Administração das Pescas;
- *Política orientada para a Pequena Pesca deve ser dialogal e transparente*, para ser entendida pelos pescadores, evitando medidas incorrectas do passado;
- *Garantir a sustentabilidade dos projectos integrados de desenvolvimento.* Não podem ser interrompidos por falta de investimento institucional e quando acabam Comunidade Piscatória deve continuar a usufruir dos resultados;
- Municípios devem ter gabinete especializado, habilitado para conceber e acompanhar projectos de desenvolvimento das Comunidades Piscatórias; estas devem integrar cidades sustentáveis e ser chamadas a dialogar com projectistas de obras portuárias relacionadas com a sua comunidade.

⁴³ Ver Viegas (2007:1496).

Capítulo IV

COMUNIDADES PISCATÓRIAS E BIO-RECURSOS MARINHOS. ESTRATÉGIAS PARA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E DE GESTÃO SUSTENTÁVEIS

- 1 – Desenvolvimento Sustentável
 - 2 – Análise *SWOT*
 - 3 - Recomendações Estratégicas e Estratégia de Apoio à Decisão Política
 - 4 - Comunidade Científica e Decisão Política
 - 5 - Considerações Finais
 - 6 - Trabalhos Futuros
-

No início do terceiro milénio, constatamos que a porta que dá para o futuro está completamente aberta, (...) que o mundo está em evolução e consequentemente, as nossas decisões têm um peso particular. Daí a nossa inquietude existencial: (...) questionamos de maneira urgente como se pode modelar o futuro. Fazemo-lo justamente porque temos mais conhecimentos da complexidade dos processos naturais e, portanto, uma responsabilidade cada vez maior. Por outro lado, tomámos consciência do facto que neste universo extremamente diverso, ocupamos um lugar cada vez mais pequeno e ao mesmo tempo, privilegiado – porque o que nos distingue é a criatividade. O espírito criativo produz a novidade e nisto é parecido com a natureza que cria incessantemente a novidade. Em vez de nos dirigirmos para um destino pré-fixado, como o desejava a ciência clássica, ele revela-se extremamente inovador. (...) Os dois, homem e natureza, são criações do tempo; apenas por esta razão estão indissociavelmente ligados um ao outro.

Prigogine (2009:361-362)

Ilya Prigogine¹ fala da 'redescoberta do tempo': O tempo tem um papel na construção do real que é apenas uma possibilidade entre outras. Se há objectos organizados e outros que não o são, deve-se ao efeito do tempo.

1 – Desenvolvimento Sustentável

Neste trabalho, o tempo foi revelando a complexidade das teias relacionais inerentes às actividades humanas, e foi afastando da 'cientificidade' o pretendido arquétipo para o desenvolvimento integrado e sustentável das Comunidades Piscatórias.

O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum (...) não despreza o conhecimento que produz tecnologia mas entende que o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida (Santos, 2007:57).

A pesquisa de António Allut reflecte uma atitude similar, revestida de nomenclatura própria, um 'Sistema Terminológico de Representação do Conhecimento' (Allut, 1999:74), baseado na sistematização do conhecimento que os pescadores artesanais da Galiza (Espanha) adquirem sobre o meio ambiente: um tipo de conhecimento fértil e rico em matizes, que pode ser

¹ Físico e químico, prémio Nobel da Química em 1977.

valioso e eficaz para outras comunidades culturais mais amplas, como a científica, na medida em que esta se encontra vinculada com as instituições onde se desenham as políticas pesqueiras².

Assume-se o paradoxo de ter compilado um volume de informação considerável e de não ter certezas quanto ao cenário que se desenha para a Pequena Pesca e para as pequenas Comunidades Piscatórias. A descoberta desta ignorância – ignorância que Lobo Antunes (2008) considera uma das grandes conquistas do nosso tempo – é provavelmente reflexo da complexidade das questões de investigação a que esta pesquisa se propôs responder. De facto, voltamos ao desassossego inicial: - *Pequenas Comunidades Piscatórias - Que futuro?*

Já que o destino da humanidade é nunca estar satisfeita, nunca ser homogénea, nunca estar certa do futuro, e que assim deverá ser (Kolakowski³, 2009:184), prosseguiu-se na senda da sustentabilidade, do equilíbrio entre o que é bom para o planeta e o que é bom para o homem, o que poderá parecer uma utopia. Mas porque a utopia de hoje será, talvez, a realidade de amanhã (Boutros-Gahli, 2009:55)⁴ continuou-se a investigar, certos que a resposta para a questão de investigação esteja oculta na multiplicidade de sugestões obtidas nas entrevistas do painel. Encontrar neste vasto ‘mar de oportunidades’ a resposta adequada para cada Comunidade Piscatória depende de muitos factores, alguns certamente imponderáveis. Contudo, o modelo adequado para o desenvolvimento sustentável vai forçosamente depender do *querer* e da *imaginação* dos habitantes e do *nível organizacional* que estabelecerem na sua Comunidade Piscatória. Até porque o futuro não está construído, nem predestinado, como refere Moura (2010:5), resulta da emergência provocada por muitas pequenas acções singulares, donde as de cada um de nós. O desenvolvimento sustentável tem como característica o envolvimento pessoal, ao longo da vida, holístico e relacional mas para resultar exige de cada cidadão a compreensão da utilidade do conceito e que faz sentido ter preocupações com o futuro. Logo, precisa de ser amplamente divulgado e explicado.

A análise estatística com aplicativo *SPSS* revelou que a presumível similitude de duas pequenas Comunidades Piscatórias, Angeiras e Aguda, não se viu confirmada estatisticamente, pelo que ficou ainda mais comprometido o modelo universal de

² Tradução livre de espanhol.

³ Leszek Kolakowski, filósofo e historiador da Filosofia.

⁴ Boutros Boutros-Gahli, diplomata, jurista, universitário, ex- Secretário Geral da ONU.

desenvolvimento integrado e sustentável que o estudo previa. De facto não pode existir um modelo universal quando cada Comunidade Piscatória é um universo socioeconómico, histórico e cultural irrepetível. Certo é que se assumiu o desafio de encontrar esse modelo universal, recorreu-se à conjugação de análises e à vasta bibliografia, mas foi no diálogo com o mundo da Pequena Pesca e das Comunidades Piscatórias, *e com o tempo*, que se foi tornando óbvio que as estratégias de desenvolvimento estão a ser desenhadas no dia-a-dia das pessoas, baseadas nas suas competências e nos seus vários saberes.

O desenvolvimento ecologicamente sustentável aconselha uma visão sistémica, envolvendo tanto a globalidade de situações e agentes interventores, como também a complexa teia de relações de interdependência, (...) o conceito de 'sustentabilidade' tem implícitas as noções de responsabilidade e de equidade intra e inter-geracional (Vasconcelos, 2002:218).

Numa fase inicial do trabalho e ainda relacionado com a procura do modelo universal de desenvolvimento, foi esboçado o Projecto 'Angeiras XXI: Desenvolvimento Integrado de uma Pequena Comunidade Piscatória'⁵, de estrutura multidisciplinar e multisectorial, direccionado à Comunidade Piscatória de Angeiras, em que era preconizado o uso de boas práticas de governação nas dimensões económica, ambiental, social e institucional, dinamizando as redes locais de cooperação (Associações Sócio-culturais, Autarquias, Formação Profissional, Comércio e Indústria locais e Comunidade Científica).

2 – Análise *SWOT*

Com o objectivo de encontrar metodologias novas procurou-se avaliar a natureza e a extensão das fragilidades que a Pequena Pesca e por inerência, as Comunidades Piscatórias apresentam. Recorrendo à análise qualitativa e prospectiva estratégica *SWOT* aplicada às categorias estabelecidas pela análise de conteúdo das entrevistas do painel, obtiveram-se alguns resultados animadores quanto à categoria Tecnologia (ver Quadro 3.5 e Figura 3.13) e Açores (ver Quadro 3.6 e Figura 3.14) mas outros resultados foram preocupantes, com destaque para a Pequena Pesca (ver Quadro 3.3 e Figura 3.11) devido à supremacia das *Ameaças*. Como estratégia recomenda-se que a Pequena Pesca enfrente as Ameaças com determinação, tentando ultrapassá-las. Ao mesmo tempo deve concretizar as Oportunidades e combater os Constrangimentos, de forma a transformá-los em Forças.

⁵ Ver Viegas (2007).

Só desta forma o cenário poderá começar a ser mais animador. Decorrente desta, a situação das Comunidades Piscatórias, embora menos grave, revela também um nível de ameaça elevado (ver Quadro 3.1 e Figura 3.9), a exigir uma intervenção eficaz que garanta a sustentabilidade do seu desenvolvimento. Também preocupante foi o resultado das categorias Pescador da Pequena Pesca (ver Quadro 3.2 e Figura 3.10) e Associativismo (ver Quadro 3.4 e Figura 3.12), este último fundamental para a implementação de projectos de desenvolvimento sustentável.

Para a resposta à questão de investigação - que desassossega desde o início da pesquisa - envolver um cenário positivo, terão que ser tomadas medidas urgentes de carácter essencialmente político, muito dependentes dos resultados da revisão da Política Comum de Pesca que se encontra em curso na UE. Considera-se que o cenário positivo pode e deve ser alcançado, porque se acredita que um sector com tanta tradição irá mobilizar as sinergias necessárias e desenvolver-se sustentavelmente, no âmbito das suas Comunidades Piscatórias. Também se acredita no poder da acção colectiva entretanto desencadeada, reflectida nos movimentos cívicos em curso a favor da sustentabilidade da Pequena Pesca, que se multiplicam e assumem formas inovadoras da modernidade.

A análise ecológica dos bio-recursos explorados pela Pequena Pesca revelou mais um património que as Comunidades Piscatórias preservam tradicionalmente: a elevada biodiversidade, registada nos desembarques em todas as lotas. Por esse motivo se associa a Pequena Pesca às comemorações do *Ano Internacional da Biodiversidade*, declarado pela ONU para 2010, por se considerar que esta categoria de pesca pode ser exercida segundo modelos de exploração sustentáveis: usa engenhos de pesca pouco lesivos; actua em áreas restritas; efectua níveis baixos de capturas cujo destino é exclusivamente o consumo humano; permite preservar os recursos e por conseguinte, causa menor impacto na biodiversidade dos ecossistemas marinhos.

As políticas especificamente dirigidas à Pequena Pesca devem reflectir a inevitável mudança que o novo mundo tecnológico exige, uma reconfiguração dos velhos modelos organizativos que acompanhem o ritmo acelerado das novas condições da modernidade. Uma utopia, talvez, mas devia-se pelo menos tentar em Portugal caminhar para a Economia da Felicidade, preconizada por Veiga (2010), experienciada já em alguns países.

3 – Recomendações Estratégicas e Estratégia de Apoio à Decisão Política

A percepção dominante de que é urgente uma mudança generalizada de atitude perante a problemática gestão da pesca não é recente. Surge sobretudo alertando para uma mudança cultural profunda, para salvaguardar os recursos de maior valor do sector das pescas, os recursos humanos (Moniz, 2000:166).

A governança nas pescas tem mais a ver com a criação de oportunidades do que com a solução de problemas e por isso deve ter como objectivo proporcionar aos pescadores da Pequena Pesca um conjunto mais amplo de oportunidades, direitos e recursos do que eles têm actualmente (Jentoft *et al.*, 2010).

Privilegiar o diálogo poderá ser o impulso necessário à mudança de atitude na abordagem das questões relacionadas com a decisão política na área da Pequena Pesca, o diálogo como veículo para a actualização permanente das estratégias. Este trabalho desenrolou-se na base de uma metodologia dialogal, a entrevista, que se revelou um método muito produtivo. Do diálogo com as Comunidades Piscatórias amostradas, abrangendo diversas realidades a nível nacional, surgiu uma das principais recomendações do estudo: a necessidade de quebrar o isolamento das Comunidades Piscatórias e devolver a palavra aos pescadores, respeitar as suas legítimas aspirações para que possam decidir do seu futuro, integrados nas suas Comunidades Piscatórias. Todavia, a fragilidade e dependência crónica em que se encontra a maioria das Comunidades Piscatórias justifica serem assistidas por técnicos da Administração das Pescas especializados em desenvolvimento, Agente de Desenvolvimento (Viegas, 2007:1496)⁶.

A Administração das Pescas não se pode limitar à sua função de gestora dos programas comunitários de ajuda financeira (Promar-Eixo 4). Deve assumir a sua responsabilidade na promoção do desenvolvimento local e conceber a figura de 'Agente de Desenvolvimento', que mais adequadamente deveria ser chamado de 'Agente de Sustentabilidade'. Em itinerância pelas Comunidades Piscatórias iria colaborar na implementação dos programas de desenvolvimento integrado e sustentável, abrangendo a exploração dos bio-recursos marinhos e o desenvolvimento humano das Comunidades Piscatórias.

⁶ Ver Viegas (2007:1496).

Outro aspecto relevante prende-se com a sustentabilidade dos projectos financiados em que é frequente acontecer, após a sua conclusão, a desmontagem das estruturas criadas para a sua realização (Centros, Associações, Confrarias) por falta de condições para a sua sustentabilidade.

Os projectos de desenvolvimento devem ter ainda em conta a Comunidade Piscatória inserida numa área geográfica mais ampla, integrando todos os potenciais parceiros e dando prioridade a medidas de desenvolvimento humano integrado, nomeadamente as relacionadas com a dignificação da profissão de pescador.

Usando o método da estratégia de actores, a elaboração das estratégias previstas nos objectivos deste trabalho teve como fonte de informação as entrevistas do painel e a observação participante do investigador e resultou da análise de conteúdo qualitativa e da análise *SWOT* efectuada às entrevistas do painel. Por se tratar de um planeamento estratégico é considerado um processo dinâmico e por isso sujeito a revisão permanente com o envolvimento dos actores (Perestrelo, 2000:2).

i) As *Recomendações Estratégicas para a Gestão Sustentável dos Bio-recursos Marinhos acessíveis à Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias* (Quadro 4.1) contemplam essencialmente medidas na área da gestão dos bio-recursos explorados pela Pequena Pesca. A aplicação das medidas propostas poderá garantir a sua sustentabilidade.

ii) As *Recomendações Estratégicas para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Comunidades Piscatórias* (Quadro 4.2) sugerem medidas na área do desenvolvimento integrado das Comunidades Piscatórias. As medidas propostas se forem implementadas poderão promover a sua sustentabilidade.

iii) A *Estratégia de Apoio à Decisão Política - Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias* (Quadro 4.3) abrange medidas na área da gestão dos bio-recursos explorados pela Pequena Pesca e na área do desenvolvimento integrado das Comunidades Piscatórias. A inclusão das medidas propostas nas políticas do sector e a sua implementação poderá garantir a sustentabilidade tanto na gestão dos bio-recursos como no desenvolvimento integrado das Comunidades Piscatórias.

Quadro 4.1- *Recomendações Estratégicas para a Gestão Sustentável dos Bio-recursos Marinhos acessíveis à Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias*

Fomentar uma cultura dialógica entre os diferentes actores.
Implementar a figura de 'Agente de Desenvolvimento'.
Pescadores e comunidade científica devem estudar em conjunto o impacto ecológico das artes de pesca.
Melhorar o tratamento estatístico dos dados da pesca.
Monitorizar informação sobre dados da pesca, complementados com dados ambientais.
Incentivar a consciência conservacionista intrínseca dos pescadores.
Incorporar o conhecimento ecológico local nos estudos sobre as artes de pesca.
Entidades oficiais (reguladora e fiscalizadora) deviam ser mais 'didácticas'.
Fomentar a auto-regulação entre pescadores da mesma Comunidade Piscatória.
Impedir que o defeso biológico ou ambiental resulte no empobrecimento do pescador.
Reduzir ou mesmo eliminar as rejeições.
Adoptar regimes de gestão para a Pequena Pesca diferenciados da pesca industrial.
A Pesca Lúdica (Pesca de lazer e Pesca Desportiva) não deve interferir com a actividade de pesca profissional.
Administração da Pequena Pesca dar acesso prioritário aos que pescam em Comunidade e com critérios de sustentabilidade;
Atribuir aos pescadores novas responsabilidades na gestão dos recursos, no âmbito das Comunidades Piscatórias.
Reformular a venda do pescado em loja no sentido da retenção do valor na Comunidade Piscatória.
Integrar os interesses das Comunidades Piscatórias nos planos de Gestão Integrada da Zona Costeira.
Adoptar de uma estratégia nacional para a preservação das Comunidades Piscatórias.
Implementar medidas de valorização dos produtos da Pequena Pesca.
Divulgação ampla do conceito de consumo responsável.
Melhoria das condições de exercício da Pequena Pesca.

Fonte dos dados: Entrevistas do painel e observação participante

Quadro 4.2 – *Recomendações Estratégicas para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Comunidades Piscatórias*

Dignificação da profissão de Pescador a nível institucional.
Recuperação das 'Casas do Pescador', integrariam as acções de dignificação da profissão.
Captar os jovens para a profissão, porque podem reorganizar e investir no sector.
Proporcionar formação profissional pragmática e o contacto com outras realidades.
Criação de lideranças fortes nas Comunidades Piscatórias, geram optimismo, interlocutores válidos para o diálogo.
Fortalecimento das Comunidades Piscatórias e divulgação das suas actividades.
Melhorar a imagem da Pequena Pesca e preservar a diversidade de embarcações e artes de pesca.
Comunidades Piscatórias devem reforçar o associativismo que pode ser catalisador de processos de mudança.
Reconhecimento da cidadania activa exercida pela frota da Pequena Pesca que ao pescar faz ocupação de território.
Pequena Pesca tem que ter segurança, conforto e contrapartidas económicas para atrair jovens.
Preservar a qualidade e a sustentabilidade do pescado da Pequena Pesca (certificação, denominação de origem protegida, marcas ecológicas);
Reconhecer que a Pequena Pesca é fundamental para dar continuidade às outras frotas
Implementação da figura do Agente de Desenvolvimento. Técnico com competência específica, promovendo diálogo e participação entre a Comunidade Piscatória, Comunidade Científica e Administração das Pescas.
Política orientada para a Pequena Pesca deve ser dialogal e transparente, para ser entendida pelos pescadores.
Garantir a sustentabilidade dos projectos integrados de desenvolvimento.
Municípios devem ter gabinete especializado, habilitado para conceber e acompanhar projectos de desenvolvimento das Comunidades Piscatórias que devem integrar cidades sustentáveis e dialogar com projectistas de obras portuárias.

Fonte dos dados: Entrevistas do painel e observação participante

Quadro 4.3 – Estratégia de Apoio à Decisão Política - Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias

Criação de parcerias alargadas envolvendo a Administração Pública, investigadores das pescas e organizações profissionais do sector baseadas nas Comunidades Piscatórias, para análises regulares às pescas locais que permitam, em tempo real, testar os planos de gestão, evitando os desfasamentos habituais das políticas.

Reunião Anual da Pequena Pesca: envolver sempre um conjunto alargado de especialistas em diferentes áreas nos debates regulares a nível nacional sobre Pequena Pesca, numa perspectiva de fileira das pescas.

A gestão das pescas nas Comunidades Piscatórias deve ser feita numa plataforma equilibrada entre as componentes biológica, ambiental, socioeconómica e cultural.

Criação do *Agente de Desenvolvimento* para garantir o diálogo e a participação dos profissionais localmente e orientá-los nas suas dificuldades com os seus projectos de desenvolvimento.

Criação de bases de dados actualizadas tanto na componente estatística da pesca como na área de gestão dos recursos humanos, com acesso livre a investigadores.

Fomentar rotinas na participação dos profissionais do sector das pescas em trabalhos de investigação científica, p/ex. realização de entrevistas semi-estruturadas dirigidas a informantes privilegiados, cujos resultados seriam amplamente divulgados em boletins periódicos (mensais/trimestrais) de cariz não científico.

Fonte: Entrevistas do painel e observação participante

Conforme já foi referido, o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009, veio confirmar a ‘competência exclusiva’ da UE sobre a ‘conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da Política Comum de Pesca’. Produziu como um dos efeitos imediatos, segundo Marta Chantal Ribeiro, a regra da reserva de acesso aos pescadores nacionais tornar-se em excepção (Ribeiro, 2010: 67). Apesar da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM) prever a gestão dos recursos haliêuticos pelos Estados ribeirinhos, Portugal ao ratificá-la teve que salvaguardar que ‘transferiu competências para a Comunidade Europeia em algumas das matérias reguladas na presente Convenção’ (*ibidem*, 68).

A política das pescas nacional está desta forma condicionada pela Política Comum de Pesca mas a imaginação deve proporcionar aos investigadores e consequentemente, aos políticos, mecanismos específicos de adaptação à realidade nacional. A implementação destas estratégias propostas e de outras medidas complementares não será trabalho fácil, mas é crucial para se retomar o caminho democrático de participação na discussão dos problemas da Pequena Pesca, à semelhança do que já é prática corrente na UE relativamente a outros sectores de actividade.

Há regulamentos que não têm em conta as realidades, mais do que isso, não são discutidos de perto com os interessados, aparecem como imposições que depois não são bem aceites. Não é só na Pequena Pesca, é em toda a pesca⁷.

⁷ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 34.

Na bibliografia consultada encontraram-se numerosos estudos que reconhecem o valor da experiência empírica no planeamento da gestão sustentável dos recursos marinhos.

O pescador possui dados, engenho empírico, intuição de presença das presas, experiência das acções de pesca que lhe permitem, de certo modo, competir com os dos cientistas, e cuja utilidade permitiria talvez complementar observações realizadas sob convenções académicas (Martins, 2007:15). Reconhecimento das competências individuais, nomeadamente das adquiridas informalmente (Silva, 2005:82).

O importante papel que as Comunidades Piscatórias podem prestar na definição do modelo de gestão pesqueira está ainda demonstrado na 'Gestão dos Comuns', conceito desenvolvido por Elinor Ostrom, Prémio Nobel de Economia em 2009, que é baseado em estudos de caso de gestão pesqueira em Comunidades Piscatórias de todo o mundo (Ostrom, 2010).

4 – Comunidade Científica e Decisão Política

Em Junho de 2010, num encontro promovido pela Nações Unidas sobre Oceanos e a Lei do Mar⁸, foi sublinhado que a relação da ciência com a política deve ser considerada com cuidado no que respeita às pescas e à protecção do meio ambiente marinho, e que essa relação seria importante na discussão do estado global do ambiente marinho, incluindo também os aspectos sócio-económicos. A falta de dados e de análises, assim como as pobres estatísticas das pescas, foram razões apontadas para a insuficiente relação entre ciência e política. Acrescente-se ainda que a informação proveniente, tanto dos relatórios científicos como dos documentos políticos são deliberadamente, ou por negligência, ignorados pela parte contrária e mesmo até dentro do grupo de onde provêm.

Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos? Nunca o li, quem o fez? Era bom que servisse para alguma coisa, o problema é que fazem-se muitos! Quando me falam de grupos de trabalho ou estudo 'é a maneira de não se fazer nada!' Quando não se quer fazer, nomeia-se uma comissão. Estou próximo das fontes, da decisão, não ouvi falar de nada, é um problema político. Nós no espaço de 4 anos tivemos 4 governos, isso significa que os responsáveis pelas pastas mudaram, tivemos 4 ministros, 4 secretários das pescas. O que vem anula tudo o que estava para trás e muitas vezes nem conhece. Sempre que chega um,

⁸ Eleventh Meeting of the United Nations Open-Ended Informal Consultative Process on Oceans and the Law of the Sea. Acedido em 11.8.2010 no endereço: http://www.un.org/Depts/los/consultative_process/documents/icp11_consolidated_final_report.pdf

tenho que ir a Lisboa, contar a historiazinha de novo e a maior parte deles não percebe nada. Depois quando começam a ter uma luzinha vão-se embora, volta tudo ao princípio. O país tem sofrido muito, causa instabilidade e como estão sempre a mudar, depois não há responsáveis, fazem o que lhes apetece!⁹

A propósito da reforma da Política Comum de Pesca, Poul Degnbol, responsável científico do programa junto do ICES¹⁰, diz que os políticos devem tomar as decisões difíceis mas com total transparência, facilitada pela ciência. Todas as opções possíveis e os compromissos entre economia e ambiente devem ser disponibilizados ao público que as avalia, em nome da democracia real¹¹.

A par da transferência para o sector produtivo dos resultados das pesquisas, cabe aos cientistas aproximar esses resultados dos decisores políticos e do público em geral, usando o diálogo como ferramenta de convergência, cientes da sua responsabilidade nas decisões políticas. Este facto não dispensa o decisor político de possuir um elevado grau de intuição e alguma experiência anterior para articular essas competências com as informações técnicas provenientes dos investigadores.

Apesar de estar acessível só a uma pequena parcela dos habitantes do planeta, é um privilégio dispôr, através das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, nomeadamente da *WWW*, das oportunidades de informação progressivamente mais vastas. No campo específico da gestão dos recursos marinhos, antevê-se para próximo a vulgarização de sistemas como o MIDAS - *Marine Integrated Decision Analysis System*¹² - um prático *software*, espacial, de suporte aos investigadores e decisores políticos que trabalham na zona costeira e marinha, que permite obter, entre outros, dados instantâneos de natureza ambiental relacionados com o local pretendido. É expectável que ferramentas deste tipo se tornem acessíveis a públicos cada vez mais vastos, e porque não, à nova geração de pescadores da Pequena Pesca, à semelhança do que acontece com o GPS e as previsões meteorológicas via *internet* que são de uso generalizado.

⁹ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 14.

¹⁰ ICES – International Council for the Exploration of the Sea.

¹¹ Tradução livre de: “Science should not have any mandate to define policy objectives, but to facilitate transparency”. Acedido em 31.8.2010 no endereço: <http://www.cfp-reformwatch.eu/>

¹² Acedido em 13.9.2010 no endereço: http://www.conservation.org/Documents/Marine_Integrated_Decision_Analysis_System_User_Guide.pdf

Cabe à Comunidade Científica um papel fundamental na viabilização da Pequena Pesca, tanto na gestão sustentável dos recursos marinhos (educação ambiental, criação de reservas marinhas, áreas de veda, *ranking* de impacto ambiental das artes de pesca) como na valorização dos produtos da pesca (denominações de origem no pescado, novas apresentações, novos produtos derivados). É ainda muito importante o contributo que podem dar às pequenas Comunidades Piscatórias para estas se fortalecerem e vencerem os desafios da sua modernidade, respeitando a liberdade de escolha, e reconhecendo o valor do contributo que dão para a preservação do seu valioso património histórico, cultural e ambiental e da valorização económica, social e cultural do litoral português que a sua resiliência proporciona.

A metodologia ensaiada nesta pesquisa, recorrendo a tratamentos analíticos diversos, tornou possível a visualização sintética de problemáticas complexas. Considera-se ter ficado demonstrada a sua utilidade junto dos decisores políticos, que valorizam as análises fundamentadas em *feed-back*, principalmente quando em causa estão áreas pouco conhecidas como é o caso das Comunidades Piscatórias. Esta metodologia deve continuar a ser testada até porque pescar é um domínio económico que terá sempre futuro porque as pessoas vão precisar de peixe para comer, especialmente sendo um português!

Ao falar de futuro, mesmo que seja de um futuro que nos sentimos a percorrer, o que dissermos é sempre o produto de uma síntese pessoal embebida na imaginação (Santos, 2007:36)

5 – Considerações Finais¹³

Na área específica da Pequena Pesca e tendo em conta os cenários pouco animadores que este sector revela, a intervenção do investigador não pode restringir-se à compilação de informação ou emissão de pareceres; ele deve constituir-se um facilitador institucional, deve apresentar recomendações estratégicas aos decisores políticos, numa tarefa que exige permanente actualização de dados e conhecimento da realidade vivencial da Comunidade Piscatória. Através da construção de redes dialogais pode permitir que a Comunidade Piscatória, munida das suas especificidades locais, possa efectivamente intervir na

¹³ E não 'conclusões' porque: i) se pretende dar continuidade ao estudo, alargando-o a outras áreas do conhecimento; ii) se houvesse uma conclusão seria: As Comunidades Piscatórias são *Comunidades Dependentes da Pesca* ou é a Pesca que depende das Comunidades Piscatórias?

construção de um futuro melhor, actuando de forma inovadora e criando vantagens competitivas. Foi este um dos propósitos desta pesquisa, desenvolver metodologias que permitam ao investigador apresentar recomendações estratégicas que possam integrar as políticas relacionadas com o desenvolvimento das Comunidades Piscatórias, que por esta via poderá ser integrado e sustentável.

A legislação nacional contempla um conjunto alargado de planos estratégicos relacionados com a gestão da zona costeira, dos quais se destaca a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal (ENGIZCP), promulgada pela Resolução do Conselho de Ministros nº82/2009, que define uma visão estratégica para um período de 20 anos. Aponta como opções estratégicas, para além de um modelo de ordenamento e desenvolvimento da zona costeira de natureza ecossistémica, um modelo de governança assente na cooperação público-privado, que aposte na convergência de interesses através do estabelecimento de parcerias, da co-responsabilização e da partilha de riscos.

A co-responsabilização pretendida não pode significar, quando se trata de Comunidades Piscatórias, de mais uma vez as deixar à sua sorte. Sem ajuda externa, podem não ter capacidade instalada para aceder e beneficiar das oportunidades de financiamento que os programas comunitários permitem. A Administração das Pescas sabe que é assim, e a constituição dos *Grupos de Acção Costeira* são exemplo recente. A liberdade de escolha preconizada anteriormente não significava abandono, como tem acontecido até agora, porque a liberdade implica também conhecimento e capacidade crítica para decidir. O atraso educativo em Portugal é preocupante e na área da Pequena Pesca, em particular, pode comprometer tentativas de desenvolvimento que se pretenda implementar nas Comunidades Piscatórias. Acredita-se que foi este défice de educação e de informação uma das causas da insustentabilidade de alguns projectos reportados anteriormente.

Pode-se concordar com a recomendação do Relatório Comissão Estratégica dos Oceanos (CEO) quando diz que é necessário sensibilizar o sector da pesca e as respectivas entidades tutelares para a necessidade de integrar projectos de reafirmação identitária e patrimonial das Comunidades Piscatórias em acções mais amplas de desenvolvimento e viabilização das actividades da pesca e de reinserção das respectivas comunidades (CEO-II, 2004:40). Receia-se, contudo, que o conceito subjacente, afluído mais adiante no relatório, não corresponda à legítima aspiração das Comunidades Piscatórias.

A adaptação de portos de pesca a portos de recreio poderá ser associada a um turismo temático – associado às comunidades piscatórias - de qualidade e não de número ou quantidade (CEO-II, 2004:157) (...) desenvolvimento da oferta cultural, incluindo museus, aquários e comunidades piscatórias tradicionais (CEO-II, 2004:161).

A perplexidade aumenta quando se verifica no Relatório SAER o apelo à dinamização da Comunidade Piscatória (Lopes, 2009:160) seguido da classificação dos produtos da pesca em ‘Iguarias’, Peixe ‘de valor acrescentado’ e Peixe ‘em bruto’ (Lopes, 2009:399). E por fim:

A ‘pesca tradicional/artesanal’ não tem ‘futuro’ – poderá haver artesãos que a pratiquem e que consigam colocar os seus produtos em termos correspondentes a ‘iguarias’ mas a sua dimensão económica não é relevante, salvo para os mesmos, enquanto tal lhes for possível. Outros artesãos haverá, mas cuja produção corresponderá, sobretudo, a actividades localizadas de sobrevivência enquanto os recursos não se esgotarem e a regulamentação a viabilizar. Contudo, tal como nos primeiros, a sua dimensão económica tende a não ser relevante. Ressalve-se, no entanto, que esta tendência de ‘raridade’ da ‘pesca tradicional/artesanal’ poderá, em certos casos, ser aproveitada enquanto ‘produto turístico’ de elevado valor acrescentado mas sem dimensão económica no mercado da pesca e da aquicultura. O produto turístico corresponde a um ‘safari’ ou a uma caçada terrestre e tende a enquadrar-se num dos produtos de um conjunto oferecidos por um operador ou uma região turísticos (Lopes, 2009:232).

Perante estes documentos estratégicos sente-se que é preciso alterar paradigmas para afastar o desassossego inicial quanto ao futuro das Comunidades Piscatórias.

Por mais optimismo que os pescadores tenham, as perspectivas políticas vão em sentido contrário. Os responsáveis pelas Capitanias dizem mesmo que esta pesca é para acabar, não tem futuro¹⁴

Sem a pretensão de entrar na área jurídica, considera-se injusta a situação de abandono quase generalizado a que as pequenas Comunidades Piscatórias têm sido votadas por se considerar contrário ao disposto no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)¹⁵, quando refere:

A defesa nacional pressupõe a defesa da *coesão nacional*. Esta tem expressão no património cultural comum, na unidade nacional, na partilha de direitos e obrigações perante o interesse geral e na solidariedade inter-geracional e interterritorial entre todos os portugueses.

¹⁴ Estas reflexões são resultado da análise da entrevista do painel 33.

¹⁵ Publicado no D.R., n.º16, de 20 de Janeiro de 2003.

Pretendeu-se com esta pesquisa responder ao apelo de um dos *Objectivos do Milénio* das Nações Unidas: contribuir com conhecimentos que constituam a base de um sistema de apoio à decisão. Reconhecendo que o governo do mundo começa em nós mesmos (Soares, 2007:103), apela-se à solidariedade pública e à promoção de consensos alargados, numa acção social de apoio aos processos individuais que cada pequena Comunidade Piscatória deverá desencadear, com muito pragmatismo e de forma inovadora, integrando todas as valências disponíveis, e na direcção de padrões de vida contemporâneos. Isso implica o maior respeito de todos, tanto pelo mar - principal factor diferenciador e de identidade nacional, prioridade estratégica e um projecto nacional¹⁶ – como pelas pessoas que dele dependem, no caso em estudo, os pescadores da Pequena Pesca, inseridos nas suas Comunidades Piscatórias.

O reconhecimento por parte de responsáveis políticos de que as soluções que estão em vigor não são satisfatórias¹⁷ poderá ser promissor mas é preciso ir mais longe. Mesmo reconhecendo que o conhecimento traz mais incerteza (Antunes, 2008), o certo é que só cidadãos melhor informados e participativos poderão exigir mais dos decisores políticos. Partindo da premissa que causa é tudo aquilo sobre que se pode agir (Santos, 2007:32) esta pesquisa propôs-se identificar as causas dos constrangimentos e das ameaças que as Comunidades Piscatórias revelam, e contribuir com recomendações estratégicas para ampliar as forças e as oportunidades que ainda lhes restam, ajudando os decisores políticos, a AGIR!

Se o futuro está na Pequena Pesca (bem dito por um entrevistado),
se a Pequena Pesca 'mora' nas Comunidades Piscatórias,
então as Comunidades Piscatórias têm futuro.

¹⁶ Estratégia Nacional para o Mar. Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006.

¹⁷ Fonte da secretaria de Estado das Pescas disse à Lusa que "face a um inverno extremamente rigoroso, difícil para os homens do mar, e num cenário em que já se perderam demasiadas vidas, há que encontrar soluções, porque as que estão em vigor não são satisfatórias". Acedido em 20.3.2010 no endereço: <http://pongpesca.wordpress.com/2010/03/04/ministerio-reune-representantes-dos-pescadores-para-ajustar-apoios-a-classe/>

6 – Trabalhos Futuros

Considera-se desejável que o acervo de informação recolhida no decurso desta pesquisa, processado ou ainda por processar, associado à experiência entretanto adquirida, seja estudado por uma pequena comunidade científica pluridisciplinar, que possibilite: i) a sustentabilidade das estratégias propostas no âmbito deste estudo, nomeadamente a *Estratégia de Apoio à Decisão Política para a Pequena Pesca e Comunidades Piscatórias*; ii) o estudo da avaliação de bio-recursos explorados pela Pequena Pesca, baseada em séries estatísticas iii) o estudo ecogeográfico dos bio-recursos explorados pela Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias iv) o estudo bioeconómico da Pequena Pesca nas Comunidades Piscatórias.

Investigações e desequilíbrio

Debruçai-vos sobre o futuro: no limite só os pés permanecem sobre o solo, a cabeça foge para a frente.

Investigar sem desequilíbrio é avançar em cima de lama: alguém se afunda.

(Tavares, 2006:38)

BIBLIOGRAFIA

AFONSO-DIAS, M.; SOUSA, P.; FERNANDES, P.; RIBEIRO, R.; ELIAS, L.; PINTO, C.; PEREIRA, L., 2007. *A Pequena Pesca na Costa Continental Portuguesa em 2005*. Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca. ed. Universidade do Algarve/Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

Publicação digital, 40 pp. + anexos. ISBN: 978-972-9341-65-6 Acedido em 06.10.2008 no endereço: <http://w3.ualg.pt/~madias/Progmin/Publicacaodigital.pdf>

ALLUT, A. 1999. O Conhecimento dos Especialistas e seu papel no desenho de novas Políticas Pesqueiras. Título original: Conocimiento “experto” y su papel en el diseño de nuevas políticas pesqueras. Antropología de la Pesca, Antonio García Allut, José Pascual Fernández (Coords.), *Anais do VIII Congresso de Antropología, Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español e Asociación Galega de Antropología*, 20-24 de setembro de 1999. Tradução: Antonio Carlos Diegues: 73-91. Acedido em 1.9.2010 no endereço: <http://www.usp.br/nupaub/allut.pdf>

ALLUT, A.; JESUS, A., 2009. Becoming Proactive Agents. Spain MPAs. *Samudra Report*, nº. 53, p: 15-18. Acedido em 16.9.2009 no endereço:

<http://www.indiaenvironmentportal.org.in/files/Becoming%20Proactive%20Agents.pdf>

ALMEIDA, A.S., 2007. A Educação em Meios Rurais e a Multiculturalidade. Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Porto. 146p.

AMORIM, I., 2001. Trabalho e Ocupações no Sector das Pescas. Esboço de conhecimentos e proposta para um sistema de classificação e de investigação histórica. in MADUREIRA, N. L. (Coord.), AMORIM, I. (Organiz.) *História do Trabalho e das Ocupações*. Volume II – *As Pescas*. ed. Celta. Oeiras. 261:5-24.

AMORIM, I., 2005. A Pesca “Pacificada”- ou os Primórdios da *Questão das Pescarias* no Quadro de uma Reflexão sobre os Recursos Naturais. *Geol/Nova*, 11: 103-124pp.

ANÓNIMO, 2008. Pescas artesanais: os desafios da rastreabilidade e da qualidade. O caso do Senegal. Apresentação feita pelo Vice-Presidente do Conselho Nacional Interprofissional da Pesca Artesanal no Senegal (CONIPAS) na “Cimeira dos Produtos da Pesca”, organizada pela Seafood Choices Alliance. Barcelona (Espanha). Acedido em 31.7.2010 no endereço: <http://www.acp-eucourier.info/Pescas-artesanaais-os-des.282.0.html?&L=3>

- ANTUNES, J.L., 2008. O pessimismo é uma profecia que se cumpre. Entrevistas de Verão. Acedido em 4.9.2008 no endereço:
http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/destaque/pt/desarrollo/1154146.html
- AZEVEDO, A.M.; ÁGUAS, M.P.C.N., 2000. *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D.Manuel sobre o achamento do Brasil*. Estudo crítico e notas. ed. Publicações Europa-América, Clássicos. Mem Martins, Lisboa.127p.
- BARLOEWEN, C. (Coord.), 2009. *O Livro dos Saberes*. ed. Edições 70. Lisboa. 508p.
- BEGOSSI, A.; BROWN, D., 2003. Experiences with fisheries co-management in Latin-america and the Caribbean. *The fisheries co-management experience. Accomplishments, Challenges and Prospects*. ed. Douglas Wilson, Jesper Nielsen, Poul Degnbol. Kluwer Academic Publishers. Fish and Fisheries Series, 26. Cap.8:135-152. <http://www.springer.com/life+sciences/ecology/book/978-1-4020-1427-7>
- BICHO, L.; BAPTISTA, S., 2006. Modelo de Porter e Análise SWOT. Estratégias de Negócio. Instituto Superior de Engenharia de Coimbra. Instituto Politécnico de Coimbra. 18p.
- BOUTROS-GAHLI, B., 2009. A América também tem necessidade do multilateralismo. in VON BARLOEWEN (2009) *O Livro dos Saberes*. ed. Edições 70. Lisboa. 508:45-61.
- BRITO, R. S., s.d.. Atlas de Portugal: Os Homens e o Meio. Território, Suporte das Gentes. Acedido em 30.4.2010 no endereço: <http://www.igeo.pt/atlas/Cap2/Cap2a.html>
- BURDA, C. L.; SCHIAVETTI, A., 2008. Análise ecológica da pesca artesanal em quatro comunidades pesqueiras da Costa de Itacaré, Bahia, Brasil: Subsídios para a Gestão Territorial. *Revista de Gestão Costeira Integrada*. 8(2): 149-168. http://www.aprh.pt/rgci/pdf/RGCI-136_Burda.pdf
- CABRAL, H., 2004. *Ciência e Ambiente: Uma Aliança para a Sustentabilidade?* ed. Apenas Livros, Lda. Colecção OMNICIÊNCIA, 6. Lisboa: 27p.
- CÂMARA, A., 2009. *O Futuro Inventa-se. A formação de cidadãos criativos e empreendedores e o papel da nova universidade*. Ed. Objectiva. Carnachide. 115p.
- CAMPÊLO, A., 2000. Para uma Ecologia Humana – Sedovém. Congreso Virtual 2000. CEAA - Universidade Fernando Pessoa. Porto. Acedido em 17.5.2010 no endereço:
http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Alvaro_Campelo.htm

- CARDOSO, F., 2010. Vivendo no cheque especial da natureza. Acedido em 6.7.2010 no endereço: <http://pongpesca.wordpress.com/2010/02/12/vicendo-no-cheque-especial-da-natureza-por-fatima-cardoso-instituto-akatu/>
- CARMO, J.S.A., SEABRA-SANTOS, F.J.- 2000. *Perspectivas de Gestão Integrada de Ambientes Costeiros. Proteger e Valorizar o Litoral Conservando a Paisagem.* ed. Associação Eurocoast-Portugal, Porto, pp.55-64.
- CASTELLO, J. P., 2007. Gestão sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível? *Pan-American Journal of Aquatic Sciences* (2007) 2 (1): 47-52 Acedido em 18.1.2010 no endereço: [http://www.panamjas.org/pdf_artigos/PANAMJAS_2\(1\)_47-52.pdf](http://www.panamjas.org/pdf_artigos/PANAMJAS_2(1)_47-52.pdf)
- CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; HESPANHA, P., 2009. *Dicionário Internacional da Outra Economia.* ed. Almedina. Série Políticas Sociais. Coimbra: 344p. ISBN 978-972-40-3722-6
- CEIA, F. 2009. Vulnerabilidade das Ilhas-Barreira e Dinâmica da Ria Formosa na Óptica da Gestão. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 9 (1): 57-77
- CEIA, F.R.; VIEGAS, M.C.; AFONSO-DIAS, M., 2004. Caracterização da pescaria de camarão-branco-legítimo (*Palaemon serratus*) com arte de arrasto de vara na região Norte de Portugal. (PDF – 3522KB) *Relat. Cient. Téc. Inst. Invest. Pescas Mar*, Série digital, n.º22, 19p, il..
- CHAMY, P. (s.d.) a. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. Acedido em 12.8.2010 no endereço: <http://www.ibcperu.org/doc/isis/5275.pdf>
- CHAMY, P. (s.d.) b. Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. Acedido em 12.8.2010 no endereço: [http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Paula%](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Paula%20Chamy.pdf)
- CHARGAFF, E., 2009. Nenhum cientista sabe o que é a vida. in VON BARLOEWEN, C.(org.) *O Livro dos Saberes*. 508:68.
- CHAVES, M.A.G.A., 2008. *Do Mar e da Terra. Palheiros e Pescadores do Furadouro e Ovar.* ed. Edições Afrontamento. Santa Maria da Feira. 241p.
- CHIAVENATO. I., 2005. *Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações*. Imprensa Rio de Janeiro, Br : Campus.

CLETO, J., 1995/96. A Indústria de Conserva de Peixe no Portugal Romano. O caso de Angeiras (Lavra, Matosinhos). *Matesinus – Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, 1/2 : 23-45.

COELHO, D. C., 2005. Diagnóstico sócio-económico da comunidade de pescadores artesanais de Zimbros (Bombinhas, Santa Catarina – Brasil). *Relatório de estágio do curso de Licenciatura em Biologia Marinha e Pescas*. Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade do Algarve. Faro: 83p.

COELHO, M.Z.P., 2004. Análise de Conteúdo *versus* Análise Crítica do Discurso: algumas semelhanças e diferenças. *V Congresso Português de Sociologia*. Universidade do Minho. Acedido em 14.7.2010 no endereço: http://old.comunicacao.uminho.pt/doc/zara/link_4.pdf

COLE, S., 1994. *Mulheres da praia. O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*. ed. Publicações Dom Quixote. Portugal de Perto. Biblioteca de Etnografia e Antropologia. Lisboa. 195p.

COMISSÃO ESTRATÉGICA DOS OCEANOS (CEO), 2004. Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos: Um Desígnio Nacional para o Século XXI. Parte I e II. Comissão Estratégica dos Oceanos, Lisboa: 58+330p. Acedido em 26.10.2010 no endereço: <http://www.cienciaviva.pt/img/upload/Relat%C3%B3rioCEO.pdf>

COMISSÃO EUROPEIA, 2003. O sector da transformação da pesca na UE. Ficha técnica.

COMISSÃO EUROPEIA, 2006. Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca: Guia para a aplicação do eixo 4 do FEP. Conferência “O Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca – como desenvolver o Eixo 4 com os Programas Operacionais”, 26-27 Junho, Porto.

COMISSÃO MUNDIAL INDEPENDENTE PARA OS OCEANOS, 1998. *O Oceano ... Nosso Futuro*. ed. portuguesa Expo98/Fundação Mário Soares. 247p. Acedido em 27.10.2010 no endereço: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=BIBLIOTECA_DIGITAL&nome_da_pasta=023983&numero_da_pagina=115

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR (CNUDM), 1992. *Diário da República n.º 238/97. Série I-A, 1.º Suplemento, de 14 de Outubro de 1997*

CORREIA, A.J.D., 2010. *O Mar no Século XXI. Contributo para uma Análise Estratégica aos Desafios Marítimos Nacionais*. ed. Fedrave. Estarreja. 408p.

- COSTA, A.F., 2001. A Pesquisa de Terreno em Sociologia. *in Metodologia das ciências Sociais*. ed. Afrontamento. 11ª edição. Porto. 318:129-148.
- COSTA, F.C.; FRANCA, M.L.P., 1982. Pesca Artesanal na Costa na Costa Algarvia. *Subsídio para o conhecimento do seu estado actual*. Publicações Avulsas do INIP, n.º1, 107p. il.
- COSTA, F.C.; FRANCA, M.L.P., 1984. *Pesca Artesanal na Zona Centro da Costa Ocidental Portuguesa. Documentação Fotográfica*. Publicações Avulsas do INIP, n.º 4, 141p..
- COSTA, F.C.; FRANCA, M.L.P., 1985. *Pesca Artesanal na Costa Norte da Costa Ocidental Portuguesa. Subsídio para o conhecimento do seu estado actual*. Publicações Avulsas do INIP, n.º6, 151p. il.
- COVAS, A., 2001-2002. A delimitação de uma amenidade rural. Exemplo de estratégia local e cooperação institucional. *Revista da Faculdade de Letras — Geografia. I série*, vol. XVII-XVIII, Porto, pp. 13 – 20.
- DENTINHO, T., 2008. Tragédia dos Comuns nas Pescas. Acedido em 10.8.2010 no endereço: <http://www.auniao.com/noticias/ver.php?id=12282>
- DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA (DGPA), 2008a. Dados estatísticos seleccionados para este trabalho. Direcção de Serviços de Informação e Gestão da Actividade. Divisão de Informação. Lisboa.
- DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA (DGPA), 2008b. Recursos da Pesca. Série ESTATÍSTICA, volume 21 A-B, ano 2007. Lisboa. 181p.
- DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA (DGPA). Última visita em 26.10.2010 no endereço: <http://www.dgpa.min-agricultura.pt/xportal/xmain?xpid=dgpa>
- FARINHA, S., 2010. Primeira Pescaria Portuguesa a ganhar Certificação Sustentável MSC. Acedido em 29.12.2010 no endereço: <http://www.msc.org/newsroom/news/primeira-pescaria-portuguesa-a-ganhar-certificacao-sustentavel-msc>
- FEIO, F.; MARQUES, P., 2008. Respeitar a Lei Contra o Domínio do Betão. Acedido em 30.4.2010 no endereço: http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=998248

FELÍCIO, M., 2002. Biologia e Exploração do Camarão-branco-legítimo *Palaemon serratus* na Costa Norte de Portugal. Tese de Mestrado em Ciências do Mar – Recursos Marinhos (Ecologia Marinha), apresentada no Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar. Universidade do Porto. Porto, 151p.

FELÍCIO, M.; VIEGAS, M.C.; CARVALHO, F.; SANTOS, P., 2000. Study on the catches of the sombreira net and biology of *Palaemon serratus* in the North coast of Portugal – First results. *Actas 3º Simpósio sobre a margem Ibérica Atlântica*: 333-334, Faro.

FELÍCIO, M.; VIEGAS, M.C.; CARVALHO, F.; SANTOS, P., 2001. Preliminary Results on the Catches of *Palaemon serratus* by “Sombreira” Net: Shrimp Biology and Net Selectivity. *1.as Jornadas Atualização Ciências Meio Aquático*, Porto, p: 21.

FELÍCIO, M.; VIEGAS, M.C.; SANTOS, P.; CARVALHO, F., 2001– Estudio de la actividad reproductora del camarón *Palaemon serratus* capturado en la comunidad piscatoria de Angeiras. (Costa Norte de Portugal).

<http://aquatic.unizar.es/n3/art1306/palaemon.htm>. Aquatic, 13. (especial VIII Congreso Nacional Acuicultura).

FERNANDES, A.A., 2007. A economia da criatividade. O novo paradigma da inovação? *Boletim da Universidade do Porto*. Publicação periódica nº. 39. Ano XIII, 1/Março. Porto.

FICHTER, J.H., 1973. *Definições para uso didático*. in Fernades, Florestan. Comunidade e Sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. ed. Nacional, EDUSP. SP

FIÉVET, G., 1992. *Da Estratégia Militar à Estratégia Empresarial*. Título original: *De la stratégie militaire à la Stratégie d'entrepise*. ed. Editorial Inquérito. Mem Martins. 327p.

FONSECA, I., BURSZTY, M., 2007. Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. *Ambiente & Sociedade*. Vol.10, no.2. Campinas July/Dec. 2007. Print version ISSN 1414-753X.

FRANCA, M.L.P., COSTA, F.C., 1982. *Pesca Artesanal na Costa Algarvia. Documentação Fotográfica*. Publicações Avulsas do INIP, nº.2, 124p.

- FRANCA, M.L.P., COSTA, F.C., 1984. *Pesca Artesanal na Zona Centro da Costa Ocidental Portuguesa. Subsídio para o conhecimento do seu estado actual. Publicações Avulsas do INIP*, nº.3. 100p, il..
- FRANCA, M.L.P., COSTA, F.C., 1985. Pesca Artesanal na Costa Norte da Costa Ocidental Portuguesa. Documentação Fotográfica. *Publicações Avulsas do INIP*, 7, 159 figuras, n/p.
- FRANCA, M.L.P.; MARTINS, R.; CARNEIRO, M., 1998. *A Pesca Artesanal Local na Costa Continental Portuguesa*. Lisboa, ed. IPIMAR, 236p.
- GAHLI, B.B., 2009. A América também tem necessidade do multilateralismo. *in* VON BARLOEWEN, C., *O Livro dos Saberes*. ed. Edições 70. Lisboa. 508:45-61.
- GOMES, F.V., 2010. Contributos para a revisão do plano de ordenamento da Orla Costeira na Região Norte. *5^{as} Jornadas de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente*. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, FEUP. Porto.
- GRAÇA, A. S., (1932) 1992. *O Poveiro*. ed. Publicações Dom Quixote. 3^a edição. Lisboa. 210p+documentação fotográfica.
- GUERRA, I., 2000. Reflexões sobre os Métodos e Técnicas de Planeamento: Acção Colectiva e “jogo estratégico de actores”. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia. Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Universidade de Coimbra. Coimbra. 7p. Acta 197 acedida em 17.11.2010 no endereço: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e0955138a2_1.PDF
- GUERRA, I., 2002. Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro 2002: 47-74. Acedido em 12.9.2010 no endereço: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-047-074-Isabel%20Guerra.pdf>
- HARDIN, G. The tragedy of the Commons. *Science*, 162, 1968, pp: 1243-48.
http://www.garretthardinsociety.org/articles_pdf/tragedy_of_the_commons.pdf
- HENRIQUES, A.F., 2003. Pesca e Biologia de Navalheira (*Necora puber*) na Costa Norte de Portugal. Tese submetida para obtenção do grau de Mestre em Ecologia Aplicada. Faculdade de Ciências. Universidade do Porto. 118p+anexos.
- HENRIQUES, A.F.; VIEGAS, M.C.; AFONSO-DIAS, M., 2001a. Pescaria de *Necora puber*, com murejonas, na praia de Angeiras (Norte de Portugal). *Relat. Cient. Téc. Inst. Invest. Pescas Mar*, nº 77, 14p.

HENRIQUES, A.F.; VIEGAS, M.C.; AFONSO-DIAS, M., 2001b. The *Necora puber* fishery in Angeiras, North of Portugal. *1.as Jornadas Atualização Ciências Meio Aquático*, Porto, p:17.

INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO (IAPMEI), 2005. O que é a Responsabilidade Social das Empresas. Acedido em 17.1.2012 no endereço: <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1860>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) – Biblioteca Digital. (Informação anterior a 2000) Último acesso em 26.10.2010 no endereço: <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/index.jsp>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), 2002. Censos 2001. Resultados Definitivos para a Região Norte. Último acesso em 26.10.2010 no endereço: www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), 2008. Anuário Estatístico de Portugal 2007. *ed.* Instituto Nacional de Estatística, IP. Lisboa. 624p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), 2009. Documento Metodológico. Operação Estatística - Inquérito aos pescadores matriculados por segmento de pesca – Estatística Anual da Pesca. Código: 438. Versão: 1.0. Código SIGINE: PC0014. Data: Janeiro de 2009. Acedido em 26.10.2010 no endereço: http://metaweb.ine.pt/sim/OPERACOES/DOCMET_PDF/DOCMET_PDF_438_1_0.pdf

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), 2010. Anuário Estatístico de Portugal – 1997 2009. Último acesso em 26.10.2010 no endereço: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=104996740&PUBLICACOESmodo=2

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), 2011. Anuário Estatístico de Portugal 2010. *ed.* Instituto Nacional de Estatística, IP. Lisboa. 628p.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN), 2010. Saving Biodiversity: an Economic Approach. Mind the Gap. *iWorld Conservation. The Magazine of the International Union for Conservation of Nature (IUCN)*. *ed.* Anna Knee. Vol. 40, No. 1, July 2010. p: 8. Acedido em 14.7.2010 no endereço: http://cmsdata.iucn.org/downloads/101252_uicn_24pp.pdf

JACAÚNA, T., 2010. A resignificação dos comuns conflitos sociais, ação comunicativa e cultura política no uso dos recursos pesqueiros na Amazônia Central. Acedido em 12.4.2010 no endereço: <http://pongpesca.wordpress.com/2010/04/08/pesca-na-amazonia-e-tema-de-doutorado/>

JENTOFT, S., 1997. Five truisms of fisheries management. *in* MONTEIRO, C. C. (ed.), 1997. *Gestão das Pescarias Face a Múltiplos Objectivos: Estratégias para o Futuro*. I Encontro Internacional de Vilamoura sobre Pescas: 151p: 91-96.

JENTOFT, S.; ONYANGO, P.; MAHMUDUL, M., 2010. Freedom and poverty in the fishery commons. *International Journal of the Commons*, Vol. 4, no 1. Acedido em 10.8.2010 no endereço: <http://www.thecommonsjournal.org/index.php/ijc/article/viewArticle/157/116>

JGJ - Agência Lusa, 2009. Apúlia: Apanha do sargaço candidata a património oral e imaterial da UNESCO. Acedido em 6.2.2010 no endereço: <http://aeiou.expresso.pt/apulia-apanha-do-sargaco-candidata-a-patrimonio-oral-e-imaterial-da-unesco=f527052>

KING, M., 1995. *Fisheries Biology, Assessment and Management*. ed. Fishing News Books. Oxford. 341p.

KOLAKOWSK, L., 2009. Não estou à espera do fim anunciado do sentimento religioso. *in* VON BARLOEWEN (2009). *O Livro dos Saberes*. ed. Edições 70. Lisboa. 508:179-190.

KRISTEVA, J., 1969. *in* Teses Abertas. PUC – Rio. Certificação Digital nº 0220973/CA. Acedido em 27.2.2010 no endereço: [www2.dbd.pucRio.br/pergamum.tesesabertas.0220973_06_cap_01.pdf0220973_06_cap_01](http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas.0220973_06_cap_01.pdf0220973_06_cap_01)

KRISTEVA, J., 2009. Interessar-me pela língua é uma maneira de abordar de modo material o espírito. *in* BARLOEWEN C. (coord.), 2009. *O Livro dos Saberes*. ed. Edições 70. Lisboa. 508:191-218.

KRISTEVA, J., (s.d.) Estudos sobre Multimédia. Intertextualidades. Acedido em 27.2.2010 no endereço: http://www.citi.pt/estudos_multi/rute_araujo/intertextualidade_papel.html

LÉVI-STRAUSS, C., 2009. A ideia de me dissolver no nada não me inquieta. *in* BARLOEWEN C. (coord.), 2009. *O Livro dos Saberes*. ed. Edições 70. Lisboa. 508:219-231.

LIVRO VERDE (s/d) Para uma futura Política Marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares. Posição_Portuguesa_Livro_Verde_Final. Acedido em 30.8.2010 no endereço: http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/496F2A8E-CE95-4B5D-9423-2D0CFA5E2FB9/0/Posi%C3%A7%C3%A3o_Portuguesa_Livro_Verde_Final.pdf

LOPES, H., (coord.) 2009. *O Hypercluster da Economia do Mar. Um Domínio de Potencial Estratégico para o Desenvolvimento da Economia Portuguesa* ed. SaeR/ACL. Lisboa. 478p. Acedido em 26.10.2010 no endereço:

[http://www.cienciaviva.pt/img/upload/Hypercluster%20da%20Economia%20do%20Mar\(5\).pdf](http://www.cienciaviva.pt/img/upload/Hypercluster%20da%20Economia%20do%20Mar(5).pdf)

LOUCKS, L.; WILSON, J.; GINTER, J., 2003. Experiences with fisheries co-management in North America. *The fisheries co-management experience. Accomplishments, Challenges and Prospects.* ed. Douglas Wilson, Jesper Nielsen, Poul Degnbol. Kluwer Academic Publishers. Fish and Fisheries Series, 26. Cap.9.

MADUREIRA, N. L. (Coord.), AMORIM, I. (Organiz.) 2001. *História do Trabalho e das Ocupações.* Volume II – *As Pescas.* ed. Celta. Oeiras. 261p.

MARTINS, L., 1997. Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras. *Etnografica - Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, ISCTE, Vol. I (2), pp.271-293.

MARTINS, L., 2007. *Mares Poveiros. Histórias, ideias e estratégias de pescadores da Póvoa de Varzim.* Co-ed. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim/Academia de Marinha. Póvoa de Varzim. 332p.

MARTINS, R., 1996. Pesca Artesanal Local na costa continental portuguesa. Dissertação para Provas de acesso à categoria de Investigadora Auxiliar. IPIMAR. Lisboa. 110p.il. (policopiado).

MARTINS, R.S., 1992/93. A cerâmica de Vila Praia do Campo (S. Miguel - Açores) na produção haliêutica. *Arquipélago – Ciências Sociais*, nº7/8, Universidade dos Açores. Ponta Delgada: 163-200.

MARTINS, R.; BARATA, M.; FRANCA, M.L.P., 1996. Contribuição para o conhecimento da actividade das redes camaroeiras e do pilado na zona norte da costa continental portuguesa. *Relat. Cient. Téc. Inst. Port. Invest. Marít.*, 22, 19p.

MATHEW, S., 2008. Coastal Management Zone: Implications for Fishing Communities. *Economic & Political Weekly. EPW.* June 21. P:17-23.

MATHEW, S., 2009. Sustainable Development of Oceans and Seas and Their Resources: A People's Perspective. *United Nations Open-ended Informal Consultative Process on Oceans and the Law of the Sea: Tenth Meeting*, 17-19 June 2009.

http://www.un.org/Depts/los/consultative_process/consultative_process.htm (acedido em 11.8.2010)

MATIAS, N.G.V., 2005. O Mar. Um Oceano de Oportunidades para Portugal. *Cadernos Navais*, nº 13, pp. 3-35.

MICHAILIDIS, N., 2005. World fisheries and the tragedy of the commons. Corsework assignment in Sociology. Masters in Aquaculture and Fisheries. Universidade do Algarve. 30p.

MIGUEL, J.P.; ROSA, L.R.; BARROS, S., 2008. *Ganhar com a Biodiversidade*. ed. Actual Editora. Lisboa. 256p. ISBN: 978-989-8101-32-7 Acedido em 4.7.2010 no endereço: <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=6286d832-ed8d-4547-a758-57e8643de714>

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005. *Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity Synthesis*. World Resources Institute, Washington, DC.: 86p. Acedido em 12.8.2010 no endereço: <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.354.aspx.pdf>

MONIZ, A.B., 1997. Construção de Cenários para o Sistema Sócio-económico das Pescas: o Caso Português. in MONTEIRO, C. C. (ed.), 1997. *Gestão das Pescarias Face a Múltiplos Objectivos: Estratégias para o Futuro*. I Encontro Internacional de Vilamoura sobre Pescas: 151p:97-106.

MONIZ, A.B., 2000. Cenários para o Sistema Socioeconómico das Pescas. in MONIZ, A.B.; GODINHO, M.M.; KOVACS, I., 2000. *Pescas e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*. 8, ed. Celta Editora, Oeiras. 355:11-23.

MONIZ, A.B., 2004. Futuros da indústria automóvel: Qual a sua importância para a definição do produto, modelos de produção e estratégias de mobilidade? *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Contextos Organizacionais e Organizações*. Universidade do Minho. Braga. Acedido em 4.9.2010 no endereço: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461530da2718c_1.pdf

MONIZ, A.B.; KOVÁCS, I., 2000. Comunidades Dependentes da Pesca. Mudança Socioeconómica e Desenvolvimento de Estratégias de Planeamento. in MONIZ, A.B.; GODINHO, M.M.; KOVACS, I. (Org.), 2000. *Pescas e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*. 1, ed. Celta Editora, Oeiras. 355:11-23.

MOREIRA, C. D. (Coord.), 2001. *Comunidades Azuis. Características e Perspectivas da Frota da Pesca Local no Continente*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Direcção Geral das Pescas e Aquicultura. Lisboa. 246p.

- MOURA, L. 2010. *Livro do desassossego tecnológico*. ed. LxXL. Lisboa. 77p.
- NUNES, F. O. (Coord.), 2008. *Culturas Marítimas em Portugal*. ed. Âncora Editora. Lisboa: 215p.
- OCKRENT, C. (org.), 2007. *O Livro Negro da Condição das Mulheres*. ed. Temas e Debates. 1ª edição. Lisboa. 734p.
- ODUM, E., 1973. *Fundamentos de Ecologia*. ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Tradução da 2ª ed. 1959. Lisboa. 595p.
- OLIVEIRA, F., 2009. *Comunidade Piscatória de Vila Chã. Povo de Barba Rija*. Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta. Porto. 236p.
- OLIVEIRA, S.; Cores do Globo, 2006. Consumo Responsável. Questões, Desafios e Guia Prático. Para um Futuro Sustentável. *Cadernos de Comércio Justo*, nº1. ed. Cores do Globo – Associação para Promoção de Comércio Justo. 41p. Acedido em 12.8.2010 no endereço: <http://www.cidac.pt/CadernoConsumoResponsavel.pdf>
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 1992. *Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro Acedido em 30.5.2010 no endereço: <http://www.unep.org/documents.multilingual/default.asp?documentid=52>
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 2000. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, *Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento Humano (MDGs)*. Acedido em 9.12.2010 no endereço: http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=221&Itemid=253
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 2010. United Nations Open-ended Informal Consultative Process on Oceans and the Law of the Sea. Acedido em 11.8.2010 no endereço: http://www.un.org/Depts/los/consultative_process/consultative_process.htm
- OSTROM, E., 2010. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. Conferência realizada em 20 de Agosto de 2010, Universidade Nacional de Singapura, duração: 90 minutos, acedida em 26.10.2010, no endereço: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=E5ZPGeF2ics

- PARLAMENTO EUROPEU, 2006. *A Pesca em Portugal*. Direcção Geral Políticas Internas da União. Departamento Temático Políticas Estruturais e de Coesão, Pescas. Bruxelas. 36p. Acedido em 12.12.2009 no endereço:
http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:vWMVql6gn7IJ:edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/a_pesca_em_portugal.pdf+COMPOSI%C3%87%C3%83O+DA+FROTA+DE+PESCA+POR+SEGMENTO/CONTINENTE&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESiOh6v2tN4unbLvIAvc1ZH9RDrMEbnQkYPC9sTRt73QgOqVgSDBOmlTVhYELXPZyHMsE3KhI7Bqcxg2lnAeA_ngro91dg59CYO7YYSIYpnZBmAj83zeM3D-1iiE8V70-J5esYAI&sig=AHIEtbRtfZhHSsOeDRbPuxOxoXraCiPWOW
- PAULY, D.; CHRISTENSEN, V.; DALSGAARD, J.; FROESE, R.; TORRES, F., 1998. Fishing down marine food webs. *Science*, 279: 860-863. <http://www.sciencemag.org/content/279/5352/860.short>
- PERESTRELO, M., 2000. Prospectiva: Planeamento Estratégico e Avaliação. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia. Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Universidade de Coimbra. Coimbra. 11p. Acta 200 acedida em 17.11.2010 no endereço: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e0a77b4aca_1.PDF
- PERUZZO, C.M.K.; VOLPATO, M.O., 2009. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*. São Paulo. v. 12, n. 24, p. 139-152.
- PINHO, A.D., 1998. *Pescas nacionais. Pedacos de uma década perdida*. ed. Meribérica/Liber. Lisboa. 426p.
- PINTO, G.C.C.V., 2005. Socioeconomics and biology of the Galician artisanal fisheries. European Master in Aquaculture and Fisheries. University of Algarve. 30p.
- PIRES, R.,P., 2007. Árvores conceptuais: contributo para uma reconstrução multidimensional. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 53. P:11-50. Acedido em 17.11.2010 no endereço: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/53/542.pdf>
- PITA, C.B., 2003. *O Perfil Sócio-Económico de uma Comunidade Costeira Portuguesa: A Fuseta*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Estudos Marinhos e Costeiros. Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade do Algarve. Faro: 119p e 11 anexos.
- PITÉ, J., 1997. *Dicionário Breve de Sociologia*. ed. Editorial Presença. Lisboa. 162p.

- PONG-PESCA, 2010. Pong-Pesca entrega Parecer sobre futura Política Comum de Pescas. Comunicado de Imprensa. Acedido em 20.1.2010 no endereço:
<http://pongpesca.wordpress.com/2010/01/20/pong-pesca-entrega-parecer-sobre-futura-politica-comum-de-pescas/>
- PORTEIRO, F.M., 1999. *Pescado Fresco. Manuseamento, Conservação, Estiva de Pescado Fresco e Embarcações*. Colecção Formação Profissional. 1. ed. Direcção Regional das Pescas. Horta. 82p.
- PRIGOGINE, I., 2009. O homem e a natureza são criaturas do tempo. in BARLOEWEN, C. (Coord.), 2009. *O Livro dos Saberes*. 508:357-368.
- REI, A.; FERREIRA, H.; FERNANDES, L.; OLIVEIRA, V., 2004. Com Vista para o Mar. Relatório de Estágio de Licenciatura em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Centro Regional de Investigação Pesqueira do Norte do IPIMAR. Porto. Policopiado: 236p.
- RELATÓRIO SOFIA, 2009. *El Estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura 2008*. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Departamento de Pesca y Acuicultura de la FAO. Roma. 196p. ISBN 978-92-5-306029-0 Acedido em 11.5.2009 no endereço:
<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/i0250s/i0250s.pdf>
- RIBEIRO, M.C., 2010. Os limites resultantes do regime europeu da conservação dos recursos pesqueiros. in MATIAS, N.V.; SOROMENHO-MARQUES, V.; FALCATO, J.; LEITÃO, A. (Coord.). *Políticas Públicas do Mar. Para um Novo Conceito Estratégico Nacional*. ed. Esfera do Caos. Colecção Ideias, nº15. Lisboa. 297p.
- ROCHA, M., 2005. The concept of 'fisheries-dependence' communities. European Master in Aquaculture and Fisheries. Assignment for Sociology. University of Algarve. 28p.
- RUIVO, P., 2007. Amenidades Rurais – Que Contributo? Estudo de caso em Territórios Rurais. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*. Universidade do Algarve. Faro.
- RUSSEL, E.R., 1943 [1939]. *O Problema da Sobrepesca*. Estação de Biologia Marítima/Cais do Sodré. Lisboa: 150p.
- SALDANHA, L., 1982. *Fauna Submarina Atlântica*. Publicações Europa-América. Lisboa, 179p.

- SALDANHA, L., 1991. Fauna das Profundidades Marinhas. *Colóquio/Ciências*, Ano 3, nº 7. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 26-42.
- SANCHES, J.G., 1986. Nomenclatura e Diagnose dos Principais Peixes Marinhos de Portugal (Ciclóstomos, Seláceos e Holocéfalos). *Publicações Avulsas do INIP*, 9, 184p.
- SANCHES, J.G., 1989. Nomenclatura portuguesa de organismos aquáticos (Proposta de normalização estatística). *Publicações Avulsas do INIP*, 14, 132p.
- SANN, A., 2008. Reversing from a Dead End. France. Marine Parks. *Samudra Report*, nº. 49, p: 36-39. Acedido em 16.9.2009 no endereço: <http://www.indiaenvironmentportal.org.in/files/Reversing.pdf>
- SANTOS, B.S., 2007. *Um Discurso sobre as Ciências*. ed. Afrontamento. 15ª edição. Porto. 59p.
- SANTOS, F.J.T., 1999-2000. As Pescas em Portugal Continental: o caso da Afurada. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série*, vol. XV/XVI, Porto: 49-61.
- SANTOS, J.N., 1958. *Pescadores do Leça e artes de pesca*. ed. Autor. Matosinhos, 131p.
- SANTOS, P.T., 1992. Análise de parâmetros relativos à biologia e pesca da Faneca, *Trisopterus luscus* L. de 1983 a 1988. Colóquio “Conservação dos Recursos Vivos Marinhos. *Publicações Avulsas do INIP*, Lisboa. 17: 229-242.
- SANTOS, P.T., 2010. Um ano para poupar... na biodiversidade. *Revista para a Educação para a Sustentabilidade*. CRE_Porto – Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto.
- SILVA, A.A.B., 1891. *Estado actual das Pescas em Portugal*. Reedição fac-similada. Banco de Fomento e Exterior. Lisboa: 515p + 5 Planos Hydrographicos.
- SILVA, A.S.; PINTO, J.M., (org.), 2001. *Metodologia das Ciências Sociais*. ed Afrontamento. 11ª edição. Porto. 318p.
- SILVA, C.P., s/d. Atlas de Portugal. Um país de área repartida. Tipos de paisagem. <http://www.igeo.pt/atlas/Cap1/Cap1e.html>
- SILVA, F.R., 2001. A Pesca e os Pescadores na rede dos Forais Manuelinos. *Oceanos. Os pescadores*. ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nº. 47/48.

- SILVA, M. (Coord.), 2005. *Cidadania Activa. Desenvolvimento Justo e sustentável*. CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz. ed. Cidade Nova. Abrigada, 130p.
- SOARES, B., 2007. *Livro do Desassossego*. ed. Alma Azul. Coimbra. 115p. ISBN: 978-972-8989-40-8.
- SOEIRO, T.; LOURIDO, F.C., 1999. *Fainas do Mar. Vida e Trabalho no Litoral Norte*. ed. CRAF – Centro Regional de Artes Tradicionais. Porto. 79p.
- SOUTO, H., 1998. *Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa*. Dissertação Apresentada para Obtenção do Grau de Doutor pela Universidade Nova de Lisboa no Ramo de Geografia e Planeamento Regional, Especialidade de Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, 269p, anexos.
- SUN TZU, 1998. *A Arte da Guerra*. Título original: *The Art of the War*. ed. Publicações Europa-América, L.da. Mem Martins. 160p.
- TAVARES, G.M., 2006. *Breves Notas sobre Ciência*. ed. Relógio D'Água. Lisboa. 145p.
- TAVARES, M., 2007. Em torno de um novo paradigma sócio-epistemológico. *Rev. Lusófona de Educação*. [online] no.10, p.131-137. Acedido em 25.1.2010 no endereço: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502007000200010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1645-7250.
- TECNINVEST, 2007. Estudo para a avaliação da Comercialização de pescado fresco e refrigerado em Portugal continental. Relatório final. Versão final T 070108 Estudo N° 2599 C: 193p + anexos.
- TOMÁS, L. M.V.; MEDEIROS, O.H.R., 2006. *Suor de Sal e de Mar. A Profissão de Pescador na Era da Globalização (Um Estudo na Região A. dos Açores)*. Centro de Estudos Sociais. Universidade dos Açores. Associação Marítima Açoreana. Ponta Delgada : 186p.
- TRINDADE, J.M., 2008. A Dimensão Cultural do Pescador - A influência do mar na organização social e na mundivisão da comunidade piscatória da Nazaré. *Actas do VI Congresso Português de Sociologia. Mundos sociais: Saberes e Práticas*, nº 294. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 12p. Acedido em 17.11.2010 no endereço: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/294.pdf>
- ULMAN, Y.N.; NAIK, V.G.; TALATHI, J.M., 2008. Traditional Fishing Practices and Socio-cultural Activities of Koli Community in Konkan Region of India. *Asian Agri-History*. Vol. 12, nº.4. p:311-319. <http://www.indiaenvironmentportal.org.in/feature-article/traditional-fishing-practices-and-socio-cultural-activities-koli-community-konkan>

- VALA, J., 2001. A Análise de Conteúdo. in SILVA, A.S.; PINTO, J.M., (org.), 2001. *Metodologia das Ciências Sociais*. ed. Afrontamento. 11ª edição. Porto. 317:101-128.
- VASCONCELOS, M.S., 2002. *A Condição Humana e os Oceanos. Breviário de Meditação*. ed. Instituto de Investigação das Pescas e do Mar – IPIMAR. Lisboa. 370p.
- VEIGA, J. E., 2010. Indicadores de Sustentabilidade. Acedido em 7.5.2010 no endereço: <http://www.ecodebate.com.br/2010/05/07/indicadores-de-sustentabilidade-artigo-de-jose-eli-da-veiga/>
- VIEGAS, M.C., 1998. Estudo de artes de pesca tradicionais – mugiganga e sombreira – em duas comunidades piscatórias do Norte: Aguda e Angeiras. *Relat. Cient. Téc. Inst. Invest. Pescas Mar*, Lisboa. n.º 51, 16p.
- VIEGAS, M. C., 2006. As comunidades piscatórias de Angeiras e Aguda: Reflexões sobre o tradicional na modernidade. *Actas I Congresso Internacional sobre os Desafios Socioculturais para o Séc.XXI*. ed. AGIR - Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural. Póvoa do Varzim: 446-469.
- VIEGAS, M.C., 2007. Desenvolvimento sustentável da pequena comunidade piscatória de Angeiras (Município de Matosinhos, Norte de Portugal). *Actas do IV Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sociocultural*. Universidade de Guadalajara (Jalisco, México) ed. AGIR, Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural. Póvoa de Varzim: 1480-1504
- VIEGAS, M.C., 2008a. A Pesca com a Rede Mugiganga: Registo das Memórias de Utilizadores da Comunidade Piscatória da Aguda (Norte de Portugal). *Actas do I Seminário Internacional da Memória e Cultura Visual*. ed. AGIR - Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural. Póvoa de Varzim: 27-41.
- VIEGAS, M.C., 2008b. Desenvolvimento Sustentável de Pequenas Comunidades Piscatórias: Proposta de Modelo Bioeconómico. *III Congresso da Ordem dos Biólogos - Painel Mar*. Comunicação oral. Lisboa.
- VIEGAS, M.C.; MARTINHO, F. 2008. Eventos de Globalização na Comunidade Piscatória de Angeiras, no Norte de Portugal? *Actas das I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*. Universidade Fernando Pessoa, Ponte de Lima. ed. AGIR, Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural. Póvoa de Varzim: 621-629. ISBN: 978-989-8170-03-3.

VIEGAS, M.C.; MONIZ, A.B., 2007. A Gestão Integrada do Mar e as Comunidades Piscatórias – Projecto Angeiras XXI. Póster apresentado no Workshop *Um Mar de Oportunidades*, Ordem dos Biólogos. Viana do Castelo.

VIEGAS, M.C.; SANTOS, P.T., 2007. A Preservação dos Recursos Marinhos e o Consumo Responsável. Póster apresentado no Workshop *Um Mar de Oportunidades*, Ordem dos Biólogos. Viana do Castelo.

WEBER, M., 1997. *Aguda, entre as Marés. Fauna e Flora do litoral da Praia da Aguda*. ed. Afrontamento, Porto. 230p.

WEBER, M.; JESUS, P.; SANTOS, A., 2002. *Cem Anos na Praia da Aguda 1888-1988*. ed. Afrontamento, Porto. 146p.

WEI-MING, T., 2009. Ser humano, plenamente. in VON BARLOEWEN (2009). *O Livro dos Saberes*. ed. Edições 70. Lisboa. 508: 417-451.

WHITEHEAD, P. J. P.; BAUCHOT, M. L.; HUREAU, J. C.; NIELSEN, J.; TORTONESE, E. (ed.), 1984. *Fish of the North-eastern Atlantic and the Mediteerranean*. UNESCO, Paris, 1473 pp.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT/WCED. (1987) Our Common Future, Oxford: Oxford University Press. <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

ZHOU, S., SMITH, A., PUNT, A., RICHARDSON, A., GIBBS, M., FULTON, E., PASCOE, S., BULMAN, C., BAYLISS, P., SAINSBURY, K., 2010. Ecosystem-based fisheries management requires a change to the selective fishing philosophy. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. Doi: 10/1073/pnas.0912771107 Acedido em 27.2.2010 no endereço:

<http://www.pnas.org/content/early/2010/04/29/0912771107>

LEGISLAÇÃO

Circular n.º 4/2010, Série II.13.1.2010, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, aplica o Regulamento (CE) n.º 1005/2008 do Conselho, de 29 de Setembro de 2008: Regime comunitário para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não Declarada e não Regulamentada. http://www.dgaiec.min-financas.pt/NR/rdonlyres/031AB4CB-0FC6-4FCD-B592-5D5CB5DC5E4F/0/Circular_n_04_2010_II.pdf

Decreto nº 21/93 (DR nº 143, Série I –A, de 21 de Junho), tendo entrado em vigor a 21 de Março de 1994 *Convenção sobre a Diversidade Biológica*

Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de Setembro. Pesca desportiva.

Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio.

Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho.

Diário da República—I Série-B, N.º 119, Portaria n.º 587/2006, de 22 de Junho.

Diário da República, 1.ª série—N.º 237—12 de Dezembro de 2006 Estratégia Nacional para o Mar (2006-2016). Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006.

Lei Constitucional n.º 1/2005: VII Revisão Constitucional. Diário da República, Série 1-A, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005. P:4642-4686. Acedido em 8.12.2010 no endereço:
http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Portugal_Documentos/CRP_Revisao2005.pdf

Portaria n.º 316/98, II.ª Série, de 18 de Março. Regulamento da sombra.

Portaria n.º 1102-H/2000, de 22 de Novembro.

DOCUMENTOS *ON-LINE*

Café de Ciência. Professor Fernando Barriga. 18.Março.2009 - IV Edição do Café de Ciência. Acedido em 18.3.2010 no endereço:
<http://www.parlamento.pt/sites/COM/Paginas/DetalheNoticia.aspx?BID=2027>.

Café Portugal, 2009. Museu do Sargaço inaugurado em Castelo de Neiva. Acedido em 15.8.2010 no endereço: http://www.cafeportugal.net/pages/dossier_artigo.aspx?id=1182

Encontradas três espécies que vivem sem oxigénio. Publicado e acedido em 9.4.2010 no endereço:
<http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=41441&op=all>

"O encontro do cotidiano". *Rio de Janeiro. Editora Nova Aguilar. 1998* Acedido em 6.3.2010 no endereço: http://www.viniciusdemoraes.com.br/biblio/sec_biblio.php?id=78 in *Poemas, sonetos e baladas, Antologia Poética, Poesia completa e prosa: "O encontro do cotidiano"*

PharmaMar é a primeira empresa no mundo a desenvolver e comercializar um medicamento de origem marinha para combater o cancro. Acedido em 5.12.2010 no endereço:
<http://www.pharmamar.com/company.aspx>

ANEXO 1

Quadro 1.1 – Evolução da Quantidade (ton) de Pescado Desembarcado pelos Segmentos da Pequena Pesca, nos Portos do Continente, no Período 1997-2007

	EMALHAR 1 PANO	ARRASTO	CERCO	PESCA À LINHA	POLIVALENTE	TOTAL GERAL
1997	40	122	3250	1	12917	16329
1998	36	78	3687		12357	16157
1999	31	89	2894		12577	15591
2000	33	4	3362		13751	17150
2001	36		2983		12697	15717
2002	26	0	2932		13995	16953
2003		10	1451		19454	20915
2004		17	2157		19168	21343
2005		10	1813		20843	22665
2006		70	1514		20670	22253
2007		3	1172		19666	20841
Total Geral	202	403	27213	1	178095	205914

Fonte dos dados: DGPA (2008a)

Quadro 1.2 – Evolução do Número Mínimo, Médio e Máximo de Espécies Desembarcadas pela Pequena Pesca nos Portos do Continente, Agrupados por NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), no Período 1997 - 2007

	NORTE			CENTRO			LISBOA			ALENTEJO			ALGARVE		
	min	média	máx	min	média	máx	min	média	máx	min	média	máx	min	média	máx
1997	4	30	79	5	38	86	3	44	104	15	44	86	1	62	109
1998	3	28	69	2	39	84	2	45	104	12	44	81	1	61	118
1999	2	28	69	2	41	97	4	44	104	11	43	78	1	54	109
2000	3	28	67	4	39	100	6	43	98	19	45	77	7	51	106
2001	5	29	70	2	38	94	3	40	101	19	44	75	5	52	110
2002	4	32	70	2	42	105	3	43	108	23	47	84	5	50	106
2003	9	35	82	2	42	96	7	45	102	17	45	89	3	52	107
2004	9	35	73	2	45	115	5	46	113	18	46	90	2	52	108
2005	8	40	85	2	55	143	6	53	126	29	50	89	4	56	131
2006	6	39	95	14	58	116	6	49	137	26	56	97	2	53	113
2007	5	42	96	16	60	115	6	49	132	25	54	95	2	55	120

Fonte dos dados: DGPA (2008a)

Anexo 2

Figuras da página seguinte:

1 a 9 - Comunidade Piscatória de Caminha.

10 a 15 - Comunidade Piscatória de Vila Praia de Âncora.



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12



13



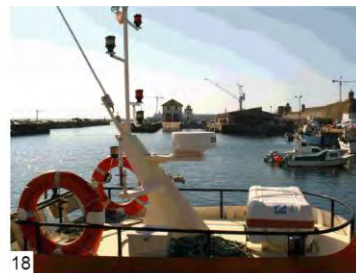
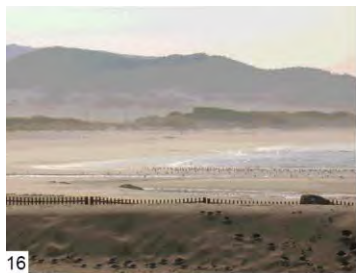
14



15

Figuras da página seguinte:

- 16 – Comunidade Piscatória de Vila Praia de Âncora.
- 17 a 20 – Comunidade Piscatória de Viana do Castelo.
- 21 a 26 – Comunidade Piscatória de Castelo do Neiva.
- 27 a 30 – Comunidade Piscatória de Esposende.



Figuras da página seguinte:

31 a 36 – Comunidade Piscatória da Apúlia.

37 a 39 – Comunidade Piscatória de Vila do Conde.

40 a 43 – Comunidade Piscatória de Vila Chã.

44 a 45 – Comunidade Piscatória da Praia de Angeiras.



31



32



33



34



35



36



37



38



39



40



41



42



43



44

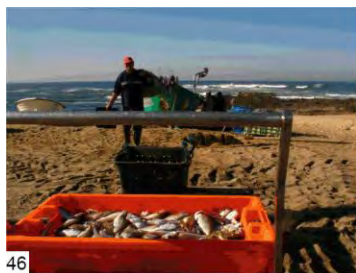


45

Figuras da página seguinte:

46 a 57 – Comunidade Piscatória da Praia de Angeiras.

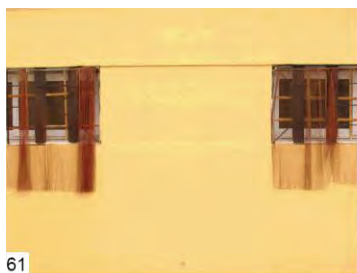
58 a 60 – Comunidade Piscatória da Afurada.



Figuras da página seguinte:

61 a 63 – Comunidade Piscatória da Afurada.

64 a 75 – Comunidade Piscatória da Praia da Aguda.



Anexo 3

VIEGAS, M.C., 1998. Estudo de artes de pesca tradicionais – mugiganga e sombreira – em duas comunidades piscatórias do Norte: Aguda e Angeiras. *Relat. Cient. Téc. Inst. Invest. Pescas Mar*, n.º51, 16p.

FELÍCIO, M.; VIEGAS, M.C.; CARVALHO, F.; SANTOS, P., 2000. Study on the catches of the sombreira net and biology of *Palaemon serratus* in the North coast of Portugal – First results. *Actas 3º Simpósio sobre a margem Ibérica Atlântica*: 333-334, Faro.

HENRIQUES, A.F.; VIEGAS, M.C.; AFONSO-DIAS, M., 2001a. The *Necora puber* fishery in Angeiras, North of Portugal. *1.as Jornadas Actualização Ciências Meio Aquático*, Porto, p:17.

HENRIQUES, A.F.; VIEGAS, M.C.; AFONSO-DIAS, M., 2001b. Pescaria de *Necora puber*, com murejonas, na praia de Angeiras (Norte de Portugal). *Relat. Cient. Téc. Inst. Invest. Pescas Mar*, nº 77, 14p.

FELÍCIO, M.; VIEGAS, M.C.; CARVALHO, F.; SANTOS, P., 2001a. Preliminary Results on the Catches of *Palaemon serratus* by “Sombreira” Net: Shrimp Biology and Net Selectivity. *1.as Jornadas Actualização Ciências Meio Aquático*, Porto, p: 21.

MONIZ, A.; VIEGAS, M.C., 2001. Impactos sociais da certificação de produtos da pequena pesca: caso de Angeiras e Aguda (Norte de Portugal). *1.as Jornadas Actualização Ciências Meio Aquático*, Porto. P: 21.

FELÍCIO, M.; VIEGAS, M.; CARVALHO, F.; SANTOS, P., 2001b. Estudio de la actividad reproductora del camarón *Palaemon serratus* capturado en Angeiras (costa Norte de Portugal). *AquaTIC*, nº13, Maio 2001. Disponível em 25/05/2003 em URL: <http://www.revistaaquatic.com/aquatic/art.asp?t=h&c=109>.

VIEGAS, M.C., 2006. As comunidades piscatórias de Angeiras e Aguda: Reflexões sobre o tradicional na modernidade. *Actas I Congresso Internacional sobre os Desafios Sócio-culturais para o Séc.XXI*. ed. AGIR, Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural. Póvoa de Varzim, 23p. ISBN-10:972-99404-8-7; ISBN-13:978-972-99404-8-4

VIEGAS, M.C., 2007. Desenvolvimento Sustentável da Pequena Comunidade Piscatória de Angeiras, (Município de Matosinhos, Norte de Portugal). *Actas do IV Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sociocultural*. Universidade de Guadalajara (Jalisco, México) ed. AGIR, Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural. Póvoa de Varzim: 1480-1504. ISBN: 978-989-95107-6-0.

VIEGAS, M.C.; MONIZ, A.B., 2007. A Gestão Integrada do Mar e as Comunidades Piscatórias – Projecto Angeiras XXI. Poster apresentado no Workshop *Um Mar de Oportunidades*, Ordem dos Biólogos. Viana do Castelo.

VIEGAS, M.C.; SANTOS, P., 2007. A Preservação dos Recursos Marinhos e o Consumo Responsável. Poster apresentado no Workshop *Um Mar de Oportunidades*, Ordem dos Biólogos. Viana do Castelo.

VIEGAS, M.C. 2008a. A Pesca com a Rede Mugiganga: Registo das Memórias de Utilizadores da Comunidade Piscatória da Aguda (Norte de Portugal). *Actas do I Seminário Internacional da Memória e Cultura Visual*. ed. AGIR, Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural. Póvoa de Varzim: 27-41.

VIEGAS, M.C., 2008b. Desenvolvimento Sustentável de Pequenas Comunidades Piscatórias: Proposta de Modelo Bioeconómico. *III Congresso da Ordem dos Biólogos - Painel Mar*. Comunicação oral. Lisboa.

VIEGAS, M.C.; MARTINHO, F. 2008. Eventos de Globalização na Comunidade Piscatória de Angeiras, no Norte de Portugal? *Actas das I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*. Universidade Fernando Pessoa, Ponte de Lima. ed. AGIR, Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural. Póvoa de Varzim: 621-629. ISBN: 978-989-8170-03-3.

VIEGAS, M.C.; CASTRO, M.L. – 2008. Comunidades Piscatórias: Contributos para a sua Preservação. *1º Seminário sobre a Investigação na Zona Costeira da Rede PoCoast*. Apresentação de Poster. Porto.

Anexo 4

1 - Estudo da variável *Idade* / Angeiras *versus* Aguda

Hipótese: A variável idade dos pescadores é estatisticamente semelhante nas Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda

Média	51,62
Desvio Padrão	11,50
Variância	132,35
Amplitude	48
Mínima	30
Máxima	78

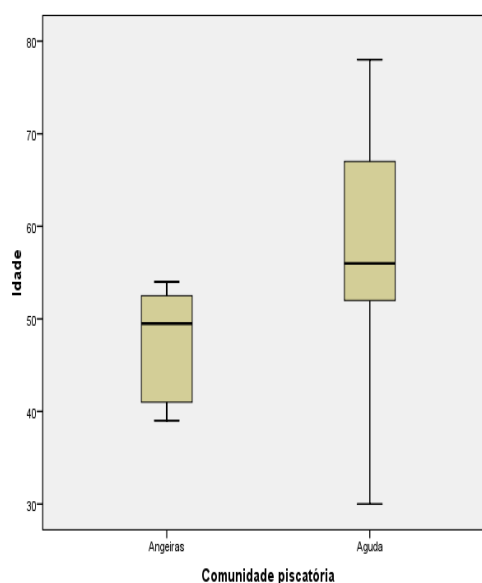
Teste de Normalidade							
	Comunidade Piscatória	Kolmogorov-Smirnova			Shapiro-Wilk		
				Sig.	Statistic	df	Sig.
Idade	Angeiras	0,245384	12	0,044358	0,833686	12	0,023222
	Aguda	0,160486	9	0,2	0,94939	9	0,683367

a) Atender ao teste Shapiro-Wilk

⇒ 0,023222 - significa que a distribuição não é normal

b) Não cumprindo o pressuposto de normalidade, deve usar-se o teste de Mann-Whitney

1º Pressuposto Mann-Whitney: Verificar se as distribuições têm igual forma



⇒ A espessura das caixas de bigodes é diferente.

2º Pressuposto Mann-Whitney: Teste de Levene

Teste da Homogeneidade das Variâncias			
Idade			
Levene Estatística	df1	df2	Sig.
2,872503	1	19	0,106432

⇒ As distribuições têm a mesma dispersão

3º Pressuposto Mann-Whitney: Estudo da simetria

	Medida de Assimetria					
	Skewness			Kurtosis		
	Estatística	Desvio Padrão	Valor Final	Estatística	Desvio Padrão	Valor Final
Ageiras	-0,27055	0,637302	-0,425	-1,98433	1,2322465	-1,61033926
Aguda	-0,4898	0,7171372	-0,683	0,785451	1,3997084	0,561153414

Std.Error =std deviation são simétricos

Idade Ageiras

Estatística Descritiva							
	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Idade	12	15	39	54	47,00	6,06	36,73
Valid N (listwise)	12						

Idade Aguda

Estatística Descritiva							
	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Idade	9	48	30	78	57,78	14,34	205,69
Valid N (listwise)	9						

⇒ Conclusão: não se verificando todos os pressupostos do teste Mann-Whitney, a hipótese é rejeitada.

2 - Estudo da variável *Herança de família* Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Percentagem	Valid %	% Acumulada
sim	10	83,33	83,33	83,33
não	2	16,67	16,67	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
sim	9	100	100	100

3 – Estudo da varável *Outra Profissão* Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
sim	3	25	25	25
não	9	75	75	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
sim	2	22,22	22,22	22,22
não	6	66,67	66,67	88,89
não respondeu	1	11,11	11,11	100
Total	9	100	100	

4 - Estudo da variável *Escolaridade* Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
primária	11	91,67	91,67	91,67
preparatório	1	8,33	8,33	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
3ª Classe	2	22,22	22,22	22,22
primária	6	66,67	66,67	88,89
não respondeu	1	11,11	11,11	100
Total	9	100	100	

5 – Estudo da variável *Estado civil* Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Percentagem	Valid %	% Acumulada
casado	12	100	100	100
Aguda	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
casado	8	88,89	88,89	88,89
união de facto	1	11,11	11,11	100
Total	9	100	100	

6 -Estudo da variável *Profissão da mulher* Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
desempregada	1	8,33	8,33	8,33
doméstica	7	58,33	58,33	66,67
empregado	2	16,67	16,67	83,33
pescadeira	1	8,33	8,33	91,67
redeira/vendedeira	1	8,33	8,33	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
doméstica	5	55,56	55,56	55,56
empregada	2	22,22	22,22	77,78
peixeira	2	22,22	22,22	100
Total	9	100	100	

7 – Estudo da variável *Número de filhos* Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
0	1	8,33	8,33	8,33
1	2	16,67	16,67	25
2	9	75	75	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
2	4	44,44	44,44	44,44
3	3	33,33	33,33	77,78
4	2	22,22	22,22	100
Total	9	100	100	

8 – Estudo da variável *Profissão do primeiro filho* Angeiras

Angeiras	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
carpinteiro	1	8,33	8,33	8,33
desempregado	1	8,33	8,33	16,67
electricista	1	8,33	8,33	25
empregada	1	8,33	8,33	33,33
empregado	1	8,33	8,33	41,67
estudante	3	25	25	66,67
não respondeu	3	25	25	91,67
secretária	1	8,33	8,33	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
desempregado	1	11,11	11,11	11,11
emigrante	1	11,11	11,11	22,22
empregado	4	44,44	44,44	66,67
licenciado	2	22,22	22,22	88,89
não respondeu	1	11,11	11,11	100
Total	9	100	100	

9 - Estudo da variável *Profissão do segundo filho* Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
empregado	1	8,33	8,33	8,33
engenheira	1	8,33	8,33	16,67
estudante	3	25,00	25,00	41,67
gestora	1	8,33	8,33	50
menor	1	8,33	8,33	58,33
não respondeu	5	41,67	41,67	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
emigrante	1	11,11	11,11	11,11
empregado	4	44,44	44,44	55,56
estudante	1	11,11	11,11	66,67
licenciado	1	11,11	11,11	77,78
não respondeu	1	11,11	11,11	88,89
pescador	1	11,11	11,11	100
Total	9	100	100	

10 – Estudo da variável *Profissão do terceiro filho* IAguda

Aguda	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
desempregado	1	11,11	11,11	11,11
doméstica	1	11,11	11,11	22,22
empregado	1	11,11	11,11	33,33
não respondeu	4	44,44	44,44	77,78
pescador	1	11,11	11,11	88,89
picheleiro	1	11,11	11,11	100
Total	9	100	100	

11 – Estudo da variável *Profissão do quarto filho* IAguda

Aguda	Frequência	Porcentagem	Valid%	% Acumulada
desempregado	1	11,11	11,11	11,11
não respondeu	8	88,89	88,89	100
Total	9	100	100	

12 - Variável Filho pescador Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Percentagem	Valid %	% Acumulada
não	9	75	75	75
não respondeu	3	25	25	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
sim	1	11,11	11,11	11,11
não	7	77,78	77,78	88,89
não respondeu	1	11,11	11,11	100
Total	9	100	100	

13 – Estudo da variável Naufragou Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Percentagem	Valid %	% Acumulada
sim	1	8,33	8,33	8,33
não respondeu	11	91,67	91,67	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
sim	2	22,22	22,22	22,22
não respondeu	7	77,78	77,78	100
Total	9	100	100	

14 – Estudo da variável Gosto pela Profissão Angeiras/Aguda

Angeiras	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
sim	6	50	50	50
não	5	41,67	41,67	91,67
não respondeu	1	8,33	8,33	100
Total	12	100	100	
Aguda	Frequência	Percentagem	Valid%	% Acumulada
sim	7	77,78	77,78	77,78
não	2	22,22	22,22	100
Total	9	100	100	

15 Estudo da variável Início de actividade Angeiras/Aguda

Estatística Descritiva							
Angeiras	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Início de actividade	12	18	7	25	13,08	4,34	18,81
Valid N (listwise)	12						
Aguda	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Início de actividade	9	8	7	15	12,78	2,59	6,69
Valid N (listwise)	9						

16 - Estudo da variável Idade do primeiro filho Angeiras/Aguda

Estatística Descritiva							
Angeiras	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Idade do 1º filho	11	26	6	32	20,27	7,52	56,62
Valid N (listwise)	11						
Aguda	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Idade do 1º filho	9	36	6	42	31,00	11,10	123,25
Valid N (listwise)	9						

17 - Estudo da variável Idade do segundo filho Angeiras/Aguda

Estatística Descritiva							
Angeiras	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Idade do 2º filho	8	22	4	26	15,00	8,91	79,43
Valid N (listwise)	8						
Aguda	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Idade do 2º filho	9	40	10	50	30,78	11,27	126,94
Valid N (listwise)	9						

18 - Estudo da variável Idade do 3º filho/Aguda

Estatística Descritiva							
Aguda	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Idade do 3º filho	5	31	20	51	34,20	11,41	130,20
Valid N (listwise)	5						

19 - Estudo da variável Idade do 4º filho/ Aguda

Estatística Descritiva							
Aguda	N	Amplitude	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
Idade do 4º filho	1	0	31	31	31	3,4848E+308	3,5E+308
Valid N (listwise)	1						